

Violências Baseadas em Gênero na Assistência Social



INSTITUTO PROMUNDO

Diretor Executivo: **Miguel Fontes**

Consultora Internacional de Programas: **Luiza Tanuri**

Consultor de Programas: **Luciano Ramos**

Consultor de Pesquisa e Monitoramento: **Rodrigo Laro**

Comunicação: **Bruna Martins**

BANCO MUNDIAL

Coordenador Setorial de Desenvolvimento Humano para o Brasil: **Pablo Acosta**

Coordenadora: **Rovane Schwengber**

Consultores técnicos: **Renata Ferreira, Flávia Carbonari, Stephanie Kuttner**

Assistente: **Barbara Segatto**

Estagiária: **Tamires da Silva**

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER DE SALVADOR

Secretário: **Kiki Bispo**

Subsecretário: **José Acácio Ferreira**

Diretora de Proteção Social Básica: **Emanuele Rodovalho**

Diretora de Proteção Social Especial: **Kelly Moraes**

Gerência de Gestão do SUAS: **Marcelo Tourinho**

Gerência do Cadastro Único, Bolsa Família e Benefícios: **Tiago Batista**

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Aline Nalon, Everton Rangel, Liz Cosmelli, Luciana Araújo, Luciano Ramos, Priscila Pereira, Stallone Abrantes, Tábata Pedrosa e Tássia Áquila

COORDENAÇÃO DE CONTEÚDO

Luciano Ramos

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Luciano Ramos e Priscila Pereira

ELABORAÇÃO DA MATRIZ DE CONTEÚDO

Luciano Ramos e Tássia Áquila

REVISÃO DE CONTEÚDO

Equipes do Banco Mundial e Secretaria de promoção social, combate à pobreza, esportes e lazer de Salvador e Promundo

SEMPRE

Adriana Correia de Jesus
Daniela Nunes Cruz
Jamile Santos Souza Oliveira
Rejane Luzara Lima dos Santos
Stela Nery Crisostomo

BANCO MUNDIAL

PROMUNDO

Luciano Ramos
Luciana Araújo
Miguel Fontes
Priscila Pereira
Tássia Áquila

REVISÃO DE TEXTO E COPY DESK

Sabrina Tavares

PROJETO GRÁFICO

REC Design



Sobre este caderno...

A Cartilha de Violências Baseadas em Gênero para profissionais da Assistência Social faz parte do material produzido para apoiar o fortalecimento institucional sobre VbG nas atividades do *Projeto Salvador: Prevenindo a Violência de Gênero por meio do Sistema de Assistência Social*, do Banco Mundial.

O Banco Mundial almeja de forma inovadora aprimorar a eficácia de oferta de serviços do Sistema Único de Assistência Social, reconhecendo as percepções e normas sociais que estabelecem e reforçam violência baseada em gênero (VbG), e fortalecer a capacidade institucional de prevenção à VbG e de acolhimento. Esse projeto conta com cinco etapas de implementação: a) diagnóstico local; b) produção de metodologia e materiais sobre VbG; c) capacitações de profissionais e intervenção beneficiários sobre a prevenção da VbG; d) avaliação e monitoramento dos resultados; e f) disseminação.

O Projeto foi construído e coordenado pela equipe de Proteção Social e Emprego do Banco Mundial no Brasil e só foi possível devido uma doação internacional do fundo Rapid Social Response Program (RSR) Gender-smart,

financiada pelo Reino Unido e Fundação Bill e Melinda Gates. O RSR Gender-smart tem como objetivos reduzir as disparidades de gênero e impulsionar os resultados socioeconômicos para as mulheres e meninas desenvolvendo e promovendo políticas de proteção social inteligentes e intencionais de gênero.

O caderno tem como objetivo contribuir para prática preventiva de equipes técnicas da Proteção Social Básica sobre Violências Baseadas em Gênero (VBG), compreendendo o território como um espaço potente, por meio de articulações com parceiros locais, vislumbrando as Redes sociassistencial e intersetorial e colaborando para atividades de grupos. O conteúdo teórico posto neste material, juntamente com as atividades metodológicas são ferramentas para atendimentos mais eficazes e assertivos, assim como para grupos reflexivos e atividades em geral que incidam na prevenção de situações de violências, com foco em VBG, com crianças, adolescentes, jovens e adultos de todos os gêneros e orientações sexuais. O Caderno se divide em duas partes: a) aborda a atuação da Assistência Social e a sua incidência nas situações de Violências Baseadas em Gênero; b) reflete sobre temas relacionados à Gênero, Diversidade Sexual, Causas e Efeitos das Violências Baseadas em Gênero.

O conteúdo e as atividades foram testados e aprovados através de uma capacitação piloto com cerca de oitenta profissionais da Proteção Básica e Proteção Especial da Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Lazer e Esportes de Salvador em setembro de 2021.

Os materiais teóricos e metodológicos desse caderno foram produzidos por uma equipe bastante motivada, profissionais com experiências nas áreas sociais, intelectuais que atuam ou atuaram na Assistência Social e que estão produzindo sobre os temas demandados pelo caderno no campo acadêmico ou fora dele, e que tiveram como desafio traduzir essa linguagem em um texto que dialogasse com as realidades que os técnicos e as técnicas se deparam nos seus cotidianos, além de produzir um conteúdo reflexivo que aponte alternativas para a ação. Uma equipe de especialistas no SUAS e em VBG revisou o material criteriosamente qualificando-o para melhor aplicabilidade.

Aqui temos um documento incompleto, pois a sua leitura e a sua ação serão complementares ao que ele propõe, e o desejo é que seja um “caderno vivo”. Assim, em cada mão pela qual ele passar, cada vez que for posto em prática, ele se completará.

Desejamos a você uma boa leitura e um bom uso deste conteúdo teórico metodológico!



Sobre os parceiros desta iniciativa...

INSTITUTO PROMUNDO

O PROMUNDO, desde sua fundação em 1997, estuda e propõe soluções programáticas e de políticas públicas relacionadas à prevenção da Violência Baseada em Gênero (VBG). Durante este período, ficou evidente que duas das principais determinantes da prática da VBG, em todas as suas formas (física, psicológica, sexual, entre outras), estão relacionadas ao machismo e normas sociais rígidas de desigualdade de gênero. Em outras palavras, homens aprendem ao longo de sua vida que a VBG é permitida com forma de autoafirmação de sua identidade sexual na sociedade.

As consequências desta formação machista e desigual são devastadoras para os indivíduos, famílias e sociedade. Atualmente, verificam-se constantes e altas taxas de feminicídios, violência contra as comunidades LGBTQIA+, perpetradas por meio de situações de homofobia, transfobia e assassinatos dessas em todo o território brasileiro.

De qualquer forma, o PROMUNDO acredita que tudo aquilo que foi aprendido pode ser reaprendido ou ressignificado. Este processo de reconexão com o que temos de mais humano e sincero pode ocorrer de diversas formas a partir da



aplicação de novas metodologias de formação humana e de políticas públicas de resgate e fortalecimento dos preceitos universais de direitos humanos. Tudo isto com engajamento direto dos homens, suas famílias e comunidades.

Sendo assim, é com grande satisfação que o PROMUNDO participa do desenvolvimento deste material inovador, junto à Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) da prefeitura de Salvador, Bahia e o Banco Mundial, destinado a fortalecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para atuar na prevenção da VBG. Em base a implementação deste material e evidências avaliativas de seus impactos, este trabalho tem o potencial de auxiliar profissionais da assistência social (nos níveis primário e secundário) no desenvolvimento amplo de ações de prevenção à VBG no Brasil e no mundo.

BANCO MUNDIAL

Formado em 1944, o Grupo Banco Mundial é um órgão das Nações Unidas composto por cinco instituições e formado por 189 países-membros que tem como missão de construir um mundo sem pobreza. Para tal, oferecemos uma ampla gama de produtos financeiros e assistência técnica e ajudamos os países a compartilhar e aplicar conhecimentos e soluções inovadores para os desafios que enfrentam. Os investimentos em desenvolvimento humano - educação, saúde, proteção social e empregos e igualdade de gênero - são intrinsecamente importantes para o bem-estar individual. Com pesquisas e assistência técnica, entendemos esses desafios e definir prioridades, compartilhar conhecimento sobre o que funciona e medir o progresso.

O Grupo Banco Mundial está presente no Brasil desde a década de 1960, possuindo uma ampla atuação com diversas operações no país, podem ser acompanhadas em tempo real pela plataforma chamada *Brasil Aberto* (<https://brasilaberto.worldbank.org/pt/>). O site reúne informações sobre todas as operações e estudos realizados pelo Grupo Banco Mundial no Brasil, contextualizando as atividades e considerando os desafios particulares do país.

A promoção ativa da igualdade de gênero é um componente essencial da estratégia do Banco Mundial no Brasil e tem se expandido consideravelmente desde 2010. Os projetos do Grupo do Banco Mundial já em 14 estados incorporaram os componentes de gênero, exigindo consultas significativas sensíveis à questão do gênero; apoiando e desenvolvendo diretrizes para combater o assédio em espaços públicos e no transporte público, além da violência doméstica; melhorando os serviços de resposta; promovendo a inclusão econômica, assim como melhorando os serviços de saúde e/ou reduzindo a gravidez na adolescência.

No município de Salvador, o Banco Mundial está apoiando o fortalecimento da capacidade institucional e técnica do sistema de assistência social municipal para tratar e prevenir a violência baseada no gênero (VBG) por meio de uma série de treinamentos e oficinas voltadas tanto para profissionais quanto para usuárias da rede de assistência social. Ações complementares serão realizadas no âmbito do Projeto de empréstimo Salvador Social Multissetorial II e incluem : o desenvolvimento do protocolo interssetorial, oficinas de treinamento contínuo destinadas aos agentes públicos envolvidos na prestação de serviços às vítimas de GBV e estratégias de comunicação voltadas para a prevenção, além de estudos sobre os impactos sociais e econômicos da VBG no município.

SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL, COMBATE À POBREZA, ESPORTES E LAZER DE SALVADOR

A Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRES, criada pela Lei nº 7.610/2008 e atualizada, mais recentemente, pela Lei Complementar nº76/2020, tem por finalidade planejar, propor e coordenar a execução da política municipal de assistência social, articular e mobilizar as ações voltadas à promoção da cidadania e à redução e erradicação da pobreza, garantir a manutenção dos direitos e necessidades básicas do cidadão e das pessoas com deficiência, promover políticas de prevenção e combate ao uso de drogas, promover políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como propor, coordenar e acompanhar a execução das políticas de esportes e lazer.

No que compete a Política de Assistência Social, nesta SEMPRES três grandes áreas técnicas estão envolvidas no processo de planejamento, execução e monitoramento das ações, são elas:

Gerência de Gestão do SUAS - Se estabelece como área estratégica para a articulação, planejamento, monitoramento, avaliação e execução adequada da política de assistência social no município de Salvador, assessorando tecnicamente a SEMPRES na efetivação desta política pública.

Diretoria de Proteção Social Básica - Tem por finalidade elaborar, executar e acompanhar ações de proteção social básica, com vistas a contribuir para a prevenção de risco social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, bem como implementar ações voltadas para a promoção da cidadania e a garantia dos direitos humanos, buscando a inserção de famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações.

Diretoria de Proteção Social Especial - Tem por finalidade a gestão do conjunto de serviços, programas e projetos, através da subdivisão de média e de alta complexidade, objetivando contribuir para reconstrução de vínculos familiares

e comunitários, defesa de direitos, fortalecimento das potencialidades e aquisições e proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Gerência de Gestão do Cadastro Único, Bolsa Família e Benefícios – Tem a finalidade de acompanhar a gestão do Cadastro Único, Programa Bolsa Família e benefícios eventuais no âmbito municipal.



Índice

- 12** Atividades introdutórias para o uso deste caderno
- 24** O papel da Assistência Social na agenda das violências baseadas em Gênero
- 51** Gênero e equidade
- 76** Gênero e lutas feministas: uma abordagem a partir das feminilidades
- 98** Gênero e Interseccionalidade
- 117** Gênero, Masculinidades e Violência contra a Mulher
- 131** Violência baseada em gênero e raça
- 150** Gênero e Transexualidade
- 171** Gênero, violências e religiosidade
- 187** Casamento infantil
- 208** Integralidade política de assistência social no enfrentamento e prevenção às violências baseadas em gênero: articulando o trabalho em rede
- 222** Assistência Social e violências baseadas em gênero: metodologias de abordagem
- 232** Glossário



Atividades introdutórias para o uso deste caderno

PRISCILA PEREIRA

Um dos objetivos deste caderno é ser um aliado na prática de profissionais da assistência social, para a abordagem das violências baseadas em gênero com públicos diversos: na formação entre pares, no atendimento às famílias, em atividades integradas com escolas, etc.

Para apoiar a prática cotidiana e contribuir nas reflexões sobre estas temáticas apresentaremos, nos próximos capítulos, textos de aprofundamento teórico e sugestões de atividades que possam contribuir para as abordagens de forma lúdica. Cada atividade foi pensada para ter ao menos 50 minutos de duração (tempo médio de uma aula nas escolas brasileiras), podendo ser ampliada de acordo com a disponibilidade de tempo.

Os capítulos a seguir serão acompanhados de duas sugestões de atividades em cada um deles, entretanto, para começar essa jornada, sugerimos a realização das duas a seguir. Elas contêm um pequeno apanhado das principais discussões que serão detalhadas no decorrer deste caderno e podem ajudar a introduzir este debate com o grupo.

Vamos juntas?

ATIVIDADE 1: O QUE SÃO AS VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO?

OBJETIVO: Reconhecer o que são violências baseadas em gênero e seus reflexos na garantia de direitos essenciais para todos.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Flipchart, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Reconhecendo as violências baseadas em gênero (20 min)

Comece o encontro perguntando ao grupo se eles já ouviram falar sobre violências baseadas em gênero e o que sabem a respeito. Após ouvi-los, projete a definição para contrastar com as opiniões prévias dos participantes:



A violência baseada em gênero se define como **qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica** contra alguém em situação de vulnerabilidade, devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Existem muitos mitos ligados à violência baseada em gênero. A língua portuguesa, por exemplo, está cheia de ditados populares e frases comumente usadas que reafirmam normas de gênero e tentam legitimar estas violências. Com a ajuda de um flipchart, peça que o grupo liste algumas dessas frases e anote. Algumas frases deste tipo:

- “Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.”
- “Um tapinha não dói.”
- “Ter filho gay é falta de apanhar.”
- “Mulher tem que cumprir suas obrigações conjugais quando o marido tem vontade, senão ele arruma outra na rua.”
- “Mulher tem de se dar ao respeito.”
- “Tá usando roupa curta porque está querendo.”
- “Tinha que ser mulher” (quando alguma coisa dá errado).

- “Pode ser gay, mas não precisa desmunhecar.”
- “Apanha porque merece.”
- “Eu não sei porque estou batendo, mas ela sabe porque está apanhando.”
- “Ruim com ele, pior sem ele.”
- “Isso é coisa de mulherzinha.”
- “Mulher ao volante, perigo constante.”
- “Ela foi muito macho.”
- “Não se mete o nariz onde não se é chamado.”

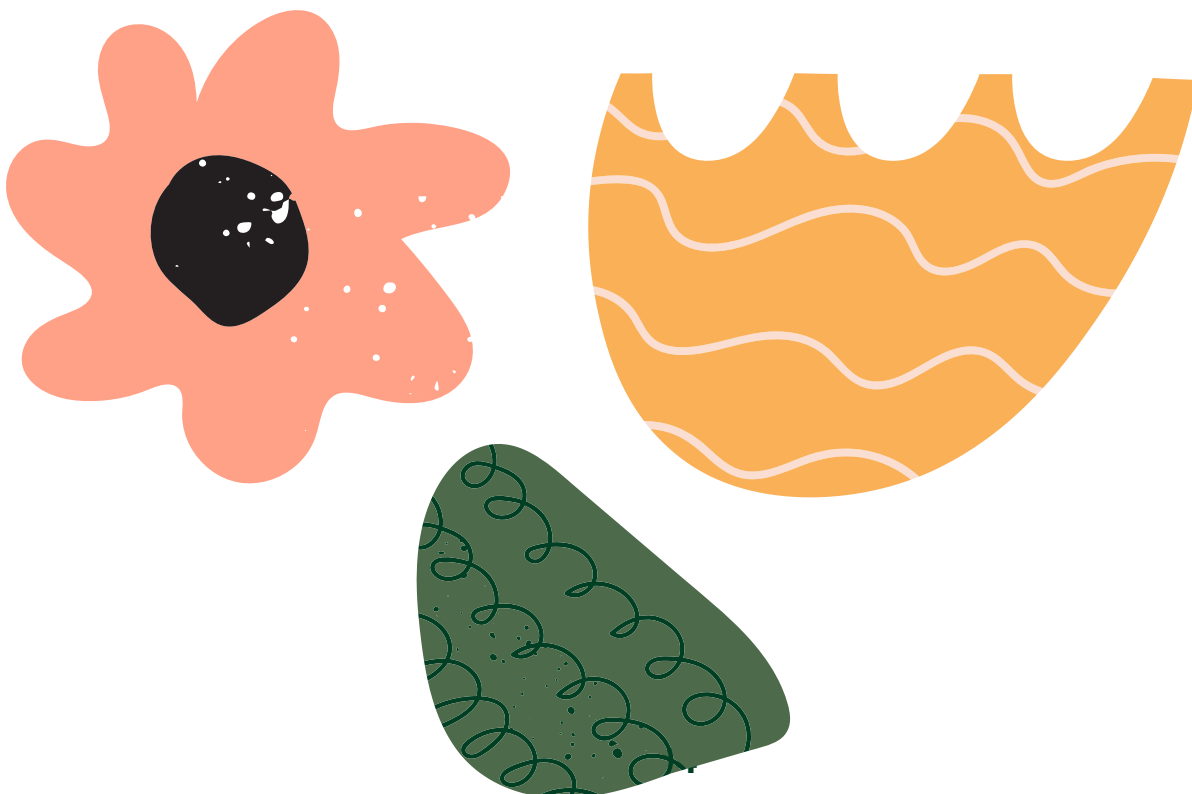
Refleta com o grupo sobre o sentido destas frases e as principais vítimas deste tipo de ditos populares.

► ETAPA 2 – A realidade em números (20 min)

Partindo das reflexões da etapa anterior, pergunte ao grupo:

1. Como eles acham que este tipo de pensamento se reflete na prática?
2. Quais são suas consequências?
3. Como a cultura da violência baseada em gênero passa de geração para geração?

Na sequência, exiba o quadro abaixo, com os números de violências baseadas em gênero do Anuário Brasileiro de Segurança Pública em 2020. Chame a atenção para os recortes de raça, idade, orientação sexual e, em especial, os dados de violência contra a mulher durante o período de isolamento social, devido à pandemia de Covid 19.

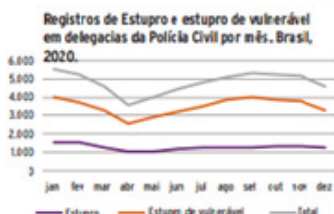


Segurança em números

VIOLÊNCIA SEXUAL

60.460
estupros em 2020

↓ 14,1%



73,7% das vítimas eram vulneráveis, incapazes de consentir

60,6% tinham até 13 anos

86,9% do sexo feminino

85,2% dos casos o autor era conhecido da vítima



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

267

crianças de 0 a 11 anos assassinadas em 2020

170 crianças tinham entre 0 e 4 anos

↑ 1,9% em relação a 2019



5.855

adolescentes de 12 a 19 anos vítimas de mortes violentas intencionais

↑ 3,6%

VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES



1.350

feminicídios

↑ 0,7%

Vítimas de feminicídio



74,7% entre 18 e 44 anos



61,8 % negras



81,5% mortas por companheiros ou ex-companheiros



8,3% por outros parentes



55,1% dos casos com arma branca

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021

É importante ressaltar com o grupo que, por mais que as meninas, mulheres e a população LGBTQIA+ sejam mais gravemente afetadas pela violência baseada em gênero, os meninos e jovens homens cisgêneros e heterossexuais também podem ser vítimas desse tipo de violência. Muitos deles, inclusive, por não quererem demonstrar fragilidade, omitem situações de violência que sofreram.

► ETAPA 3 – Como enfrentar essa situação? (10 min)

Converse com o grupo que a denúncia é totalmente anônima e contribui para que as vítimas sejam salvas em tempo, para que os casos possam ser devidamente apurados e os agressores sejam punidos. É importante conhecer os canais de denúncia e as particularidades de cada um. Exiba o quadro abaixo e comente com o grupo as suas especificidades:

CANAIS DE DENÚNCIA DE VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher, um serviço do governo federal, que funciona 24h, todos os dias, onde são prestadas informações, orientações e feitas denúncias (que podem ser anônimas).

Disque 190 – Telefone da Polícia Militar para situações de urgência e emergência, quando uma agressão estiver acontecendo. Todas as unidades da Polícia Militar e as Delegacias de Polícia Civil do Estado estão aptas a receber/orientar mulheres em situação de violência.

Disque 100 – o Disque Direitos Humanos é um canal de atendimento 24 horas que recebe, analisa e encaminha denúncias de violação dos direitos humanos para os órgãos responsáveis. As ligações são gratuitas (e anônimas) e pode ser usado para fazer denúncias voltadas para diferentes públicos, entre elas, a violência sexual contra crianças e adolescentes e violências contra a população LGBTQIA+.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – recebem denúncias de agressão e concedem, junto à justiça, medidas protetivas de urgência para os casos mais graves.

Denuncie.org (<https://new.safernet.org.br/denuncie>) – A SaferNet Brasil oferece um serviço de recebimento de denúncias anônimas de crimes e violações contra os Direitos Humanos na Internet, contando com procedimentos efetivos e transparentes para lidar com as denúncias. Além disso, contamos com suporte governamental, parcerias com a iniciativa privada, autoridades policiais e judiciais. Entre os tipos de denúncias recebidos pelo canal estão a pornografia infantil, lgbtfobia, violência ou discriminação contra mulheres.

Ministério Público – Acesse o site do Ministério Público do seu estado e saiba qual a melhor forma de fazer a denúncia. Alguns estados possuem, inclusive, núcleos de gênero especializados em atender mulheres, vítimas de violência.

Defensoria Pública – A Defensoria presta assistência jurídica gratuita se a vítima comprovar que não tem condições de pagar um advogado particular. Nos casos mais graves de violência doméstica, a Defensoria Pública pode auxiliar a vítima pedindo uma medida protetiva, prevista na Lei Maria da Penha.

Denúncia nas farmácias – O Conselho Nacional de Justiça e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) lançaram a campanha Sinal Vermelho Para a Violência Doméstica. A proposta é que as vítimas se apresentem com um X vermelho na palma da mão, para que o atendente da farmácia possa identificar que se trata de uma denúncia e acionar a polícia.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro, o Padlet e o Jamboard para coletar as frases da etapa 1.

ATIVIDADE 2: TIPOS DE VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO¹

OBJETIVO: Identificar diferentes tipos de violência e refletir sobre tipos particulares de violências baseadas em gênero.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 — Quais são os tipos de violências baseadas em gênero? (30 min)

Antes de organizar esta atividade, é importante fazer uma pesquisa local sobre informações relevantes relacionadas à violência, incluindo a existência de equipamentos de apoio social para as pessoas que sofreram algum tipo de violência. Também é importante estar preparado para indicar canais de denúncia apropriados, caso algum participante revele ter sofrido ou testemunhado algum tipo de violência ou abuso (os conteúdos das atividades anteriores deste caderno podem ajudar neste sentido).

Peça ao grupo que se sente em círculo e pense silenciosamente, por alguns minutos, sobre o que significa violência para eles. Convide os participantes a compartilharem suas impressões, discuta os pontos mais comuns entre as respostas, bem como as questões que foram mencionadas uma única vez.

Após reunir as considerações da turma, ressalte que, no nível mais básico, a violência pode ser definida como uma forma de exercer controle ou poder sobre outra pessoa. Isto acontece em vários lugares do mundo e, geralmente, provém do fato de alguns indivíduos, especialmente homens, serem educados para

1 Adaptação da atividade “O que é violência?” da Cartilha “Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas”, do The ACQUIRE Project/EngenderHealth e Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/envolvendo-meninos-e-homens-na-transformacao-das-relacoes-de-genero-manual/>

resolver os seus conflitos de maneira agressiva. Neste sentido, as violências baseadas em gênero se apresentam de muitas formas. Projete e comente com o grupo os tipos principais, conforme o quadro abaixo:

TIPOS DE VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

1. Violência Física – qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da vítima, como socos, empurrões, atirar objetos, sufocamento, bofetadas, arranhões, tortura, lesões por objetos cortantes ou armas de fogo.

2. Violência Psicológica – qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da vítima, que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Este é o tipo de maltrato mais comum e engloba situações como ameaças, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição, insultos, chantagem, exploração, controle, ridicularização, tirar a liberdade de crença ou, ainda, distorcer ou omitir fatos para deixar a mulher em dúvida sobre sua memória e sanidade.

3. Violência Sexual – qualquer conduta que constranja a presenciar, se expor, manter ou participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. A violência sexual também acontece dentro de relações maritais e podem englobar: o estupro; obrigar a mulher a fazer atos sexuais que causem desconforto ou repulsa; impedir o uso de métodos contraceptivos ou forçar a mulher a abortar; forçar matrimônio, gravidez ou prostituição por meio de coação, chantagem, suborno ou manipulação; disseminação não consentida de imagens e vídeos íntimos, a sextorsão (ameaça de divulgar conteúdos íntimos), o stalking (perseguição obsessiva) e o cyberbullying (intimidar, hostilizar, linchar a vítima); limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

4. Violência sexual contra crianças e adolescentes – abuso do poder em que crianças e adolescentes são usados para gratificação sexual de adultos, sendo induzidos ou forçados a práticas sexuais. A violência sexual atinge crianças e adolescentes de todas as idades e classes sociais. É um fenômeno complexo, que tem múltiplas causas. É um conceito mais amplo que abarca dois mais específicos: o abuso sexual e a exploração sexual. Quando a vítima tem menos de 14 anos, qualquer relação sexual é considerada estupro de vulnerável — nesses casos não existe consentimento sexual.

5. Violência Econômica/Patrimonial – qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. Estão nesta categoria ações como controlar o dinheiro da vítima, deixar de pagar pensão alimentícia, destruir documentos pessoais, furto, extorsão ou dano, estelionato, privação de bens, valores ou recursos econômicos, causar danos propositais a objetos de valor sentimental da vítima.

6. Violência Moral – atos nos quais o agressor humilha, ataca e deixa a vítima em evidência em público. Estão nesta categoria as acusações de traição, emissão de juízo de valor sobre a conduta da vítima, fazer críticas mentirosas, expor a vida íntima, xingamentos que incidem sobre a índole e a desvalorização de seu modo de vestir. Também consideramos violência social, isolar a vítima dos seus amigos e familiares já que, desse modo, ela se afasta de todo o seu ambiente habitual.

7. Violência Obstétrica – ocorre nos hospitais e outras instituições de saúde, quando médicos ou profissionais de saúde assinalam processos naturais do corpo feminino como patológicos ou doentes. Ao serem marcados como tal, procedem a intervenções dolorosas e desnecessárias no corpo da vítima. Costumam ocorrer durante a gravidez, sendo que alguns dos exemplos são: fazer uma cesárea sem justificativa médica, uso desnecessário de fórceps, críticas ao estado da gestante, negar informação sobre o próprio estado de saúde ou acelerar o parto sem consentimento da mulher grávida.

Após a leitura dos tipos de violências baseadas em gênero, reflita com o grupo:

1. Que tipos de violência geralmente ocorrem numa relação íntima entre homens e mulheres? Quais são as causas da violência?
2. Que tipo de violência geralmente ocorre em família? Quais são as causas dessa violência?
3. Que tipo de violência geralmente ocorre fora dos relacionamentos ou em família? Quais são as causas dessa violência?
4. Quais são as consequências da violência sobre um indivíduo? Sobre os relacionamentos? Sobre uma comunidade?
5. Quais são as consequências de uma relação violenta para a disseminação das ITSs?

► ETAPA 2 – Colocando os aprendizados em prática (20 min)

Convide o grupo a ler alguns estudos de casos sobre violências baseadas em gênero. Exiba um a um e pergunte que tipo (ou que tipos) de violências podem ser identificadas em cada uma dessas histórias:

Caso 1 – Sergio e Andrea são casados. Eles convidaram os amigos de Sergio para jantar na casa deles. Ele está ansioso para ter uma noite agradável e quer mostrar que a sua esposa é uma grande cozinheira. Mas quando chega em casa à noite, nada está preparado. Andrea não estava se sentindo bem e ainda não tinha começado a fazer o jantar. Sergio ficou muito decepcionado e não queria que seus amigos pensassem que ele não tinha autoridade sobre a sua esposa. Eles começaram a discutir e a gritar um com o outro, até que a briga ficou mais séria e Sergio bateu em Andrea.

Caso 2 – Você está saindo de uma festa com um grupo de amigos. Na porta você vê um casal (um homem e uma mulher, aparentemente namorado e namorada) discutindo. Ele a chama de vagabunda e pergunta por que ela estava flertando com outro homem. Ela nega, afirma que estava com ele e afirma que não faria isso. O rapaz grita dizendo que ela não é digna e fala para ela desaparecer da frente dele, pois ele não consegue continuar olhando para ela. A jovem retruca afirmando que ele não tem o direito de tratá-la assim, até que ele a empurra e ela cai no chão.

Caso 3 – Michel é um rapaz mais velho que vem de uma família rica. Um dia ele encontra Renata no caminho de sua casa para a escola e eles conversam um pouco. Eles passam a se encontrar com frequência, até que um dia ele diz o quanto gosta dela. Eles começam a se beijar e Michel começa a passar a mão sob a blusa de Renata. Ela pede que ele pare, começa a tentar empurrá-lo, mas Michel fica furioso. Diz que perdeu muito tempo com ela, que os amigos iriam rir dele e a pressiona para que faça sexo com ele. Primeiro, ele tenta ser sedutor, mas conforme ela segue recusando, ele começa a puxá-la com brutalidade e forçá-la a fazer sexo, apesar dos pedidos dela para que ele pare.

Caso 4 – Marcos e Tatiana estão namorando há 06 meses. Tatiana sempre gostou de usar saias e shorts curtos. Marcos não gosta, pois fica com ciúmes. Sempre que a moça põe roupas curtas ele lhe diz para trocar, justificando que ela está acima do peso ideal para usar este tipo de roupa.

Caso 5 – Pablo e Maria Helena estão casados há 02 anos. Às vezes, Pablo chega em casa tarde e Maria Helena já está dormindo. Ele a acorda para ter sexo com ela. Às vezes, ela não concorda, mesmo assim Pablo força a barra e eles transam.

Encerre o encontro ressaltando que é comum pensar que a violência é parte normal ou natural de ser homem. Entretanto, violência é algo aprendido e, do mesmo modo, pode ser desaprendido ou prevenido. Pergunte ao grupo algumas maneiras de conscientizar a sociedade sobre o assunto, em especial os homens, e como contribuir para a redução destes ciclos de violências baseadas em gênero.



Dica!

Para ampliar o debate sobre os comportamentos de controle fortemente associados à violência física e ao feminicídio, você pode complementar as reflexões deste encontro com a atividade 1 do capítulo 9.

... e se ela acontecer online: Você pode transformar o quadro de tipos de violências baseadas em gênero em um jogo, separando os nomes de suas definições. Separe a turma em grupos menores e peça que eles conversem e proponham uma correlação entre eles a ser apresentada aos demais. Valide as respostas ao final.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- **“Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2021”,** do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança públicas estaduais, pelas polícias civil, militar e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor.

Artigo “**O que é violência de gênero e como se manifesta?**” do Portal Politize!“. Disponível em <https://www.politize.com.br/violencia-de-genero-2/>

O artigo contém a definição desse modo de opressão, suas principais formas de manifestação e canais de denúncia.

- Artigo “**Violência de gênero: definição, tipos e características**” do Portal Psicologia-Online. Disponível em <https://br.psicologia-online.com/violencia-de-genero-definicao-tipos-e-caracteristicas-42.html>

A página aborda o que são as violências baseadas em gênero, suas causas, tipos e o cenário brasileiro.

- **Cadernos pedagógicos do Projeto Crescer sem violência**, do Canal Futura. Disponíveis para download em www.crescersemviolencia.org.br

Guia de formação e cadernos de apoio à implementação das séries “Que exploração é essa?”, “Que abuso é esse?” e “Que corpo é esse?”, sobre exploração, abuso e autoproteção contra as violências sexuais, respectivamente.

- Cartilha “**Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher**”, do Governo Federal. Disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>

Cartilha desenvolvida pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) sobre os tipos de violência, as leis de proteção, os fatores de risco e de proteção, a rede de atendimento, entre outras questões.

- Cartilha “**Mobiliza Aê! – Jovens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes**”, do Instituto Promundo e Plan International Brasil. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/7948/>

Este guia busca apoiar em ações de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), mesmo após o fim do projeto. O guia traz atividades que estão ligadas aos temas que as(os) jovens acham importante discutir para a prevenção de ESCA.

- Cartilha “**Retrato das desigualdades de gênero e raça – A violência contra a mulher**”, do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – Ipea, Secretaria de Políticas públicas para mulheres, Onu Mulheres e Unicef. Disponível em https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf

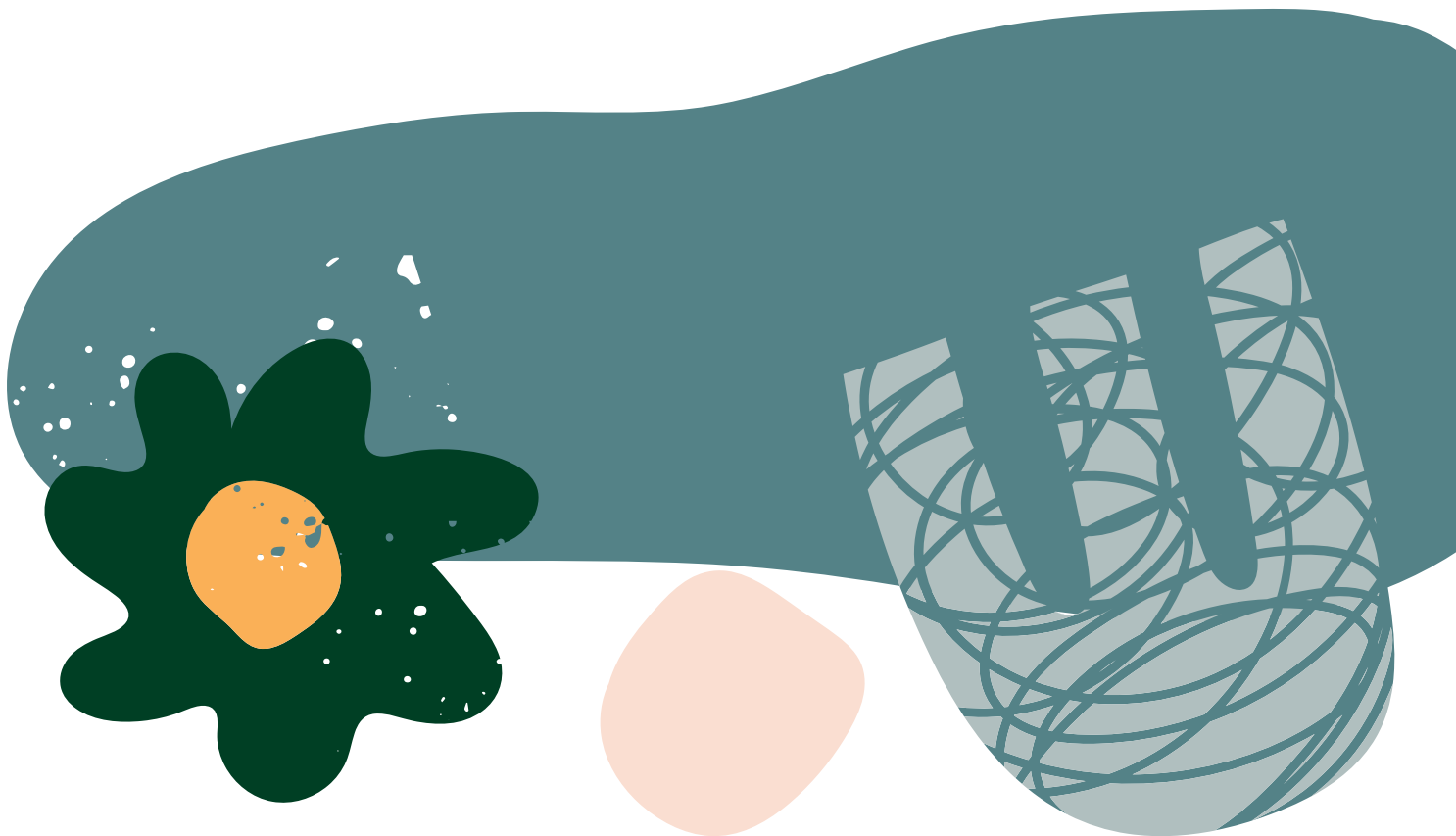
Artigo escrito por Cintia Liara Engel sobre o contexto da violência contra mulher no Brasil.

- Cartilha “**Violência contra mulher não tem desculpa**”, do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul. Disponível em <https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/CARTILHA-2020.pdf>

Cartilha da campanha “Agosto Lilás”, de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, com objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha, sensibilizar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade do fim da violência contra a mulher, divulgar os serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência e os mecanismos de denúncia existentes.

- Site da “**Agência Patrícia Galvão**”, do Instituto Patrícia Galvão. Disponível em <https://agenciapatriciagalvao.org.br/>

Fundado em 2001, o Instituto Patrícia Galvão é uma organização social sem fins lucrativos que atua, de forma estratégica, na articulação entre as demandas pelos direitos das mulheres e a visibilidade e o debate público sobre essas questões na mídia.





O papel da Assistência Social na agenda das violências baseadas em Gênero

LUCIANA ARAÚJO

1. “PREVENIR É O MELHOR REMÉDIO”: POR QUE É IMPORTANTE FALAR SOBRE VBG NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA?

1.1. Breves pontuações sobre violência

Este capítulo destina-se a introduzir as violências baseadas em gênero (VBG) para trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, porque certamente, demandas relacionadas com esta questão fazem parte do cotidiano de trabalho. Ao longo deste material, você observará que o conceito será melhor explorado no capítulo 6. Mas antes de falar especificamente sobre a VBG, convidamos a leitora e o leitor para traçar um percurso que nos levará à questão do nosso interesse.

A História nos mostra que a violência atravessa o tempo e sempre esteve presente em todas as civilizações. Apesar de sempre ter estado presente na história da humanidade, ela não é inerente à condição humana. Basicamente ela representa a vontade de destruição daquilo que nos parece estranho, como se fosse um jeito possível de acabar, de repente, com os dilemas mais difíceis presentes nas relações humanas.

É um problema instigante que provoca nossa indignação e nos faz perguntar: como é possível acontecer tal fato? O que leva alguém a praticar violência? Ficamos motivados para encontrar meios rápidos e efetivos para a sua eliminação. Desta necessidade de solução imediata podem emergir opiniões enfáticas e favoráveis aos modos repressivos de combate.



Dica importante

O primeiro passo para trabalhar com a violência é olhar para os mitos que a envolvem, por meio de um diálogo franco, sem julgamentos de valor ou moralismos.

Mesmo sendo um fato inaceitável com real urgência na busca de soluções, é preciso alguma serenidade para lidar com a violência. Estudiosos e profissionais de vários campos buscam definir, quantificar e compreender suas causas para contribuir no seu enfrentamento. Buscamos respaldo em estudos que defendem que a violência não faz parte da natureza humana e não se pauta nas características biológicas. Quando associamos violência com desigualdade social entendemos que é o resultado gerado na dinâmica da sociedade, envolvendo aspectos de ordem política, social e econômica (MINAYO, 1994). Sendo assim, estamos tratando de algo que é multideterminado, multifacetado, plural e difícil de ser captado na sua totalidade.

VIOLÊNCIAS E OUTRAS CATEGORIAS NO TRABALHO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No ano de 2002, o Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Esta é uma definição de referência adotada neste capítulo.

As violências baseadas em gênero (e as violências de modo geral) fazem parte das relações sociais e familiares e, por isso, são inerentes ao trabalho da Assistência Social. É comum que nós, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, associemos o tema das violências como demandas destinadas tão

somente ao nível da Proteção Social Especial. Isso acontece porque, via de regra, entendemos esta temática como complexa, e que, portanto, deve ser tratada na dimensão protetiva destinada a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e/ou de violação de direitos. Ou ainda, por profissionais com muitas experiências práticas e/ou estudos acadêmicos acumulados no assunto. Este é o primeiro mito a ser desconstruído, pois o conhecimento e o atendimento sobre a violência não é exclusividade da Proteção Social Especial ou dos CREAS.

A violência é um tema transversal nas diferentes políticas intersetoriais (Saúde, Educação, Assistência Social, Habitação, Segurança Pública), assim como entre diferentes níveis de proteção social e serviços socioassistenciais.

Muitos casos de violência podem ser observados e encaminhados no nível da Proteção Social Básica, em ações individuais ou coletivas que transmitam informações, esclareçam dúvidas e que possam facilitar usuárias e usuários na identificação de situações sutis, naturalizadas e outras que poderiam acabar sem atendimento.

A Proteção Social Básica participa da estratégia valiosa de prevenção e viabilização de atendimento na rede. Este é um caminho para a atuação integrada no SUAS, que pode evitar o agravamento de muitas situações. Confira sobre a construção do trabalho em rede no capítulo 11.

Embora a violência esteja presente em diferentes classes sociais é possível observar a desigualdade social no recorte de gênero. Assim, meninas, adolescentes, mulheres, idosas, população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social constituem o público prioritário atendido na Assistência Social. Encontramos uma associação entre as VBG e as vulnerabilidades sociais (entendidas como fatores ligados à alimentação, saneamento básico, educação, trabalho, saúde, moradia, entre outros), onde a falta de disponibilidade aos mesmos fragiliza o acesso à cidadania. A pobreza deteriora estruturas físicas e sociais e pode impactar no comportamento social. Agora reflita sobre tudo isso somado com as normas culturais que naturalizam as VBG? Neste sentido, a prevenção à violência se mostra um caminho eficaz ao seu enfrentamento.

A pobreza é composta por variáveis que estão além do enfoque puramente econômico, com uma origem que produz e mantém exclusão e é capaz de agravar as vulnerabilidades sociais. O acesso aos direitos sociais também favorecem proteção e prevenção às VBG.

Ao articularmos a temática da violência com outros marcadores sociais como família, gênero, geração, raça e etnia encontramos definições para manifestações como violência contra crianças e adolescentes, contra mulheres, contra a população LGBTQIA+ e contra os idosos. Você pode observar que o capítulo

4 tem como proposta aprofundar o conceito de interseccionalidade. Apenas adiantamos que tal articulação é necessária para conhecermos as definições.

Importante lembrar que a separação em diferentes definições teóricas é um modo de detalhar para conhecer, mas existe uma interlocução entre todas essas formas de manifestação da violência. Sugerimos aprofundar esta reflexão com a leitura de Fernando Silva (2008), descrita nas referências para este artigo.

No quadro a seguir trazemos um resumo das tipificações de violência contra mulher previstas na lei 11.340, a Lei Maria da Penha.

DEFINIÇÕES DE VIOLÊNCIA DE ACORDO COM A LEI MARIA DA PENHA

I. No Art. 7º da 11.340, a Lei Maria da Penha, estão as formas de violência contra a mulher. Aqui um resumo para você.

II. a violência física - qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

III. a violência psicológica - qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima;

IV. a violência sexual - qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, que a impeça de usar método contraceptivo, ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição;

V. a violência patrimonial - qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores;

VI. a violência moral - qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Nas violências baseadas em gênero (VBG) o elemento gênero é o marcador da violência praticada. São as violências dirigidas às mulheres, meninas e adolescentes, população LGBTQIA+ e até mesmo na relação entre as masculinidades. Nossa cultura determina condutas consideradas como mais “adequadas” para o gênero masculino e feminino. Deste entendimento, as diferenças biológicas, muitas vezes são interpretadas como assimetrias e geram as desigualdades de gênero. Quando o poder é associado a esta questão, ou melhor, quando acreditamos que um gênero detém poder sobre o outro, temos um cenário propício para que a violência se manifeste.

A violência, em suas diferentes manifestações e expressões, é comum e presente em todos os espaços da vida social. Com as violências baseadas em gênero (VGB), não são diferentes. Trata-se de uma manifestação, infelizmente, comum da dinâmica de muitas famílias, e a Assistência Social, por meio das suas diferentes ações e serviços, possui a capacidade de intervir positivamente nestas dinâmicas.

Para pensar...



Certamente você já ouviu falar no conceito de gênero. Ele refere-se à construção social do sexo anatômico, ou seja, separa a dimensão biológica da dimensão social/cultural. Isso quer dizer que o gênero masculino e feminino são os resultados de um intenso aprendizado cultural durante as nossas vidas. Em outras palavras, significa que existe uma expectativa sobre o comportamento conforme o gênero do indivíduo. Significa então que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente do sexo biológico.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher.”
(Simone de Beauvoir)

1.2. Violências baseadas em gênero: demandas cotidianas para a Proteção Social Básica

As violências baseadas no gênero adquiriram maior evidência nas últimas décadas, em função do reconhecimento do conceito de gênero, conforme falamos de modo introdutório na seção anterior e como você poderá conferir nos capítulos 2 e 3.

Para aprofundar:

A entrada do conceito de gênero marcou presença em três campos articulados: acadêmico, legislativo e das políticas públicas. A conquista da igualdade de gênero na vida social (que é um processo contínuo) passou e passa por um histórico de lutas que visando a efetivação dos direitos no campo das legislações e das políticas públicas. Um dos exemplos mais conhecidos na legislação — consulte o quadro no capítulo 3 — é a Lei Maria da Penha. No que se refere às políticas públicas, temos os centros de referência da mulher e os serviços específicos de saúde. Você pode ler mais sobre esse assunto, no link <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

A história da Assistência Social no Brasil é marcada por mudanças significativas desde a Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Orgânica da

Assistência Social (Lei 8.742/93). A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da [Norma Operacional Básica do SUAS \(NOB SUAS/2005\)](#) geraram um salto na organização de gestão que se tornou descentralizada e participativa.

No campo da Assistência Social, com o novo modelo de gestão que estabeleceu a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, observamos um aprimoramento no atendimento às famílias e indivíduos, buscando oferecer ações mais qualificadas para demandas que também se modificaram ao longo do tempo, entre elas, estão as violências baseadas em gênero (VBG).

Sabemos que as VBG podem surgir como demandas diretas (situações explícitas de violências contra mulheres, abusos contra meninas e adolescentes, situações de violência contra a população LGBTQIA+) ou transversais (situações que atravessam e são observadas durante o atendimento às famílias e indivíduos) que comparecem aos equipamentos e serviços da Assistência Social. A partir daí, elas se tornam incumbência da proteção social como política pública, mas que não serão atendidas exclusivamente em um dos níveis de proteção ou somente do SUAS. O enfrentamento das VBG requerem interdisciplinaridade e intersetorialidade. Falaremos melhor sobre isso na próxima seção.

É importante ter em conta que a maioria das famílias que comparecem ao CRAS e/ou estão inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e outros serviços socioassistenciais, são representadas por mulheres, idosas, gestantes que são chefes de família.

É comum que dentre as demandas apresentadas estejam incutidas situações de VBG que precisam ser acolhidas no nível da proteção básica. A população usuária do serviço, durante os atendimentos, pode trazer relatos na

Lembrando que...



A LOAS e a PNAS reafirmam a assistência social como direito, rompendo com concepções assistencialistas e caritativas. O SUAS organiza as ofertas da Assistência Social em sistema e define as responsabilidades dos entes federados na gestão, operacionalização e controle social dessas ofertas, assegurando aos/as cidadãos/as brasileiros/as os DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS tão necessários para a superação das vulnerabilidades sociais, dos riscos pessoais e sociais e das violências e violações de direitos.

Segundo a PNAS,

Proteção Social é a oferta pública de SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS e PROJETOS aos indivíduos e famílias em situação de insegurança social. Assume as funções de: proteger as famílias; potencializar os territórios; fortalecer os vínculos familiares e sociais; prevenir as situações de risco social.

intenção de solicitar atendimento específico, ou ainda, os casos podem ser identificados pela equipe profissional.

Neste sentido a prevenção recebe especial importância pelos resultados que pode alcançar. Lançando mão de instrumentos com os quais está habituado — a exemplos do CadÚnico, prontuário SUAS, Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), Sistema de Condicionalidades (SICON), dentre outros — o trabalhador do SUAS está habilitado para identificar problemas e causas associadas.

SOBRE A ACOLHIDA

O processo da acolhida dos profissionais pode ser individual e em grupo. Deve se ter especial atenção para que acolhidas em grupo permitam que os participantes estejam à vontade para expor suas demandas. Se você perceber que não será possível, planeje a acolhida individual, que pode incluir um ou mais membros da mesma família de acordo com a necessidade. É importante também um espaço seguro de escuta. E então, a escuta individualizada e atenta, sem julgamentos ou aconselhamentos, que não naturalize a violência é o melhor atendimento a ser realizado. Isto pode representar um desafio no contexto da proteção básica, se levarmos em conta a quantidade de usuários que comparecem ao CRAS diariamente e a celeridade exigida diante dos inúmeros processos de trabalho.

Acolhidas em grupo:

1. Planeje o espaço acolhedor e seguro com privacidade.

2. Planeje o agendamento preliminar com todos os envolvidos, onde as famílias apresentam suas demandas para o coletivo. O trabalhador do SUAS deve registrar nomes, composição familiar, local de moradia.

3. O tema das VBG pode ser apresentado de forma introdutória, ampla, informativa, com definições simples, lembrando o quanto é presente na sociedade, de modo geral. Transmita a mensagem que o CRAS compõe uma rede de serviços que acompanha famílias e indivíduos envolvidos em situações de VBG. Lembre às pessoas presentes que o canal sempre estará aberto para quem precisar.

4. Pode ser que deste primeiro encontro surja o interesse no tema e você terá oportunidade para convidar profissionais da rede intersetorial que complementem o trabalho. Pode ser que surjam também necessidades específicas que demandem agendamento para acolhida individual

Lembre-se que a escuta qualificada começa com a atenção e percepção do profissional para acolher empaticamente as situações trazidas pelas usuárias e usuários. As situações com pontos em comum que chegam ao CRAS é que possibilitam planejar com foco na prevenção, tanto na dimensão do PAIF, quanto no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV).

É desta forma que estaremos trabalhando, na perspectiva de acolher com segurança, ou seja, planejar e executar ações que considerem as necessidades no horizonte da família e da comunidade, acionando as diferentes instituições do território, visando à intersectorialidade e a composição dos diferentes saberes por meio da interdisciplinaridade.

Mais adiante exploraremos a ideia da integralidade entre os níveis de proteção, mas é necessário pensarmos que o trabalho preventivo planejado e executado na proteção básica, tem como princípio, o trabalho social com famílias (TSF), ou seja, a centralidade na família independente da sua configuração, onde as ações de proteção e cuidado incidem sobre os agravos que fragilizam os vínculos.

Uma vez consolidada a perspectiva da acolhida e do trabalho social com famílias (TSF) como pilares importantes, você encontrará no capítulo 11 desta cartilha, sugestões práticas de ações, que podem ser planejadas com base na integração das políticas e construção de uma rede de proteção, voltada para a qualificação e a ampliação do atendimento.

UM CONVITE NECESSÁRIO

As condições de vulnerabilidade e risco social, agravadas pela pobreza, fragilização dos vínculos, discriminação em função da classe, raça, faixa etária, deficiências e gênero criam brechas para violências, dentre elas, as violências baseadas em gênero. Pense na prevenção como uma estratégia capaz de evitar o rompimento dos vínculos familiares; de promover autonomia pessoal e comunitária; de ofertar e/ou encaminhar para acesso a programas, benefícios e serviços socioassistenciais. O CRAS é o principal equipamento de acesso aos direitos sociais, à cidadania que, por sua vez, são o melhor caminho de lidar com as vulnerabilidades sociais e violências baseadas em gênero. Precisamos agir nas brechas. A prevenção é um caminho importante no enfrentamento às VBG!

2. DESENVOLVENDO AÇÕES DE PREVENÇÃO CONTRA AS VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

A violência baseada em gênero é um fenômeno relacional que pode se manifestar como violência sexual, violência física ou mesmo violência psicológica. É importante lembrar que para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a violência diz respeito à saúde e bem-estar dos indivíduos, incluindo

tudo que possa afetar a integridade e a saúde mental, não se restringindo somente aos episódios de acirrada violência física. É preciso destacar ainda que a maioria das situações de violência ocorre no contexto familiar e doméstico, justificando que propostas de intervenção e prevenção à violência estejam situadas na perspectiva do trabalho social com famílias.

ALGUNS DADOS:

POPULAÇÃO	FONTE
105 mil denúncias de violência contra a mulher em 2020.	Disque 100 – Disque 180 – Ministério da Cidadania.
Brasil registrou uma taxa de homicídio de 4,3 mulheres por 100 mil habitantes; Bahia registrou o índice de 5,5 mulheres por 100 mil habitantes; Em sua maioria, os homicídios de mulheres em suas residências foram praticados por parceiros íntimos e aumentou 8,3% entre 2013 e 2018.	Atlas da Violência 2020 e Fórum Brasileiro de segurança Pública (FBSP).
17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual em 2020; O número de agressões dentro de casa aumentou de 42% para 48,8%.	Fórum Brasileiro de segurança Pública (FBSP).
Brasil registrou o alarmante índice de aumento de 88% entre 2017 e 2018 de tentativas de homicídio da população LGBTQIA+.	Atlas da Violência 2020.
175 pessoas trans foram assassinadas em 2020. O Brasil ocupa o 1º lugar nos casos de violência contra população LGBTQIA+.	Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE).

Com base nos números acima, observamos que pode ser perigoso para mães, irmãs e muitas mulheres que conhecemos, estarem em casa ou com seus respectivos companheiros e familiares. É por isso que é tão importante refletir sobre as VBG conjugadas com a categoria família.

O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS (TSF):

A família é espaço privilegiado de convivência humana, sendo um eixo organizador da vida social. Não importa se a configuração familiar é

monoparental ou homoafetiva, se os laços são consanguíneos ou de afetividade, nem os arranjos e rearranjos familiares como casamentos, separações e recasamentos, pois o mais importante é que a família tenha condições para cumprir seu papel de proteção e cuidado. Na medida em que a família cumpre o seu papel, menor será o número de demandas para os serviços sociais. E o Estado é o responsável por garantir que a família possa cumprir sua função, conforme podemos conferir no artigo 226 da Constituição Federal de 1988: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.”

O reconhecimento da matricialidade sociofamiliar está ainda relacionado com o fato de que as condições dos indivíduos dependem mais das condições da sua família do que especificamente da sua própria condição individual. Todos os integrantes de uma família se afetam, por isso é importante fortalecer o todo.

MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR

Refere-se à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da Política de Assistência Social (PAS).

O trabalho social com famílias é um instrumento de gestão social e a sua organização é responsabilidade do coordenador do CRAS, com o apoio da Vigilância Socioassistencial, equipe técnica de referência e a contribuição das famílias usuárias do PAIF. É um trabalho que requer gerenciamento, ou seja, deve ser planejado, monitorado e avaliado. E tem como princípio a emancipação das famílias e indivíduos, evitando práticas de tutela e descrédito no seu potencial de ultrapassar suas dificuldades. É um acompanhamento com objetivos traçados que serão assistidos para verificar e melhorar as ações, quando necessário.

A perspectiva do TSF no SUAS é reunir procedimentos com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade — que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias. Seu objetivo é proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e

Em 2014 foi realizado um ciclo de debates sobre Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e você pode aprofundar suas reflexões baixando o documento neste link: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf

comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis.

Portanto, é desenvolvido gradativamente a partir das demandas geradas para os serviços socioassistenciais e requer a construção de uma relação com o profissional e com os serviços em suas diferentes instâncias. Para alcançar êxito é necessário que trabalhadores do SUAS tenham foco nas categorias proteção social, direitos de cidadania e autonomia e busquem ações em prol das seguranças de acolhida e de convívio.

A centralidade da família é aspecto necessário para proteger e evitar a violência baseada em gênero. Conforme previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a proteção social básica assume as funções de proteger as famílias; potencializar os territórios; fortalecer os vínculos familiares e sociais; prevenir as situações de risco social. Quanto mais a família tiver acesso aos seus direitos sociais, às seguranças de acolhida e convívio, mais ela terá condições de reproduzir a proteção e o cuidado. Promover aquisições materiais e sociais; facilitar o acesso a benefícios e programas de transferência de renda; oportunizar o acesso a serviços setoriais são ações que podem incidir no combate às violências baseadas em gênero.

Agora, a partir das reflexões trazidas até aqui, cogite sobre as oportunidades de trabalho que se tornam possíveis no cotidiano da proteção social básica.

Na ilustração abaixo podemos conhecer as diferentes ações a serem executadas pelo trabalho social com famílias: de cunho individual ou coletivo elas precisam ser planejadas e avaliadas pelas equipes, assim como, pelas famílias que usam o serviço. Essa é uma forma de a família fortalecer seu processo de emancipação.

Lembrando que...



A segurança de acolhida refere-se

ao provimento de necessidades humanas básicas, tais como alimentação, vestuário, abrigo e também a vida em sociedade.

A segurança de convívio

vincula-se à garantia do direito à convivência familiar e comunitária na perspectiva de desenvolver potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais e políticas, contemplando a dimensão multicultural, intergeracional, interterritorial, e intersubjetiva, entre outras.



Fonte: <https://www.gesuas.com.br/blog/oficinas-paif-scfv/>

Vale dizer que as famílias são dotadas de potenciais e recursos. Elas possuem suas histórias, construídas com um saber próprio onde desenvolveram estratégias de sobrevivência e resistência. O trabalho social com famílias não significa uma postura “salvadora” por parte dos profissionais, e sim um lugar de facilitadores de processos, ou seja, identificando e potencializando o saber que

as famílias e a comunidade desenvolveram com base em situações pregressas.

Desde a acolhida, assim como nas ações comunitárias ou particularizadas, já é possível propor reflexões sobre as VBG. Destaque para as oficinas que são reuniões com uma participação mais ativa dos seus membros. O importante é que trabalhadores do SUAS observem a oportunidade de realizar o trabalho preventivo e o potencial destes espaços para vivências e reflexões no tema. Técnicas de facilitação de grupos, recursos audiovisuais, atividades culturais são alguns exemplos que podem ajudar.

A lógica de um trabalho continuado e pautado em proteção, prevenção e proação no território voltado para o enfrentamento às VBG, pode acontecer nos dois serviços:

1. No Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): estabelecer espaços coletivos de escuta e troca de vivências para tratar sobre questões relacionadas às VBG. Explorar a temática, relacioná-la às situações cotidianas que naturalizam as violências de modo geral e especificamente as VBG. Convidar profissionais da rede intersetorial (Saúde, Educação, Centros de Referência) para abordar o tema de forma interdisciplinar. Acionar

recursos como rodas de conversa, oficinas e atividades culturais temáticas. Pense sempre na possibilidade do encontro entre diferentes agentes para enriquecer a troca de ideias. Os encontros podem começar refletindo os lugares e convenções de gênero a partir de exemplos reais.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: OUTRA FRENTE PROMISSORA DE TRABALHO

2. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): a própria organização dos grupos respeitando a diversidade já constitui uma forma de enfrentamento à VBG. Novas demandas apresentadas por sujeitos que não procuravam os CRAS como população LGBTQIA+ e pessoas do sexo masculino podem compor um grupo reflexivo neste tema. São corpos diferentes dos corpos das meninas, adolescentes e mulheres que comumente comparecem aos CRAS. Porém, se pensarmos relacionalmente, também são corpos atingidos pela VBG. Os grupos configuram oportunidade de diálogos e fazeres, desenvolvimento do sentimento de pertença, valorização e reconhecimento, tomadas de decisões individuais e coletivas, aprendizado em conjunto, reconhecimento e respeito às diferenças, entre outros. Podemos até vislumbrar um grupo que se consolide, de modo a sistematizar sua prática e multiplicá-la no território. As práticas incluem oficinas culturais, de lazer, entre outras, mas tenha em mente que as atividades oferecidas não se encerram em si mesmas, pois são estratégicas para estimular a participação do contexto comunitário, mobilizar os atores locais na reflexão sobre os temas, no caso, as violências baseadas em gênero.

Lembre-se!

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

(SCFV) vinculados aos CRAS complementa o trabalho

ofertado pelo PAIF e integra o conjunto dos serviços do SUAS. Oportuniza à população, de diferentes ciclos de vida (adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas), reflexões que contribuem para novos projetos de vida. O trabalho possui caráter preventivo e proativo combinando necessidades dos participantes e demandas locais. É mais um espaço onde as pessoas podem expressar suas dificuldades e buscar, de forma conjunta, soluções para as situações de vulnerabilidades enfrentadas. Assim o SCFV é uma rica oportunidade de refletir sobre as VBG, aproximando as diferentes gerações, com atividades criativas, prazerosas e atrativas. É possível trabalhar um tema sério com leveza! PAIF e SCFV precisam estar em sintonia!



ALGUNS TEMAS E ATIVIDADES:

1. Muitas mulheres são chefes de domicílio, mas a presença de um companheiro ou do filho adulto em casa faz diferença na sua comunidade? Por quê?
2. Convide o Centro de Referência da Mulher para conversar com as usuárias do equipamento sobre dúvidas em relação à denúncia de violência, sem pressioná-las.
3. Quais os sentidos da maternidade da adolescência? Convide uma adolescente disposta a compartilhar sua experiência.
4. Convide um profissional da Saúde Mental e da Educação Infantil e proponha que eles falem sobre modos de explicar sobre sexualidade para crianças, incluindo os cuidados e limites com seu próprio corpo e do outro.
5. Quais são os Direitos Sexuais de Adolescentes? Convide o núcleo de saúde do adolescente, do território, para falar sobre esse assunto.
6. Faça uma roda com adolescentes para refletir sobre cyberbullying e nudes.
7. Convide representantes do Centro de Referência LGBTQIA+, da Saúde Mental para explicar sobre a homossexualidade e seus desdobramentos na adolescência.
8. Levante atividades que já acontecem no território e proponha uma ação em conjunto.
9. Planeje uma atividade musical com diferentes gerações e proponha a reflexão das letras das canções que te permitam falar sobre VBG.



Dica

Você pode indagar as famílias que comparecem ao CRAS ou estão inseridas no PAIF sobre assuntos relacionados à VBG que elas tenham interesse em aprofundar.

3. GESTÃO DO TERRITÓRIO, INTEGRALIDADE E INTERSETORIALIDADE PARA ENFRENTAR AS VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

O tema território adquire importância para a Política de Assistência Social em 2004 na formulação da PNAS. Como destacado mais recentemente na NOB-SUAS em 2012, ele é entendido como estruturante para a provisão dos serviços,

de acordo com os níveis de proteção. Você sabe o que significa Gestão Territorial?

O poder público possui o compromisso com a oferta dos serviços socioassistenciais e isso precisa ser compatível com as necessidades locais. É importante também que exista vinculação entre as equipes de referência dos serviços e a sua área de abrangência.

Isso significa que na dimensão da Proteção Social Básica, o CRAS, antes mesmo de ofertar o PAIF, possui a função primeira de planejar a Gestão do Território.

TERRITORIALIZAÇÃO É uma estratégia que possibilita flexibilidade aos entes da federação para desenvolverem sua política de assistência social, visando atender melhor as especificidades e necessidades de cada região.

Territorialidade está além do território administrativo delimitado por bairros. Concentra-se nas particularidades locais do contexto social das famílias, com suas relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Como são as formas de organização e interação neste contexto?

É com base neste princípio que a Assistência poderá identificar as vulnerabilidades e riscos para planejar seu trabalho em duas dimensões: aquelas que dizem respeito a sua competência e responsabilidade; e as ações intersetoriais com outras políticas territoriais definidas.

Por que isso é tão importante?

A Assistência Social é complexa. As ações que compõem a gestão do território sintetizam uma fundamental atribuição dos CRAS para auxiliar na organização e no entendimento de como o território funciona: suas especificidades e aspectos culturais importantes para a população. Quais são as condições sociais e econômicas das famílias do território onde trabalhamos? A vulnerabilidade pode estar para o indivíduo, para um grupo, uma ou mais famílias, ou toda a localidade. Ao ter em conta as fragilidades e potencialidades locais, o planejamento da intervenção pode contribuir para minimizar vulnerabilidades e riscos. Vale dizer que os trabalhadores do SUAS no âmbito da proteção social básica, por estarem em uma linha de frente, contribuem consideravelmente neste sentido, pois participam do cotidiano do território de forma muito presente, como uma dimensão muito introjetada da sua atuação profissional.

3.1. Como a Gestão Territorial pode aprimorar o entendimento sobre as VBG?

A intervenção sobre as VBG exige esforços e habilidades de diferentes serviços e instâncias. É preciso incluir agentes de outras políticas intersetoriais como a Saúde Mental, Trabalho e Renda, Centros de Referência da Mulher, Centros de

Cidadania LGBTQIA+, Segurança Pública, bem como instituições da sociedade civil organizada como ONGs, associações e coletivos.

A união das políticas públicas incide diretamente sobre a violência estrutural. E todas as outras formas de violência, entre elas as VBG, derivam da violência estrutural. A violência nos territórios é resultante de vários fatores, entre os quais a ausência do Estado como agente de proteção e do desenvolvimento local. Essa é uma leitura que ajuda a romper com as práticas de culpabilização dos sujeitos por suas próprias condições. Uma vez que as políticas estejam articuladas em rede

é possível trabalhar em prol da garantia das seguranças de renda, de acolhida, de convívio, proteção e cuidado. Neste processo se inserem também as ações de fortalecimento das potencialidades dos sujeitos e dos territórios, visando à autonomia, o protagonismo e a superação das formas de discriminação e preconceito com base no gênero.

Quais são as vulnerabilidades enfrentadas por meninas, mulheres, população LGBTQIA+ e idosas do território onde seu equipamento está situado? Que direitos você percebe como mais violados? Em que tais violações favorecem violências baseadas em gênero? Que potencialidades podem ser identificadas e estimuladas? Tentar refletir sobre essas perguntas e buscar respondê-las desdobra-se em um mapeamento das situações de risco e violações de direitos (acerca das violências baseadas em gênero) no território no qual trabalha.

Lembra quando afirmamos que a violência não é temática exclusiva da Assistência social ou de um nível de proteção? Certamente a Assistência Social precisa abranger uma rede composta pelos serviços públicos, privados e não-governamentais para alcançar a proposta de enfrentamento às VBG.

A violência estrutural

reúne os aspectos resultantes da desigualdade social, da penúria provocada pela pobreza e pela miséria e a discriminação que se expressa de múltiplas formas.

Você e sua equipe conhecem os serviços públicos, centros de referências, associações e coletivos no seu território, cuja a temática de trabalho é gênero? Uma reunião com estes diferentes serviços e instituições muito tem a contribuir no mapeamento das situações de risco e violações de direitos.

3.2. Integralidade e Intersetorialidade na atuação em rede: “pensando juntos, realizamos mais”

Integralidade e Intersetorialidade — assim como a equidade, universalidade, gratuidade e respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais — são dois princípios orientadores do modelo de gestão ofertado pelo SUAS.

Lembra?



O SUAS foi instituído em 2005, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB SUAS 2005, atualizada pela NOB SUAS 2012). Em 2011 a Lei n. 12.435, incorporou o SUAS à Lei Orgânica da Assistência Social implantando um modelo de gestão calcado na participação, no controle social, na descentralização e no compartilhamento de responsabilidades entre União, estados, municípios e Distrito Federal (Brasil. MDS, 2011b).

No capítulo 10 desta cartilha nos dedicaremos a explorar sobre a importância destes dois princípios — integralidade e intersetorialidade — na construção de uma rede voltada para o enfrentamento das VBG, porque eles possuem uma especial articulação. A Proteção Social integral requer que os diferentes setores dialoguem e caminhem em consonância. Isoladamente as políticas setoriais não possuem condições de garantir direitos. É possível que a relação entre as diferentes políticas no intuito de se complementarem, contenha tensões e conflitos, pois são vários setores, leituras políticas e normativas buscando uma via comum para prover as necessidades das usuárias e usuários.

Deste modo, a articulação intersetorial pode acontecer envolvendo instituições do SUAS, SUS, Sistema Judiciário, Sistemas de Defesa de Direitos, e outras situadas no território: escolas, conselhos tutelares, centros de referência.

A PSB é estruturada nos territórios mediante a oferta de um conjunto de serviços, que devem atuar de modo articulado e planejado, no intuito de assegurar a proteção social às famílias na perspectiva da integralidade.

COMO A INTEGRALIDADE ACONTECE NO ATENDIMENTO?

Referência e Contrarreferência:

É provável que ao realizar o trabalho de prevenção às VBG no âmbito do CRAS, situações de violência sejam deflagradas e necessitem de acompanhamento especializado. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, as situações de violência são acompanhadas no nível da Proteção Social Especial e o trabalho é realizado pelos Centros de Referência

Quando falamos de referência nos referimos ao trânsito do nível de menor complexidade para o de maior complexidade, ou seja, ao encaminhamento CRAS a qualquer serviço socioassistencial ou a outra política setorial no seu território de abrangência. A contrarreferência, refere-se ao trânsito do nível de maior complexidade para o de menor complexidade. Dos CREAS ou por outro serviço setorial para os CRAS.

Especializada de Assistência Social (CREAS), mais especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Neste sentido, será necessário referenciar a pessoa ou a família em situação de violência para o CREAS, ou ainda, para outras políticas públicas. A **referência** e a **contrarreferência** dizem respeito às relações estabelecidas entre serviços no processo de atendimento e acompanhamento das famílias. Representa a partilha de responsabilidades visando a proteção integral. O encaminhamento precisa ser feito em comum acordo com as usuárias e usuários. CRAS e CREAS pensando juntos é condição indispensável para o trabalho social com famílias em situação de violência, articulando ainda com a rede intersetorial para buscar a integralidade no atendimento das demandas.

Fluxos de Atendimento:

Podemos entender a integralidade como uma dimensão mais ampla que abarca a integração intersetorial. Parece um jogo de palavras, mas não é, se pensarmos na complexidade das demandas que variam de acordo com os casos. O trabalho em rede está pautado tanto no conhecimento dos serviços ofertados pelas diferentes políticas públicas, quanto pelo desenho de um fluxo incluindo os serviços necessários. Os fluxos vão além das nossas redes pessoais de encaminhamento. São construídos e pactuados coletivamente. Evitam a sobreposição de encaminhamentos. A integração das diversas políticas rompe com trabalhos segmentados. A articulação em rede facilita o acesso aos direitos, insere nos serviços, promove cidadania e participação social.

Ainda que os fluxos sejam um norte para a execução do acompanhamento e atendimento às pessoas em situação de violência, eles não podem ser enrijecidos. São processos dinâmicos que podem ser revisitados e reconstruídos, já que a complexidade humana sempre nos reservará situações inusitadas e atípicas que geram a necessidade de estudos de casos e pactuações específicas.

Algumas possibilidades de fluxos:

Embora estejamos refletindo sobre o trabalho no âmbito da prevenção, não descartamos a possibilidade de que situações de violências baseadas no gênero venham à tona. Neste caso, alguns encaminhamentos podem ser realizados.

1. a vítima (independente do ciclo de vida) necessita de atendimento médico > hospital (que providenciará a ficha de notificação da violência do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN e a encaminhará para os demais serviços).

2. a vítima não necessita de atendimento médico > se for do seu interesse você pode encaminhar para serviços como: Delegacias Especializadas, Centros de Referência, Defensoria Pública.

OBS: Se a vítima for uma criança ou adolescente é necessário notificar o Conselho Tutelar.

Em se tratando das VBG a rede intersetorial inclui unidades de Saúde, Assistência Social, Ministério Público, Delegacias Especializadas, Sistema de Justiça, Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Centros de Referência, Conselhos de Direitos. De acordo com a conjuntura pode acontecer de uma dessas instituições assumir uma posição de liderança. É importante saber que integralidade existe para nos lembrar que nenhuma política consegue resolver a questão sozinha. Mesmo preservando os limites da atuação na proteção básica, como o CRAS pode contribuir nesse processo?

Em relação às VBG, o CRAS na gestão do território possui condições para:

- 1. Viabilizar a função de referência e contrarreferência;**
- 2. Contribuir para a organização da rede de proteção social básica (no território);**
- 3. Aproximar a população dos serviços;**
- 4. Coletar informações sobre o território para uma ação preventiva;**
- 5. Evitar sobreposição de ações de modo a contribuir para a efetividade da PAS e o fortalecimento do SUAS.**

Outra interpretação para integralidade

Nos parágrafos anteriores nos dedicamos à integralidade como princípio norteador para o trabalho da rede intersetorial. Encerramos esta seção convidando a leitora e o leitor a refletirem sobre a integralidade na perspectiva do atendimento. De que valerá os esforços para integrar a rede intersetorial se o atendimento reproduzir uma ação partida e segmentada?

A integralidade no atendimento busca reconhecer as muitas dimensões que compõem os indivíduos e as múltiplas possibilidades de serviços que dialogam (ou deveriam dialogar) para atendê-lo — a isso chamamos de multidimensionalidade. Ainda que não seja possível alcançá-la em sua plenitude, é necessário e possível superar uma visão fragmentada e reducionista da prática de trabalho.

Os atendimentos às situações de violências baseadas no gênero são permeados pela escuta, acolhimento, vínculo, acesso à informação e aos serviços. O primeiro passo é valorizar a escuta. Acolher a queixa e o sofrimento

trazido pela pessoa. Colocar atenção, demonstrar interesse pela sua fala, sua história, seu ponto de vista, reconhecer e/ou construir com ela ou ele suas necessidades e demandas, mesmo que não sejam contempladas no escopo da Assistência Social, indicando a necessidade de recorrer à intersetorialidade.

Por fim, reiteramos que a responsabilidade dos trabalhadores do SUAS, no âmbito da proteção social básica, os convida a refletir sobre as possibilidades de intervenção na ótica da prevenção e promoção de mudanças, com a formulação de estratégias para o enfrentamento às VBG. O trabalho do CRAS pode provocar muitas mudanças positivas no território e permitir a revisão de comportamentos e convenções de gênero, que agem na retaguarda potencializando as violências.



Dica de atividade:

Levante as instituições que compõem a rede de enfrentamento à violência contra a mulher, à violência contra população LGBTQIA+, serviços de proteção às meninas e adolescentes em situação de violência. Promova um encontro de apresentação entre as equipes. Observe que a despeito das especificidades de cada população atendida, quais seriam as conexões que existem nas situações de violência. A partir disso, como podem se fortalecer mutuamente. Eleja uma dessas instituições para apresentar seu trabalho na próxima reunião SCFV.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; FONSECA, T. M. A.; FERRO, V. S. (orgs). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos:** fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** II a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CARMO, Michelly Eustáquia; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública. 34(3). 2018.

IANNI, O. **Violência na sociedade contemporânea.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v.7 nº 12, p. 7-28, 2002.

MELO, M. C. P.; COELHO, E.A.C.; (ET.AL). **Integralidade e gênero como base teórica para o cuidado à saúde de adolescentes grávidas**. REME – Revista mineira de enfermagem. V.17 (3), 2015. Disponível em <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/685>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência social sob a perspectiva da saúde pública**. Caderno Saúde Pública, v. 10, suppl. 1 Rio de Janeiro, 1994: 7-18.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2009.

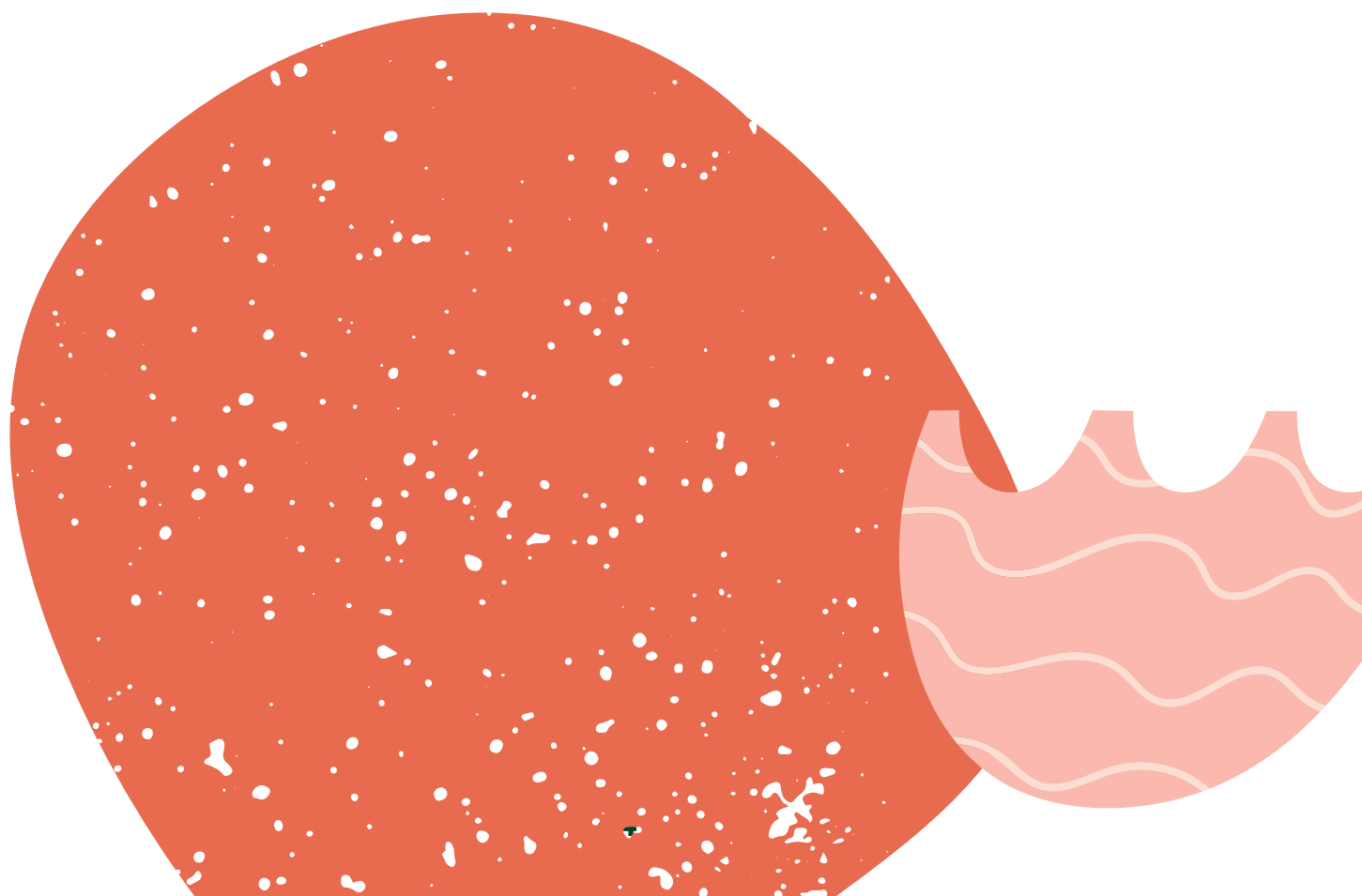
Organização Mundial de Saúde - OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez. 1990.

SILVA, J. F. S. **Violência e Serviço Social**: Notas críticas. In: Revista Katálisis. Florianópolis, v.11, nº 2, p 265-273, 2008.

SOUZA, S.P.; BRONZO, C. Os desafios da gestão territorial na proteção básica em uma metrópole. Serviço Social e Sociedade, n.137, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hympvWvPKmMgFd4XV7bkhqR/?lang=pt>

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco. 1994



LINKS

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/dossie-mulher-maior-parte-da-violencia-contra-mulher-ocorre-dentro-de-casa>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Contribuicao%20para%20o%20Aprimoramento%20do%20PAIF%20final.pdf

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

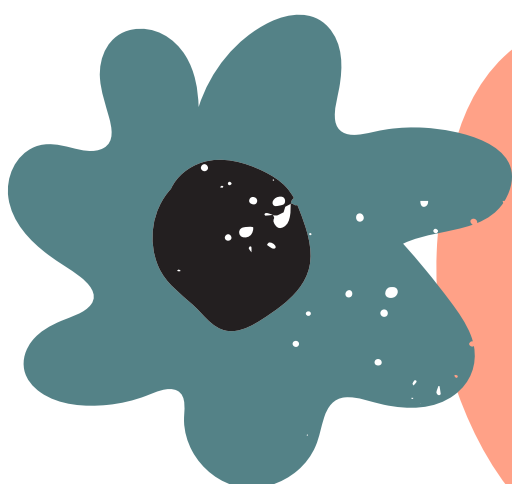
<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico>

<https://www.politize.com.br/organizacoes-da-sociedade-civil/>

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>

<https://www.dw.com/pt-br/o-que-faz-o-brasil-ser-l%C3%ADder-em-viol%C3%A2ncia-contra-pessoas-trans/a-58122500>



Proposta de atividade

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE: É HORA DE METER A COLHER, VAMOS JUNTOS?

OBJETIVO: Sensibilizar profissionais para a importância da assistência social no enfrentamento das violências baseadas em gênero.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde e educação.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Saco de balas, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Diferenças, atitudes e ética no atendimento (15 min).

Receba o grupo com as cadeiras em círculo. Cada participante do grupo deve sentar em uma cadeira e receber 3 balas. Explique que você fará 14 perguntas sobre as aspirações profissionais e o cotidiano de trabalho da turma. Toda vez que a resposta do participante for sim, ele deve passar uma bala para a pessoa que está à sua direita. Quando for não, ele fica com a bala para ele. Se em algum momento uma pessoa estiver sem nenhuma bala e quiser responder sim, ela não precisa passar a bala.

Pergunta 1 – Você recebeu apoio da família para sua escolha profissional?

Pergunta 2 – Já teve alguma experiência desagradável com algum superior?

Pergunta 3 – Sabe guardar segredo?

Pergunta 4 – Já pensou em desistir da carreira?

Pergunta 5 – Já realizou alguma tarefa para o qual não foi capacitado?

Pergunta 6 – Suas opiniões pessoais ou crenças influenciam no seu trabalho?

Pergunta 7 – Você já se arrependeu de alguma decisão no trabalho que acabou prejudicando outra pessoa?

Faça uma pausa e diga que eles vão inverter: na próxima bateria de perguntas se a resposta for sim eles passarão uma bala para quem tiver do lado esquerdo e, se for não, deverão não fazer nada.

Pergunta 8 – Se voltasse 5 anos atrás, faria tudo diferente?

Pergunta 9 – Já deixou de fazer algo por cansaço ou preguiça?

Pergunta 10 – Tem dificuldade de confiar nas pessoas?

Pergunta 11 – Prefere trabalhar em grupo do que sozinho?

Pergunta 12 – Já preferiu se calar ou se omitir por medo das consequências?

Pergunta 13 – Já sofreu preconceito alguma vez?

Pergunta 14 – Já foi preconceituoso alguma vez?

Ao final de todas as rodadas, proponha a seguinte reflexão ao grupo:

1. O que esta atividade nos ensina?
2. Todo mundo teve as mesmas respostas? Por que?
3. As nossas respostas impactaram as outras pessoas? Como?
4. Como se sentiu as pessoas que ficaram com muitas balas? E as que ficaram com poucas ou nenhuma?
5. Normalmente a gente tem tempo para planejar ou para refletir sobre a nossa vida profissional? E a cotidiana?
6. Pensando nos serviços de atendimento social, de que maneira a nossa forma de atuar impacta na vida dos assistidos?
7. De que forma nós deixamos as nossas vivências e opiniões pessoais influenciarem nos atendimentos que fazemos?
8. Como os nossos preconceitos podem afetar o trabalho de atendimento às vítimas?

Refletir com o grupo que, assim como na dinâmica, na prática do atendimento social as ações individuais impactam no coletivo e até mesmo no destino dos atendidos. Por este motivo, apesar das opiniões pessoais e individualidades, é importante ter ética, respeito nas relações, atenção aos marcos legais, compromisso com o fluxo e o entendimento do papel de cada serviço de atendimento.

► ETAPA 2 – As Violências baseadas em gênero (20 min)

Exiba para o grupo a animação “Sunshine - No confundir amor com abuso”, do Programa Fortaleciendo Familias / Parentalidad Positiva (disponível em <https://youtu.be/eis6QZNIW3E>). Ao final, pergunte ao grupo:

1. Você já soube de alguma situação como essa na sua vida pessoal? E no trabalho?
2. Essas situações acontecem só com jovens como os do vídeo? Como ela ocorre na dinâmica familiar e matrimonial?
3. É difícil perceber o limite entre o que é normal em uma relação e uma violência baseada em gênero? Qual é esse limite?
4. A violência baseada em gênero necessariamente envolve a violência física? Por que?
5. Que tipo de violência de gênero aparece com mais frequência no seu serviço?
6. Que papel a Assistência Social ocupa na agenda das Violências baseadas em gênero?
7. Qual a importância do conhecimento sobre violências baseadas em gênero na sua prática profissional?

Conclua as reflexões deste momento, chamando a atenção de que a violência contra mulher é um problema da sociedade e todos e todas que atuam na administração pública devem empenhar esforços para que a vítima saia do ciclo de violência.

De acordo com pesquisas realizadas em equipamentos de atendimento à mulher na assistência social, quando uma mulher sofre violência ela não procura primeiro um serviço especializado. Por este motivo é muito importante que profissionais do SUS e SUAS estejam atentos para as questões de gênero. Equipes do CRAS que atuam na busca ativa, por exemplo, tem um importantíssimo papel na identificação e encaminhamento de casos com rapidez e cuidado, a fim de proteger a vida da vítima.

ETAPA 3 – O papel da Assistência Social no enfrentamento das Violências baseadas em gênero (15 min)

Cole dois cartazes na sala, um com o título “Proteção social básica” e outro com o título “Proteção especial básica”. Peça para que os participantes circulem pela sala e listem aleatoriamente nos cartazes as atividades e/ou serviços de enfrentamento das violências baseadas em gênero que competem a estas diferentes estratégias da Política Nacional de Assistência Social. Para ajudar, projete na tela a diferenciação entre as duas:



Proteção Social Básica no Sistema Único de Assistência Social

– as equipes de profissionais desta proteção devem voltar o seu trabalho para o planejamento e execução de ações antecipadoras às ocorrências ou ao agravamento de situações de risco social e vulnerabilidades, que podem dificultar o acesso da população aos seus direitos sociais.



Proteção Social Especial no Sistema Único de Assistência Social

– quando as famílias e indivíduos já se encontram em situações que são traduzidas como violação de direitos, risco social e pessoal com perda de vínculos afetivos, devem ser atendidas pela Proteção Social Especial. Significa dizer que são situações que extrapolam a função da Proteção Social Básica.

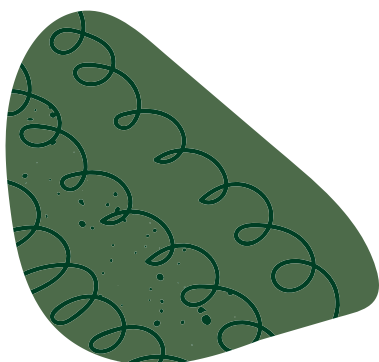
Encerre a atividade fazendo uma leitura coletiva dos apontamentos e questionando que estratégias ou atividades podem ajudar a prevenir e enfrentar as violências baseadas em gênero, reduzir preconceitos e aumentar a conscientização de suas equipes sobre o assunto.



Dica!

Para aprofundar as questões desta atividade você pode usar na sequência a atividade sobre tipos de violências baseadas em gênero (atividade 2 do capítulo 6) e ampliar a visão do grupo sobre diversidade sexual utilizando a atividade 1 do capítulo 8.

... e se ela acontecer online: Na etapa 1 você pode utilizar ferramentas digitais, como o Mentimeter, para transformar o Jogo do Gênero em um quiz interativo, com exibição da estatística dos resultados das perguntas em tempo real. Na etapa 4, ferramentas de construção de mapas mentais online como o Padlet, Miro e Jamboard podem substituir os cartazes.



PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Apostila “**O Sistema Único de Assistência Social e a Igualdade de Gênero, módulo II: violência contra a mulher**”, do Sistema de Informação e Gestão da Assistência Social de Pernambuco – SIGAS. Disponível em <https://www.sigas.pe.gov.br/files/09092016114819-ead.turma.3.modulo.3.pdf>

Apostila de curso de EAD para profissionais da Assistência Social do Estado de Pernambuco.

- Cartilha “**Contribuições para o Aprimoramento do PAIF – Gestão, família e território em evidência**”, do Ministro do Desenvolvimento Social. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Contribuicao%20para%20o%20Aprimoramento%20do%20PAIF%20final.pdf

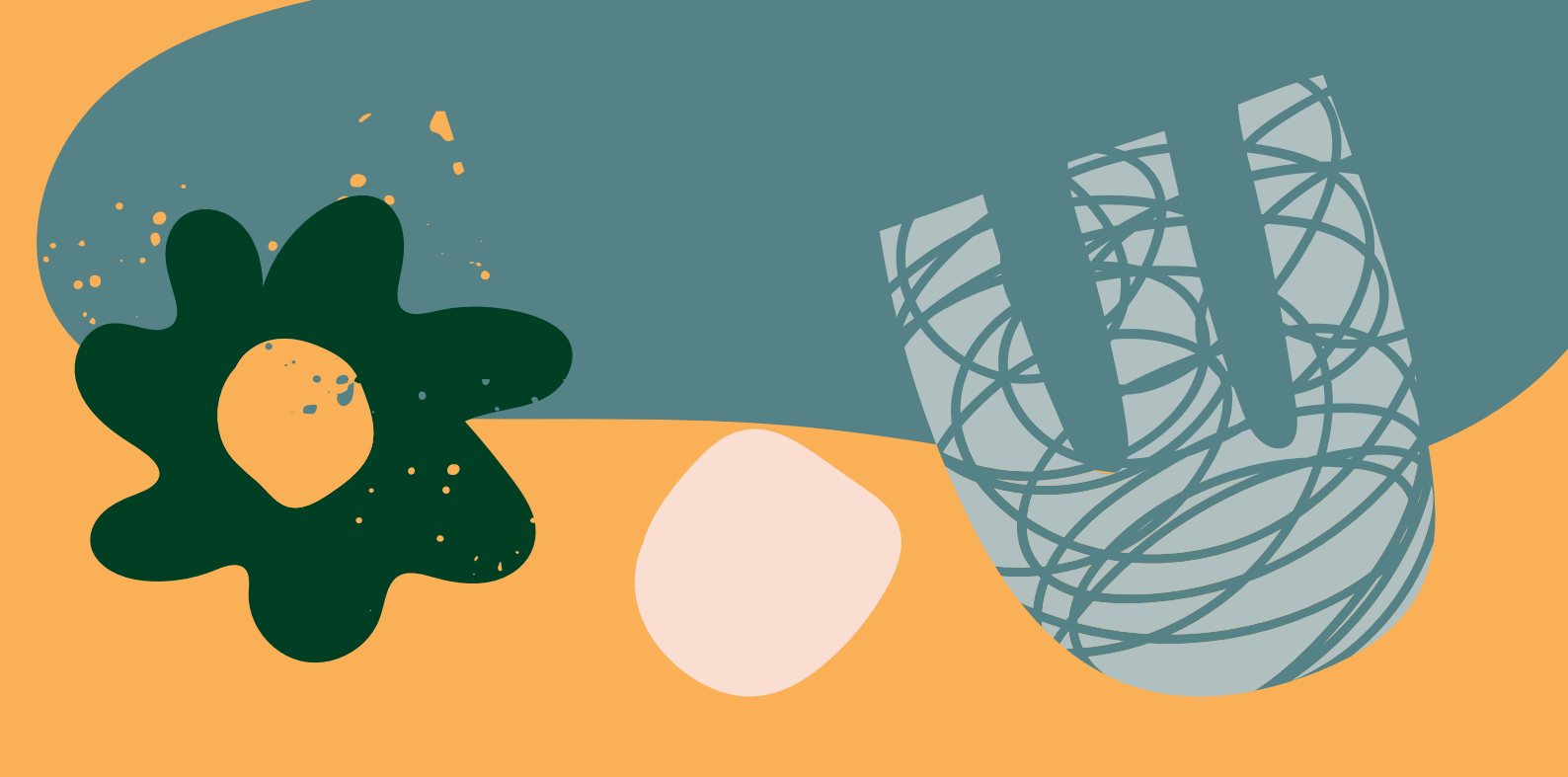
Esta cartilha tem por objetivo contribuir para o enraizamento do trabalho social no PAIF e dos CRAS em seus territórios como força mobilizadora e articuladora de escutas coletivas das famílias e apoios; de formação de redes de proteção e de estratégias coletivas para produzir ações de proteção e inclusão social, que conduzam a melhorias na qualidade de vida das famílias, alcançando relações familiares e com o próprio território.

- Caderno “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

Apresenta diretrizes gerais para implementação dos serviços da rede de atendimento, que têm sido financiados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e pelos parceiros do Governo Federal, no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

- “Revista CREAS”, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Revista/RevistaCreas.pdf

Cartilha desenvolvida pelo Governo Federal com o objetivo de detalhar as ações previstas para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).



Gênero e equidade

TÁSSIA ÁQUILA

“Nada nos é oferecido, tudo é uma conquista”.

(Conceição Evaristo)

1. POR QUE FALAR DE MULHERES?

É muito importante reconhecermos a necessidade de se falar de mulheres, entendendo-as como um grupo específico que foi e ainda é muito discriminado por conta do seu gênero.

O relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês) de 2020 estima que, no ritmo atual, seriam necessários 136 anos para que o mundo atinja paridade de gênero. O WEF mede a paridade por meio de quatro indicadores: participação econômica e oportunidade, educação, saúde e capacitação política. A desigualdade entre gêneros é uma realidade presente atualmente e que, historicamente, vem carregando às mais diversas formas de violências, opressões e desvantagens contra as mulheres.

A busca pela **equidade de gênero** tem uma história que passa pela luta dos direitos das mulheres e precisamos considerar às condições diversas que elas se encontram e compreendermos que a redução das desigualdades não se restringe e nem se encerra nas mulheres. Por isso, antes de adentrarmos o tema da equidade de gênero, precisamos fazer duas ressalvas:

1. a situação de mulheres difere de acordo com sua classe social, sua raça/etnia, seu local de moradia, entre várias outras marcações que se interseccionam².
2. não atingem apenas mulheres, mas outros corpos diversos que carregam **traços de feminilidade**³ ou a ausência destes em corpos com o sexo anatômico feminino.

A busca pela equidade de gênero busca reduzir essas disparidades e desequilíbrios. Por isso ela se torna cada vez mais emergencial na sociedade. Mas você sabe o que isso quer dizer?

INTERSECCIONALIDADE

A forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras, segundo a autora Crenshaw (2002, p.77).

SEXO ANATÔMICO

se refere a anatomia do órgão sexual feminino ou masculino. O sexo anatômico nem sempre está em consonância com as identificações de gênero, como transsexuais, travestis, queer.

3. IGUALDADE X EQUIDADE

A busca por equidade não é o mesmo que igualdade, pois não visa dar a mesma oportunidade a todos independentemente de suas necessidades, mas envolve uma reparação de desigualdades através de políticas públicas, para garantia de acesso a direitos e oportunidades. Nesse sentido, as políticas públicas relacionadas ao gênero são aquelas ações que têm como sujeito as diferentes identidades de gênero e, assim, estão voltadas para promover efetivamente a equidade social, política e econômica entre os sexos. Isto é, promover a paridade de gênero é reconhecer e considerar as especificidades de cada mulher, desnaturalizando ideias de submissão ou de diferença entre os sexos como desigualdades. Ideias que nos conduzem a uma forma de violência, a de gênero.

2 A noção de interseccionalidade aparecerá algumas vezes nesse capítulo, mas lembrando que nesta cartilha temos um capítulo “Gênero e interseccionalidade” que aprofunda o tema.

3 Feminilidades e masculinidades funcionam como construção sociais relacionadas às diversas identidades de gênero que permeiam o imaginário social, não significam a mesma coisa que o sexo biológico, pois podem existir em diversos corpos. Esses temas serão trabalhados nos capítulos posteriores.

CONSTRUÇÃO CULTURAL DE PAPÉIS SEXUAIS

A antropóloga Margareth Mead pesquisou três povos em seu livro *Sexo e Temperamento* (1930). Observou que no primeiro eram "maternais", cooperativos e sociáveis, isto é, todos possuíam atributos considerados femininos pela sociedade Ocidental, sem uma distinção entre papéis sexuais femininos e masculinos. O segundo era o extremo oposto, homens e mulheres "ativamente masculinos" e viris. No terceiro haveria uma inversão das atitudes sexuais da cultura ocidental, a mulher seria o parceiro dirigente, dominador e impessoal, e o homem a pessoa emocionalmente dependente.

ATENÇÃO!

As mulheres sempre tiveram uma história, estiveram nas histórias e participaram das principais mudanças políticas nas lutas por direitos. O fato de não termos ouvido falar de sua participação, diz respeito a um processo de apagamento e invisibilidade de mulheres como figuras importantes. Por mais que tenhamos hoje uma história específica das mulheres que coloque o início de sua luta por direitos no início do século XX, ainda existem histórias não contadas, não contextualizadas ou que tiveram seu papel diminuído, sem o devido crédito. Em uma tentativa de romper esse apagamento atualmente tem sido resgatado protagonistas como Ana de Sousa (Rainha Nzinga Mbandi), Maria Firmina dos Reis, Paraguaçu, Chica da Silva, Maria Quitéria entre muitas outras.

LGBTQIA+

L: LÉSBICAS

É uma orientação sexual e diz respeito a mulheres (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídas afetiva e sexualmente por outras mulheres (Também cis ou trans).

G: GAYS

É uma orientação sexual e se refere a homens (cisgênero ou transgênero) que se sentem atraídos por outros homens (também cis ou trans).

B: BISSEXUAIS

Bissexualidade também é uma orientação sexual; bissexuais são pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente tanto com homens quanto com mulheres (inclusive homens e mulheres transgênero, que também podem ser bissexuais).

T: TRANSEXUAIS OU TRAVESTIS

Este é um conceito relacionado a identidade de gênero e não a sexualidade. Pessoas transsexuais não se identificam com o sexo anatômico biológico.

Q: QUEER

É a reivindicação de não ter que se adequar a nenhuma identidade de gênero, mas se vêem como sendo de um terceiro gênero, fluido/andrógino. A pessoa queer também não vê sua orientação sexual definida como hétero ou homossexual.

I: INTERSEXO

A intersexualidade descreve as pessoas que podem nascer com genitais correspondentes a um sexo, mas ter o sistema reprodutivo e os hormônios do outro, ou podem apresentar uma anatomia sexual que não é nem masculina nem feminina.

A: ASSEXUAL

Os assexuais são as pessoas que não sentem atração sexual, seja pelo sexo ou pelo mesmo sexo - o que não significa que não possam desenvolver sentimentos amorosos e afetivos por outras pessoas.

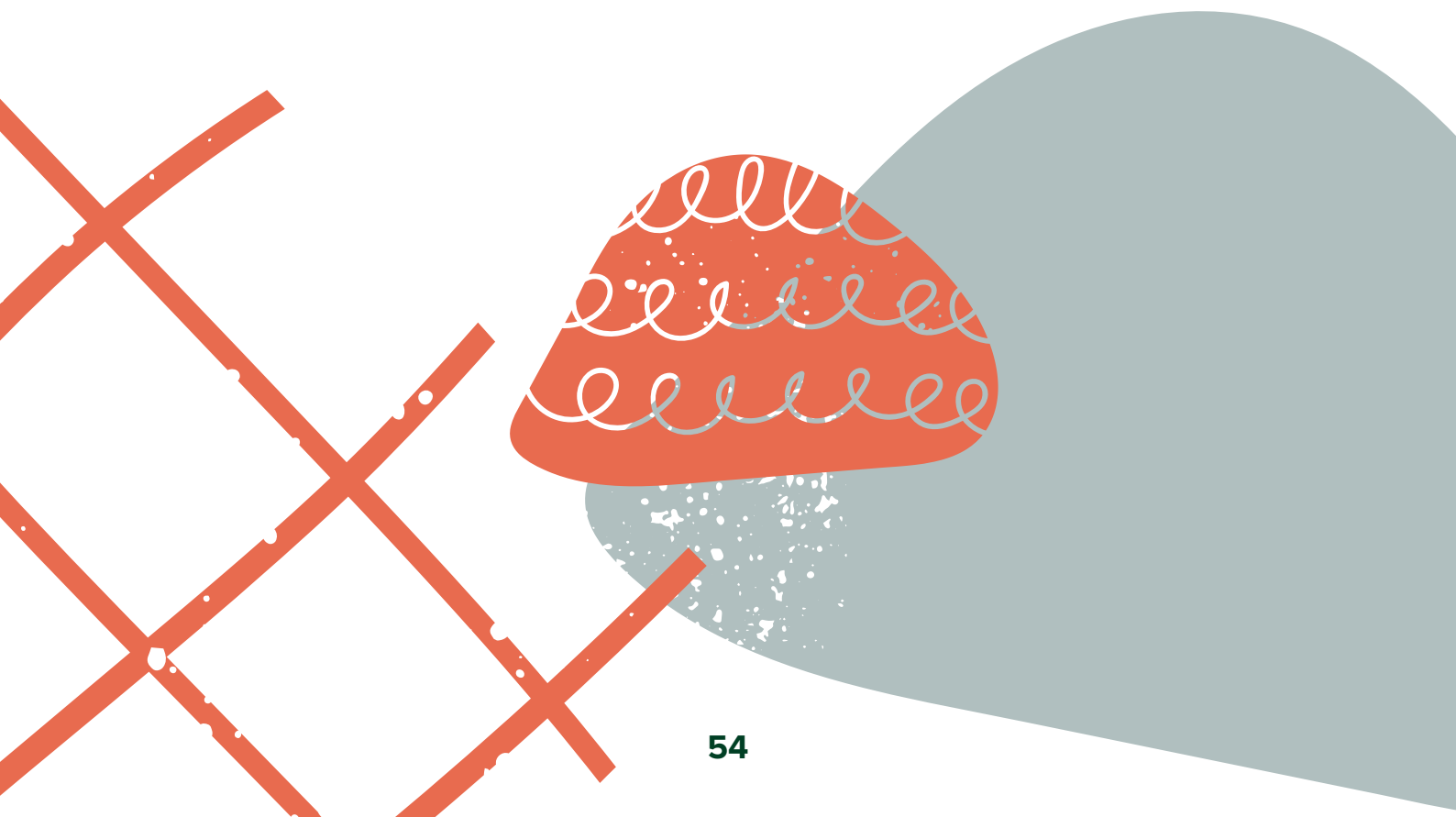
+:

Demais orientações sexuais e identidades de gênero. Só nos EUA já foram registradas mais de 58 identidade de gênero e orientações sexuais.

Apesar das políticas públicas pretenderem a reparação de desigualdades históricas, devemos ter em mente que as mulheres não são todas iguais. Variam de acordo com a identidade de gênero (cisgênero ou transgênero), o lugar onde tenham nascido (campo ou cidade), local onde moram, a orientação sexual (heterossexual ou LGBTQIA+), classe social, faixa etária (criança, adolescente,

adulta ou idosa), cor da pele ou etnia (negra, amarela, branca ou indígena), etc. Para que as políticas públicas sejam universais, isto é, atendam as necessidades de todas as pessoas que são afetadas pelas desigualdades de gênero, é necessário que sejam adotadas medidas adequadas para o enfrentamento das discriminações e/ou explorações de identidades de gênero, raça/etnia, classe, orientação sexual, ocupação e de condições físicas, entre outras. A necessidade de falarmos de equidade de gênero nos faz pensar em como se deu a luta pela redução de desigualdades ao longo da história.

Não é possível rastrear a origem e o local exato em que se iniciaram as conformações sobre feminilidade e masculinidade. Se admitirmos que as formas de ser mulher e homem são construídas social e culturalmente, podemos dizer que diferentes culturas assumem diferentes papéis sexuais. A partir disso, compreendemos que não é possível falar de uma só situação de desigualdade para todas as mulheres na história. Dessa forma, podemos ilustrar na busca pelos direitos civis no Brasil, cujas mulheres empreenderam, ao final do século XIX e ao longo do século XX, como um fio condutor. Essa história se encontra nas ondas dos feminismos e nas conquistas de uma série de direitos civis — como o direito de estudar, de votar ou mesmo de se divorciar, segundo as leis mais recentes. O recorte do final do século XIX até os dias atuais é por conta da chamada introdução da *noção de feminismo enquanto movimento*. A relevância de observarmos os distintos movimentos da sociedade civil na luta pelos direitos das mulheres é que conseguimos entender o que estava em jogo, em cada período. O destaque para compreender por que foi escolhida a noção de **gênero** ao invés de **mulher** no singular, ou **mulheres** no plural, tem tudo a ver com essa história. Venha conferir!

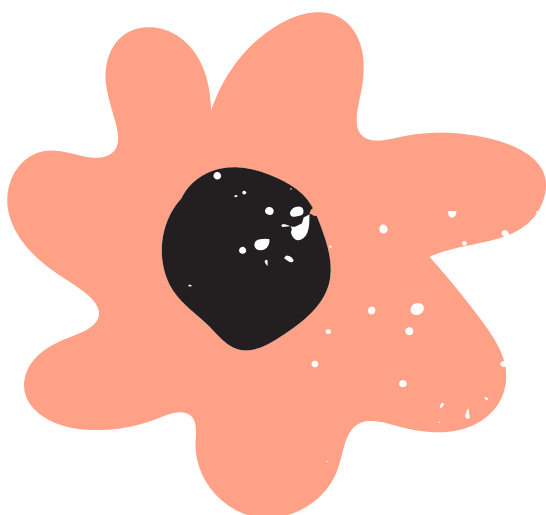


FEMINISMOS NO BRASIL – LINHA DO TEMPO

Conforme mencionado no quadro acima, a história de mulheres no Brasil que lutaram pelas mais diversas formas de liberdade e em busca de equidade é longa. Mas então qual é o sentido de falar em feminismos ou mesmo em ondas dos feminismos? Os movimentos feministas, na qualidade de movimento social e nomenclatura, nasceram no fim do século XIX como estrutura de movimento social organizado, partidos e organizações.

A história do feminismo no Brasil é dividida em “quatro ondas”, as ondas são divididas pelas principais reivindicações de movimentos constituídos por mulheres em cada momento histórico e conversam com as ondas dos feminismos no mundo. É importante salientar que as construções do movimento feminista não se dão de forma homogênea, conforme vamos ver mais adiante, como é entrecortado com diversas manifestações e reivindicações. Além disso, as lutas por direitos civis têm tendências no mundo inteiro, mas não se dão de forma tão simultânea, com exceção da quarta onda⁴. Por exemplo, as manifestações pelo direito ao voto (o movimento das sufragistas) aconteciam nos Estados Unidos desde 1848 e na Inglaterra desde 1865, mas só ganhou corpo no Brasil por volta dos anos 1920.

Para entendermos o que estava em jogo em cada onda, vamos pontuar brevemente e trazer uma linha do tempo para compreendermos como progrediram as conquistas e como o movimento feminista foi fundamental para colocar de outra forma os direitos das mulheres:



4 O fluxo de conectividade alterou a forma de mobilização social. Feministas do mundo inteiro estão em contato e isso desencadeou diversos processos transnacionais: #metoo, #primaveradasmulheres entre outros.

BREVE HISTÓRIA DAS ONDAS DO FEMINISMO NO BRASIL

1859-60

Maria Firmina dos Reis (1825-1917)
Primeiro romance abolicionista “Úrsula”

1960-85

2ª onda: O pessoal é político

- Luta por igualdade de direitos
- Construção social situava a mulher em um lugar inferior, não sua condição biológica
- Direitos reprodutivos
- Lema “O pessoal é político”, os aspectos das vidas pessoais das mulheres como profundamente politizados e como reflexo de estruturas de poder sexista
- Simone de Beauvoir “O Segundo Sexo” (1949) confronto à noção de “condição feminina”
- Opressão contra mulheres tem raiz no sistema patriarcal (dominação masculina e sexista)
- A condição de reprodução do corpo seria a fonte da opressão vivenciada pelas mulheres
- combate violência contra mulheres (SOS Mulher SP)
- Identidades de gênero X sexo anatômico

1987 - 2012

3ª onda: Interseccionalidade

- O elemento “feminino” nos corpos como motivo de opressão (homofobia, transfobia, lesbofobia)
- Nova política de gênero: movimentos de reivindicação de direitos sexuais que defende os direitos de intersexos, transsexuais e travestis
- Heterossexualidade como uma norma compulsória (feminilidades e masculinidades)
- Raça gênero e classe e outros marcadores sociais da diferença articulados aprofundam a opressão
- Interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw (1989) direitos raciais e direitos civis nos EUA
- Vertentes como genocídio da população negra e discriminação racial se tornam centrais na luta do movimento
- Combate à violência de gênero (dessencializando)

1832

Pioneirismo de Nísia Floresta (1810-1885) com o livro “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Primeira obra no Brasil a tratar dos direitos das mulheres

1920-30

1ª onda: Cidadania

Movimento chamado de sufragistas:

- Direito ao voto
- Passeata das Mulheres no RJ, organizada pelo Partido Republicano Feminino (1917)
- Regulamentação do trabalho das mulheres
- Princípio da isonomia
- Destaque: Bertha Lutz

1978

Movimento Negro Unificado

Feministas negras assumem o feminismo como insuficiente para mulheres negras e criam um movimento unificado com homens negros.

Destaque para Lélia Gonzalez com o artigo “Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira”. Foi considerada a precursora da noção de interseccionalidade ao destacar que “ser negra e mulher no Brasil é ser objeto de tripla discriminação”

2012 - atual

4ª onda: Ativismo digital

- Marcado pela multiplicidade como a cara do movimento
- Tipicamente latino-americano (como movimentos “Ni una a menos”)
- Pulverização das campanhas de violência sexual contra mulheres na internet e viralização (Me too)
- Transnacionalização do movimento. Diálogo de movimentos feministas de todos os continentes pelas redes sociais

PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS DE DIREITOS DAS MULHERES E MENINAS

1827 - Meninas são liberadas para frequentar as escolas

Lei Geral - promulgada em 15 de outubro - é que mulheres foram autorizadas a ingressar nos colégios e estudassem além da escola primária.

1962 - Estatuto da Mulher Casada

Lei nº 4.212/1962 permitiu que mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido para trabalhar.

1977 - A lei do Divórcio

Somente a partir da Lei nº 6.515/1977 é que o divórcio tornou-se uma opção legal no Brasil.

1985 - Criação da Delegacia da Mulher

A Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher (DEAM) da Polícia Civil realizam ações de proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres.

1996 - Convenção de Belém do Pará

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher. Conceitua violência contra as mulheres como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada, passou a vigorar a partir do Decreto nº 1.973, de 01/08/1996

2015 - Lei do Feminicídio

Constituição Federal reconheceu a partir de Lei nº 13.104/2015 o feminicídio como um crime de homicídio qualificado.

1932 - Mulheres conquistam o direito à voto

O sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro, 1932: desde a Constituinte de 1891, pleiteavam o direito ao voto.

1975 - Ano Internacional das Mulheres

Organização das Nações Unidas (ONU) promove a I Conferência Internacional sobre a Mulher, declarando os próximos 10 anos como década da mulher.

1979 - Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAM)

A violência contra mulheres passou a ser reconhecida oficialmente como um crime contra a humanidade, além de, a partir de então, influenciar quase todas as políticas e iniciativas internacionais.

1988 - Constituição Brasileira

Passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens, são iguais perante à lei em direitos e obrigações.

2006 - Lei Maria da Penha

Maria da Penha, a farmacêutica que deu seu nome à lei, precisou ser vítima de duas tentativas de homicídio e lutar por quase 20 anos para que seu ex-marido fosse condenado. A Lei nº 11.340/2002 tornou-se o principal instrumento legal para coibir, punir e prevenir a violência doméstica praticada contra mulheres no Brasil. Foi a primeira lei brasileira a reconhecer a desigualdade baseada nos gêneros

2021 - Violência psicológica se torna crime

Já presente na Lei Maria da Penha, a lei 14.188, 2021 incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher

1ª onda do feminismo — foco na igualdade de direitos no exercício da vida pública, marcada pela reivindicação ao direito do voto e direitos civis;

2ª onda do feminismo — questões mais ligadas à sexualidade e autonomia da mulher no contexto familiar, doméstico;

3ª onda do feminismo — maior diversidade ao movimento por meio do conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe, centralidade no conceito de gênero. Ele reconhece que não só as mulheres sofrem diferentes tipos de opressão pelas normas de gênero, mas a incorporação de outras identidades a fim de tirar a desigualdade da diferença sexual entre homens e mulheres.

4ª onda do feminismo — ativismo online refere-se ao movimento feminista associado ao uso nas redes sociais. O foco foi a busca por justiça para as mulheres e a oposição ao assédio sexual e à violência contra a mulher em campanhas online e que ganharam as ruas.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DE EQUIDADE DE GÊNERO

A seguir vamos visualizar os principais marcos legais no Brasil sobre direitos de mulheres e meninas, para então avançarmos nessa conversa e compreendermos o que é gênero, o que esse sistema coloca em jogo, e porque ele é tão necessário para a redução de violências.

5. CONCEITO DE GÊNERO

A noção de gênero emerge na recusa de explicações e justificativas de ordem exclusivamente biológica para as desigualdades existentes entre homens e mulheres, de modo que o seu uso se deve pelo afastamento dos aspectos biológicos e o desvendamento da dimensão social dessas desigualdades. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” — a criação inteiramente sócio-histórica das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres.

Dessa forma, noção de gênero é, a partir dessa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo anatômico biológico feminino ou masculino. De que maneira as mulheres e os homens agem, se constroem, como a sociedade as compreende e o que se espera delas? As formas estabelecidas que mulheres e homens têm que agir, se construir socialmente funciona como exigência de normas e regulamentações de gênero a serem seguidas e não é natural. Aparece como um roteiro, um repertório, um catálogo, uma lista prévia a ser seguida do necessário e esperado para se ganhar o estatuto de “mulher de verdade” ou “homem de verdade”. Os repertórios a serem seguidos sobre o

que é ser homem e o que é ser mulher estão atrelados às noções instituídas de feminilidades e masculinidades.

As desigualdades que decorrem de questões de gênero se reproduzem nas diferentes dimensões da vida em sociedade, no espaço privado e no espaço público, inclusive, no campo das políticas sociais. São desigualdades de toda ordem: social, econômica, política, cultural, que atingem, de modo diferenciado, homens e mulheres, sendo elas a parcela da população que vivencia essas desigualdades e opressões cotidianamente de forma acentuada. Vale lembrar que essas desigualdades não afetam apenas as mulheres, lembrando que as dimensões de diferenças de gênero se dão a partir das noções de feminilidades e masculinidades.

6. POR QUE É IMPORTANTE COMPREENDER AS DIMENSÕES DO QUE É GÊNERO NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA?

Você pode estar se perguntando sobre a utilidade de compreender essa discussão que muitas vezes ficou restrita aos círculos acadêmicos e feministas. Por que afinal um técnico da assistência social precisa desse conceito?

No Brasil, as políticas de assistência social, em especial a Proteção Social Básica, focada nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), conforme você pode ver no primeiro capítulo, é compreendido como a primeira etapa de acesso às outras políticas públicas, reforçando tem um papel importante no acolhimento para todas as pessoas. Nesse sentido o papel do CRAS é fundamental para a garantia de direitos. Quando se trata de pessoas LGBTQIA+ e diversas identidades de gênero é importante que não se reproduza preconceitos associados aos estereótipos vigentes. Uma vez que é preconizada nos marcos legais a redução da desigualdade de gênero e ao mesmo tempo as políticas públicas em ação contribuem para a reprodução desses estereótipos que são considerados “verdades” e que legitimam que existem formas específicas de ser homem, mulher, criança, idoso(a), adolescente, entre outros. Nesse cenário que se encaixa a proteção social básica, garantir os direitos e desconstruir essas verdades, a partir de iniciativas do CRAS, como promotores de temas nos territórios que estão inseridos, isso poderia acontecer por meio do Serviço de Convivências, Grupos reflexivos com grupos mistos.

PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA(PAIF)

O PAIF é o principal serviço da proteção social básica que desenvolve o trabalho social com famílias. Foi reconhecido pelo governo federal como um serviço continuado de proteção básica (Decreto nº 5.085/2004), passando a integrar a rede de serviços socioassistenciais.

7. A CASA E A RUA: DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – ENTRAVES PARA A AUTONOMIA

Desde a segunda onda do feminismo, as mulheres têm reivindicado que a atribuição de seu papel social à esfera doméstica e ao cuidado da família é uma das principais fontes de sua subordinação. Nesta dinâmica há uma desigualdade em que os homens são vistos como naturalmente aptos a desempenharem o trabalho produtivo no espaço público, um trabalho reconhecido, considerado “trabalho de verdade”, com valor social. O trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres com uma ideia de “ordem natural das coisas” é, por isso, desvalorizado, não reconhecido e não remunerado e, por ser “de mulher”, considerado de ordem secundária. Esta divisão hierárquica baseada em sexo/gênero é chamada de divisão sexual do trabalho.

É na divisão sexual do trabalho que estão as principais bases da opressão do homem sobre a mulher, essa relação de dominação masculina, sexista, coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção. Isto é, as diferenças tidas como inerentes as “habilidades femininas”, de serem dóceis, maternais, facilidade na cozinha e tendência a vida privada, e as “habilidades masculinas”, de serem dominadores, aptos para o trabalho social e agressivos, são impostas socialmente desde o nascimento.

Esse cenário foi se alterando ao longo do tempo e mediante a muitas reivindicações. Mesmo com o aumento do ingresso das mulheres ao mercado de trabalho, isso não significou de forma alguma uma “libertação” da casa e de todo trabalho reprodutivo, mas fez com que acumulassem os dois tipos de trabalho (FEDERICI, 2019). Portanto, a manutenção das mulheres à esfera doméstica, considera-se um dos maiores entraves da busca por autonomia e a conquista de equidade de gênero.

No cenário vivenciado pela pandemia de Covid-19, iniciado em março de 2020, estima-se, segundo o Relatório Sem Parar (2020), que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia, no caso das mulheres rurais esse percentual alcança 62% das entrevistadas. O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. A vida das trabalhadoras no momento de pandemia é também marcada pelo aprofundamento da desigualdade social (IBGE, 2020). Elas seguem se defrontando — além da sobrecarga de trabalho — com o cuidado de forma não remunerada, reforço da divisão sexual do trabalho, “a dimensão do cuidado em casa muitas vezes invisibilizada, pois não se trata de uma atividade específica, os tempos do cuidado e os tempos do trabalho remunerado se sobrepõem no cotidiano das mulheres” (SOF, 2020, p. 12).

Em muitos países as mulheres ainda ocupam postos de trabalho mais precários ou de vínculo mais frágil do que os homens. Mesmo que amplamente representadas

— elas correspondem a cerca de 45% da população economicamente ativa —, ainda enfrentam a desigualdade salarial e dificuldade de acesso aos postos mais altos na hierarquia. Em um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de serem pouco mais da metade da população baiana (51,6% dos 14,9 milhões de habitantes), em 2019, as mulheres ocupavam pouco mais de um terço dos cargos gerenciais (36,2%) nos locais de trabalho. A pesquisa destaca a Bahia como 9ª colocada na lista dos estados brasileiros com menor participação de mulheres em cargos de gerência, e mais baixa do Nordeste.

8. “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, NINGUÉM METE A COLHER?”

A noção de patriarcado poderia ser definida como a origem e a causa comum da opressão das mulheres do mundo inteiro pela dominação masculina, que se mantém em diferentes contextos históricos sociais. Esta denominação trouxe uma leitura mais ampla sobre as opressões vivenciadas pelas mulheres. O patriarcado não estaria restrito a um âmbito como a política representativa, mas sim presente em todas as dimensões das relações sociais e instituições, pois permeia todas as esferas da vida. Esse olhar sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres fez com que os debates de políticas públicas e movimentos sociais passassem a observar um espaço onde a iminência de violência era alta e que tinha pouca atenção até a década de 1960: a casa.

Ao trazer tanto o aspecto mais estruturante, fazendo referência a todos os setores da sociedade, quanto o mais rotineiro, relacionado ao âmbito doméstico, pode-se ver novos espaços políticos para enfrentar a violência. A ideia de que “*Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*”, defendida por alguns até os dias atuais, assume que a casa e relações também são lugares de opressões e violências contra as mulheres. A segunda onda do feminismo com o lema “o pessoal é político” foi importante ao colocar o cotidiano, a rotina da casa e as relações de poder, muitas vezes normalizadas, como também um espaço de intervenção de política pública.

QUEM AMA NÃO MATA?

Esse foi o lema de atos no combate a violência contra mulheres no início dos anos 80, título também da minissérie na rede Globo em 1982 com 20 episódios. Tanto as manifestações como a minissérie se deram pelo assassinato de Ângela Diniz em 30 de dezembro de 1976, na Praia dos Ossos, no balneário de Armação de Búzios. Foi nesse dia que o empresário Doca Street disparou quatro tiros na sua namorada, Ângela Diniz. No primeiro julgamento o júri popular do qual só participaram homens, decidiu que Doca Street seria condenado a dois anos de prisão, a serem cumpridos em liberdade. Seu advogado Lins e Silva recorreu ao argumento da legítima defesa da honra e de crime passionai para justificar o assassinato de mulheres, antiga tradição local de livrar os homens de seus crimes. As mulheres brasileiras que estavam pensando e atuando sobre aquilo que se chamava condição feminina, foram para a rua protestar contra o resultado do julgamento. A sentença do primeiro julgamento foi reformada e num segundo julgamento, em 1981, Doca Street foi condenado a 15 anos.

Existe uma velha tradição de violência contra as mulheres que, durante muito tempo, foi institucionalizada. Temos como exemplo o caso “de legítima defesa da honra, como um fenômeno desde sempre autorizado, seja pela lei, seja pelo comportamento da vítima, que suscita a sua própria morte e, com isso, assume também a culpa por ter sido assassinada” (RODRIGUES, 2019, p. 151). Como pudemos observar na linha do tempo com os principais marcos legais, temos uma longa trajetória democrática de direitos civis e políticas de enfrentamento de violências contra mulheres. Mas, no que tange a legítima defesa da honra, apenas em 2021, o projeto de Lei 781/21 estabelece que não se considera legítima defesa o ato praticado com a suposta finalidade de defender a honra, a intimidade ou a imagem do autor do crime ou de terceiros, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher (CAMARA, 2021).

9. COMO AS NOÇÕES DE FEMINILIDADES E MASCULINIDADES AFETAM OUTROS CORPOS?

Para continuar nossa conversa precisamos trazer novamente uma noção central: O que vem a nossa cabeça quando falamos de feminilidade? Como vimos acima e veremos nos capítulos posteriores, tem uma ideia inerente de “bom comportamento feminino”, isto é, comportamentos como docilidade, ser atenciosa e sensível. Já compreendemos como isso está associado a estereótipos, já que não existe uma forma preestabelecida de ser mulher. Agora, quando se rastreia traços de feminilidades em outras identidades de gênero, nos deparamos com o mesmo problema, as normas de gênero, mas o atravessamento de dois marcadores, no caso, entre gênero e sexo, torna a situação mais vulnerável.

NORMAS DE GÊNERO

Normas de gênero são regulações e práticas sociais de estabilização de construções sobre feminilidades e masculinidades. Tudo que estiver fora da normalização entre feminino e masculino, é considerado uma dissidência, abjeto, fora da norma, sendo exposto a maior vulnerabilidade e a violência

As normas de gênero condicionam homens e mulheres e regulamentam as relações, as práticas e as instituições, a partir de um conjunto de atributos em torno de masculinidades e feminilidades. Elas se interseccionam com outros marcadores das diferenças como raça, classe social, território e idade. Parece um pouco complexo, mas pense em um homem transexual, morador de periferia, jovem e negro. Ele é atravessado por inúmeras marcas sociais que, juntas, constituem o que chamamos por interseccionalidade. Sabemos que as sobreposições de desigualdades, neste caso, relacionadas às identidades de gênero transexuais, ao racismo e ao genocídio da população negra, afetam diretamente jovens negros de regiões de favelas e periferias, que têm uma maior opressão sobre seu corpo. Essas dimensões juntas materializam vulnerabilidades em que normas rígidas de gênero, o racismo, o sexismo e o

sistema patriarcal, colocam essas pessoas em uma maior exposição à violência e mais distantes do acesso aos direitos sociais básicos.

Os aspectos imbricados “embaralham nos corpos das pessoas, inclusive aquelas que, como intersexos, travestis, transexuais, não binários, queer, entre outras identificações não se deixam classificar de forma linear, como apenas homens e mulheres” (PISCITELLI, 2009, p. 132). Isso é de suma importância quando vamos nos referir e compreender a noção de gênero, a busca por igualdade e prevenção de violência, pois nos revela que esse aspecto não incide apenas sobre mulheres, mas também sobre corpos que carregam marcas de feminilidade, corpos que não querem ser identificados como homens ou mulheres e nem ter a obrigatoriedade de assumir um repertório de masculinidade, ou que, caso estejam fora, tenham que se sentir expostos a uma maior vulnerabilidade, e, conseqüentemente, à violência.

Nesse sentido, reforçamos que a categoria “mulher”, no singular, torna-se insuficiente para luta por políticas públicas. Devemos buscar equidade pensando nas mulheres no plural, mulheres transexuais, travestis, binárias, lésbicas, negras, indígenas, não binária, queer, gays e a todos os corpos que não correspondem as normas de gênero, a associação estabilizada entre sexo e gênero. **O aspecto importante disso, as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais vivenciam situações de violência na não correspondência entre masculinidades e feminilidades.** Os crimes de homofobia se devem pelo fato de expor a presença da feminilidade no masculino; a lesbofobia, entendida como negação da marca da feminilidade; a transfobia, que expõe a artificialidade do feminino e do masculino.

Não podemos ignorar o quanto essa violência permeia a existência e o cotidiano de pessoas com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. O Brasil é, pelo 13º ano consecutivo, o país que mais mata transexuais no mundo. Em meio à pandemia, o ano de 2020 registrou o maior número de assassinatos de mulheres transexuais e travestis desde o ano de 2017. Segundo o Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020, foram 175 casos de transfeminicídios em todo o Brasil. O número superou o total de casos de 2019, que foi de 124 assassinatos (PONTE, 2021).

10. LEI MARIA DA PENHA E SEUS IMPACTOS SOBRE DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA

O marco no enfrentamento à violência de gênero no Brasil foi a lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que prevê juridicamente a abordagem de gênero numa tipologia de violências: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. A Lei Maria da Penha faz parte também de um alinhamento à Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher da OEA

e à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU. Naturalmente, é conveniente destacar que a Lei 11.340/2006 faz parte de décadas de discussões, reivindicações e trabalho dos movimentos feministas e sociais aliados à causa.

Importante também entender a Lei Maria da Penha e outras iniciativas como instrumentos que visam à equidade de gênero. Nesse sentido, equidade é reconhecer as características e especificidades de um grupo, ou mesmo um indivíduo, levando em consideração os seus direitos e respeitando as diferenças destes, além de suas necessidades, vulnerabilidades, contextos culturais, etc. Garantir que todos possuam as mesmas oportunidades de se desenvolver e respeitar as diferenças também são objetivos da equidade de gênero. Há também dois aspectos: um formal, legal, que garante que as pessoas tenham o mesmo direito; e outro referente à compreensão material, prática, que assume a diferença de gênero, levando em conta particularidades na garantia de direitos. Desta forma, podemos entender como leis e regulamentações específicas devam ser criadas, asseguradas e seguidas para confirmar e corrigir distorções — os exemplos são inúmeros e vão desde a prevenção de violações à equidade salarial, de oportunidades, direitos de gestante, homofobia, crimes contra transexuais, transgêneros e identidades de gênero, etc.

Vale fazer uma ressalva, não foi mencionado uma linha do tempo com os movimentos sociais e marcos legais, relacionados aos movimentos LGBTQIA+. O recorte iniciado com a categoria mulheres para a categoria gênero e identidades de gênero que incorporam atribuições de feminilidades foram o caminho conduzido neste capítulo. A luta do movimento é imensa, vasta, merece um capítulo inteiro dedicado juntamente a articulação de ações no âmbito da Assistência Social.

11. QUAL O PAPEL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EQUIDADE DE GÊNERO?

O papel da política pública, sobretudo da assistência social, é garantir a promoção de equidade de gênero, reconhecendo todos os arranjos familiares e não tentando buscar uma configuração homogênea de famílias. Vale destaque para as famílias monoparentais femininas, devido aos casos de viuvez, divórcio, adoção, opção ou abandono, são 12 milhões de mães, sendo que mais de 64% vivem abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2021). Essa intersecção entre gênero e classe faz com que, muitas vezes, essas mulheres sofram intervenções e situações de violências em atendimentos institucionais. Reconhecer as especificidades e não cobrar um modelo cristalizado de funcionamento e papéis dentro de uma família — como se fosse uma obrigação que todos os modelos familiares se expressem de um único padrão — é uma mudança necessária

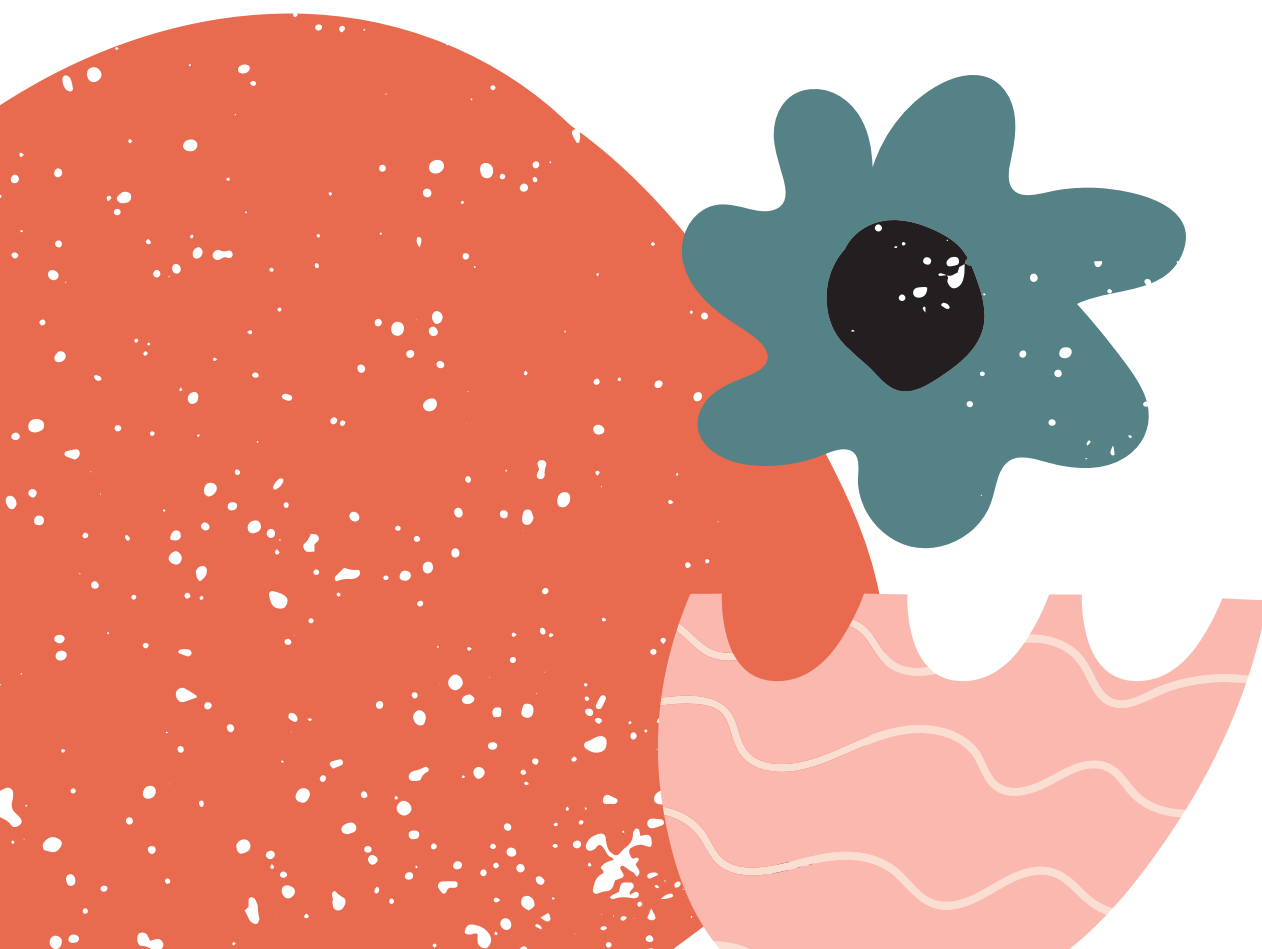
para escuta e atuação. Estar atento as demandas dessas famílias, para que tal política não seja um dispositivo de controle e de punição, é uma forma de garantir os direitos sociais e econômicos básicos da população (BARRETO, BALANI, BRAZ, 2016).

As políticas de Assistência Social direcionam suas ações para a família como uma medida de prevenção à violência baseada em gênero, abandonando a centralidade do “caso” e transitando entre individual e coletivo, direcionando suas ações para a família como centro principal de atuação, que está preconizada no Trabalho Social com Famílias (TSF) na PNAS (2004). No TSF, assume-se a perspectiva de matricialidade sociofamiliar que os vínculos sociais com essas famílias são estabelecidos a partir da unidade familiar. Na dimensão da prevenção à violência baseada em gênero e a garantia de paridade de gênero, na perspectiva da matricialidade sociofamiliar, pode-se considerar as seguintes medidas:

- mapeamento dos territórios por meio do mapa falante, na construção com os próprios moradores das redes de organizações e lideranças atuantes na temática de identidades de gênero e sexualidades;
- desenvolvimento de ações de enfrentamento ao preconceito, à intolerância e à discriminação contra transgêneros, travestis e transexuais, e de respeito à expressão de sua identidade de gênero e ao uso do nome social;
- capacitação e sensibilização permanentes de técnicos e assistentes sociais para a oferta de atendimento qualificado e humanizado a pessoas transgêneros, travestis e transexuais, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da isonomia e da não revitimização;
- trabalho com as famílias através de entrevistas, escuta ativa, acolhendo suas demandas, necessidades, desenhando suas redes de proximidades, para fortalecimento e ampliação de proteção social das famílias e seus projetos de vida;
- trabalho com as famílias para desconstruir papéis de gênero que relega as mulheres e meninas o trabalho reprodutivo. Expandir para homens e meninos a responsabilidade do trabalho reprodutivo;
- desenvolver campanhas articuladas com lideranças sobre diferentes identidades de gênero e orientações sexuais para romper com discriminações, preconceitos e estereótipos;
- mapear, junto aos agentes de saúde, a situação socioepidemiológica dos membros da família, levando em consideração a crise sanitária de Covid-19;
- articular com a secretaria de trabalho para o cadastro de membros das famílias que perderam o emprego durante a pandemia;
- roda reflexiva com famílias em torno de questões que apresentem relações hierárquicas entre atributos relativos à masculinidade e feminilidade;

- desnaturalização da ideia de que a família é a maior responsável pela proteção social, mas ela se dá no fortalecimento de uma rede;
- política social não centralizada nos fracassos e problemas familiares, mas sua presença voltada na direção de atender as necessidades que se relacionam ao bem-estar das famílias, as necessidades humanas básicas e universais, isto é, a saúde física e a autonomia;
- reconhecimento das características peculiares e ações exercidas sobre as famílias chefiadas por mulheres, entendendo que tal realidade, estratégias e recursos fogem à regra de família típica nuclear;

A mudança dos lares brasileiros para uma grande quantidade chefiados por mulheres, problematiza o papel preponderante dos responsáveis familiares na proteção e provisão do bem-estar de seus membros. Face às mudanças e novas atribuições, torna-se fundamental o papel protetivo do Estado em apoio às famílias, por meio do provimento de serviços, programas e benefícios, principalmente se considerarmos as desigualdades de recursos de determinadas famílias em função de questões étnicas, de gênero e classe. Avançando nesses temas no território, na importância de processos participativos e de autonomia, que consiste no acesso das famílias à informação, possibilidade de escolhas, tomada de decisões e realização de projetos de vida, onde novamente o apoio do Estado é crucial (SNAS, 2016)



Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: AFINAL DE CONTAS, O QUE É GÊNERO?⁵

OBJETIVO: Entender a diferença entre sexo e gênero, bem como a diferença entre os termos igualdade e equidade de gênero.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: canetas ou lápis (um para cada participante), folhas de papel, flipchart, pincel atômico, computador, projetor ou TV.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1: Aprendendo a diferenciar o que é sexo de gênero (15 min)

Em roda, comece um bate papo a partir das seguintes questões:

1. O que a ideia da palavra gênero significa para você?
2. Qual a diferença entre gênero e sexo?
3. Vocês acham que as pessoas, no geral, sabem o que significa a palavra gênero?
4. Existem preconceitos ou angústias que cercam este conceito? Quais?

5 Adaptação da atividade “Aprendendo sobre Gênero” da Cartilha “Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas”, do The ACQUIRE Project/EngenderHealth e Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/envolvendo-meninos-e-homens-na-transformacao-das-relacoes-de-genero-manual/>

Após estas reflexões, projetar na TV ou projetor e trabalhar a diferenciação destes dois termos:



Sexo - refere-se às características sexuais e pode ser identificado à nascença por médicos com base nas genitálias, hormônios e os cromossomos que carregamos. A maioria das pessoas recebe o gênero masculino ou feminino, e é isso que geralmente aparece na certidão de nascimento.



Gênero - Inclui papéis e expectativas que a sociedade tem sobre comportamentos, pensamentos e características que acompanham o sexo atribuído a uma pessoa. Por exemplo, ideias sobre a maneira que alguns esperam que homens e mulheres se comportem, se vistam e se comuniquem ajudam a construir a concepção de gênero.



Identidades de gênero - Modo como o indivíduo se identifica com o seu gênero. Em suma, representa como a pessoa se reconhece: homem, mulher, ambos ou nenhum dos gêneros. O que determina a identidade de gênero é a maneira como a pessoa se sente e se percebe, assim como a forma que esta deseja ser reconhecida pelas outras pessoas.

► ETAPA 2: Jogo do Gênero (20 min)

Distribua folhas em branco para o grupo e peça para que cada participante numere de 1 a 10. Na sequência serão lidas 10 frases que podem se relacionar aos conceitos de gênero ou sexo. Eles devem anotar as respostas ao lado do número correspondente. Conforme forem respondendo, peça que levantem as mãos aqueles que acham que a frase lida se relaciona com gênero e, em seguida, os que acham que se relaciona com sexo. Leia a resposta na sequência, fazendo as considerações que achar pertinente:

Frase 1 – Mulheres dão à luz bebês, homens não.

R: Sexo, apenas mulheres conseguem engravidar.

Frase 2 – Meninas devem ser delicadas, meninos devem ser durões.

R: Gênero, este é um estigma inventado pela sociedade patriarcal.

Frase 3 – A voz dos homens muda mais rápido na puberdade do que a das mulheres.

R: Sexo, entretanto, a mutação ocorre nas meninas entre os 10 e os 15 anos de idade, e nos meninos entre os 11 e os 16 anos de idade.

Frase 4 – A responsabilidade de evitar a gravidez é da mulher.

R: Gênero, a responsabilidade na escolha de métodos contraceptivos é igualmente do casal, assim como na prevenção das ITSs.

Frase 5 – Homens têm mais dificuldade em cuidar da casa e dos filhos.

R: Gênero, homens e mulheres têm a mesma capacidade e responsabilidade em cuidar da casa e dos filhos.

Frase 6 – Mulheres podem amamentar bebês, homens podem alimentá-los através da mamadeira.

R: Sexo, por questões biológicas, apenas as mulheres são capazes de amamentar.

Frase 7 – Mulheres não conseguem atuar em todas as profissões que os homens atuam.

R: Gênero, por muito tempo, mulheres em todo o mundo foram subjugadas e estereotipadas para determinadas funções em sociedade. Entretanto, as mulheres são capazes de atuar nas mesmas profissões que os homens.

Frase 8 – Homens têm mais dificuldade em controlar a libido que as mulheres.

R: Gênero. É um mito que o homem tem mais desejo sexual que a mulher. Ainda que os níveis de testosterona interfiram na libido, muitas outras coisas também pesam, como ansiedade e hábitos saudáveis. Logo, não é certo afirmar que, de forma geral, homens têm mais libido que mulheres.

Frase 9 – Mulheres têm mais dificuldade em conciliar as tarefas de casa, filhos e vida profissional.

R: Gênero, a desigualdade de gênero e a falta da participação dos homens no cotidiano da casa e da família criam vários obstáculos para as mulheres no mercado de trabalho.

Frase 10 – Ser homossexual ou transexual é uma escolha.

R: Gênero, a sexualidade e o desejo sexual das pessoas é direcionado internamente, sendo que as pessoas não optam por qual gênero sentirão atração afetiva e sexual. Da mesma forma, transexuais não escolhem sua identidade de gênero, pesquisas mostram que existe uma base biológica na origem da transexualidade, questões genéticas e hormonais.

► ETAPA 3: Igualdade x equidade de Gênero (15 min)

Explique ao grupo que há vários termos relacionados à palavra “gênero”, que também precisam ser abordados. Pergunte aos participantes se eles conhecem o termo “igualdade de gênero”. Pergunte a eles o que acham que isso significa. Após ouvi-los, exiba na TV ou projetor a definição abaixo:



Igualdade de gênero significa que homens e mulheres gozam do mesmo status. Ambos compartilham as mesmas oportunidades para garantirem os seus direitos e desenvolverem potenciais humanos que contribuam com todas as esferas da sociedade (econômica, política, social e cultural) e se beneficiar delas.

Pergunte ao grupo se a definição faz sentido. Depois disso, reflita com eles:

1. Historicamente homens e mulheres tiveram as mesmas oportunidades de estudo, trabalho, direitos e status em todas as esferas da sociedade?
2. Vocês acham que igualdade de gênero existe de fato?

Na sequência, projete outra definição:



Equidade de gênero diz respeito a uma tentativa de reparação histórica, que visa eliminar toda e qualquer discriminação contra a mulher, a fim de estabelecer a igualdade entre todos com base no reconhecimento das necessidades e características próprias de cada gênero, especialmente em relação às desvantagens e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam enquanto grupo.

Questione ao grupo se essa definição não faria mais sentido em relação à realidade que vivemos em diferentes partes do mundo, e como podemos fazer para alcançar a equidade de gênero. Encerre refletindo como precisamos educar pessoas para que sejam mais sensíveis em relação às questões de gênero, encorajando comportamentos que busquem e promovam a equidade de gênero, a fim de que homens e mulheres tenham vidas mais saudáveis e felizes.

... e se a atividade acontecer online: Você pode utilizar ferramentas digitais como o Mentimeter para transformar o Jogo do Gênero em um quiz interativo, com exibição da estatística dos resultados em tempo real.

ATIVIDADE 2: AS NORMAS DE GÊNERO E SEUS REFLEXOS⁶

OBJETIVO: Identificar diferenças entre as regras de comportamento para homens e mulheres e entender como as normas de gênero afetam a vida de ambos.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: flipchart e pincel atômico.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1: “Homens não podem”, “Mulheres não podem...” (30 min)

Em um flipchart, divida a folha em duas colunas. Em uma coloque o título “Homens não podem...” e, na coluna do lado, “Mulheres não podem...”. Questione ao grupo se alguma vez eles já ouviram frases que ditassem algum tipo de regra comportamental referente a homens e mulheres. Liste com eles, nas colunas, que regras eram essas.

Em seguida pergunte ao grupo:

1. Por que vocês acham que esse tipo de norma existe?
2. Vocês se lembram de como se sentiram a primeira vez ao ouvir esse tipo de regra?
3. Vocês já desistiram ou deixaram de fazer alguma coisa para obedecer a estes papéis esperados de homens e mulheres na sociedade?

6 Adaptação da atividade “Aja como homem, aja como mulher” da Cartilha “Mobiliza Aê! – Jovens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes”, do Instituto Promundo e Plan International Brasil. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/7948/>

Convide o grupo a analisar estas “regras” com mais profundidade e individualmente. Explique que, ao refletir sobre essas normas de comportamento, podemos começar a entender como a sociedade cria regras bem diferenciadas para os comportamentos que esperam dos homens, em comparação aqueles que esperam das mulheres. Problematicize ainda:

1. Como a pressão para se enquadrar na “caixa” ou no “modelo” pode afetar a vida de homens e mulheres?
2. Que limitações vocês acham que esse tipo de regra pode causar?
3. Quais dessas mensagens podem ser potencialmente prejudiciais à garantia de direitos e à integridade física das pessoas? Por quê?
4. O que acontece com homens que tentam não seguir as regras de gênero? O que as pessoas dizem sobre eles? Como são tratados?
5. Como as normas de gênero estão relacionadas ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes? E em relação à violência contra a mulher?
6. Como a população LGBTQIA+ é impactada por estas normas?

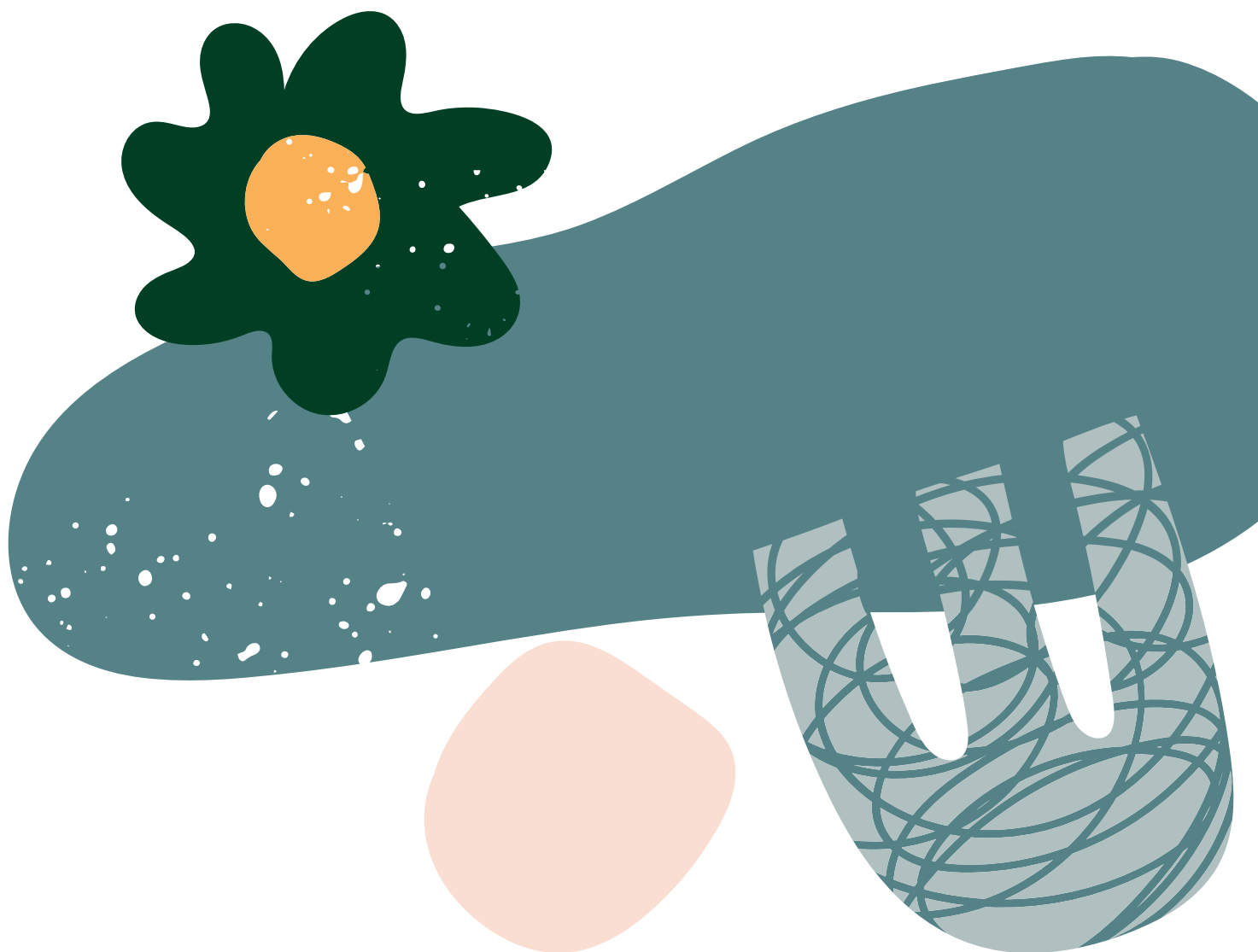
Explique que essas regras fazem parte do que chamamos de “normas de gênero”. Isso porque elas ditam o que é “normal” para homens pensarem, sentirem e agirem, bem como o que é “normal” para mulheres. Explique que essas regras restringem e limitam a vida, tanto de homens quanto de mulheres, tentando mantê-los em caixas diferenciadas de comportamentos padrões. Outras questões para debate:

1. Nossas percepções sobre os papéis de homens e mulheres são influenciadas pelo que nossa família e amigos pensam? Como?
2. A mídia exerce alguma influência sobre as normas de gênero? De que forma? Como a mídia retrata as mulheres? Como a mídia retrata os homens?
3. Vocês poderiam dar exemplos de homens e mulheres que foram bem-sucedidos em sua vida pessoal e/ou profissional transgredindo esses estereótipos de gênero?
4. Como vocês, na vida, podem transformar os comportamentos masculinos e femininos?

Enfatize que essas normas de gênero também podem ser afetadas por classe social, raça e etnia, idade e outras diferenças. Por exemplo, uma menina negra e pobre pode ter menos acesso a serviços de educação do que uma menina branca e rica. E essa mesma menina negra pode ouvir, desde pequena, uma série de mensagens negativas sobre seu cabelo, cor de sua pele e sua origem, o que pode afetar sua autoestima, a forma de cuidar de si e, inclusive, seus relacionamentos. Assim, são duas meninas que podem aprender coisas muito parecidas sobre como uma menina deve ser e agir, mas que têm experiências

de vida muito diferentes e que influenciarão a sua forma de “ser mulher”.

Também vale lembrar que as normas de gênero estão em constante processo de mudança. Como exemplo, você pode falar que a introdução do voto direto no Brasil, aconteceu em 1881, entretanto para homens livres, alfabetizados e com renda comprovada, limitando o acesso aos homens negros e mulheres. Somente em 1934 mulheres conquistaram o direito ao voto e em 1988 este passa a ser um direito de todos acima de 16 anos, incluindo os analfabetos. Relembre que as mudanças são justamente o sinal de que os comportamentos de homens e mulheres não são naturais, mas são construídos socialmente.



► ETAPA 2: Como podemos promover a equidade de gênero? (20 min)

Em outra folha de flipchart, faça duas novas colunas. Peça ao grupo que pense em atitudes do dia a dia que podem contribuir para o rompimento destas normas de gênero, promovendo a equidade. Em uma coluna coloque as atitudes que homens podem adotar e, na outra, atitudes que mulheres possam promover.

Reflita com o grupo como, ao longo da vida, mulheres e homens recebem mensagens da família, da mídia e da sociedade sobre a forma como devem agir e se relacionar com outras mulheres e homens. Muitas dessas exigências são construídas pela sociedade e não fazem parte da nossa natureza ou da nossa formação biológica.

Algumas dessas expectativas de gênero não trazem prejuízos à saúde e aos relacionamentos, mas podem trazer pouca flexibilidade para as diferenças, gerando intolerância e violência para quem não segue os padrões. Todas e todos nós temos a capacidade de identificar mensagens prejudiciais e temos o direito de impedir que elas limitem nosso potencial pleno como seres humanos. Conforme nos tornamos mais conscientes dessas normas de gênero e como elas podem ter um impacto negativo nas nossas vidas e relacionamentos, podemos refletir sobre como transformá-las e promover relações baseadas no respeito às diferenças e no diálogo.

Para fechar o encontro, questione ao grupo como podemos promover a equidade e desfazer as normas de gênero construídas pela sociedade de maneira prática em nossa atuação profissional.

... e se ela acontecer online: é possível tornar as atividades das etapas 1 e 2 em dinâmicas interativas, utilizando ferramentas online de construção de mapas mentais, diagramas e quadros com notas. O Miro e o Padlet são boas opções para isso.



Dica!

Você pode complementar esta atividade trazendo o conceito de interseccionalidade presente na atividade 2, do capítulo 4.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Cartilha “**Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Guia operacional**”, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ONU Mulheres. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulher-e-trabalho/programa-pro-equidade-de-genero-e-raca/5-edicao/guia-operacional.pdf>

Este Guia estabelece os procedimentos de implementação, execução, acompanhamento e avaliação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça com vistas à obtenção do Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça pelas empresas que participam do programa.

- Caderno “**Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – Rompendo fronteiras no mundo do trabalho**”, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e ONU Mulheres. Disponível em https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/proequidade_para-site.pdf

Esta publicação apresenta um histórico dos 10 anos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, com detalhamento de ações e boas práticas desenvolvidas, além de apontar os avanços a serem continuados e ampliados, bem como os desafios a serem ainda enfrentados na construção de um mercado de trabalho sem discriminações para todas as mulheres

Caderno de ferramentas “**Promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda**”, do Instituto Promundo, Instituto Papai e ONU Mulheres. Disponível em https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2016/07/caderno_capas_vdigital-1.pdf

Este Caderno de Ferramentas tem como finalidade trazer propostas de reflexão e atividades sobre equidade de gênero a serem desenvolvidas no âmbito de programas de transferência condicionada de renda por profissionais e lideranças comunitárias que acompanham as(os) beneficiárias(os) destes programas.

- **Portal Equidade** do Instituto Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga com o Politize! e a Civicus. Juntos, disponível em <https://www.politize.com.br/equidade>

O Equidade aborda, de forma simples e didática, conhecimento sobre os direitos humanos. O portal disponibiliza textos, vídeos e podcasts que apresentam desde os principais fundamentos e conceitos aos impactos dos direitos humanos, de forma abrangente e específica, em nossas vidas.



Gênero e lutas feministas: uma abordagem a partir das feminilidades

EVERTON RANGEL

1. INTRODUÇÃO

As percepções de homens e mulheres sobre o acesso aos direitos das mulheres na sociedade são diferentes. Os homens, em geral, agentes das violências, avaliam que as mulheres alcançaram situações de igualdade de direitos. Já as mulheres, as maiores vítimas das violências, sentem no cotidiano as situações de desigualdades perpetradas pelo machismo. Em consonância com os textos até aqui discutidos, este capítulo busca ir à raiz do machismo e das violências baseadas em gênero, a partir das análises sobre feminilidade.

Quando você pensa na condição feminina o que vem imediatamente à cabeça? A imagem de uma mulher? Um corpo feminino ao qual é destinado um lugar inferior em nossa sociedade? Se sim, você está em sintonia com o conceito de patriarcado, pois chama atenção a dominação masculina: um sistema social que produziria em todos os lugares e tempos históricos a subordinação feminina pelo homem. Ou seja, a condição feminina estaria correlacionada ao poder masculino. Tornar-se mulher, como falava Simone Beauvoir, é ser pressionada desde o nascimento a ocupar um lugar subordinado em um mundo masculino.

Por que essas ideias importam para a prática da assistência social? Primeiro, porque ajudam a visualizar que a subordinação da mulher não é justa e nem natural e, portanto, pode e deve ser mudada. Segundo, porque o próprio verbo “tornar-se” sugere que a condição feminina de subordinação é algo que foi feito, que foi construído, que tem uma história. Se a subordinação foi criada pelas sociedades, ela não é inata. Pode ser transformada. À medida que as formas machistas de perceber as mulheres são alteradas, o lugar social destinado a elas também muda.

As mulheres estão deixando de ser pressionadas a viver sob a sombra dos homens, bem como de ser reduzidas ao cuidado da casa, das crianças e de seus maridos. Elas estão ocupando diversos postos de trabalho e seguem lutando por direitos. Há muito tempo perceberam que são diversas entre si. São mulheres negras, mulheres brancas, mulheres trans e travestis, mulheres latinas, mulheres pobres, etc. A subordinação a qual estão submetidas não se realiza sobre todas da mesma maneira e, por isso mesmo, é importante considerar o contexto social no qual vivem. Transformar uma realidade requer que se conheça as suas particularidades.

2. FEMINILIDADES PARA ALÉM DO CORPO

Se ao pensar em feminilidade você pensa em mulheres, está implicitamente atrelando a feminilidade a um corpo específico, a um aparelho reprodutor, a um sexo. É preciso ir além dessa forma de pensar. Quando falamos sobre feminilidades, devemos incluir todas as formas de ser e de se portar, associadas ao feminino em diferentes sociedades, o que nos leva a reconhecer a identidade das mulheres trans e a perceber que a performance de alguns homens é socialmente entendida como feminina. Ou seja, a feminilidade não é o mesmo que o sexo biológico, pois ela pode existir em diversos corpos. A feminilidade está relacionada às formas de ser, à identidade dos indivíduos, ao âmbito da cultura.

Nos capítulos anteriores, quando discutimos sobre o conceito de gênero, vimos que tanto a feminilidade quanto a masculinidade são construções culturais e que o sexo remete ao domínio da natureza. O importante agora é entendermos que o gênero é sempre relacional, pois fala sobre a forma como as sociedades organizam as relações entre as masculinidades e as feminilidades. O problema, como sabemos, é que essa organização das relações é usualmente realizada de forma hierárquica: as feminilidades são tanto desvalorizadas em relação à masculinidade hegemônica, quanto elas se diferenciam entre si, existindo feminilidades mais valorizadas do que outras. Pense, por exemplo, na insistência social em julgar as feminilidades que rejeitam os modelos tradicionais de família e afirmam, no âmbito público, o direito de ser e fazer o que quiserem.

Em termos mais abrangentes, é importante que o CRAS trabalhe com uma visão não biologizante da noção gênero e acione a estratégia de descolar masculinidades e feminilidades de homens e mulheres concretos. É importante também que a assistência social legitime as diferentes formas de feminilidade e atue, até mesmo, no sentido de evitar estabelecer fronteiras rígidas entre as masculinidades subjugadas e as feminilidades, pois essas fronteiras impedem o reconhecimento das pessoas que vivenciam formas de masculinidade consideradas femininas e/ou formas de feminilidade consideradas masculinas — a exemplo dos homens gays rotulados como “afeminados” e das mulheres lésbicas rotuladas como “masculinizadas”. A assistência social cumpre um papel importante na luta pelo reconhecimento da diversidade, sendo um canal de acesso aos direitos.

3. RECONHECENDO A AVERSÃO AO FEMININO

As palavras machismo e misoginia chamam atenção tanto à inferiorização do feminino, quanto ao horror às mulheres. Elas informam, inclusive, o conceito de feminicídio, que é quando uma mulher é morta em razão do gênero. Já a palavra homofobia chama atenção a repugnância à população LGBTQIA+. Existem, portanto, nomenclaturas que especificam as formas de violência sofridas por determinadas coletividades. É preciso levar a sério essas palavras para que não se perca de vista quais são os corpos que são objetos frequentes de violência explícita e de formas de rebaixamento mais implícitas, tais como escárnio, intimidação, desprezo, nojo, etc. Nessas palavras estão investidos anos de luta de diversos movimentos sociais, como os feministas e LGBTQIA+.

Em algumas situações, as formas de violência acima citadas carregam em si uma negação de todo corpo que afirma a sua marca feminina (Rodrigues, 2020). Em outras palavras, existem contextos nos quais a aversão ao feminino informa as formas de violência praticadas contra mulheres, transexuais, travestis e homens, cuja performance de gênero é associada ao feminino. Muitas vezes, é a expressão de feminilidade nos mais diversos corpos que suscita em nossa sociedade formas de violência que aprendemos a dar nomes específicos. Diversas pessoas e coletividades são, portanto, objeto recorrente de desvalorização, negação e aniquilação, apenas por serem associadas ao feminino. Esse é o caso das mulheres assassinadas pelos seus companheiros, do constrangimento vivido por mulheres transexuais ao utilizarem banheiros femininos, dos jovens gays que sofrem represálias por “falarem como mulherzinha”, etc.

Quando falamos sobre a desvalorização do feminino, devemos então lembrar que nas relações entre masculinidades, a feminização é utilizada como forma de produção de hierarquia. Nesse sentido, quando um homem diz para o

outro que ele está se comportando como “mulherzinha”, ele está criando uma masculinidade valorizada e viril e outra desvalorizada e feminina. Trata-se, portanto, de uma acusação que em si mesma comporta uma produção hierárquica do gênero. Nesse exemplo, a relação entre duas masculinidades não somente é mediada pelo signo feminino, como também a hierarquia entre essas masculinidades é produzida através do menosprezo do feminino.

4. EMPODERAR É ANTES DE TUDO NÃO JULGAR

Toda vez que uma mulher é julgada pelas roupas que usa ou pela forma como se comporta, existe a pressuposição de uma feminilidade adequada. O julgamento visa a imposição de uma norma de gênero que divide as feminilidades, conforme modelos de virtuosidade feminina historicamente constituídos. Assim, surgiu a figura das mulheres recatadas em oposição àquelas consideradas lascivas, das mulheres que, por terem conseguido sucesso profissional, foram consideradas menos femininas do que aquelas que investiram, exclusivamente, no cuidado dos filhos, além das mulheres negras e pobres que, por serem o ponto de sustentação de suas famílias, tiveram os seus lares considerados desestruturados e suas vidas julgadas, a partir do modelo de família nuclear composto por mães, pais e filhos e marcado pela figura do homem chefe de família.

O modelo da família caracterizado pela figura do chefe de família deriva da organização das relações de gênero em termos patriarcais. Isso porque o feminino é desvalorizado em relação ao masculino, e os espaços são divididos entre público e privado, sendo o primeiro o lugar social atribuído aos homens e o segundo o lugar social atribuído às mulheres. A esse modelo se opuseram muitas mulheres feministas brancas e de classes mais abastadas, quando lutaram pelo direito de trabalharem fora e para não serem reduzidas à domesticidade. Se pensarmos nas famílias negras, vemos que historicamente a realidade foi outra, uma vez que elas sempre tiveram que trabalhar fora e inúmeras vezes criaram os filhos de seus patrões, e compartilharam com outras mulheres de suas comunidades o cuidado de seus próprios filhos. Se a desigualdade social informa as diferentes formas de ser mulher e os diferentes modelos de família, não é justo julgar uma feminilidade a partir da realidade disponível apenas a outra. Trata-se de uma afronta à equidade.

Para empoderar as mulheres, sejam elas quem forem, a assistência deve escutá-las e atuar na rede e no território como um megafone, um canal de amplificação de vozes e de articulação de pessoas e canais institucionais. Esse é um trabalho muito importante, porque permite que o CRAS atue no sentido contrário à culpabilização das mulheres pelas suas condições de vida. Quando a culpabilização acontece, cria-se geralmente a ideia de que existem boas e más

vítimas, boas e más feminilidades. Não existe, porém, uma única forma de ser mulher e todas elas, não importando idade, classe, sexualidade ou raça, devem ser ouvidas e atendidas sem que sejam consideradas como responsáveis pela violência que sofrem, a exemplo da violência doméstica e da violência sexual. Em uma situação de violência, as vítimas se comportam de muitas maneiras e não devemos julgá-las, nem mesmo utilizar os seus históricos de vida como justificativas para a violência que sofrem. O objetivo deve ser sempre o de evitar a reprodução de preconceitos, através das formas de enxergar as pessoas que acessam a rede de assistência.

5. O CUIDADO É DEVER DE TODOS

Quando somente às mulheres é destinado o cuidado da casa e dos filhos, os homens são usualmente pensados como provedores, isto é, como responsáveis pelo trabalho e pelo dinheiro. Trata-se de um modelo de família baseado na divisão sexual do trabalho. Esse modelo é desigual, porque o trabalho realizado no lar não é valorizado da mesma maneira que o trabalho realizado em espaços públicos, além disso, em inúmeras situações as mulheres, além de se dedicarem às atividades da casa, também trabalham fora. Sobre os ombros delas recai o peso das jornadas duplas de trabalho (casa e rua), algo que não acontece com os homens, porque o cuidado é pensado não somente como uma prática feminina, mas também como um dever feminino. É preciso desnaturalizar a divisão sexual do trabalho.

A desnaturalização acontece quando entendemos que as formas como vivemos foram historicamente construídas e, portanto, não são um fato dado e imutável. A desnaturalização é uma ação. É algo que depende de transformarmos as nossas maneiras de ver o mundo e os lugares sociais atribuídos às mulheres e aos homens. Quando naturalizamos a divisão sexual do trabalho, acabamos compactuando com um sistema que pressiona para que as mulheres não tenham tempo para si mesmas e invistam todas as horas dos seus dias em atividades de cuidado que, embora deveriam ser consideradas como trabalho, sequer contam como tal. Para que isso mude, é preciso investir na conscientização de que pais, maridos, filhos, avôs, entre outros, também devem participar ativamente das atividades domésticas. É preciso também que o cuidado deixe de ser considerado uma atividade exclusivamente feminina, para qual as mulheres estariam naturalmente dispostas. Deve-se combater ainda a ideia de que o cuidado torna um homem “menos homem”, pois trata-se de um machismo que, ao ser reproduzido, desvaloriza o cuidado por ser considerado feminino e naturaliza a divisão sexual do trabalho.

Na nossa sociedade, as mães são percebidas como pessoas que fazem de tudo por seus familiares, especialmente os seus filhos. Todos nós conhecemos

histórias de mulheres que se sacrificaram muito. Elas são as nossas mães, nossas avós, nossas vizinhas, nossas professoras, que passaram a ser nossos modelos de inspiração. Justamente porque sabemos o quão dura foi a vida delas, para que tivéssemos vidas melhores, devemos nos perguntar sobre como criar estratégias para que as mulheres não tenham que se sacrificar. Quais abusos são cometidos contra as pessoas que exercem o cuidado? A divisão sexual do trabalho, costumeiramente, aloca as mulheres em posições que fazem com que não exista outra alternativa a não ser dar tudo de si em nome do outro. Essas alternativas devem ser buscadas, até mesmo para que não sigamos valorizando uma ideia de sacrifício que termina, no dia a dia, autorizando uma série de pequenos e grandes abusos: o marido que nunca cozinha, os filhos homens que não ajudam nas atividades da casa, a responsabilização exclusiva da mãe pela criação dos filhos, etc. O problema não é o fato das mães cuidarem por amor, por quererem o bem dos seus filhos, mas sim os abusos culturalmente autorizados do amor materno. A divisão sexual do trabalho esgota as mulheres sem que sejam oferecidos a elas caminhos menos duros. É preciso estimular modelos de feminilidade não sacrificiais.

6. FAMÍLIA E VIOLÊNCIA

Combater a violência baseada no gênero e a violência sexual requer da parte dos profissionais sociais a compreensão da dinâmica das relações familiares e a escuta atenta daqueles que procuram o CRAS, sobretudo as mulheres. Escutar atentamente é o primeiro passo no sentido de uma atuação efetiva, seja no âmbito da prevenção, ou no âmbito do encaminhamento para as instâncias administrativas e judiciais responsáveis. Escutar e não apenas ouvir é uma ação que acontece quando os julgamentos morais são colocados em suspenso e busca-se entender como, quando, onde e por que a violência acontece, e de que maneira afeta as vítimas e a comunidade local. Suspender preconceitos é o mesmo que combater a repetição de juízos de valor que apenas vulnerabilizam as mulheres, tais como a ideia de que as mulheres que não conseguem sair de ciclos de violência “gostam de apanhar” e a ideia de que o estupro acontece por causa da roupa ou do comportamento dito “provocativo” das vítimas.

Para entender a maneira como a violência está presente no interior dos laços familiares, devemos explorar a sua polissemia, isto é, os vários sentidos que a violência assume para os sujeitos que a sofrem, a executam ou a observam. Fixar de uma vez por todas o sentido da violência nas relações é dizer que já sabemos tudo de antemão, que já temos as respostas e, por isso, não precisamos escutar com atenção. “Gostar de apanhar”, por exemplo, é uma frase que visa oferecer uma explicação para violência, mas que, na verdade, não explica nada e apenas reproduz preconceitos. Quando as pessoas estão em relações violentas é preciso se perguntar sobre as condições materiais (existe um laço de

dependência financeira que dificulta o rompimento ou que permanece findada uma relação?) e o estado dos vínculos (o rompimento é desejado, caso não seja, por quê? Depois do rompimento, a violência realmente se encerra?). A vida familiar é complexa e, em diversas situações, os laços afetivos e os laços materiais não podem ser plenamente separados da ocorrência da violência baseada no gênero e da violência sexual. Pense, por exemplo, no conflito que vivem as meninas que, estupradas por seus pais, são obrigadas a lidar com a violação de seus corpos, a deterioração da paternidade como um símbolo e com as opiniões de todos os membros de uma família extensa, muitos dos quais não necessariamente acreditam na ocorrência de um crime e podem estar afetivamente apegados à imagem do autor do crime como um bom pai e/ou um provedor. Trata-se, portanto, de uma violência que não se encerra quando o crime deixa de acontecer, pois os seus efeitos se arrastam no tempo.

Não devemos confundir o reconhecimento da pluralidade de sentidos que as formas de violência podem adquirir para os sujeitos em uma dada família e território, com a legitimação da violência. O que está em questão é o desenvolvimento de uma atuação que leve em consideração o que os sujeitos dizem e que, orientada pelas experiências concretas das pessoas, possa engajar toda a comunidade a reconhecer as formas de violência e a transformar o lugar que essas violências ocupam em seu cotidiano. O trabalho preventivo requer uma atuação global, que não se limita à vítima ou potencial vítima, pois os perpetradores e demais familiares também estão implicados na execução de violência e na atribuição de sentido a ela. Em outras palavras, o acontecimento da violência é algo cujo sentido vai sendo produzido em processo (dia após dia) e em cadeia (por várias pessoas). Embora o ideal seja que o suporte emocional à vítima seja oferecido por pessoas próximas, que elas acreditem nos relatos de violência e que não aceitem justificativas para agressões verbais, físicas e sexuais, tudo isso tende a não acontecer plenamente na prática. Não podemos ignorar o que acontece e como acontece, nem mesmo cedermos às explicações superficiais dos problemas complexos. O CRAS é um excelente espaço de prevenção, pois oferece escuta (individual e coletiva), atua em rede e traduz as experiências concretas em demandas por direitos e justiça.

7. MARCO LEGAL: A LEI MARIA DA PENHA E AS FORMAS DE VIOLÊNCIA

Os números indicam que 74% das mulheres sofreram violências por parte de homens conhecidos e que 46% dessas violências ocorreram dentro de casa (Fórum de Segurança Pública, 2019). Os dados também sugerem que, durante a pandemia, os casos de violência letal contra as mulheres aumentaram e outras formas de violência foram subnotificadas, que é quando os números registrados não condizem com aquilo que se passa nos territórios. A subnotificação,

nesse caso, está relacionada com a própria pandemia, dada a necessidade de restrição da circulação de pessoas, a diminuição da jornada de trabalho presencial nas instituições responsáveis pela coleta das denúncias, e o maior controle exercido pelos autores de violência em relação às suas vítimas, já que o convívio acentuado possibilita o aumento da manipulação psicológica e física realizada pelo agressor (Fórum de Segurança Pública, 2021). Aliado a esses fatores ocorreu a perda de renda familiar e o aumento do tempo que as crianças ficam em casa, em função do fechamento das escolas. Tais fatores, geradores de tensão nos domicílios, sustentam uma maior preocupação com a violência contra mulheres, travestis, transexuais e outros corpos marcados pelo feminino.

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) é um importante marco na prevenção e combate da VBG, pois especifica os tipos de violências cometidas no ambiente doméstico, na família e nas relações afetivas: violência física (bater, empurrar, sacudir, etc.), violência psicológica (danos emocionais, humilhação, controle de comportamentos e crenças, prejuízo à autodeterminação, etc.), violência sexual (estupro, atos sexuais sem consentimento, etc.), violência patrimonial (atos que retiram os bens e dinheiro que uma mulher conquistou com o próprio trabalho, etc.) e violência moral (desonra pública de uma mulher, xingamentos na frente dos amigos, etc.). Pensada inicialmente como um mecanismo de proteção das mulheres, a aplicação da lei vem sendo estendida a transexuais e casais homoafetivos, compostos por duas mulheres e/ou dois homens. Trata-se de um avanço, pois sugere que a mulher e que os diferentes modelos de relacionamento afetivo-sexual devem ser protegidos do acontecimento da violência doméstica e familiar. Deve estar claro que, ainda que pensemos constantemente na família como sendo constituída por um homem e uma mulher em uma relação afetiva, o preconceito não deve nos impedir de reconhecer, legitimar e oferecer suporte aos relacionamentos homoafetivos. Para que o Estado e os agentes estatais não sejam omissos em relação às violências citadas, as formas de feminilidade e masculinidade que existem nos novos modelos de família, devem ser antes de tudo enxergadas. O CRAS é um dos lugares estratégicos para a produção da visibilidade das formas de viver as feminilidades e as masculinidades, bem como da atuação em rede na prevenção e no solucionamento da violência.

REDE DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA



Fonte Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Governo Federal. Disponível em: [Violência doméstica e familiar contra a mulher: Ligue 180 e tudo o que você precisa saber — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/mulher/pt-br/assuntos/violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher)

8. CONCLUSÃO

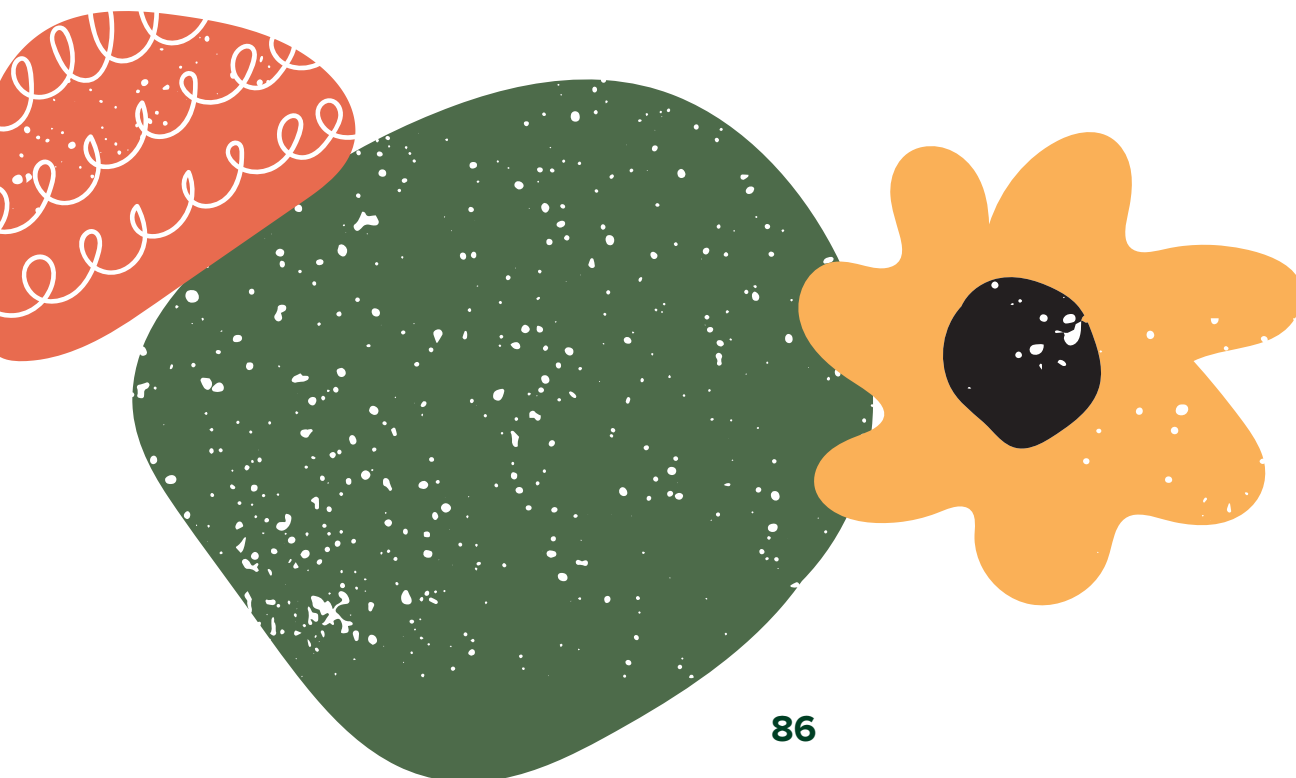
Ao longo deste capítulo, vimos que o gênero é sempre relacional. O feminino e o masculino existem em um estado de codependência, um requer o outro, porém essa relação é quase sempre hierárquica. Como resultado da dominação masculina, a condição feminina aparece como sendo o polo marcado, o outro do masculino. O outro é aquele que ocupa uma posição de inferioridade e tem menos poder. Vimos também que é preciso falar em feminilidades no plural, já que não existe um único modelo de feminilidade e corpos trans, travestis e mesmo de homens podem vivenciar formas de feminilidade. Neste sentido, é importante destacar que trabalhar cotidianamente contra a desigualdade de gênero e em nome de relações mais horizontais no interior das famílias é algo que exige o reconhecimento da diversidade das mulheres (negras, brancas, trans, de classe média, pobres, latinas, nordestinas, lésbicas, etc.) e o esforço no sentido de não hierarquizar as feminilidades, gerando formas mais e menos adequadas de ser e se sentir mulher ou vivenciar feminilidades.

Recomenda-se, portanto:

- 1.** Que os profissionais da assistência social trabalhem a autonomia das mulheres em sua diversidade, o que requer que preconceitos em relação às formas de feminilidade sejam colocados em suspenso e a realidade local seja levada em consideração, respeitando sempre a sexualidade, a classe, os modelos de família, a raça, a religião, a idade e o gênero.
- 2.** Que não seja criada na prática cotidiana do CRAS a figura da boa e da má feminilidade, nem mesmo da boa e da má vítima, pois essas figuras vulnerabilizam as mulheres que buscam por atendimento. Quando o olhar do profissional é julgador em relação às pessoas a serem atendidas, o próprio CRAS se converte em uma instância reprodutora de desigualdades e violências.
- 3.** Que o território seja mapeado para que as demandas que chegam ao CRAS possam ser solucionadas através da atuação em rede. Mapear o território significa conhecer as pessoas de referência das famílias e da comunidade, as associações, os centros de referência, os coletivos e as diversas instituições estatais (saúde, segurança, justiça e assistência). Desse mapeamento, depende a capacidade do profissional do serviço social em comunicar aos beneficiários o modo de funcionamento e organização do Estado. Vale lembrar que a lida com a burocracia é muitas vezes árdua, então a explicação, dos processos e práticas de administração, precisa ser feita com atenção e cuidado, poupando o desperdício de tempo e aumentando a confiança no próprio CRAS.
- 4.** Que a família seja o centro das ações pensadas e aplicadas pela assistência (matricialidade), de modo que o cuidado possa paulatinamente deixar de ser pensado como uma atividade feminina e exclusiva das mulheres, gerando abusos de toda a sorte das mães em territórios onde elas chefiavam as suas famílias. O risco ao qual se alerta é o de que mulheres já sobrecarregadas pela desigualdade social, de gênero e racial sejam culpabilizadas pelas suas condições de vida. Quando falamos no reconhecimento dos diferentes modelos de família e feminilidade, estamos falando sobre a necessidade de criação de estratégias de produção de autonomia, adaptadas às experiências concretas das pessoas; por exemplo, para que uma mãe, cujos filhos não estão na creche, consiga tempo para si e possa investi-lo em atividades que lhe trarão benefícios futuros, o compartilhamento do cuidado das crianças com avós, pais, vizinhança e/ou pessoas de confiança é relevante.
- 5.** Que as violências, especialmente a de gênero, sejam prevenidas através da escuta atenta e do acionamento de estratégias de atuação em rede que levem em consideração a especificidade do relatado e o seu impacto nas famílias e territórios. Nesse sentido, cabe entender as formas como as

peessoas experienciam a violência para que o acionamento da rede seja realizado da maneira mais efetiva possível. É preciso partir do pressuposto de que o rompimento de relações violentas é complicado quando os laços afetivos e econômicos são fortes. A violência pode começar com uma tensão, escalar para agressões e culminar em pedidos de desculpas, tornando-se assim circular. A quebra da repetição dessa dinâmica depende de uma atuação em rede orientada pela experiência das vítimas, pois se essa experiência for desconsiderada, o ciclo de violência, mesmo depois do rompimento de uma relação, pode se repetir. A quebra do ciclo depende também de uma atuação orientada pelo modo como as famílias entendem a violência e a gerem nos limites da intimidade. Quando o rompimento entre o casal não se realiza, nem é desejado, a atuação direcionada à transformação das masculinidades é ainda mais relevante. Transformar relações violentas implica, porém, trabalhar com todos, em nome de masculinidade e feminilidades assentadas nos princípios da igualdade, da autonomia e da liberdade.

6. Promoção de campanhas de prevenção à violência de gênero, tendo como objetivo engajar não somente a família, mas a comunidade mais ampla a identificar a violência, a combatê-la e a oferecer suporte às vítimas. Essas campanhas devem, portanto, ser pensadas em termos coletivos e serem voltadas a um território específico. Campanhas podem ser estruturadas através da distribuição de material gráfico ou virtual já existente, mas também através de atividades coletivas organizadas pelo CRAS em parceria com outras instituições e coletivos do território. Oficinas com pessoas de referência numa dada localidade, por exemplo, podem estimular a disseminação de perspectivas mais igualitárias.



Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: POR QUE MULHERES PRECISAM DE DIREITOS ESPECÍFICOS?⁷

OBJETIVO: Facilitar o reconhecimento da existência de relações de poder entre homens e mulheres, bem como as necessidades de leis que promovam a equidade de gênero.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: computador, projetor ou TV.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1: Pessoas com poder e sem poder (30 min)

Divida a turma em três grupos. Provavelmente dois deles terão o mesmo número de componentes e um poderá ou não ter um quantitativo diferente de pessoas. Escolha um grupo para representar as “pessoas sem poder”, outro para as “pessoas com poder,” e um terceiro grupo, que pode ter um número diferente, para serem os “observadores”. Leia as instruções do que fará cada grupo:

PESSOAS SEM PODER – não podem tomar decisões, têm que fazer aquilo que as “pessoas com poder” ordenam. Se uma pessoa sem poder quiser se mover ou fazer algo, tem que pedir permissão à pessoa com poder.

PESSOAS COM PODER – As “pessoas com poder” podem tomar decisões, sentem e, além disso, podem pegar e usar as “pessoas sem poder” da forma que quiserem.

⁷ Adaptação da atividade “Pessoas e coisas” da Cartilha “Trabalhando com Mulheres Jovens: Empoderamento, Cidadania e Saúde”, do Instituto Promundo, Salud e Gênero, ECOS, Instituto PAPAI e World Education. Disponível em <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>

OBSERVADORES – Observam em silêncio.

Peça para cada um do grupo das “pessoas com poder” escolher uma “pessoa sem poder” e fazer com ela o que quiser. Dê ao grupo cinco minutos para que cumpram seus papéis de pessoas ou coisas. Após a realização da atividade, refletir com o grupo:

1. Para as “pessoas sem poder”, como foi ser tratado desta maneira? Como você foi tratado pela sua “pessoa com poder”? Você se sentiu impotente? Por que?
2. Para as “pessoas com poder”, como você tratou a sua “pessoa sem poder”? Como se sentiu tratando alguém desta maneira? Você se sentiu poderoso? Por que?
3. Por que as “pessoas sem poder” obedeceram as ordens das “pessoas com poder”?
4. Alguma das pessoas, de algum dos grupos, resistiu ao exercício?
5. Em nossa vida cotidiana, nós somos tratadas como as “pessoas sem poder”? Quem nos trata assim? Em que contextos? Por que?
6. Nós tratamos outras pessoas como as “pessoas com poder” fizeram? Quem? Por que?
7. Para os “observadores”, como se sentiu observando sem dizer nada? Você gostaria de ter interferido? Se sim, o que você poderia ter feito? Por que não fizeram?
8. Na vida cotidiana, nós somos “observadores” de situações em que algumas pessoas tratam outras como bem querem? Nós interferimos? Por que sim? Por que não?
9. Se você tivesse a chance de escolher entre os três grupos, qual você teria escolhido ser? Por que?
10. Quais são as consequências de um relacionamento em que uma pessoa trata a outra como quer?
11. Na sua comunidade, as mulheres costumam pertencer a um desses três grupos? Qual? Por que?
12. E os homens, costumam pertencer a um desses três grupos? Qual?
13. Como uma sociedade/cultura perpetua ou apoia esse tipo de relacionamento?
14. Qual o reflexo que dar à mulher o status de propriedade causa na vida em sociedade? E no mercado de trabalho?
15. Que tipo de poder os homens historicamente exercem sobre as mulheres?

► ETAPA 2: Os diferentes tipos de poder (20 min)

Projetando os boxes abaixo, diga ao grupo que existem diferentes formas de poder e maneiras de usá-las. Aqui seguem alguns exemplos:



PODER SOBRE: implica ter o controle sobre alguém ou uma situação de maneira negativa, geralmente associado ao uso de repressão, força, corrupção, discriminação e abuso. Quando usamos este tipo de poder, não reconhecemos que todas as pessoas têm direitos, independente de gênero, classe, etnia e orientação sexual.



PODER COM: baseia-se na força coletiva, ter poder com outras pessoas ou grupos, encontrar um ponto comum entre diferentes interesses e construir uma meta comum que beneficie a todos. Este tipo de poder multiplica os talentos e conhecimentos individuais e está baseado no apoio, na solidariedade e na colaboração.



PODER PARA: refere-se à habilidade para conformar e influenciar a própria vida. Significa ter recursos, ideias, conhecimentos, ferramentas e habilidades para convencer a si mesmo e aos outros para fazer algo. Muitas pessoas com esta classe de poder formam o “poder com”.



PODER INTERIOR: está relacionado ao sentimento de autoestima e de autoconhecimento de uma pessoa. Ou seja, implica em ter um sentimento de autoconfiança e de valorização de si mesmo. Inclui-se nesta forma de poder a habilidade de imaginar uma vida melhor para si, ter esperança ou a sensação de mudar o mundo, e ainda a consciência de que temos direitos como todos os seres humanos.

Após a leitura de cada um deles, tente exemplificar com o grupo situações em que cada tipo de poder se manifesta. Reflita com o grupo quais os tipos de poder que promovem a equidade e quais são aqueles que colocam determinadas pessoas ou grupos em situação de vulnerabilidade. Chame atenção para o fato que, quando usamos o “Poder Interior” e o “Poder com”, estamos nos reconhecendo como pessoas, como cidadãos de direitos, e também estamos reconhecendo os direitos dos outros.

1. De que forma podemos reverter a situação de dominação, na qual as mulheres historicamente se encontram?
2. Como garantir a sua integridade física neste processo?

A partir das respostas do grupo, reflita como é vital para este processo de transformação da sociedade a massificação da visão das mulheres como sujeitos de direito e, dada as especificidades debatidas ao longo do encontro, a necessidade de leis que abranjam e tentem suprir as necessidades particulares dos diversos grupos de mulheres ao redor do mundo.

Encerre o encontro ressaltando para o grupo a importância dos direitos das mulheres no sentido de servir como um mecanismo jurídico que, além de proteger as mulheres de discriminação em vista de suas vulnerabilidades, permite que ações práticas nos âmbitos social, político e econômico sejam implementadas a partir de medidas governamentais.

... e se ela acontecer online: A dinâmica da etapa 1 pode ser substituída pela exibição do vídeo “7 realidades horríveis que a mulher já passou ao longo da História”, produzida pelo canal Fatos Desconhecidos e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HqyjwA1qxTc>. Reflita com o grupo sobre as histórias apresentadas e como as mulheres ainda sofrem com as normas de gênero e as desigualdades de direitos nos dias de hoje.

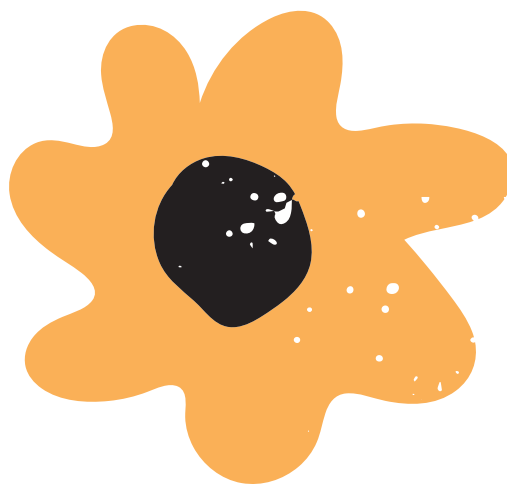
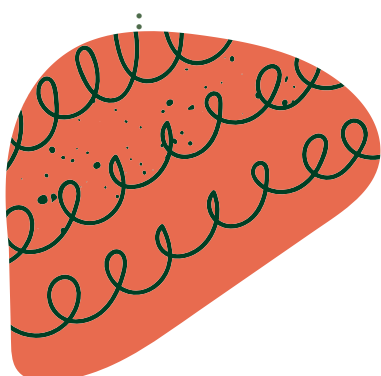
ATIVIDADE 2: QUAIS SÃO E COMO SURTIRAM OS DIREITOS DAS MULHERES?

OBJETIVO: Apresentar um panorama histórico dos direitos das mulheres em diferentes partes do mundo e os principais marcos legais brasileiros.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: folhas impressas com as letras das músicas da etapa 1 e marcos legais da etapa 3, computador, projetor ou TV.



DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

► ETAPA 1: Diferentes mulheres, questões similares (20 min)

Divida a turma em 3 grupos. Cada um deles receberá a letra de uma música que fala sobre a realidade e as angústias de mulheres brasileiras. Os participantes devem ler e/ou escutar juntos e refletir com seu grupo:

1. Que realidade vive essa mulher?
2. Quais são suas angústias e aflições?
3. Como ela se coloca em relação à sua vida e aos seus dilemas em sociedade?
4. Como ela se sente com suas escolhas?

Grupo 1:

Pitty – “Desconstruindo Amélia”

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar
O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume, esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar (Uhu!)
E eis que de repente ela
resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar (Uhu!)
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende porque
Tem talento de equilibrista
Ela é muita, se você quer saber
Hoje aos 30 é melhor que aos 18
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do
trabalho e dos filhos
Ainda vai pra night ferver

Disfarça e segue em frente
Todo dia até cansar (Uhu!)
E eis que de repente ela
resolve então mudar
Vira a mesa, assume o jogo
Faz questão de se cuidar (Uhu!)
Nem serva, nem objeto
Já não quer ser o outro
Hoje ela é um também

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ph3ZXYcYDC4>

Grupo 2:

Francisco, El Hombre – “Triste, Louca ou Má”

Triste, louca ou má
Será qualificada
Ela quem recusar
Seguir receita tal
A receita cultural
Do marido, da família
Cuida, cuida da rotina
Só mesmo, rejeita
Bem conhecida receita
Quem não sem dores
Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define
Você é seu próprio lar
Um homem não te define
Sua casa não te define
Sua carne não te define (você é
seu próprio lar)

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

E o homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só
Ela desatinou, desatou nós
Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós (e um
homem não me define, minha casa
não me define)
Vai viver só (minha carne
não me define)
(Eu sou meu próprio lar)
Ela desatinou, desatou nós (e um
homem não me define)
Vai viver só (minha carne
não me define)

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IKmYTHgBNoE>

Grupo 3:

Elza Soares – “Maria da Vila Matilde”

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix...
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar
a mão pra mim

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar
a mão pra mim

E quando o samango chegar
Eu mostro o roxo no meu braço
Entrego teu baralho

Teu bloco de pule
Teu dado chumbado
Ponho água no bule
Passo e ofereço um cafezim
Cê vai se arrepender de levantar
a mão pra mim

Cadê meu celular?
Eu vou ligar pro 180
Vou entregar teu nome
E explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E jogo água fervendo
Se você se aventurar

Eu solto o cachorro
E, apontando pra você
Eu grito: péguix
Eu quero ver
Você pular, você correr
Na frente dos vizinhos
Cê vai se arrepender de levantar
a mão pra mim

E quando tua mãe ligar
Eu capricho no esculacho
Digo que é mimado
Que é cheio de dengo
Mal acostumado
Tem nada no quengo
Deita, vira e dorme rapidinho
Cê vai se arrepender de levantar
a mão pra mim (5x)

Mão, cheia de dedo
Dedo, cheio de unha suja
E pra cima de mim? Pra cima de moi?
Jamais, mané!

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y6V8IL8xn7g>

Ao retornar para o grande grupo, peça para que um representante de cada grupo apresente rapidamente sobre o que fala a sua música. Na sequência, refletir sobre as seguintes questões:

1. Quais são as semelhanças entre essas mulheres? E as diferenças?
2. Todas elas são felizes e bem resolvidas com as escolhas que fizeram? Por que?
3. Elas se sentem rotuladas em relação ao modo que vivem?
4. Elas se sentem em situação de igualdade em relação aos homens? Em que aspectos?
5. Alguma delas estava em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos?
6. Podemos reconhecer nelas as situações vividas pela maioria das mulheres brasileiras?
7. Vocês veem avanços na garantia de direitos de mulheres brasileiras em relação às gerações passadas? Quais?

► **ETAPA 2: A história dos direitos das mulheres no Brasil e no mundo (20 min)**

Exibir o vídeo “Direitos das Mulheres: o que são e como surgiram?” do Canal “Politize!”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wQHeL2hHe7g>. Após assistirem, reflita com o grupo:

1. O que são os Direitos das Mulheres? Por que foram criados?
2. Como as mulheres historicamente foram tratadas?
3. A partir de quando começaram a surgir os primeiros fundamentos dos direitos das mulheres?
4. Como a fundação da ONU ajudou no processo de defesa dos direitos das mulheres?
5. O que são direitos sexuais e reprodutivos?
6. Por que a Constituição Brasileira não é suficiente para promover a igualdade entre homens e mulheres?
7. Qual a principal lei que assegura a segurança física de mulheres no Brasil?
8. Por que considerar a diversidade entre as mulheres é importante para pensar em instrumentos jurídicos de equidade de gênero?
9. Como os serviços sociais podem ajudar mulheres a se tornarem cientes de seus direitos?
10. Como os profissionais, serviços e programas podem realizar ações que divulguem esses direitos

► ETAPA 3: As leis sobre violência contra mulher no Brasil (10 min)

Para encerrar o encontro, distribua folhas impressas e projete no telão ou na TV os principais direitos das mulheres no Brasil. Realize uma leitura coletiva chamando a atenção do grupo para a importância destes dispositivos legais e como precisamos educar a sociedade no sentido de promover ações que combatam as normas de gênero, a desigualdade salarial e as violências contra a mulher.

LEIS SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO BRASIL

- **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006).** A lei tem o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma a prevenir, punir e erradicar essa violência; tipifica 5 tipos de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.
- **Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, 2015).** A legislação altera o Código Penal e estabelece o feminicídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio. Quando uma mulher é morta em decorrência de violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher, fica caracterizado o feminicídio, sendo considerado um crime hediondo em que a pena pode chegar a 30 anos de reclusão.
- **Lei do Minuto Seguinte (Lei nº 12.845/2013).** Oferece atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e o fornecimento de informações sobre os direitos legais das vítimas. Garante atendimento emergencial, integral e gratuito às vítimas. Importante ressaltar que não há necessidade de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido — a palavra da vítima basta para que o acolhimento seja feito pelo hospital.
- **Lei nº 13.718/2018,** tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, alterando o Código Penal para tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece aumento de pena e define como causas para aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo.
- **Lei nº 13.642/2018,** concede à Polícia Federal atribuição para investigação de crimes praticados na rede mundial de computadores, que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam ódio ou aversão às mulheres.

- **Lei nº 13.931/2019**, dispõe sobre a notificação compulsória dos casos de indícios ou confirmação de violência contra a mulher, atendida em serviços de saúde públicos e privados, determinando a comunicação à autoridade policial, no prazo de 24h, para providências cabíveis e fins estatísticos.
- **Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737/2012)**. A lei definiu crimes cibernéticos no Brasil. Ela recebeu este nome, pois na época que o projeto tramitava a atriz teve o computador invadido e fotos pessoais divulgadas sem autorização por hackers. A legislação classifica como crime, justamente casos como estes, onde a invasão de computadores, tablets, smartphones, conectados ou não à internet, resulte na obtenção, adulteração ou destruição dos dados e informações.
- **Lei Joana Maranhão (Lei nº 12.650/2015)**. A lei alterou os prazos quanto à prescrição (prazo) contra abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, de forma que a prescrição só passou a valer após a vítima completar 18 anos e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos. O nome é uma referência à nadadora brasileira, que foi abusada sexualmente aos nove anos de idade, pelo seu treinador. A denúncia feita por ela resultou na lei, que garante às vítimas mais tempo para denunciar e punir seus abusadores.

... e se ela acontecer online: Ferramentas de videoconferência como o Zoom e o Meet permitem a divisão de grupos em salas simultâneas para trabalho em grupo. Coloque as letras das músicas da etapa 1, juntamente com os links em um drive que poderá ser acessado pelos grupos em suas salas de trabalho.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Cartilha **“Retrato das desigualdades de gênero e raça - Direitos humanos das mulheres”**, do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – Ipea, Secretaria de Políticas públicas para mulheres, Onu Mulheres e Unicef. Disponível em https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_i_direitos_humanos_das_mulheres.pdf

Artigo escrito Ana Laura Lobato Pinheiro com panorama sobre direitos das mulheres.

Cartilha “Trabalhando com Mulheres Jovens: Empoderamento, Cidadania e Saúde”, do Instituto Promundo, Salud e Género, ECOS, Instituto PAPAI e World Education. Disponível em <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>

Este manual, parte de uma iniciativa chamada Programa M (M de mulheres), foi desenvolvido para ajudar educadoras a envolverem mulheres jovens em discussões sobre como ideias rígidas a respeito do que significa ser homem e mulher afetam as opções e escolhas de mulheres, em sua vida, saúde e sexualidade.

- Kit **“Escola de liderança para meninas, módulo II: direitos humanos, democracia e cidadania”** da Plan International, Instituto C&A. Disponível em https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/04/modulo2_escoladelideranca_20160914_web.pdf

O objetivo central do material é apoiar o empoderamento das meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre seus direitos e incentivando sua participação cidadã.

- **Portal Equidade** do Instituto Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga com o Politize! e a Civicus. Juntos, disponível em <https://www.politize.com.br/equidade>

O Equidade aborda, de forma simples e didática, conhecimento sobre os direitos humanos. O portal disponibiliza textos, vídeos e podcasts que apresentam desde os principais fundamentos e conceitos aos impactos dos direitos humanos, de forma abrangente e específica, em nossas vidas.

- Site da **Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte”**, cooperação entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Ministério da Justiça. Disponível em <http://www.compromissoeatitude.org.br/>

Tem como objetivo unir e fortalecer os esforços nos âmbitos municipal, estadual e federal, para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha.



Gênero e Interseccionalidade

STALLONE ABRANTES

“Quando vou a cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças bem vestidas. Tão diferentes da favela.”

(Carolina Maria de Jesus)

1. SENTE E TOME UM CAFÉ – BREVES CONSIDERAÇÕES

A ideia desse texto é que ele funcione como uma conversa e, principalmente, passe a fazer sentido para profissionais que estão, neste momento, atendendo uma pessoa, planejando alguma ação, gerindo equipes, facilitando espaços de intervenção ou em visita domiciliar. Para entendermos como o gênero se articula com o que chamamos de interseccionalidade é preciso fazer um movimento de olharmos para nossas práticas do dia a dia (HOOKS, 2019). Olhar para nossas práticas parece simples, porém é bastante desafiador, pois fala de uma relação conosco e com o outro, que está presente em nosso trabalho, seja ele um colega de equipe ou uma pessoa que procura o serviço.

Na Proteção Básica (PB) que funciona como a porta de entrada das principais demandas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), objetivando assegurar a proteção social e a prevenção de violências e seus agravos e, principalmente onde somos interpelados por uma diversidade de experiências que perpassam a vida de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+ e muitas outras. Se olharmos com cautela para a diversidade de pessoas que acessam os serviços do SUAS fica evidente o quanto nossa prática precisa ser atravessada por um trabalho que leve em consideração as diferentes demandas e as questões pelas quais levam as pessoas a procurarem o serviço.

Ao entender a complexidade e a diversidade de elementos que compõem as demandas existentes nos serviços como os Centros de Referência Assistência Social (CRAS), vamos nos aproximando da compreensão da interseccionalidade, não apenas como um conceito, mas como uma ferramenta metodológica, que ao ser incorporada em nossas práticas, passa a ser um instrumento fundamental para a prevenção de violências e, conseqüentemente, dos agravos e riscos que emanam no cotidiano do trabalho, tendo em vista as diversas demandas territoriais que compõem a realidade.

Pegue o café, puxe a cadeira que chegou a hora de conversarmos sobre o que é a Interseccionalidade.

2. A INTERSECCIONALIDADE: O QUE É?

O termo interseccionalidade foi apresentado de maneira sistematizada pela jurista norte americana Kimberlé Crenshaw, no campo das leis antidiscriminação, principalmente no tocante do combate ao racismo, que estrutura as principais violações de direitos no mundo todo. Carla Akotirene (2019), mulher, negra, baiana, periférica, sinaliza que a ideia de interseccionalidade é fruto das constantes articulações dos movimentos feministas negros, que constituiu um passo fundamental na luta das mulheres negras por garantia de direitos e no combate direto ao racismo, em suas mais variadas facetas.

A interseccionalidade assume um papel fundamental no combate as perspectivas excludentes, exemplificados pela Universidade em seus textos rebuscados, a ideia que um bom texto precisa ter uma linguagem pouco acessível, ou ainda que a produção de qualidade em termos de conhecimento e de tecnologia é originária da Europa, fortalecendo a ideia de que tudo no Brasil, na América Latina e no continente Africano é caótico ou tem menor valor. Falar de interseccionalidade é pensar a partir de uma sensibilidade identitária, a partir de uma reflexão mundial que questiona a ideia universal de humanidade e seus padrões: homem, branco, heterossexual, por exemplo.

A ferramenta interseccionalidade é produto do feminismo negro, da luta de mulheres negras por um lugar no mundo, do combate ao medo de mães negras que experienciam seus filhos serem assassinados cotidianamente, é a partir de uma articulação plural que a ideia ganha força, da compreensão de que as violências acontecem de maneira simultânea e não em momentos distintos, quando olhamos para uma mulher, negra, pobre, lésbica e nordestina — o racismo, o machismo, classismo, lesbofobia e a xenofobia são estruturas que atravessam as experiências dessa mulher e corroboram para o não desenvolvimento de pessoas que agregam esses marcadores.

Com a interseccionalidade, evidenciamos que nas sociedades colonizadas, a exemplo do Brasil, o impacto da colonização é real no dia a dia, afetando também o modo como as oportunidades se colocam para as pessoas, a partir dos diferentes lugares que as constituem. É importante se atentar, que a interseccionalidade não se trata da somatória de operações, e sim uma maneira de refletirmos como algumas categorias (raça, gênero, sexualidade, classe), que compõem a vida de determinados grupos, podem facilitar ou dificultar o modo como a sociedade vai lidar com elas.

Nas próximas linhas iremos apresentar a pluralidade que compõe os movimentos feministas, e como eles se articulam com a interseccionalidade, vale destacar as ideias de mulheres negras como Patricia Collins, Angela Davis, Margareth Menezes, Carla Akotirene, Elisa Lucinda, Conceição Evaristo, Marielle Franco, Mãe Stella de Oxóssi, Ekedi Sinha e muitas outras.

3. FALANDO DE FEMINISMO NEGRO

Ao longo das últimas décadas surgiram os mais variados movimentos que tinham como objetivo conquistar espaços para mulheres, levando em consideração suas experiências e as mais variadas demandas que cada mulher apresenta, entendemos como fundamental pensar o Feminismo Negro como articulação primordial e na apresentação da interseccionalidade como método.

O Feminismo Negro é um movimento protagonizado por mulheres negras ao longo dos últimos séculos, que ganha visibilidade nos anos 70 e 80, a partir da produção sistematizada de ideias e concepções acerca das principais necessidades dessas mulheres. Tomando como base, o Brasil, os estudos e as pesquisas de Lélia Gonzalez, Neuza Santos e Virgínia Bicudo.

Essas intelectuais começam a refletir como o racismo se articula com o machismo e afetam o desenvolvimento das mulheres negras, nos mais variados campos da sociedade, a exemplo da Universidade, do mercado de trabalho e na construção de famílias. Tendo em vista que as mulheres negras desde o Brasil Colônia são colocadas como produtos e acabam experienciando a solidão,

a sexualização e o abandono por homens e mulheres brancas. Todas essas mulheres mencionadas colaboraram com a reflexão acerca da invisibilidade das mulheres negras nas pautas feministas que, de modo geral, traz a concepção de uma mulher genérica, “isso acontecia devido ao fato de não se identificarem com um movimento branco e de classe média, e pela falta de empatia em perceber que mulheres negras possuem pontos de partida diferentes” (RIBEIRO, 2018, p. 74). Sendo assim, podemos entender o feminismo negro como um movimento de mulheres negras que apresentam suas pautas e necessidades, tendo em vista, as dificuldades que atravessam a experiência em sociedade e o combate ao racismo e ao machismo.

As constantes estratégias político-sociais das mulheres negras geraram no pensamento mundial, a perspectiva interseccional, que muitas pessoas entendem apenas como um conceito teórico, objetivando apresentar a complexidade que encontramos quando articulamos as mais variadas formas de opressão, que assola, sobretudo as mulheres negras (hooks, 2018). O nosso convite é que assim como o movimento feminista negro, você como profissional do serviço da Assistência, possa incorporar no trabalho a interseccionalidade como uma ferramenta, na prevenção e nos agravos as violências baseadas em gênero. Tomando como base que mulheres negras produzem territórios e consequentemente suas articulações, iremos apresentar a concepção de territorialidade na qual nos aproximamos, bem como articular o que isso tem a ver com gênero e interseccionalidade.

4. TERRITORIALIDADES

É fundamental (re)lembrar que todo serviços do SUAS funciona a partir de uma lógica territorial, isso indica que não é possível pensar o trabalho com foco na prevenção de violências baseadas em gênero, sem nos atentarmos aos territórios que atravessam as pessoas. Não raro, ainda encontramos associações que ligam as pessoas negras à pobreza, a falta de acesso à educação, esporte e lazer, por exemplo, aos componentes individuais, que nos fazem ouvir com constância frases como “favelado não quer nada da vida, já poderia estar procurando fazer algo”, “aquela negrada só vem para sujar a praia, deveria proibir”, ou ainda, “depois que a universidade virou lugar de todo mundo, o nível caiu consideravelmente”. Todas essas frases demarcam territorialidades, sejam elas físicas (há um território que é habitado, a favela, a praia ou a universidade), existenciais (pois pressupõe um modo de apresentar as pessoas) e políticas (na medida em que evidencia um sistema de funcionamento social).

As desigualdades sociais em alguns territórios nos auxiliam a perceber as diferentes formas que moradoras e moradores enfrentam as variadas vulnerabilidades presentes no dia a dia. As lideranças comunitárias, as

populações de favela, povos de terreiros e também as mulheres negras acabam por protagonizar diferentes enfrentamentos e acabam por construir redes de articulação que permitem diminuir as desigualdades.

Em Salvador, as mulheres negras passam a compor a própria história da cidade, e principalmente a estar no cerne no combate às variadas formas de violência, sobretudo as baseadas em gênero. Não precisa ir muito longe para tentar observar isso, é só pensar quantas baianas de acarajé criaram seus filhos a partir desse trabalho que, na maioria das vezes, é passado de geração para geração. Não raro, encontramos essas vendedoras nos diferentes espaços e em todos os bairros, desde os periféricos e difundidos como perigosos, até os mais valorizados e que frequentemente tem em suas ruas turistas das mais diferentes nacionalidades. Contudo, é importante lembrar que a emergência dessas mulheres se deu, sobretudo em espaços periféricos, e que nem sempre elas recebiam o apoio da população. Pensar a história das vendedoras de acarajé é pensar na constituição do povo baiano, marcados pela cultura afro-brasileira, articulada com as religiões de matrizes africanas, que sofreu repressão policial por muitos anos e que até hoje é estereotipada como religião de cunho negativo.

Ao observarmos rapidamente essa relação entre as mulheres negras e a cidade, podemos compreender que essas mulheres, com suas demandas e sua luta pelo alcance de seus direitos, passam a subverter o lugar que historicamente foi a elas designado, o que tem permitido criar novos territórios, reconfigurando a ideia de território e também de cidade, visto que, não é possível falar de Salvador sem falar das mulheres negras que perpassam a história da cidade, bem como as mudanças provocadas pela luta das mulheres negras nos últimos anos, a exemplo da campanha “**Respeita as Mina**”, no carnaval da capital baiana e que se expandiu aos mais variados campos das políticas públicas.

O entendimento de que a cidade é viva, em constante transformação, é inspirado nas ideias do geógrafo Milton Santos. Para ele:



O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

A compreensão do território que produz identidade se entrelaça a ideia de interseccionalidade, na medida que é no território, e com a territorialidade que se apresentam as múltiplas dimensões que a constitui, principalmente porque tem conexão com a existência humana, as suas relações sociais, o modo como produz em sociedade e também as modificações que ocorrem ao longo do tempo. A territorialidade se apresenta na medida que as pessoas se sentem pertencentes ao lugar que vivem, trabalham, residem e também que se relacionam.

Quando pensamos em uma mulher que vive num território de favela ou na periferia, conseguimos entender a importância de olhar para a experiência territorial. No âmbito acadêmico, Mary Garcia Castro publicou no ano de 1993, um texto chamado “*Alquimia das categorias sociais e seus sujeitos políticos, gênero e raça entre líderes do sindicato de trabalhadoras domésticas de Salvador*”. Nesse artigo, ela reflete acerca da construção das categorias sociais, que se articulam de maneira muito singular dependendo da pessoa que as experienciam. Mary Castro defendia que não se separa o ser mulher, o ser negra, do ser pobre, pois para a sociedade essas categorias são percebidas de maneira particular, principalmente porque a forma que mulheres negras e pobres são tratadas deixa evidente a inseparabilidade.

As ideias de Mary Castro marcam um grupo de pesquisas que evidenciam ser fundamental olhar para essas categorias, onde ficam evidentes como as violências se estruturam no meio social, a partir de uma lógica excludente e preconceituosa. Mary Castro endossa que quando pensamos em uma categoria separada, perdemos de vista a rede de poderes e violências que incidem sobre determinadas realidades, tais como nas favelas, nas periferias, na zona rural. Por exemplo, na percepção da sociedade racista e patriarcal uma mulher por ser negra, pode equivocadamente ser entendida como uma empregada doméstica, mesmo que não tenha nenhuma relação com essa profissão. Neste exemplo, podemos associar que o gênero se relaciona com uma perspectiva histórica que colocou as mulheres ao cuidado da casa e dos filhos. Quando olhamos para a raça, percebemos que a sociedade brasileira, fruto da colonização e da escravização das pessoas negras, reserva às mulheres negras o lugar da servidão e, em muitas ocasiões, os trabalhos menos remunerados, a exemplo das empregadas domésticas que, majoritariamente, são direcionados para mulheres negras.

5. PENSANDO A INTERSECCIONALIDADE NA PROTEÇÃO BÁSICA

Gostaria de começar essa passagem do texto apresentando um acontecimento num CRAS, que exigiu da equipe pensar em um conjunto de intervenções que levassem em consideração o pensamento interseccional como ferramenta primordial no trabalho:

Carmen chegou na recepção e queria informações de como poderia se cadastrar no Programa Bolsa Família (programa de renda alocado no SUAS). Carmen, uma mulher negra, nordestina, candomelecionista, mãe solo, com 3 filhos, moradora de uma conhecida favela e só conseguia escrever seu nome. Sua demanda inicial era de vinculação ao PBF, mas em conversa com a profissional de psicologia do serviço apresentou marcas no braço, pois se automutilava com constância e já tentou suicídio pelos menos 5 vezes, nos últimos 6 meses. Relatou que trabalhava de doméstica na casa de alguém e que recebia 250 reais por mês, que o pai dos seus filhos foi assassinado pela polícia em uma operação policial e que sonhava com a formatura de seus filhos, que estudavam em ensino regular. Chorou muito, falava dos episódios de racismo que sofria na casa que trabalhava, que também foi assediada pelo patrão semanas atrás e não poderia sair do trabalho, pois era sua única fonte de renda.

As questões e os mais variados tipos de violência apresentados por Carmen, levou a equipe a entender que as diversas experiências relatadas por ela, só poderiam ser pensadas e compreendidas a partir de um olhar interseccional: está presente o racismo, o assédio, a precarização do trabalho, o cuidado solo. Além disso, a construção de um pensamento interseccional possibilita um maior movimento em rede, seja a nível territorial, afetivo, existencial e político.

Há ainda, a necessidade de refletirmos o impacto do racismo na situação apresentada. Primeiro, é fundamental entender que o racismo no Brasil é crime, e está previsto pela Lei nº 7.716/1989, sendo ainda inafiançável. A campanha SUAS sem racismo objetiva combater o racismo em suas mais diversas formas. Tal campanha funciona como um instrumento fundamental no entendimento que o racismo é uma violência que incide diretamente no desenvolvimento da população brasileira, a exemplo da Carmen que, no seu caso, evidencia uma das facetas do racismo, a exemplo do racismo institucional.

O racismo institucional configura-se uma maneira pela qual o racismo está presente nas estruturas e nas bases sociais e das instituições na qual constituem a dinâmica da vida em sociedade. Diz ainda, das organizações desiguais (de forma direta ou indireta), na reprodução de ideias estruturadas pela hierarquização racial presentes em serviços públicos, privados e nos sistemas de ensino.

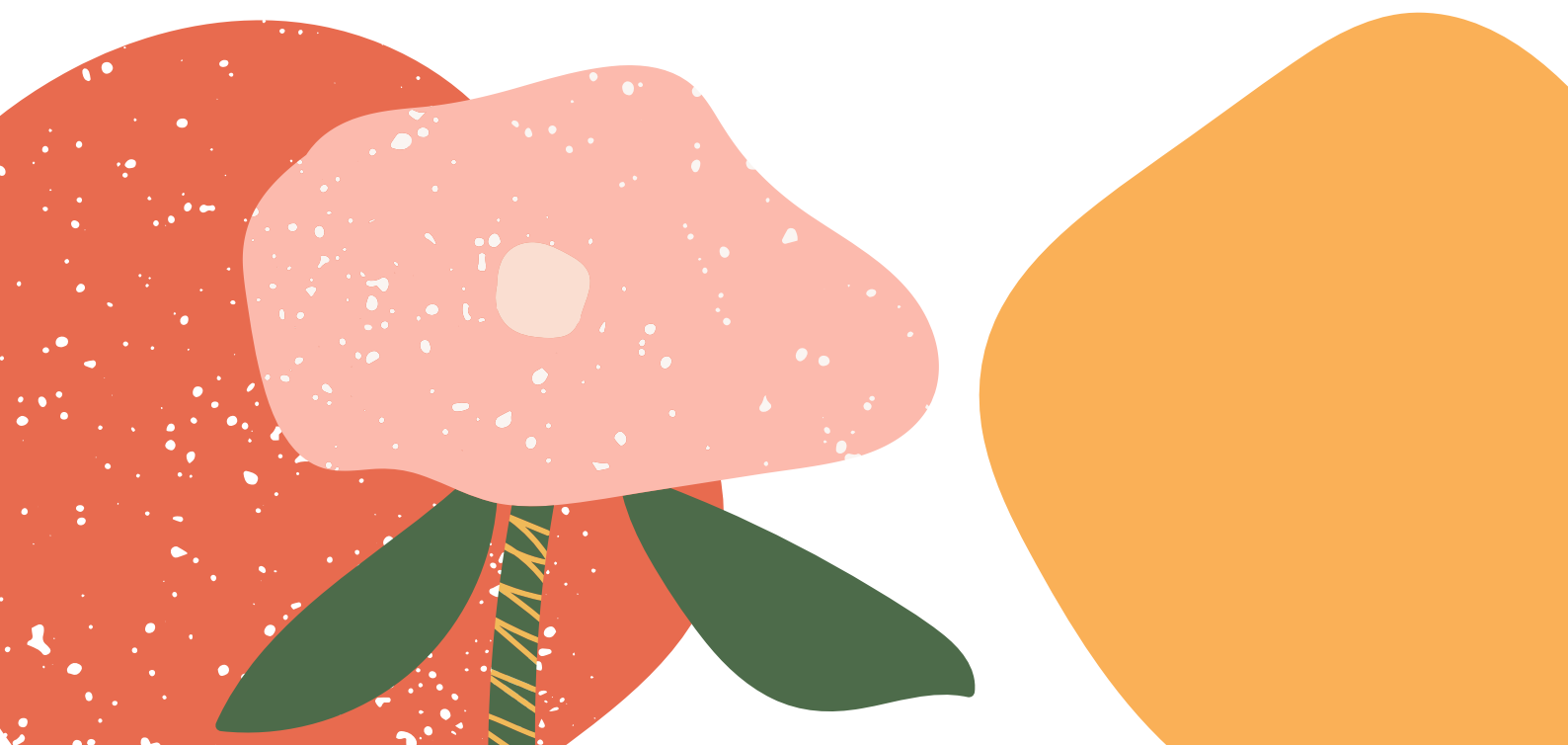
A articulação do caso e acionamento de múltiplos serviços extrapolam a burocracia dos encaminhamentos, tendo em vista que os movimentos locais, as

referências territoriais se fizeram fundamentais para acolher Carmen. Afirmamos nesses escritos, que a existência das desigualdades de gênero, constitui uma discussão fundamental da realidade brasileira, tendo em vista que diz respeito a realidade das mulheres em nosso país. Ao olharmos para a história do Brasil, observamos que as mulheres não se faziam presentes nos espaços políticos, não obtinham os recursos econômicos e não acessavam bens e serviços.

Ao olharmos para o cotidiano, ainda podemos observar que as mulheres negras estão em espaços socioeconômicos desfavoráveis, e que os Programas de Transferência de Renda assumem um lugar fundamental na redução das desigualdades sociais, e consequentemente de gênero. Falar em Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e muitos outros programas. Lembrar o quanto os Programas de Transferência de Renda brasileiros são cruciais para repensar o contexto de mulheres negras e o seu acesso aos mais diversos elementos que compõem a sociedade.

Neste sentido, as redes locais de mulheres, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, seja para pensar na geração de renda, seja para pensar na articulação com novas mulheres, se mostraram fundamentais. Evidentemente, que o cadastro no PBF também se mostra como uma potente ferramenta, pois sabemos que há uma necessidade urgente de renda, de organização financeira das casas lideradas por mulheres, sobretudo as mulheres negras.

Carmen nos ajuda a entender que só é possível enfrentar as vulnerabilidades e as violências articuladas ao gênero, raça, classe e a territorialidade quando construímos uma rede sensível de entendimento que existem diferentes elementos, que constituem a experiência de pessoas negras, sobretudo, de mulheres negras que acabam tendo menos oportunidades na sociedade, e também acabam acessando os espaços privilegiados da sociedade.



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a interseccionalidade e sua relação com o gênero, com a raça e tantas outras categorias é refletir o modo como os serviços da Proteção Básica vão apostar e garantir a promoção da cidadania. Para além de entender esse termo como um conceito é fundamental articularmos nosso olhar e nossas ações para estarmos atentos ao enfrentamento das violências baseadas em gênero e raça, por exemplo.

A compreensão de que a interseccionalidade, enquanto ferramenta criada pelas mulheres negras, que são o ponto principal das violências mencionadas, faz aparecer o quanto apostar nas articulações do movimento negro de mulheres e, principalmente, no entendimento que a produção de conhecimento e de ferramentas de acolhimento do público presente nos serviços do SUAS é antes de qualquer coisa a aposta na dignidade humana, na promoção do bem estar social e, principalmente, numa sociedade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

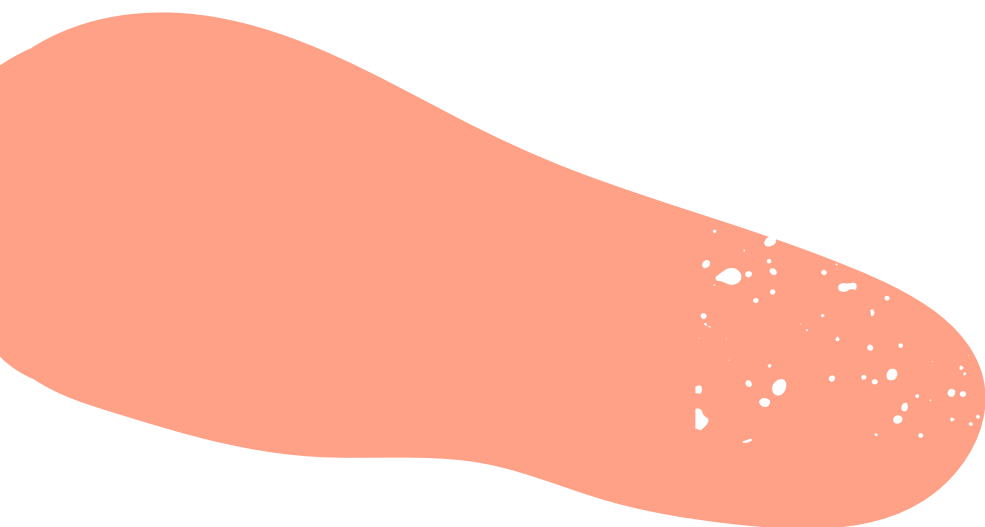
AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

CASTRO, M. G.. **Alquimia das Categorias Sociais Na Produção de Sujeitos Políticos: Raça, Gênero e Geração Entre Líderes do Serviço Doméstico.** Estudos Feministas, Rio de Janeiro (UFRJ/CIEC), v. 0, p. 57-73, 1992.

hooks, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2018.

RIBEIRO, D. **Feminismo negro como perspectiva emancipatória.** In: TELES, M. A. A.; SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. (orgs.). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!** São Carlos: Pedro & João, 2018. p. 65-91.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** Hucitec, São Paulo, 1999.



Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: FEMINISMOS NO PLURAL

OBJETIVO: Debater o feminismo como luta plural e suas diferentes vertentes.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Tarjetas de papel, canetas (uma para cada participante), computador, projetor ou TV.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Feminismo para quê? (20 min)

Cada participante deve receber uma tarja de papel e uma caneta. Peça às mulheres presentes na sala que escrevam uma situação difícil que tenham enfrentado pelo fato de serem mulheres, sem colocar nome ou qualquer identificação no papel. Se tiverem homens presentes na sala, eles podem escrever situações vividas por suas mulheres, mães, namoradas, irmãs, filhas, etc. Quando todas já tiverem escrito, os papéis são reunidos, embaralhados e distribuídos aleatoriamente entre os participantes. Cada um fará a leitura da história que recebeu. Questões para debate:

1. Quais as principais questões apresentadas nas histórias?
2. O que essas histórias têm em comum? E de diferente?
3. Situações como estas poderiam ser vividas por homens? Quais? Por que?
4. Alguma lei ou política pública ajudou ou ajudaria a pessoa a solucionar o seu problema?
5. Vocês acham que essas mesmas questões foram enfrentadas pelas nossas antepassadas (mães, avós, etc.)? Quais sim e quais não?
6. O que mudou da maneira em que elas viviam e eram vistas no mundo em relação ao que vivemos hoje?
7. O que acarretou estas mudanças do papel da mulher na sociedade através dos tempos?

8. O que você acha que é o feminismo?
9. Vocês acham que precisam dele na sua vida? E os homens precisam?

► ETAPA 2 – Feminismo para quem? (10 min)

Ressaltar com o grupo que, em um país onde a desigualdade de gênero coloca em posições de inferioridade mulheres e homens, o feminismo surge como uma luta importante que busca equidade de direitos. Exibir na tela o conceito para que possa ser refletido com o grupo:



O feminismo busca construir uma sociedade com iguais condições entre os gêneros com base em estratégias políticas, sociais, acadêmicas, filosóficas, entre outras. O movimento se iniciou com as mulheres em busca do direito ao voto, isto é, a tomada das decisões políticas.

Atualmente elas trazem novos temas para o debate, como igualdade salarial, direito à educação, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras articulações via os marcadores de diferenciação para pensar as outras opressões vividas por mulheres, como raça/etnia, classe e outros.

É importante reforçar que o feminismo não é o contrário de machismo, uma vez que o machismo é uma construção social que promove e justifica atos de agressão e opressão contra as mulheres. Questione ainda ao grupo:

1. Qual a importância do feminismo para as mulheres? E para os homens?
2. Todas as mulheres conseguem acessar os seus direitos da mesma forma? Por que?
3. Quais os grupos de mulheres com mais dificuldade em acessar direitos?
4. Vocês acham que o feminismo precisa de vertentes que deem conta destas especificidades?

Trabalhe também o conceito de interseccionalidade com o grupo, enfatizando como ele nos permite compreender melhor as desigualdades, a sobreposição de opressões e as discriminações existentes em nossa sociedade.



Segundo a ativista Kimberlé Crenshaw, interseccionalidade é a maneira como cada indivíduo sofre opressões com base nas diferentes categorias sociais em que se encaixa: em relação a gênero, raça, classe, etnia, deficiência, sexualidade.

► ETAPA 3 – Feminismos para todas (20 min)

Exibir para o grupo o vídeo “O Futuro é Feminino”, produzido pelo Canal GNT. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=otBS-EMOc90>. Após assistir o documentário, refletir em conjunto:

1. Quais são os tipos de feminismos apresentados no vídeo?
2. Quais são as especificidades do Feminismo Negro?
3. Quais as especificidades do Feminismo Indígena?
4. Qual a importância de envolver os homens nos debates de gênero?
5. Quais são os outros grupos que não foram contemplados no vídeo?

Encerre chamando a atenção do grupo para a existência de outras vertentes do feminismo como o transfeminismo e o ecofeminismo, enfatizando como essas lutas se articulam, fortalecendo umas às outras e o feminismo como um todo.

... e se ela acontecer online: Para registrar os relatos pessoais da etapa 1 de forma anônima para os participantes, você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro e o Padlet.

ATIVIDADE 2: O QUE É INTERSECCIONALIDADE?⁸

OBJETIVO: Entender melhor como o sistema de opressão funciona, bem como o conceito de interseccionalidade.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: flipchart, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

8 Inspirada na atividade “Analisando a opressão” da Cartilha “Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas”, do The ACQUIRE Project/EngenderHealth e Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/envolvendo-meninos-e-homens-na-transformacao-das-relacoes-de-genero-manual/>

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

ETAPA 1 – Analisando a opressão (10 min)

Comece o encontro questionando se os participantes sabem o que é opressão. Projete este conceito:



Opressão é ação de oprimir, de sujeitar alguém a alguma coisa. Em um sentido figurado, é a sensação de estar sufocado, ter dificuldades para respirar, dominados pela força ou pela autoridade. A **opressão** faz com que as pessoas se sintam reprimidas, humilhadas, onde não conseguem fazer o que precisam ou têm vontade, pois estão sendo alvos de **opressão**, por parte de conhecidos, do governo, instituições, etc.

Algumas questões para reflexão:

1. Vocês conhecem casos de pessoas que já se sentiram oprimidas? Quem? Em quais momentos?
2. Que grupos sociais normalmente exercem superioridade em relação a outros? E quais os mais oprimidos?
3. Como se comporta uma pessoa ou grupo social que vive oprimido durante muito tempo?

Explique que é comum as pessoas oprimidas “internalizarem” (guardarem dentro de si) o que o opressor diz sobre elas ou faz contra elas e começam a reforçar sua própria opressão pelo que pensam, sentem ou fazem. Peça exemplos de situações em que eles já viram isso acontecer.

► ETAPA 2 – Opressores e oprimidos (20 min)

Em uma folha de flipchart separe duas colunas. Na primeira coloque o título “poderosos” e na outra “alvo”. Peça ao grupo que liste exemplos de grupos poderosos e, ao lado, os seus principais “alvos”. Ou seja, sexo, raça, idade, religião, classe e orientação sexual. A folha deve ser semelhante ao exemplo abaixo:



PODEROSOS	ALVO
Homens	Mulheres
Brancos	Negros
Adultos	Jovens
Ricos	Pobres
Heterossexuais	Homossexuais
Cristãos	Não cristãos

Explique que o comportamento e as atitudes opressivas das pessoas do lado esquerdo e a opressão internalizada das pessoas do lado direito (aqueles com menos poder), não se referem apenas a indivíduos, nem ao que eles pensam ou fazem. A opressão não é só interpessoal (entre pessoas), ela também é mantida por instituições poderosas e por pessoas oprimidas, que internalizam as mensagens do opressor e as reproduzem com os seus pares. Para melhor entender porque os indivíduos agem assim, temos de analisar o contexto em que as pessoas vivem, bem como o sistema de injustiças sofridas pelo grupo com maior vulnerabilidade. Projete este quadro dos tipos de opressões e dialogue com o grupo sobre cada ponto apresentado:

TIPOS DE OPRESSÃO

1. Opressão Interpessoal

Alguns exemplos:

- Injustiça racial: pessoas brancas usando linguagem abusiva racialmente contra pessoas negras.
- Injustiça de gênero: homens assediando sexualmente colegas (mulheres), no local de trabalho; discriminação contra os homossexuais e transgêneros.
- Injustiça econômica: Pessoas ricas culpando os pobres por sua pobreza.
- Opressão Internalizada

Alguns exemplos:

- Injustiça racial: pessoas negras que se sentem não tão capazes como as pessoas brancas.
- Injustiça de gênero: mulheres que acham que não podem recusar uma aproximação sexual de um homem; vergonha de ser homossexual ou transgênero.
- Injustiça econômica: pessoas pobres que se culpam por sua pobreza.

2. Opressão Institucional

Alguns exemplos:

- Histórias de injustiça racial institucionalizada – na provisão de emprego, habitação e assistência médica.
- Injustiça de gênero institucionalizada – ausência de mulheres em posições políticas mais importantes (política), salários mais baixos e falta de promoção de mulheres (econômica), imagens de mulheres como objeto sexual na mídia (social), homossexualidade criminalizada (legal).
- Injustiça econômica institucionalizada – falta de crédito para pessoas pobres, subinvestimento em comunidades pobres.

Alguns exemplos de instituições:

- Políticas: o governo (central, estatal, local), tradicionais líderes da comunidade, as instituições que mantêm o poder político (os militares, a polícia).
- Econômicas: bancos e outras instituições financeiras (nacionais e internacionais), empresas.
- Sociais: a igreja, a mídia, a família.
- Legais: acesso igual para homens e mulheres à herança ou títulos de terra/moradia, discriminação legal contra homossexuais, etc.

- Questões para reflexão com o grupo:

1. Que exemplos existem de pessoas que lutam contra essa opressão em cada um destes três níveis?
2. O que podemos aprender com estes exemplos?
3. E em relação mais especificamente às lutas feministas, como elas incidem nas diferentes formas de opressão?

► ETAPA 3 – Feminismos e interseccionalidade (20 min)

Para refletir sobre as bandeiras comuns e as particularidades das lutas feministas, enfatize o conceito de interseccionalidade como uma metodologia que leva em consideração tanto estes pontos comuns como estas relações estabelecidas em relação à raça, classe, gênero e outros fatores.

Reforce que a demanda de cada grupo de mulheres é diferente, mesmo que o princípio seja o respeito pelo sexo feminino. Por exemplo, o racismo é diferente do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Mas, frequentemente, eles podem se interligar criando complexas intersecções em que dois, três ou quatro pontos acabam se cruzando.

Para encerrar e exemplificar o que é interseccionalidade, convide o grupo para participar de uma atividade em que serão lidas diferentes bandeiras feministas e eles terão de identificar se são pautas do feminismo negro, transfeminismo, feminismo indígena ou para todos eles. Seguem abaixo algumas sugestões de causas:

Causa 1: Fim dos estereótipos de gênero.

R: Comum a todas as vertentes.

Causa 2: Luta contra a heterossexualização compulsória dos indivíduos (socialização para que, necessariamente, as pessoas se organizem afetivamente em relacionamentos heterossexuais).

R: Comum a todas as vertentes,

Causa 3: Violência obstétrica sofrida, especialmente, por mulheres negras no sistema público de saúde.

R: Feminismo Negro

Causa 4: Luta contra a maternidade compulsória (garantir pleno acesso à educação sexual, políticas de planejamento familiar, contraceptivos seguros e baratos, esterilização, aborto e apoio para mulheres que não desejam ser mães).

R: Comum a todas as vertentes.

Causa 5: Fim da violência territorial e a educacional contra meninas e mulheres indígenas, garantindo a demarcação de terras e o acesso ao estudo.

R: Feminismo indígena.

Causa 6: Combate a todas as manifestações de violência contra a mulher, agressão, assédio, estupro, feminicídio, mutilação genital feminina e promoção do direito de meninas e mulheres crescerem livres da violência masculina.

R: Comum a todas as vertentes.

Causa 7: Fim da cultura de estupro e hipersexualização da mulher negra na mídia.

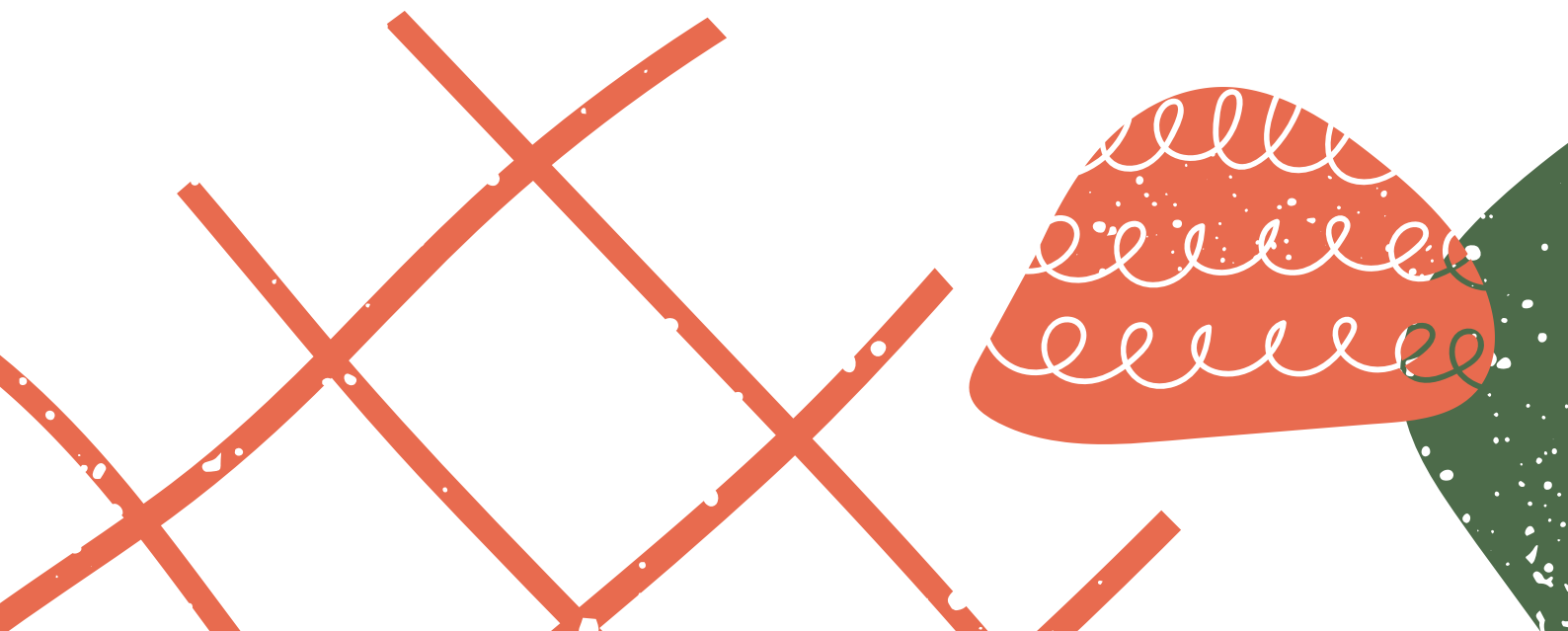
R: Feminismo Negro.

Causa 8: Fim do extermínio, das violências físicas e institucionais contra mulheres transexuais e travestis.

R: Transfeminismo.

Causa 9: Fim das desigualdades salariais entre homens e mulheres, brancos/negros...

R: Comum a todas as vertentes.



Para ajudar a discussão, você pode exibir na tela algumas informações referentes às especificidades destas causas:



Feminismo negro - é um movimento que enriquece a luta pelos direitos das mulheres, expondo que nem todas vivem sob condições iguais, combatendo tanto a discriminação de gênero quanto de raça.

Transfeminismo - corrente feminista voltada às questões das pessoas trans. Frustradas com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do próprio movimento feminista, as pessoas trans se organizam para lutar em prol de sua emancipação e autonomia, frente uma estrutura que mantém essas pessoas à margem.

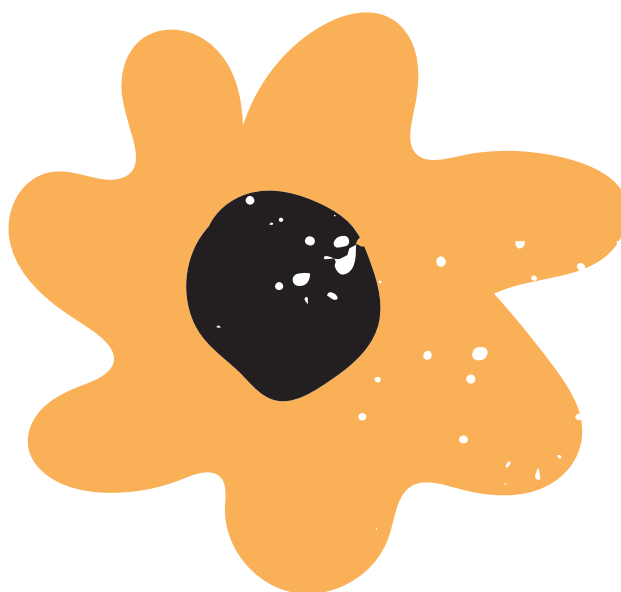
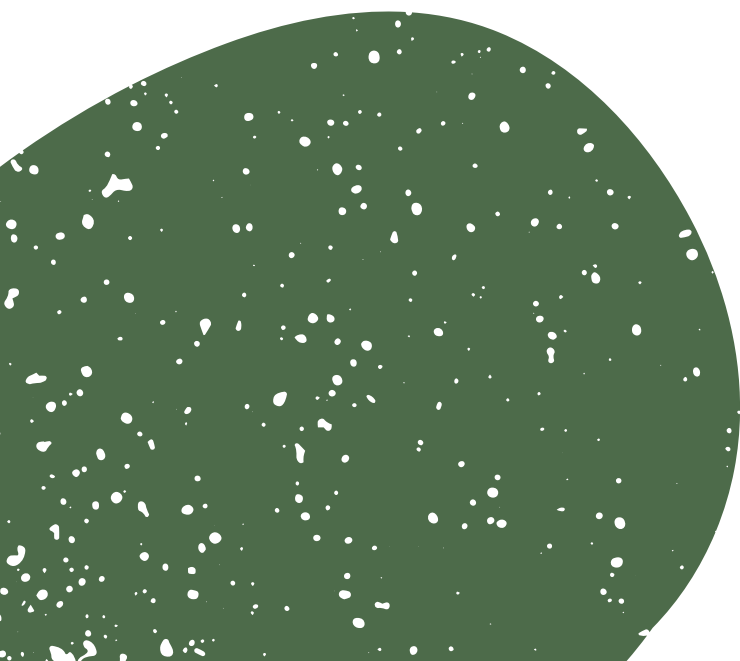
Feminismo indígena - além das diversas violências externas, as mulheres e meninas indígenas enfrentam problemas dentro das próprias comunidades, como violência doméstica, estupro, casamentos forçados, participação política, e violências resultantes de hábitos externos introduzidos nas aldeias.



Dica!

Esta atividade está relacionada à atividade 1 do capítulo 3. Você pode relacionar os conceitos de opressão com os de poder.

... e se ela acontecer online: você pode usar uma ferramenta de quadro interativo para tornar a atividade da etapa 2 mais interativa entre os participantes.



PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Artigo “**Nossos feminismos revisitados**”, de Luiza Barros. Disponível em https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf

O texto faz um panorama histórico do Feminismo no Brasil e suas diferentes vertentes.

- Artigo “Tipos de feminismo que existem na atualidade” do Portal Psicologia Online. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/tipos-de-feminismo-que-existem-na-atualidade-456.html>

O artigo apresenta, de forma didática, os tipos de feminismo que existem na atualidade.

- Documentário “**#EuVocêTodasNós**”, do Canal Futura. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Re_wL4kP41I

O documentário mostra o crescimento do feminismo com a utilização da internet e, principalmente, das redes sociais para mobilizar e sensibilizar pessoas em torno de causas da mulher.

- Livro “**Interseccionalidade**” de Carla Akotirene. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359)

O livro discute o conceito de interseccionalidade como forma de abarcar as interseções a que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra. O termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cisheteropatriarcal branca, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como diretriz única para definir as pautas de luta e resistência.

- Portal “**Transfeminismo**”, disponível em <https://transfeminismo.com/>

Blog ativista transfeminista criado com objetivo de debater educação em relação às questões de justiça social, questões trans, feminismo interseccional, transfeminismo, corpo-positividade, cissexismo e outras formas de discriminação direcionadas aos corpos ou expressões de gêneros.*

- **Revista AzMina**, do Instituto AzMina. Disponível em <https://azmina.com.br/>

AzMina é uma revista eletrônica, sem fins lucrativos, cujo objetivo é combater o machismo usando a informação e a educação, considerando a diversidade entre as mulheres.



Gênero, Masculinidades e Violência contra a Mulher

LUCIANO RAMOS

1. INTRODUÇÃO

Ao chegar até aqui, você já teve a possibilidade de ler, nesse material, sobre o histórico relacionado ao conhecimento acerca da equidade de gênero. Há mais ou menos 50 anos, o tema ocupa a análise sobre as desigualdades manifestadas pelos homens em relação às mulheres. Essa abordagem se transforma ao longo da curta, mas intensa trajetória que o tema se desenvolveu no mundo. Na década de 50, até o início dos anos 90, o termo gênero foi utilizado para falar de “feminilidade”. No início dos anos 90, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) no Cairo, Egito, é o primeiro encontro global a tratar do tema das masculinidades para falar sobre gênero. Em seguida, a Conferência Mundial Sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz das Nações Unidas, ocorrida em Beijing, na China, também aponta a abordagem da masculinidade como elemento importante para a igualdade de gênero. Assim, é somente nesse período que a masculinidade ocupa também a pauta da discussão sobre gênero.

2. CONCEITUANDO MASCULINIDADES

É importante pensar a masculinidade como um conjunto de atributos, comportamentos e papéis associados a meninos e homens. A masculinidade é construída socialmente, porém composta de fatores sociais, quanto biologicamente inerentes, distintos da definição de sexo biológico masculino.

O machismo, enquanto prática que estabelece e age na perspectiva da violência de homens em relação às mulheres e outras variações de gênero, não pode ser confundido com a masculinidade. O machismo é um conjunto de ações que oprimem e violentam, a partir das desigualdades. A prática machista subalterniza tudo o que se difere do modelo hegemônico de masculinidade.

3. MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS E SUBALTERNAS

A masculinidade precisa ser vista no campo da pluralidade e não como movimento único. Todavia, entendendo que o indivíduo padrão da sociedade é representado pelo homem heterossexual, branco e de classe média (referente a gênero, sexualidade, raça e classe), aqueles que desviam deste modelo estão em desvantagem social. Esse padrão é baseado no que ficou amplamente conhecido academicamente como masculinidade hegemônica, a partir da construção conceitual de Raewyn Connel (1983). Faz-se necessário lembrar que esse conceito representa, acima de tudo, um ideal. Um conjunto de práticas ideais que formam um padrão desejável do que é ser um “homem de verdade”. Tais padrões instituem relações de poder que subjagam, principalmente, mulheres em geral, e homens homossexuais, mas que também oprimem qualquer tipo masculino que não se encaixe neste modelo a ser alcançado.

Para que seja hegemônica, tal masculinidade ideal precisa se distinguir. No processo de alteridade ela é “um” e as demais masculinidades são as “outras”. Todos os homens estão em relação a ela e os que não se moldam estão no campo da subordinação. Tal subordinação tem muito a ver com as marcas de gênero, raça e classe, mas também tem muito a ver com os estereótipos produzidos a partir da imbricação destes marcadores de diferença, estereótipos estes que os homens que não são heterossexuais, cis, brancos, e de classe média carregam e que contrariam as características de honra e virilidade tão valorizadas socialmente.

As masculinidades subordinadas são diversas entre si, aliás, neste caso, a diversidade só é permitida ao que foge do padrão de masculinidade, que é único, dominador e normativo. Mas não é rígido e imutável, o que representa a hegemonia em relação à masculinidade muda ao longo da história e também do contexto social. Ou seja, o que é hegemônico e o que é subordinado não é fixo e nem essencializado, mas relativo, contextual e circunstancial na estrutura

de poder, além de estarem em constante disputa capaz de reconfigurar e de até mesmo desbancar tais padrões (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; KIMMEL, 1998; VALE DE ALMEIDA, 1996; PINHO, 2004).

Essas diferenças entre as masculinidades se desenvolvem por meio de duelos sistemáticos e desiguais. Todavia, é importante entender que esses lugares não são rígidos e essa luta não se apresenta em campos obviamente antagônicos.

4. GÊNERO E MASCULINIDADES

Envolver os homens nas discussões e reflexões sobre as desigualdades de gênero, pensar sobre como as mulheres são geralmente colocadas em posição de desvantagem e como se tem esperado que elas assumam, por si só, responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos, às questões de saúde reprodutiva e sexual e às tarefas domésticas. Equidade de gênero significa justiça na distribuição dos benefícios e responsabilidades entre mulheres e homens, ou seja, é o processo de ser justo com homens e com mulheres. O trabalho com homens voltado para uma postura de maior equidade de gênero, ajuda a alcançar a igualdade de gênero, o que significa que homens e mulheres gozam do mesmo status e têm as mesmas oportunidades para realizarem os seus direitos humanos, e tanto contribuir como se beneficiar de todas as esferas da sociedade (econômica, política, social, cultural). Assim, equidade de gênero leva à igualdade de gênero. Por exemplo, uma política de ação afirmativa que promove maior apoio a empresas, cujas proprietárias sejam mulheres, podem ser consideradas políticas de equidade de gênero, porque levam à garantia de direitos iguais entre homens e mulheres.

Sobre Especificidade de gênero: Considerar as necessidades específicas que os homens têm em termos de sua saúde e desenvolvimento, com base na forma como são socializados. Isso significa, por exemplo, envolver os homens em discussões sobre abuso de substâncias ou comportamentos arriscados e ajudá-los a entender por que podem sentir-se pressionados a comportar-se de tal forma.

5. O HOMEM ENQUANTO AUTOR DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os atributos das masculinidades rígidas se relacionam, diretamente, com o uso da violência contra a mulher. Entre eles figuram a defesa da honra; o uso do poder; o controle; o manejo inadequado da ira ou da frustração; a legitimação de crenças que justificam a violência; a cultura da propriedade do corpo da mulher; a culpabilização das mulheres; a visão das mulheres como objetos sexuais; e a concepção do desejo masculino como algo incontrolável.

A conexão íntima entre violência e masculinidade é bem evidente, já que os homens, em geral, são os perpetradores de violências contra as mulheres e contra outros homens, em distintos espaços da vida social.

A violência não é um fenômeno isolado ou descontextualizado. Há evidências que indicam que homens que foram vítimas de violências na infância ou testemunharam situações de violências, que envolviam suas cuidadoras como vítimas, correm o maior risco de exercer violência no futuro contra a sua parceira. É importante entender que nem todo homem que, na infância, vivenciou situações de violência contra a mulher, irá reproduzir tais práticas.

6. QUAL O PAPEL DO CRAS NA PERSPECTIVA DA INCIDÊNCIA DE MASCULINIDADES POSITIVAS?

A perspectiva da prevenção é importante para o rompimento com o ciclo da violência desenvolvido e reproduzido por homens. Desde a infância homens e mulheres são educados a partir da cultura do machismo.

- Analisar as práticas de violências contra mulheres no território em que o CRAS está inserido é um importante fator para planejar ações que visem o trabalho de prevenção. Nesse contexto, o trabalho integrado com outras organizações (formais e informais) e serviços, que busquem realizar diagnóstico na temática das Violências Contra a Mulher (VCM) e Violências Baseadas em Gênero (VBG), é necessário.
- As atividades dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos podem ser espaços importantes para desenvolver atividades metodológicas com meninos — aqui falamos de metodologias de Rodas de Leitura com meninos pequenos apresentando literaturas com outras perspectivas de masculinidade e formação igualitária de meninos e meninas — homens adolescentes e jovens — com abordagens sobre masculinidades positivas, direitos sexuais e reprodutivos; equidade de gênero; a responsabilidade de meninos e homens na construção de relações saudáveis, diversidade sexual e diversidade de gênero e homens adultos e idosos — acerca de ressignificações de masculinidades, grupos reflexivos na perspectiva de prevenção de violências baseadas em gênero, e paternidades — sobre masculinidades e equidade de gênero no âmbito do fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Tais atividades têm como objetivo o ensinamento de masculinidades positivas e equitativas de gênero e a revisão do padrão de desenvolvimento das masculinidades rígidas, chamadas, vulgarmente, de tóxicas, para transformação em outras formas de masculinidades inclusivas, positivas e equitativas de gênero.

- Grupos sobre paternidade e cuidado com rapazes e homens no território são importantes tanto para o planejamento da paternidade (prevenindo paternidades — gravidezes — não desejadas), assim como o exercício da paternidade cuidadosa e participativa. Nesse sentido, parceria com grupos formais e informais no território são importantes para alcançar os homens adultos.
- A realização de campanhas comunitárias, em parceria com outras organizações locais, movimentos sociais e grupos formais e informais, sobre autoproteção de meninas e mulheres, violências e sobre a prática de masculinidades alternativas e equitativas de gênero

7. O HOMEM ENQUANTO AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUJEITO DE DIREITO

Que lugar as políticas públicas ocupam nesse debate?

Quando a Lei Maria da Penha foi promulgada, já existiam, no Brasil, diversas iniciativas de organizações não governamentais que atuavam, em parceria com o sistema judiciário e com o apoio estatal, no desenvolvimento de grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica. A Lei 11340/96 previu a incorporação dessas experiências quando, no Capítulo IV, Título VII, Artigo 35, definiu que a União, o Distrito Federal, os estados e os municípios poderiam “... criar e promover, no limite das respectivas competências(...), centros de educação e de reabilitação para os agressores”.

Alguns municípios do Brasil têm a experiência de trabalhar com homens autores de violência doméstica no âmbito da Assistência Social. A cidade de Duque de Caxias, no RJ, tem a experiência do Centro de Referência do Homem (Lei municipal 2.647/14). Esse equipamento atende psicológica, jurídica e socialmente os homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Outras práticas de grupos reflexivos com homens ocorrem no Brasil. Algumas delas antecedem a Lei Maria da Penha, porém após a promulgação do dispositivo legal, elas encontram respaldo, além da ampliação do número de grupos com homens no cenário nacional.

Tais grupos têm como objetivos:

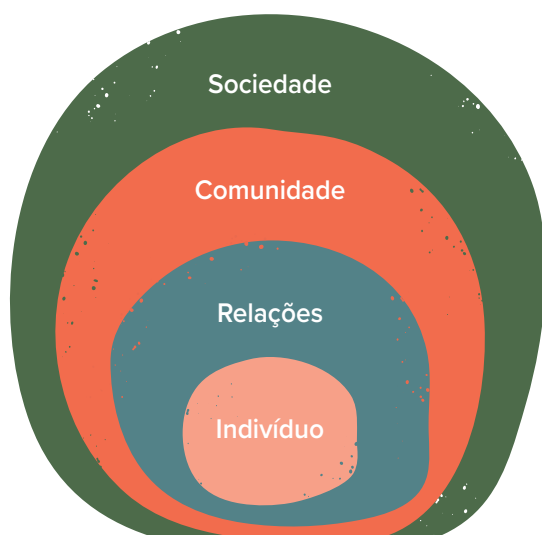
- Promover a responsabilização de homens, autores da violência familiar, favorecendo a execução de medidas e/ou penas alternativas.
- Promover reflexão transformadora a partir de temas como: relações de gênero, masculinidades, violência doméstica e direitos humanos.
- Contribuir para a redução da violência de gênero.
- Contribuir para a prevenção de violências baseadas em gênero.

8. CONCLUSÃO

A Assistência Social ocupa um lugar privilegiado para a prevenção das violências baseadas em gênero, em especial quando se trata de ações a serem desenvolvidas nos territórios. A temática das masculinidades encontra muitos desafios, como os apresentados na pesquisa qualitativa, realizada pelo Promundo, com os profissionais da SEMPRE. Todavia, se faz importante salientar que essa não é uma característica específica desses profissionais da citada secretaria, mas de profissionais de distintas áreas. Já que a temática das masculinidades, sendo discutida nas políticas públicas, é algo muito recente. Assim, elencamos os desafios abaixo:

- O desconhecimento por parte dos profissionais.
- Profissionais: equipe técnica e gestores impactados pelas normas rígidas de gênero e reprodutores da cultura do machismo.
- Equipes que não percebem homens como indivíduos e que não percebem os grupos reflexivos como práticas importantes de mudança para os homens.
- A dificuldade da percepção de homens, autores de violência, como sujeitos de direitos.
- O pouco conhecimento de metodologias de trabalhos com meninos e homens sobre alcance de outras masculinidades e prevenção de violências contra a mulher e violências baseadas em gênero.
- O não reconhecimento da importância do tema das masculinidades como elemento importante para o fortalecimento dos vínculos familiares, assim a formação continuada em relação ao tema, faz-se importante. Além disso, propõe-se um trabalho com base na abordagem individual e coletiva baseado no modelo ecológico (instrumento apresentado abaixo).

Figura 1: Modelo ecológico para compreender a violência



Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: MASCULINIDADES EM PAUTA

OBJETIVO: Desconstruir formas de masculinidades hegemônicas.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Folhas impressas com o gráfico, lápis ou canetas (uma para cada participante), 4 folhas de cartolina ou papel pardo e pincel atômico.

Descrição da atividade:

► ETAPA 1 - O tempo de cada um (30 min)⁹

Entregue uma folha impressa com a imagem abaixo para cada participante:

2ªF	3ªF	4ªF	5ªF	6ªF	Sab	Dom

⁹ Inspirada na atividade “O tempo das mulheres e dos homens” do caderno “Promoção da Equidade de gênero em programas de transferência de renda”, do Instituto Promundo, Instituto Papai e ONU Mulheres. Disponível em https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2016/07/caderno_capas_vdigital-1-1.pdf

Peça a eles que pensem na sua rotina da última semana e marque nos quadrados se realizaram uma das oito atividades que serão detalhadas pelo mediador. As atividades serão lidas uma a uma, dando tempo de pausa para que os participantes pintem se realizaram a tarefa e em qual dia da semana.

Atividade 1 – Cozinhar

Atividade 2 – Lavar louça

Atividade 3 – Lavar a roupa

Atividade 4 – Cuidar dos filhos

Atividade 5 – Levar ou buscar os filhos na escola

Atividade 6 – Fazer compras no supermercado ou na feira

Atividade 7 – Trabalhar fora

Atividade 8 – Limpar a casa

A ideia é que cada um forme um gráfico que mostre a quantidade de atividades realizadas dia a dia. Quando todos tiverem finalizado, peça que mostrem os seus gráficos, realizando comparações entre os participantes, principalmente a diferença entre os gráficos de homens e mulheres. Questões para reflexão:

1. Existe alguma desigualdade de gênero presente nestes diferentes gráficos?
2. Quais são as diferenças entre a participação das mulheres e dos homens no cuidado com a casa e com os filhos?
3. Como essas diferenças estão relacionadas aos diferentes papéis e oportunidades das mulheres e dos homens no espaço externo (escola, trabalho)?
4. Os homens são capazes de desenvolver as tarefas domésticas tanto quanto as mulheres? Por que?
5. Os homens são capazes de cuidar dos filhos tanto quanto a mulher? Por que?
6. Quais são os benefícios da mulher e do homem compartilharem igualmente o cuidado com os filhos e as responsabilidades domésticas?
7. Além do baixo envolvimento nas atividades domésticas de uma forma geral, quais são os outros privilégios sociais que os homens têm em relação às mulheres?

Liste com o grupo os privilégios que as normas de gênero, historicamente convencionaram entre homens e mulheres. Considere também alguns direitos básicos como a livre circulação pela cidade com mais segurança em diferentes horários, de vestir o que quer, a liberdade de escolha de profissões, entre outros.

Outro ponto que pode ser abordado nesta etapa é que os homens não experimentam as vivências da masculinidade da mesma maneira. Existem masculinidades hegemônicas, aquelas relativas a grupos de maior prestígio na sociedade, enquanto outras sofrem em relação a estas formas mais valorizadas de masculinidades. Um exemplo é a comparação entre homens negros e brancos em relação ao acesso à cidade. Homens negros são constantemente submetidos a atos de racismo no comércio, a abordagens policiais violentas, entre outras situações que colocam em risco a sua integridade física.

Reforce ainda que os homens também precisam ser engajados no questionamento de normas de gênero e masculinidades, deixando de reproduzir crenças e expectativas opressivas com as pessoas com as quais se relacionam. A transformação de normas que naturalizam os papéis de mulheres e homens, envolvendo ambos, é fundamental para o alcance de resultados relacionados à desigualdade econômica e de gênero, à saúde e à redução da violência.

► **Etapa 2 – Repensando atitudes (20 min)**¹⁰

Coloque quatro cartazes no chão, distribuídos em cada canto da sala, cada um com uma frase: “Concordo fortemente”, “Discordo fortemente”, “Concordo,” e “Discordo”. Deixe espaço suficiente entre eles para que os participantes possam se reunir à volta dos cartazes. Leia as frases que estão mais abaixo e peça para que cada um se direcione para a resposta que mais achar apropriada para cada uma delas.

Depois de terem se dirigido ao ponto escolhido, peça que um ou dois participantes expliquem a razão de terem escolhido aquele cartaz. Peça que eles digam porque se sentem assim em relação à frase lida. Depois de alguns participantes terem falado sobre as suas atitudes em relação à frase, pergunte se alguém quer mudar de ideia e dirigir-se para outro cartaz. Depois reúna todos no meio da sala novamente e leia a frase seguinte.

Frase 1 - É mais fácil ser homem do que ser mulher.

Frase 2 - As mulheres desempenham melhor o papel materno do que os homens, o paterno.

Frase 3 – A mulher tem a responsabilidade de evitar a gravidez.

Frase 4 - Um homem é mais “homem” se tiver muitas parceiras sexuais.

¹⁰ Adaptação da atividade “Gênero e poder” da Cartilha “Envolvendo Meninos e Homens na Transformação das Relações de Gênero: Manual de Atividades Educativas”, do The ACQUIRE Project/EngenderHealth e Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/envolvendo-meninos-e-homens-na-transformacao-das-relacoes-de-genero-manual/>

Frase 5 - O sexo é mais importante para os homens do que para as mulheres.

Frase 6 - Não há problema se o homem fizer sexo fora do relacionamento, desde que sua parceira não saiba.

Frase 7 - Uma mulher que tenha preservativos na sua bolsa, não é uma mulher confiável para um relacionamento.

Frase 8 - Os homens são mais inteligentes que as mulheres.

Frase 9 - Mulheres usam roupas sensuais para provocar os homens.

Frase 10 - A homossexualidade é natural e normal.

Se todos os participantes concordarem sobre uma das frases, seja o “advogado do diabo”. Vá para o lado oposto da sala e pergunte “por que alguém escolheria este outro lado da sala? Que valores essa pessoa teria para tal?”

Explique aos participantes que esta atividade foi elaborada para lhes dar uma compreensão geral das suas próprias atitudes e valores, bem como dos outros colegas, em relação a gênero. Foi elaborada também para desafiar suas ideias atuais sobre questões de gênero e para ajudá-los a esclarecer certas questões. Lembre-os de que todos têm direito a ter sua opinião e que o ponto de vista de todos deve ser respeitado. Perguntas para reflexão:

1. Em relação a que frases, se houver alguma, vocês tinham opiniões já formadas ou sentimentos mais fortes? Por que?
2. Como vocês se sentiram ao falar sobre uma opinião que divergia de outros participantes?
3. Como vocês acham que as atitudes das pessoas sobre uma mesma frase podem afetar a forma como lidam com homens e mulheres nas suas vidas?
4. Como vocês acham que as atitudes das pessoas sobre as frases ajudam ou atrapalham a promoção da igualdade de gênero, a redução da violência contra mulheres e a contaminação por ITSs?
5. O que precisamos fazer para ter masculinidades mais positivas no enfrentamento do machismo?

Muitas vezes, as nossas atitudes em relação ao gênero podem estar em conflito com as dos outros. É importante respeitar as atitudes dos outros, mas também promover a reflexão se suas atitudes e valores podem ser nocivas as outras pessoas. Encerre a atividade lembrando aos participantes que, ao se trabalhar com questões de gênero, é igualmente importante desafiar seus próprios valores e crenças pessoais sobre o assunto.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar plataformas online para criação e compartilhamento de apresentações de slides com interatividade como o Mentimeter, para fazer gráficos comparativos entre os homens e as mulheres do grupo na etapa 1 e, ainda, transformar a etapa 2 em um quizz interativo com a mesma ferramenta.

ATIVIDADE 2: PROPOSTA DE ATIVIDADE: PATERNIDADES POSITIVAS¹¹

OBJETIVO: Refletir sobre modelos de paternidades positivas.

PÚBLICO: Homens jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Tarjetas de papel, saco plástico, flipchart, pincel atômico, canetas ou lápis (um para cada participante).

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – A história de Hugo e Sabrina (30 min)

Convide o grupo a conhecer a história do casal Hugo e Sabrina:

Hugo e Sabrina se conheceram em uma festa no clube há três meses e tiveram uma conexão imediata. Conversaram muito, trocaram histórias de vida e confidências, dançaram, se divertiram e beberam bastante juntos. Sentiam-se como se tivessem encontrado o famoso “amor à primeira vista”. No final da noite, já na hora de se despedir, acabaram transando sem camisinha. Sabrina engravidou na mesma noite.

Algumas perguntas para reflexão com o grupo:

- 1.** Se Hugo assumir a paternidade, o que vai precisar fazer? E se ele não assumir, o que a Sabrina pode fazer?
- 2.** O que é “assumir” a paternidade?
- 3.** Como se sente o homem quando recebe a notícia de que a mulher está grávida?

¹¹ Atividade inspirada nas atividades “Um recado para você: Você vai ser pai!” e “As minhas necessidades e inquietações como pai”, do caderno “Programa P – Manual para o exercício da paternidade e do cuidado”, do Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/programa-p-manual-para-o-exercicio-da-paternidade-e-do-cuidado-2/>

4. Como os homens percebem as mulheres que tem relações sexuais com um homem, no primeiro encontro?
5. Existe diferença entre a gravidez que acontece numa relação duradoura e da gravidez que acontece em uma 'transa' eventual?
6. Em uma situação como essa, você pensaria em aborto?
7. E se a mulher quisesse interromper a gravidez e você quisesse ter o filho, o que faria?
8. Você pediria o teste de DNA? Em qual das situações?
9. Para ser pai, precisa ser marido? E se ela quisesse alguma pensão?
10. O pai deve contribuir com dinheiro? E contribuir apenas com o dinheiro, é suficiente?
11. As pessoas deveriam planejar quantos(as) filhos(as) querem ter e qual a diferença de idade entre as crianças?
12. De que forma os homens podem contribuir para o planejamento familiar?
13. Por que alguns homens (e algumas mulheres) ignoram esta questão?
14. Quais são os efeitos que isso pode ter sobre as relações dentro da família?

Ao longo do debate, reforce a importância do diálogo entre os parceiros sobre sexo seguro e uso de preservativo, participação nas decisões relativas à reprodução e outros métodos de planejamento familiar. Promova o reconhecimento de que o cuidado de filhos e filhas é de igual responsabilidade entre homens e mulheres, assim como o cuidado de outros membros da família que necessitem de auxílio, como pais e avós.

Também é oportuno refletir nesta atividade o quanto homens, em geral, tem dificuldades em expressar suas emoções e angústias, e a importância de buscar suporte de amigos ou profissionais, quando necessário, para cuidar de sua saúde emocional e mental.

► ETAPA 2 – Minhas inquietações sobre a paternidade (20 min)

Dê a cada participante uma folha de papel e caneta e lhes peça para escrever perguntas ou preocupações que tenham sobre sua condição de pais ou futuros pais. Questione-os sobre o que gostariam de refletir, aprender, partilhar ou saber mais. Peça que dobrem o papel e coloquem em um saco plástico.

Depois de todos terem colocado a sua folha no saco e o grupo estar sentado em círculo, passe o saco de mão em mão pelos membros do grupo. Cada participante deve pegar uma folha, ler as perguntas em voz alta e dar sua resposta, segundo sua experiência e perspectiva. Peça a outros que também contribuam para responder à questão, sempre falando a partir de sua experiência e sentimentos.

Depois de terem opinado sobre uma pergunta, você pode resumir e destacar as ideias-chave que considere que contribuam mais para uma proposta de igualdade de gênero e responsabilidade compartilhada, escrevendo no flipchart. Continue passando o saco ou caixa com as perguntas, tentando responder a tantas perguntas quanto o tempo permitir. Algumas perguntas para reflexão:

1. Como se sentiu ao ouvir as diferentes experiências de seus companheiros?
2. Você aprendeu alguma coisa nova?
3. Algum comentário surpreendeu você?
4. Por que os homens falam pouco sobre as suas preocupações sobre a paternidade?

Encerre agradecendo por compartilharem suas dúvidas, preocupações e experiências, mas também pelo clima de respeito e confiança que tiveram. Incentive-os a continuar refletindo sobre formas de serem pais mais conscientes, a dividirem suas preocupações e ter o apoio de outros homens e mulheres para enfrentar as suas questões.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro e o Padlet para adaptar a dinâmica da etapa 2, garantindo anonimato às questões apresentadas pelos participantes.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Caderno “**Programa P – Manual para o exercício da paternidade e do cuidado**”, do Instituto Promundo, Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/programa-p-manual-para-o-exercicio-da-paternidade-e-do-cuidado-2/>

O caderno contribuiu para o questionamento dos modelos dominantes de masculinidade, incluindo a mudança na dinâmica da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres para além da participação do homem no cuidado de seus filhos e filhas.

- Caderno “**Programa P online**”, do Instituto Promundo. Disponível em <https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Manual-Programa-P-online.pdf>

Este material se baseia no Programa P, metodologia desenvolvida pelo Promundo e parceiros, adaptada para implementação no modelo online durante a pandemia de Covid 19.

Caderno de ferramentas **“Promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda”**, do Instituto Promundo, Instituto Papai e ONU Mulheres. Disponível em https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2016/07/caderno_capas_vdigital-1.pdf

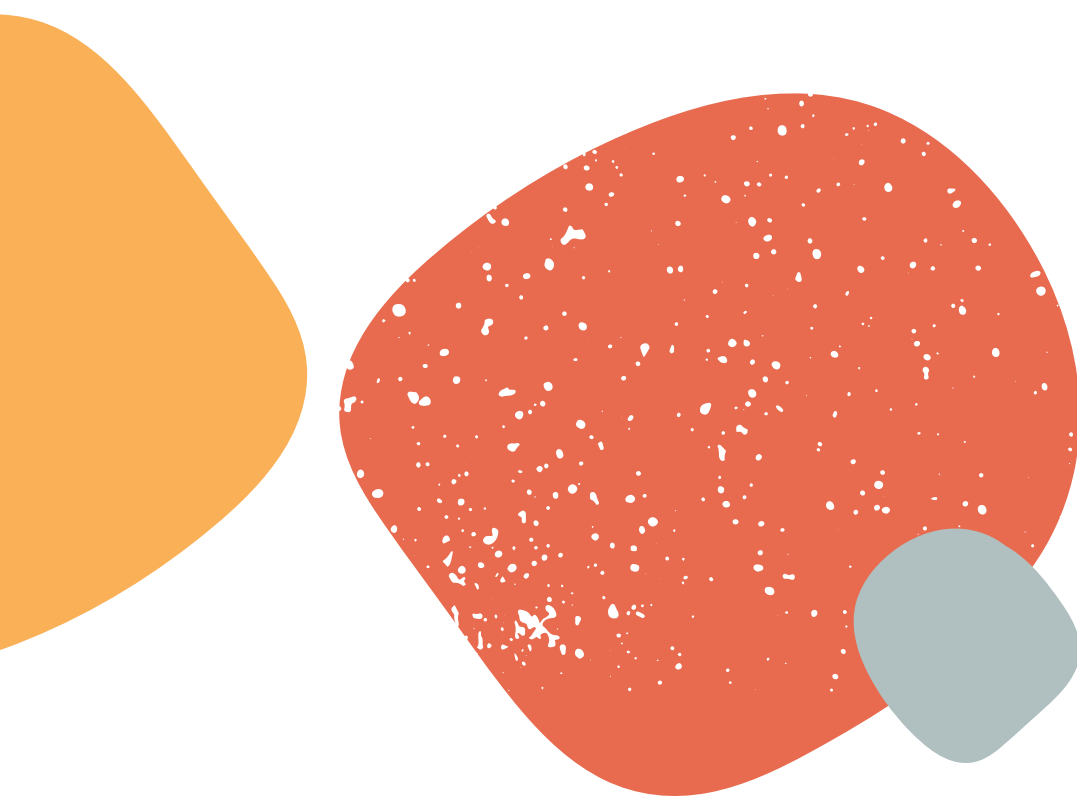
Este Caderno de Ferramentas tem como finalidade trazer propostas de reflexão e atividades sobre equidade de gênero a serem desenvolvidas no âmbito de programas de transferência condicionada de renda por profissionais e lideranças comunitárias que acompanham as(os) beneficiárias(os) destes programas.

- Cartilha **“Dividindo Cuidados: Igualdade entre Mulheres e Homens no Programa Bolsa Família”**, do Instituto Promundo, Instituto Papai e ONU Mulheres. Disponível em <https://promundo.org.br/recursos/cartilha-dividindo-cuidados-igualdade-entre-mulheres-e-homens-no-programa-bolsa-familia/>

Esta cartilha foi escrita pensando nas(os) beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família (PBF), abordando as relações entre homens e mulheres, a divisão do trabalho doméstico, o cuidado com as(os) filhas(os), diferenças, desigualdades e violências.

- Livro **“Masculinidades em (re)construção: Gênero, Corpo e Publicidade”**, de Soraya Barreto Januário. Disponível em https://labcom.ubi.pt/ficheiros/201605201149-201601_masculinidadeconstrucao__sorayabarreto.pdf

Este livro apresenta um diálogo interdisciplinar entre gênero e masculinidades, culturas visuais, representações mediáticas, publicidade, identidades contemporâneas, estilos de vida e (pós) modernidade.





Violência baseada em gênero e raça

LIZ COSMELLI

LUCIANO RAMOS

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos em violência baseada em gênero é preciso ter um olhar crítico na discussão sobre raça. Isso porque as formas de manifestação das violências impactam de modos diferentes às mulheres e a comunidade LGBTQIA+, a depender de sua raça e classe social. Ao se tratar das mulheres cis, lésbicas e trans, suas realidades são plurais, o que faz nos afastar de uma postura da *mulher* num sentido único e universal, para o tratamento em respeito às especificidades de cada uma delas.

A tendência em se tratar o conceito de mulher de modo universalizante recaía a uma disposição nas pesquisas de gênero de se apresentar as violências como iguais para todas. No entanto, as mulheres negras estão no centro da maior parte das violências baseadas em gênero¹², o que vem unido a um processo de insulamento social, acentuando a importância de trazermos o debate de raça como central neste capítulo.

¹² Segundo dados da Gênero e Número, “mulheres negras foram 49% das vítimas de violência de gênero, enquanto as brancas foram 36%”. Ver em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/RJ/>

Além disso, é necessário olhar para esse debate incluindo as violências vividas pela população LGBTQIA+ negra, incluindo os homens trans e gays. Para fugir e ir além de um debate binário, ou seja, homem e mulher. E ao colocar o recorte de raça nessas violências observamos a raça se pressupondo ao gênero, e a população negra dentro da interseção da sexualidade se torna também mais vulnerável a violências físicas.

2. RACISMO ESTRUTURAL

Partimos do conceito de raça, especialmente para apresentar como o racismo opera na produção de uma descriminalização radical e de alta incidência social, tendo raça como seu principal fundamento. O comportamento racista é naturalizado em formas de socialização, manifestada por meio de práticas conscientes ou inconscientes, o que repercute na realidade das mulheres e na população LGBTQIA+ negras. Como podemos afirmar de acordo com a [Declaração da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas](#), de 2001, parágrafo 69¹³:



Estamos convencidos de que racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata revelam-se de maneira diferenciada para mulheres e meninas, e podem estar entre os fatores que levam a uma deterioração de sua condição de vida, à pobreza, à violência, às múltiplas formas de discriminação e à limitação ou negação de seus direitos humanos.

Nesse sentido, a concepção de racismo estrutural significou um importante avanço teórico no que se refere ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que diretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”. (ALMEIDA, 2019, p. 29).

“Diante da realidade do racismo, fazia sentido que homens brancos estivessem mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres, quando a garantia desses direitos pudesse servir à manutenção da supremacia branca”. (hooks, 2000, p.21). Ou seja, a aceitação das mulheres brancas em ambientes privados ou públicos é facilitada, enquanto as mulheres negras batalham para acessar esses espaços. Nesse contexto, muitas mulheres brancas ao

13 Ver mais em: https://assets-institucional-jpg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2009/08/conf_durban.pdf

alcançarem outros patamares, deixaram de considerar a luta das mulheres negras. Por exemplo, quando falamos de jornada dupla de trabalho, estamos majoritariamente falando de mulheres brancas com o acesso ao mercado de trabalho, ao passo que mulheres negras estão situadas, também, nas funções de cuidado, como empregadas domésticas.

Podemos ver essa afirmação de acordo com dados do IBGE (2021)¹⁴, ao informar que “o recorte por cor ou raça indica que as mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, com o registro de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas”. Dentro dessa categorização do IBGE, pardos e pretos, precisam estar em um debate que toma força quando analisamos raça: o colorismo. Aqui não queremos abordar os privilégios entre pardos e pretos, mas sim tratar das vantagens que operam nesses grupos no interior do debate de raça.

Segundo, Alessandra Devulsky, “colorismo é um dos braços do racismo. É um sistema sofisticado de hierarquias sociais, oriundo da implantação do projeto colonial português baseado na ideia de superioridade branca, que tem como objetivo opor pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras por conta de suas diferenças”. (DEVULSKY, 2021, p. 29).

A questão colocada é que ainda dentro da população negra, pardos e pretos vêm de lugares ainda diferentes, e são vistos e tratados pela sociedade de formas não igualitárias. Segundo a autora, quando a sociedade olha para a mulher parda ou uma mulher preta de pele clara, associa ela a facilidade de desempenhar funções mais relacionadas à capacidade intelectual, por exemplo. Enquanto mulheres de pele mais escura, são associadas, por esse motivo, à trabalhos manuais ou a hiper sexualização.

Os pardos são colocados em maior aproximação dessa hierarquia branca, por se relacionarem mais com a branquitude devido a miscigenação que ocorreu na colonização do país. Porém, mesmo partindo de uma categoria mais vantajosa, é necessário entender que esse debate não tem intuito de segregar a população negra, e sim uni-la na luta antirracista para acabar com as hierarquias raciais na sociedade.

14 Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>

3. INTERSECCIONALIDADE: UM OLHAR PARA RAÇA, GÊNERO E CLASSE

Em muitos países, durante a década de 1970, as mulheres brancas de classe média dominaram os estudos de gênero. Enquanto as brancas de classe pobre e trabalhadora sofriam opressão de gênero e de classe, mulheres negras, somava-se o preconceito de raça à desigualdade gênero-classe.

Pesquisadoras e ativistas feministas negras norte-americanas, como Patricia Hill Collins, Angela Davis, bell hooks e Audre Lorde, e brasileiras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, escreveram sobre a necessidade de uma análise baseada em raça e classe dentro dos estudos de gênero. Seus livros abriram espaço para o que é conhecido como interseccionalidade.

O termo interseccionalidade foi usado pela primeira vez em 1989, pela professora de direito norte-americana e crítica de raça Kimberlé Crenshaw, em seu ensaio “Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo”. Segundo Crenshaw, os estudos interseccionais são necessários porque “tratam especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CREBSHAW, 2002).

Em seu ensaio posterior “Mapeando as margens” (1991), a autora divide interseccionalidade em três principais tipos: estrutural, política e representativa.

- A interseccionalidade estrutural se refere às formas como a opressão sofrida por mulheres negras é fundamentalmente diferente da experienciada por mulheres brancas.
- A política aborda o impacto específico que leis e políticas públicas têm sobre as mulheres negras, quando pensadas por razões feministas ou antirracistas.
- Já a representativa descreve como as mulheres negras são representadas na cultura popular e como isso as afeta na vida cotidiana.

A visão das autoras citadas se relaciona, diretamente, aos dados das violências de gênero vivenciadas no Brasil, como podemos ver abaixo.

4. A INTERSEÇÃO SEXUALIDADE E RAÇA NO BRASIL

Outra discussão central para o nosso debate, neste capítulo, é a interseção de sexualidade e raça no Brasil, dois grupos historicamente marginalizados, que ao serem analisados conjuntamente mostram indicadores alarmantes de insegurança social. A violência baseada em gênero incide fortemente sobre a população LGBTQIA+ e quando adicionamos o recorte de raça, observamos que a população negra dentro desta comunidade é ainda mais vulnerável.

Além de ataques verbais homofóbicos e racistas, a população negra está mais vulnerável às agressões físicas e assassinatos. Os dados do SUS, de 2015 a 2017, mostram que a população negra é metade dos registros de agressões no Brasil¹⁵. O SUS aponta ainda que em 66% dos casos, o autor da agressão é masculino, e que o principal vínculo das vítimas com o agressor, assim como nos casos de violência contra a mulher, é o de parceiro íntimo. Além disso, em 2020, 82% das pessoas trans assassinadas no Brasil eram negras¹⁶.

Com isso, observamos como as violências se sobrepõem e não podem ser estudadas de forma isolada e, sim, transversalizadas. Ao juntar em um corpo categorias de raça, gênero e sexualidade, vemos no âmbito da diversidade sexual como essa interseção influencia e afeta no modo como esse indivíduo vai ser tratado na sociedade e, nesse caso, nos atendimentos sociais.

5. VIOLÊNCIA BASEADA EM GÊNERO NO BRASIL E AS MULHERES NEGRAS

No Brasil, raça e etnia são elementos fundamentais para a compreensão e enfrentamento ao processo de violação de direitos das mulheres, dentro e fora de casa. Pesquisadores e atores sociais relevantes difundem que apenas políticas públicas universalistas não tem a capacidade da promoção integral da justiça social e da equidade (ANDRADE e PEREIRA, 2019).

Nesse caso, a promoção e implementação de políticas públicas que intercalem as especificidades de questões de gênero com raça e classe são necessárias para que se atinja na realidade cotidiana de mulheres brancas e não brancas. Vemos que há uma divisão de formas de violência, não se restringindo a um tipo único de violação, mostrando que há particularidade em cada ação contra as mulheres. Como podemos verificar, de acordo com a Lei Maria da Penha, existem 5 tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

- I. Violência física: Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher;
- II. Violência Psicológica: É considerada qualquer conduta que: cause dano emocional e diminuição da autoestima; prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher; ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões;

15 Ver mais em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/15/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contra-populacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>

16 Ver mais em: https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2020/11/FINAL_dossie-lgbti-brasil-ebook.pdf

- III. Violência Sexual: Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força;
- IV. Violência Patrimonial: Entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V. Violência Moral: É considerada qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Tais tipologias nos apontam para um repertório de violências que, na maior parte das vezes, ocorre em conjunto e poucas vezes uma violência se dá sozinha, independente ou desarticulada de outras. Entretanto, existe um apagão de dados, somado a uma hierarquia de violências, com a conjuntura do trabalho feminino que apresenta uma ligação entre violência doméstica, o valor do trabalho, que sustenta discursos e ações da desigualdade de gênero (BRANDÃO e COSMELLI, 2020, p. 142).

Dentro desse quadro é importante destacar que os casos de violência doméstica têm 58,86% de mulheres negras como vítimas. “Pesquisas apontam que a violência doméstica e familiar contra mulheres negras é um fenômeno complexo constituído por diversos fatores que amplificam um ao outro” (CARRIJO e MARTINS, 2020).

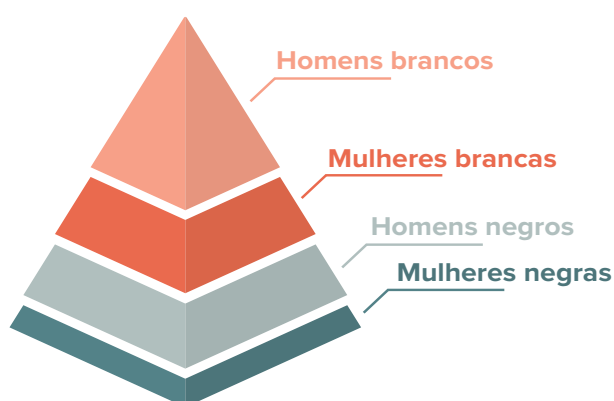
6. MASCULINIDADES NEGRAS

Todo debate travado até aqui nos faz perceber o quanto as mulheres heterossexuais e cis, assim como a população LGBTQIA+ são afetadas pelas violências baseadas em gênero, perpetrada em sua maioria pelos homens heterossexuais e cisgêneros. É importante entender que, como nos mostra o capítulo sobre “Masculinidades e violências baseadas em gênero”, há hierarquias no interior das masculinidades. Elas se apresentam de forma turva e não são estáticas, dificultando análises simplistas ou mesmo maniqueístas. Faz-se urgente apontar que esse documento deixará lacunas quanto a esse debate, uma vez que ele é complexo demais e exige profundas reflexões.

A primeira afirmação a ser feita nesta sessão é a de que não é possível a teoria de que o homem negro produz as violências baseadas em gênero, assim como não é possível dizer que ele somente reproduz esse tipo de violência. Ele reproduz e produz. Isso ocorre, pois há um duelo no interior das masculinidades que faz com que o homem negro busque a hegemonia (ocupada pelo homem branco e que, segundo diversas correntes teóricas, dificilmente terá como protagonista o homem de cor, pois isso tem a ver com o racismo estrutural).

Todavia, esse duelo faz com que o homem negro creia ser possível ocupar o topo da pirâmide, reproduzindo e, em menor nível (em relação ao homem branco), produzindo violências. Ainda assim, esteticamente, nessa pirâmide o homem negro ocupa posição inferior, e isso precisa ser considerado na análise sobre violências perpetradas por esses homens, sobretudo, quando pensamos no trabalho de prevenção. Como visto na pirâmide abaixo homens negros e mulheres negras estão na base.

Pirâmide gênero-racial de aquisição e legitimação de direitos



7. A VIOLÊNCIAS BASEADA EM GÊNERO E AS REDES COMUNITÁRIAS: O PAPEL DO CRAS NESSE DEBATE

Como vimos a partir dos dados, mulheres negras são em maior número as vítimas de violência doméstica, enquanto a população LGBTQIA+ negra são de agressões físicas e assassinatos, o que revela a necessidade de haver redes comunitárias (na saúde, na assistência social, no direito, entre outros) para o atendimento e absorção de suas demandas. Outro ponto considerável, nesse contexto, diz respeito à dependência — moral, psicológica e financeira — construída por seus parceiros, em que isolam as mulheres nas relações, motivadas pelo medo de agressões contínuas.

Essa dependência se associa com relações de poder, que deixam mulheres mais vulneráveis para que se diminuam o quantitativo de denúncias. Quando colocamos as lentes raciais, as mulheres negras estão no centro desse debate, pois pertencem a segmentos sociais com desvantagens em várias esferas da vida, que “demandam políticas sociais, principalmente serviços e benefícios da política de assistência social. No entanto, ainda é reduzida a produção de investigações relacionadas à intersecção entre os eixos gênero e raça e a política de assistência social”. (ANDRADE e PEREIRA, 2019).

Nesse sentido, homens e mulheres também precisam do olhar de cuidado, empatia e sororidade para as mulheres que se encontram nessa situação de vulnerabilidade, e não um olhar de julgamento, mas sim um olhar sensível ao gênero. A dependência nessas relações, como vimos acima, muitas vezes financeira, se coloca como impeditivo e um desencorajamento para quebrar os ciclos de violência, isso acaba isolando as mulheres de uma rede de apoio. Deixamos aqui esse convite às mulheres que atendem esses casos de violência a ter esse olhar de empatia, sensível ao gênero e raça.

A ação do CRAS, nesse cenário, atua como parte de uma política precursora no enfrentamento das desigualdades sociais, que engloba o racismo estrutural e as relações de gênero. Assim, a atuação desse Centro de Referência com uma rede de assistência social se dá através da articulação dos seus três eixos estruturantes: classe, gênero e raça. Em diálogo com Andrade e Pereira (2019), vemos que os principais desafios ao se vincular tais eixos são:

- Avançar os debates sobre as principais normativas da política de assistência social, que ainda abordam tais questões de forma pontual e periférica;
- Investigar como a implementação de um serviço socioassistencial pode oferecer subsídios para melhor compreender a dinâmica de (in)visibilidade de gênero e raça nessa política;
- Investir em atendimentos direcionados a população LGBTQIA+;
- Investir em processos de capacitações temáticas, que apresentem os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais fundamentados em bases sexistas e racistas.

8. CONCLUSÃO

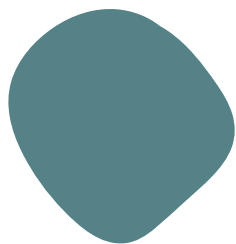
Diante do cenário exposto — que une a relação de gênero e raça nas violências vivenciadas pelas mulheres e pela população LGBTQIA+, e o papel da Assistência Social por meio do CRAS — concluímos que o desafio posto à assistência social estende-se ao conjunto de políticas sociais brasileiras. Podemos verificar que não há como se pensar em políticas universalistas alheias das questões de gênero e raça.

O racismo estrutural sustenta as assimetrias raciais vinculadas as de gênero e classe que perpetuam as desigualdades sociais, cujas mulheres negras se enquadram nos piores patamares que envolvem culpabilização e subordinação, entrelaçados a um histórico sexista, racista e patriarcal.

A Assistência Social, por meio de sua rede comunitária e da ação de seus Centros de Referência, se constitui em importantes serviços e dispositivos para a atenção e o cuidado da população que demanda de políticas específicas que podem transformar as estruturas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, Priscilla Maia; PEREIRA, Lucélia Luiz. “A (In)visibilidade de Gênero e Raça na Assistência Social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social”. *O Social em Questão*, vol. 22, núm. 45, pp. 57-80, 2019.
- BRANDÃO, Beatriz; COSMELLI, Liz. “**Você não confia em mim? A invisibilidade da violência patrimonial e o valor do trabalho no Brasil**”. In: *Diferenças, desigualdades e violências: olhares sociológicos* [E-book] / Organizadores: Luiz Mello e Eliane Gonçalves. Goiânia: Cegraf UFG, 2020.
- CARRIJO, Christiane; MARTINS, Paloma Afonso. “**A violência doméstica e racismo contra mulheres negras**”. *Revista Estudos Feministas* [online]. 2020, v. 28, n. 2 [Acessado 12 Setembro 2021], e60721. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>>. Epub 31 Ago 2020. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge, 2002.
- CRENSHAW, Kimberle. “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics,” **University of Chicago Legal Forum**: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8. Available at <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas*, 1991.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. Coleção Feminismos Plurais—coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.
- HOOKS, Bell. *Feminism is for everybody: Passionate politics*. Pluto Press, 2000.



Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: ENFRENTANDO O RACISMO ESTRUTURAL

OBJETIVO: Refletir sobre o racismo estrutural enquanto conjunto de práticas cotidianas que promovem, direta ou indiretamente, a segregação e o preconceito racial.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Folha de adesivos brancos, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 - Dinâmica dos estereótipos (15 min)

Antes que o grupo entre na sala, escreva aleatoriamente nos adesivos rótulos sociais que normalmente são utilizados em situações preconceituosas e, em outros, coloque rótulos vistos como positivos em nossa sociedade. Algumas sugestões: preto, gordo, vagabundo, pobre, rico, inteligente, ladrão, corrupto, travesti, viado, sapatão, honesto, crente, macumbeiro, pegador, trabalhador, festeiro, amigo, etc.

Quando já estiverem em sala peça para que todos fiquem em roda e olhem uns para os outros, em silêncio, fechem os olhos e virem de costas para o centro da roda. Cole na testa de cada participante um rótulo, sem que ele saiba qual é. Quando todos estiverem devidamente rotulados, o grupo deve se voltar para o centro novamente e circular pela sala, se relacionando uns com os outros da forma com que achar mais conveniente e confortável, sem revelar o rótulo do outro. Após esta experiência, reflita com eles sobre os seguintes aspectos:

- 1.** Como foi receber um rótulo sem escolha própria?
- 2.** Como foi estar neste lugar?
- 3.** Como você foi tratado?
- 4.** Qual foi a sua lógica de aproximação com as outras pessoas?

5. De quem você quis se aproximar?
6. De quem você quis se afastar?
7. Como esta dinâmica se aproxima da realidade?
8. Que falas preconceituosas e discriminatórias você ouve no dia a dia? De onde eles vêm?
9. Você já sofreu preconceito? Em que situação?
10. Você já praticou preconceito? Em que situação?

► ETAPA 2 - Refletindo sobre o racismo (20 min)

Após a vivência da dinâmica, abrir uma roda de diálogo e exibir pausadamente quatro imagens para o grupo, perguntando em cada uma delas:

1. O que vocês veem nessa imagem?
2. O que vocês sentem ao ver a imagem?

IMAGEM 1:



Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/06/a-internet-revela-que-o-brasil-e-um-dos-paises-mais-racistas-do-mundo.html>

IMAGEM 2:



Disponível em <https://dellacellasouzaadvogados.jusbrasil.com.br/noticias/113683946/aposentada-e-condenada-a-quatro-anos-de-prisao-por-racismo>

IMAGEM 3:



Disponível em <https://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/teste-de-imagens-com-profissionais-de-rh-mostra-que-racismo-institucional-existe-sim/>

IMAGEM 4:



Disponível em <https://emails.estadao.com.br/blogs/ser-mae/quem-ensina-o-racismo-as-criancas-nos-mesmos-ue/>

Ao final da exposição das quatro imagens, questionar o grupo:

1. O que elas têm em comum?
2. Você já ouviu falar sobre Racismo? O que é?

Após as considerações do grupo, exibir a definição do que é racismo, a fim de contrastar com as respostas fornecidas:



Racismo é entendido como uma forma sistemática de discriminação, por meio de práticas conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens a determinado grupo racial. Nesse sentido, o racismo engloba não apenas o preconceito e a discriminação, mas também todas as relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, que desfavorecem uma pessoa ou grupo por conta de sua raça.

Enfatize com a turma que o preconceito é uma atitude irracional e violenta, que muitas vezes causa experiências traumáticas. Quando falamos do racismo mais especificamente, trata-se de uma prática que está enraizada na sociedade brasileira e é fruto da ignorância, por parte do preconceituoso, que na maior parte das vezes nega a sua existência e/ou não sabe o motivo de seu ódio, o que só amplia a naturalização desse tipo de comportamento. Siga com as reflexões:

1. Já nascemos com preconceito ou ele se aprende ao longo da vida? Como?
2. Como o racismo influencia na vida pessoal das pessoas? E nos relacionamentos afetivos? E na vida profissional? E no convívio em sociedade?
3. O que podemos fazer para reduzir estas ações discriminatórias?

Conclua esta etapa enfatizando a importância das leis e ações afirmativas como formas de enfrentamento do racismo estrutural e de reparação histórica das desigualdades raciais.

► ETAPA 3 - Ações Afirmativas e o combate ao Racismo (15 min)

Questione ao grupo se eles já ouviram falar sobre ações afirmativas e o que acham a respeito. Após ouvir os apontamentos do grupo, enfatize que as políticas de ações afirmativas são medidas que possuem amparo na lei para implementação de uma discriminação positiva, ou seja uma forma de estabelecer critérios para reconhecer as diferenças existentes entre os grupos sociais. Por meio de ações pontuais e por tempo determinado, as ações afirmativas têm como objetivo diminuir as desigualdades históricas vivenciadas por grupos sociais, como as populações negras e indígenas, no Brasil.

Pergunte ao grupo se eles conhecem alguma ação afirmativa implementada no Brasil e como cada uma delas pode incidir na redução destas desigualdades históricas. Dentre as ações afirmativas no Brasil para a população negra, podemos citar:

Estatuto da Igualdade Racial - destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Lei de Cotas no Ensino Superior - decreta que todas as instituições federais de ensino superior devem reservar, no mínimo, 50% das vagas de cada curso técnico e de graduação aos estudantes de escolas públicas.

Leis 10.639/03 e 11.645/08 - alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade das temáticas: História e Cultura Afro-Brasileira e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Encerre o encontro refletindo, para além das ações afirmativas, que outras práticas podem ser incorporadas no cotidiano para o enfrentamento do racismo estrutural.

... e se ela acontecer online: retire a etapa 1 e amplie a atividade da etapa 2 com mais imagens para discussão. Você pode, ainda, dividir a turma em grupos menores para ampliar o debate sobre as imagens.

ATIVIDADE 2: HOMENS NEGROS, MULHERES NEGRAS

OBJETIVO: Refletir a importância da representatividade e as especificidades das lutas de homens e mulheres negras no Brasil.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1: Mulheres negras e suas bandeiras (25 min)

Diga ao grupo que, na atividade de hoje, conheceremos lideranças negras e discutiremos contextos vividos por muitos brasileiros. Comece exibindo dois vídeos na sequência: um episódio da série “Heróis de todo mundo” em que a atriz Ruth de Souza representa a escritora Carolina Maria de Jesus em uma matéria contando a história da própria Ruth de Souza.

“Heróis de todo mundo” do Canal Futura - disponível em https://www.youtube.com/watch?v=mLkJy86VU84&list=PL20upv2JBXS1z-vtjikbNEJ8hegqD_wrE&index=7

“Cinejornal” do Canal Brasil - disponível em https://www.youtube.com/watch?v=WWXMmjsMn_0&t=50s

Na sequência, pergunte ao grupo:

1. Quem foi Carolina Maria de Jesus? Qual foi a importância dela para a população negra brasileira?
2. Quem foi Ruth de Souza? Qual foi a importância dela para a população negra brasileira?
3. Em que a história de vida dessas mulheres se assemelha à realidade das mulheres negras do Brasil? E em que diferem?

4. Que outras mulheres negras brasileiras são referências inspiradoras e em que áreas do conhecimento?
5. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras em nosso país?
6. As questões enfrentadas pelas mulheres negras são iguais as enfrentadas pelas mulheres brancas? Por que? O que é diferente?
7. As questões enfrentadas pelas mulheres negras são iguais as enfrentadas pelos homens negros? Por que? O que é diferente?
8. As mulheres negras se organizam de alguma maneira para lutar pelos seus direitos? De que forma?

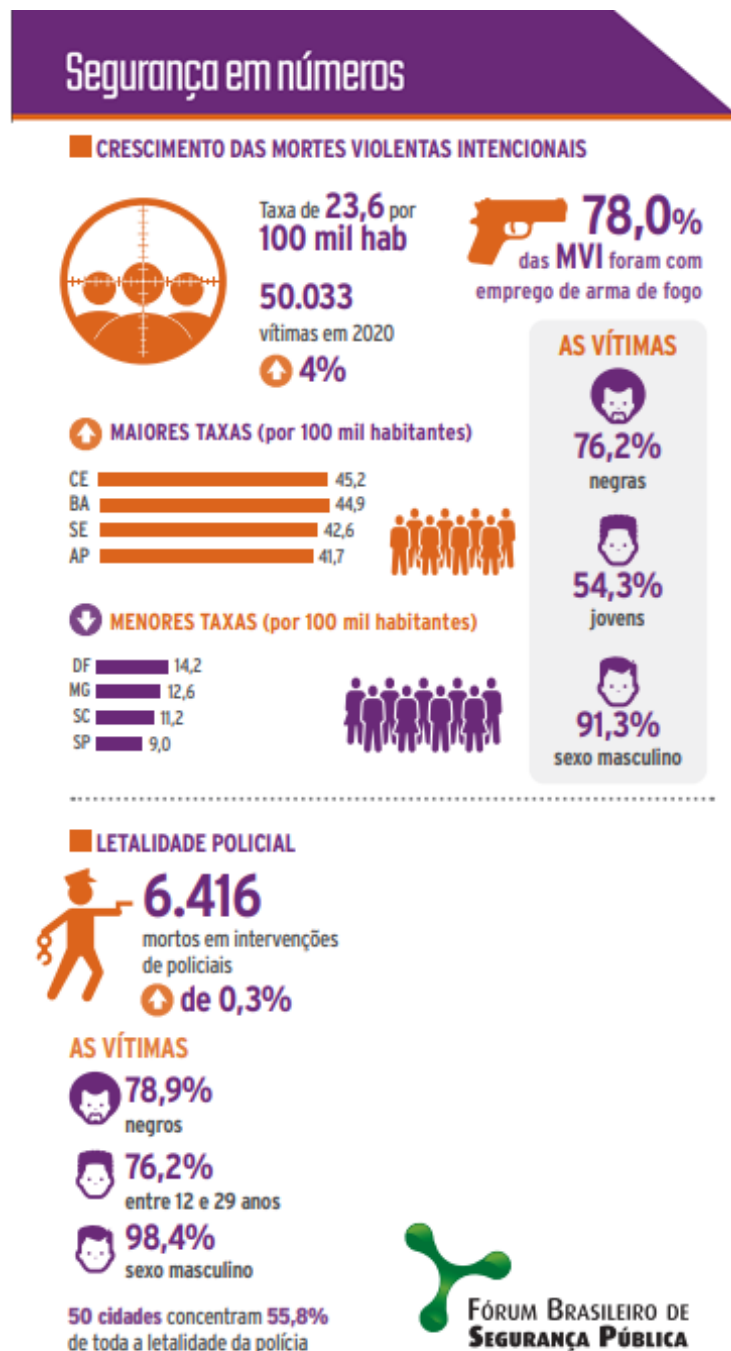
Vale ressaltar com o grupo, como o feminismo negro busca capturar os diversos eixos de subordinação em que as mulheres negras estão inseridas, explicando as diferenciações que devem ser levadas em consideração, ao se tratar desse grupo específico.

► ETAPA 2: Homens negros e suas bandeiras (25 min)

Assista com o grupo o clipe “Eminencia Parda”, de Emicida (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fXHpmuPJ4Ks>) e pergunte ao grupo:

1. Que reação causou, a entrada da família negra, nas pessoas brancas que estavam no restaurante chique?
2. Por que essa família causou estranheza nas pessoas?
3. De onde vem o racismo da sociedade brasileira? De que forma ele é naturalizado?
4. No imaginário das pessoas brancas do restaurante, que papéis sociais deveriam ser ocupados pelas mulheres da família? E os homens da família?
5. Que questões específicas são enfrentadas pelos homens negros no Brasil?
6. Os homens negros encontram as mesmas condições que os homens brancos para ingressar no mercado de trabalho?
7. Um jovem negro pode circular pela cidade da mesma maneira que um jovem branco? Por que? Que riscos ele sofre?
8. Que outras questões enfrentam os homens negros no Brasil?

Exiba para o grupo os números referentes à violência letal no Brasil, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020:



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.

Chame a atenção do grupo para o recorte racial e etário das vítimas, retrato da desigualdade racial e do racismo institucional no país, e que precisa ser enfrentado. Para encerrar o encontro, peça que o grupo proponha ações possíveis de enfrentamento a esta realidade nas ações cotidianas, na educação e nas políticas públicas.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas como o Miro, o Padlet e o Jamboard para a construção de mapas mentais colaborativos nas duas etapas da atividade, com panoramas referentes às mulheres e aos homens negros, no Brasil.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- **“Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2021”**, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civil, militar e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de novos temas na agenda do setor.

- Artigo **“O longo combate às desigualdades raciais”**, por Cristina Charão. Disponível em http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711

O artigo propõe uma análise crítica em relação às políticas afirmativas no Brasil.

- Artigo **“Racismo”**, por Francisco Porfírio. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/racismo.htm>

O artigo apresenta definições sobre racismo no Brasil e suas diferentes nuances.

- “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, do Ministério da Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf

Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Cartilha **“Feminismo negro e feminismo antirracista” da Universidade Livre Feminista**. Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/feminismo_negro_feminismo_antirracista.pdf

Sistematização de conteúdos trabalhados nos processos formativos da Universidade Livre Feminista sobre o tema.

- Cartilha “Retrato das desigualdades de gênero e raça – Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – Ipea, Secretaria de Políticas públicas para mulheres, Onu Mulheres e Unicef. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=20978

Esta publicação objetiva analisar os contextos de inserção e participação das mulheres negras na sociedade brasileira, ao longo dos últimos anos.

- Vídeo “**Gênero, raça e saúde**”, da Public Health Video Channel. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=gHJLJ1WIFn8&t=8s>.

O vídeo aborda como gênero e raça são fatores estruturantes de iniquidades. A população negra enfrenta as piores condições de vida no Brasil: tem menor acesso aos serviços, políticas e recursos. Consequentemente, tem os piores indicadores socioeconômicos, entre eles, os relacionados à saúde.

- Portal “**Campanha Sim à Igualdade Racial**”, do Instituto Identidades do Brasil. Disponível em <https://simaigualdaderacial.com.br/site/>

Página que propõe ações em diferentes formatos para conscientizar e engajar organizações e a sociedade no sentido de reduzir a desigualdade racial no mercado de trabalho, como indica o objeto 10 da agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).



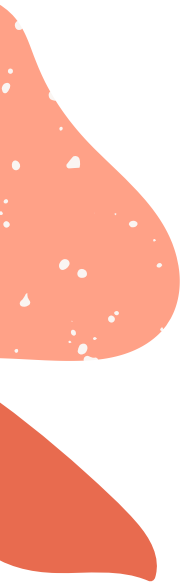
Gênero e Transexualidade

STALLONE PEREIRA ABRANTES

1. TRANSEXUALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO BRASILEIRO

De vez em quando escuto de uma ou outra pessoa a seguinte frase: “hoje em dia está tudo mudado, homem querendo ser mulher e mulher querendo ser homem, um absurdo”, ou ainda “acho que esse negócio de trans é meio moda, não é? Agora todo mundo quer dizer que é”. Frases como essas poderiam facilmente ser observadas numa conversa no nosso próprio ciclo, visto que, os debates em relação à transexualidade, ainda não possuem o engajamento necessário para que frases e falas como essas desapareçam da atualidade.

Este capítulo pretende contribuir não apenas na compreensão que os estudos de gênero e sexualidade trazem acerca do conceito de transexualidade, mas possibilitar estratégias de acolhimento para uma população que, muitas vezes, não consegue chegar aos serviços, pois as barreiras são diversas, o que dificulta o acesso, a permanência ou ainda a compreensão em torno do serviço, na qual a pessoa está buscando assistência. O entendimento de que o gênero atravessa as nossas identidades é fundamental para observarmos a transexualidade como uma forma de estar no mundo, e também por ser uma maneira de ocupar as relações em sociedade, seja pelo modo como as pessoas se apresentam, seja pela forma que elas se sentem afetadas e afetam. Neste âmbito, passa a ser fundamental que as pessoas transexuais/transgêneras precisam gozar dos seus direitos e da dignidade humana.



Os estudos sobre os corpos transexuais e transgêneros são recorrentes em diversas áreas do conhecimento, tais como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e também a Medicina. Os estudos que tinham como público-alvo populações transexuais, travestis e transgêneros apresentavam dentro do contexto brasileiro, algumas experiências dessa população conectadas aos campos da prostituição, da epidemia do HIV/AIDS, da vulnerabilidade e também da violência. Sabendo que muitos desses cenários criaram o imaginário que associam essa população à criminalidade, a construção da identidade transexual é atravessada por uma multiplicidade de elementos, como o corpo, a cultura, a subjetividade e também a política. Yuna Silva (2019), uma travesti nordestina, atenta que muitas pesquisas são produzidas sobre essas pessoas, e de algum modo, acabam reduzindo as experiências e histórias de pessoas trans em suas diversas e ricas composições.

Giowana Cambrone, mulher transexual, brasileira, professora universitária e advogada em sua fala intitulada *“Do tabu à normalidade — precisamos discutir sobre transexualidade”*, evidencia que cada vez mais em nossa sociedade se observa a generificação das relações humanas. Se porventura chegamos ao mercado encontramos a lâmina de barbear masculina e também uma específica denominada feminina, chegamos à conclusão de que o gênero é um dos elementos que compõem a construção da imagem e da identidade das pessoas no Brasil.

O Brasil carrega o título de país que mais mata pessoas transexuais, travestis e transgêneras do mundo. Foram registrados um total de 175 assassinatos de pessoas transexuais em 2020, segundo relatório anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), o que equivaleria a uma morte a cada 2 dias. Nosso país é a nação mais perigosa para essa população, à frente de México e Estados Unidos, segundo a ONG Transgender Europe (TGEU), que monitora 71 países.

Vale salientar que as vítimas possuíam características em comum: a maioria eram negras, pobres e trabalhavam como profissionais do sexo. Em termos estatísticos, os números indicam que 56% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos, 78% eram negras, 71% dos crimes aconteceram em vias públicas, 77% dos crimes tinham requintes de crueldade, 72% das vítimas não conheciam os assassinos, o estado da Bahia ficou em terceiro lugar, com um total de 19 assassinatos. Se pararmos para refletir, temos observado um cenário nacional extremamente desumano e cruel para as populações trans. O dossiê da ANTRA reflete que este número pode ser ainda maior, principalmente por conta das subnotificações, especialmente pelo fato de que muitos serviços pouco se debruçam sobre esses dados, sendo urgente a construção de políticas que assegurem, sobretudo, a vida dessas pessoas.

2. MOVIMENTO TRANSFEMINISTA/TRANSFEMINISMO

Não é de hoje que pessoas que possuem demandas e necessidades se articulam em prol da conquista de direitos e da melhoria de vida. A realidade apresentada pelo dossiê anteriormente relatado, imprime a necessidade de articulação e da criação de um movimento transfeminista.

Por Transfeminismo se entende como uma corrente teórica e política do feminismo. Nas palavras de Letícia Nascimento (2021), uma travesti, negra, nordestina e pedagoga, o transfeminismo faz frente à ideia de mulher no singular, dada como universal e que coloca as mulheres e pessoas transexuais no centro da produção de conhecimento, como sujeitas de suas histórias e como construtoras de mundo. Inicialmente, o transfeminismo reflete sobre essa condição dada às pessoas pela via da biologia, sobretudo com a velha e violenta pergunta: “Mas qual é sua genitália, afinal?”, ou ainda, estruturados numa visão que coloque essa população sobre uma lógica do antes e do depois, que em nenhum momento se faz pertinente para o debate.

Jaqueline Gomes de Jesus, uma travesti, negra e psicóloga e Hailey Alves, uma travesti, negra e escritora apresentam uma ideia bastante elucidativa acerca do transfeminismo, “pode ser compreendido como uma filosofia quanto uma práxis das identidades transgêneras que visa a formação do feminismo.” (2012, p. 14). O movimento transfeminista emerge como resposta aos movimentos feministas e também aos movimentos LGBTQIA+, que pouco se atentaram para as experiências e necessidades que as pessoas transexuais apresentavam, colocando no mesmo engodo, de maneira genérica e descontextualizada, a exemplo do nome, Gays e Lésbicas, historicamente não lutam para ter seu nome respeitado, muito menos pelas mudanças em seus registros legais e documentos, diferentemente das pessoas transexuais, travestis e transgêneras, em que essa luta constitui um dos primeiros passos em sua existência.

Cabe ressaltar que as pessoas transexuais ainda se conectam com as agendas LGBIA+, a partir das principais articulações e agendas que a sigla como um todo apresenta, o transfeminismo emerge como possibilidade de agregar e não fragmentar (NASCIMENTO, 2021). Olhando para o cotidiano, o transfeminismo traz o foco para a valorização da produção de conhecimento, bem como para a mobilização social e política de travestis e transexuais. Tomando como referência Jesus (2013), podemos ainda apresentar o transfeminismo como: uma redefinição que equipara o gênero e a biologia; apresenta a dimensão interseccional das opressões em relação às identidades de gênero; apresenta as lutas e os movimentos de transformação social ocasionados pelas mulheres trans e pelas travestis que, de algum modo, marcam a história brasileira e precisam do reconhecimento necessário, dada relevância e importância dessas

peessoas; validação de todas as pessoas que de algum modo lutam por um mundo menos sexista, menos transfóbico e ainda menos violento.

A compreensão que o transfeminismo é essencial para a sociedade atual, conecta-se com o entendimento que esse movimento se potencializa como uma forma direta de diminuição das desigualdades de gênero e, sobretudo, nas violências que também se baseiam no gênero.

3. REFERÊNCIAS NOS MAIS VARIADOS CAMPOS DA SOCIEDADE

Ao falarmos de transfeminismo, é fundamental apresentar os rostos e as pessoas que dão vida e corpo a esse movimento, e de maneira ético-político reconstituem a sociedade. Os nomes são apenas um recorte mediante tantos outros que merecem destaque: Xica Manicongo; Keila Simpson; Ventura Profana; Terthuliana Lustosa; Indianara Siqueira; Alessandra Makeba; Thiffany Odara; Letícia Nascimento; Joyce Montinelly; Luciana Vasconcellos; Viviane Vergueiro; e Céu Cavalcanti.

XICA MANICONGO

Xica Manicongo foi uma pessoa transgênera encontrada nos documentos do período colonial brasileiro, em seus vestimentos ela se caracterizava por um pano amarrado com nó para frente, similar às vestimentas dos quimbanda (termo bantu para definir invertido). Já o seu sobrenome, Manicongo, era um título utilizado pelos governantes no Reino do Congo. Durante sua estadia em Salvador, no Brasil, sofreu com as normas sociais que a obrigavam a se apresentar com vestes ditas masculinas, ficou conhecida pelo seu trabalho como sapateira e se tornou uma figura bastante expoente nas ruas da Cidade Baixa, na capital baiana. Estudiosas afirmam que Xica lutou pela defesa da sua identidade e de sua história, principalmente, porque sua tradição amparava sua identidade feminina, que a colocava como uma cudina (ser divino do Congo, que equivale a uma identidade de gênero).

KEILA SIMPSON

Travesti, 53 anos e moradora de Salvador. É uma importante referência no movimento transfeminista do Brasil. Atua como presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), e ainda é coordenadora do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia. Na história do movimento Transfeminista e também do movimento LGBTQIA+, Keila tem se destacado nas últimas décadas. É uma das pessoas contempladas pelo Prêmio Nacional de Direitos Humanos, pela sua trajetória com os serviços prestados à população

LGBT do Brasil. Nos últimos anos, coordenou o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT (CPDD LGBT), espaço que recebe denúncias de violações de direitos da população LGBT da Bahia.

VENTURA PROFANA

Travesti, negra, baiana e jovem. É cantora, escritora, compositora, performer e artista visual. Em seu trabalho tem contribuído para a valorização e o fortalecimento da arte travesti e transexual pelo mundo. Foi indicada ao Prêmio PIPA 2020 e 2021, que se caracteriza como um dos mais importantes prêmios de arte do Brasil.

TERTULIANA LUSTOSA

Travesti, piauiense, cantora e compositora, artista visual, cordelista e escritora. É graduada em História da Arte na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Foi indicada ao prêmio PIPA em 2019. Sua trajetória de trabalho envolve uma intensa rede de trabalhos em torno da arte popular e erudita, oralidade e palavra escrita, corpo e ação, circuito das artes visuais e outros campos (cinema, literatura, medicina, moda, televisão). Atualmente reside em Salvador onde tem se destacado no cenário musical, no pagodão baiano como vocalista da banda A Travestis. Tertuliana contribuiu ainda como professora de artes de um curso pré-vestibular chamado PreparaNem na cidade do Rio de Janeiro, um projeto direcionado para travestis e transexuais com o objetivo de inserção no ensino superior.

FRANCISCO SENA

Homem Trans, baiano, estudante de psicologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem se debruçado em pesquisas e reflexões sobre Saúde Mental de população LGBTQIA+.

INDIANARE SIQUEIRA

Indianare Siqueira é uma ativista transgênero brasileira, presidente do grupo Transrevolução, fundadora e coordenadora da [CasaNem](#) — casa de acolhimento para pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social e do PreparaNem, programa de preparação para o ENEM para pessoas trans na cidade do Rio de Janeiro. Iniciou o desenvolvimento da Casa Nem no Rio de Janeiro, em 2015. Desde setembro de 2020 a casa de acolhimento para pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social foi instalada em um imóvel cedido pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Em 2010 Indianare pediu proteção na [Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro](#) por conta das ameaças de morte sofridas, a partir das denúncias de práticas de cafetinagem na capital fluminense.

BRUNO SANTANA

Homem trans, negro, baiano. É o primeiro trans formado em Educação Física pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Desenvolve um trabalho educativo no bairro do Rio Vermelho em Salvador.

ALESSANDRA MAKKEDA

É uma mulher transexual, negra e ativista LGBTIA+, trabalha como tradutora e intérprete em várias línguas, incluindo a língua de sinais. Atualmente é presidente do Instituto Transformar Shelida Ayana, no Rio de Janeiro, que é caracterizado como um coletivo formado por Mulheres e Homens Trans, Transmasculinos, Travestis. O instituto atua no combate a LGBTQIfobia, na promoção dos direitos humanos e no combate à desigualdade racial e de gênero.

THIFFANY ODARA

Mulher, negra, transgênera, pedagoga e educadora social, especialista em gênero, raça, sexualidade e etnia na formação de educadores. É também redutora de danos e escritora, recebeu o cargo de yalorixá do Terreiro Oyá Matamba de Kakurucá, no bairro de Portão, em Lauro de Freitas na Bahia. É autora do livro “Pedagogia da Desobediência: travestilizando a educação”. Como yalorixá, representa um marco fundamental na história do candomblé brasileiro, onde passa a compor o quadro das mulheres trans que assumem um lugar de destaque no candomblé brasileiro.

JOYCE MONTINELLY

Travesti, sertaneja, mora e atua no sertão paraibano, é uma artista multicultural, educadora social e também articuladora territorial. Desenvolve um conjunto de lutas no estado da Paraíba. Entre muitas das conquistas em que ela teve participação estão a lei para a criação da Gerência Municipal LGBT, o Conselho Municipal LGBT e a efetivação do dia 17 de Agosto, como o Dia Municipal de Combate à LGBTfobia. Todas as conquistas na cidade de Cajazeiras na Paraíba.

LUCIANA VASCONCELLOS

Mulher trans, ativista, mineira, puta e estudante de gastronomia. Foi aluna do PreparaNem na cidade do Rio de Janeiro. Trabalhou como atriz, modelo e artista no cenário carioca, atuando em filmes e curtas-metragens. Além disso, foi uma das primeiras moradoras da CasaNem e que tem em sua trajetória a luta constante contra a transfobia e o racismo.

VIVIANE VERGUEIRO

Travesti, economista, mestre pela Universidade Federal da Bahia. É pesquisadora no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS-UFBA), doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM-UFBA), e integrante do coletivo De Trans pra Frente. Atua como uma referência fundamental nos estudos em gênero e sexualidade brasileiro.

CÉU CAVALCANTI

Pernambucana, psicóloga e mulher trans. Defensora árdua da despatologização das identidades trans. Atualmente faz doutorado em psicologia na UFRJ e é professora no curso de psicologia da Universidade Federal Fluminense.

THALES ALVES

Homem trans negro, nasceu em Góias. É chef executivo de cozinha, consultor gastronômico e professor de gastronomia. Foi participante do Programa Masterchef em 2018.

Todas essas mulheres e esses homens, desenvolvem um conjunto importante de ações para o enfrentamento das violências baseadas em gênero, reconfigurando o olhar da sociedade e construindo marcos legais e históricos em seu tempo.

4. TRANSEXUALIDADE, VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

As pessoas transexuais, travestis e transgêneras ainda observam a passos lentos a criação e a efetivação de políticas públicas que se direcionam a elas. Tanto no campo da saúde, da assistência social, educação e jurídico, bem como na ocupação de espaços de destaque na sociedade. Lembro que em um vídeo publicado pelo coletivo PreparaNem em 2016, a frase “quantas travestis frequentam sua casa?” conduz a reflexão, se nas redes de cuidado, afetivas e de trabalho encontramos pessoas trans inseridas nela.

No contexto brasileiro, podemos apresentar algumas políticas que auxiliam no acolhimento e na garantia de direitos das populações trans. Em 2018, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) lança a campanha “SUAS sem Transfobia”, a campanha tinha como objetivo orientar gestores, profissionais e a população em geral para a existência da transfobia e pretendia garantir um atendimento que estivessem em consonância com as necessidades das pessoas transexuais e travestis.

No campo do Sistema Único de Saúde (SUS), há a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (PNSILGBT) criada em 2011 pelo Ministério da Saúde. A PNSILGBT objetiva a promoção de maneira integral e universal da saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, combatendo todas as formas de violência, preconceito e discriminação de caráter institucional, fortalecendo o SUS como uma política equitativa e integral. No ano de 2006, o SUS apresentou na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, o direito ao uso do nome social, pelo qual travestis e transexuais se identificam e escolhem ser chamados socialmente, e não apenas nos serviços especializados que já os acolhem, mas em qualquer outro da rede pública de saúde.

Em 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é possível a alteração de registro civil, por travestis e transexuais, sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico, a decisão orienta os tribunais de justiça e os cartórios de registro civil sobre como proceder na alteração do nome e gênero das pessoas trans.

No estado da Bahia, o Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT (CPDD-LGBT), ligado à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social tem um lugar fundamental no asseguramento de direitos das pessoas transexuais. Além do CPDD, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), em todo estado baiano, são de grande valia para que o problema da violência, direcionada para populações transexuais e travestis, que se baseiam em uma perspectiva de gênero, visto que, são justificadas pelo ódio aos corpos e as experiências desta população.

Muitos são os avanços necessários para garantir uma experiência de dignidade e de direito à vida das pessoas transexuais, travestis e transgêneros em território brasileiro, como apontado no início desses escritos, somos o país mais perigoso para essa população e afirmo que isso não é à toa. Apenas em 2019, após 29 anos, a transexualidade foi retirada do quadro de patologias.

Em Salvador, desde 2016, após a criação do Centro Municipal de Referência LGBT+ Vida Bruno, que tem dado um suporte à população LGBTQIA+ a partir de serviços psicossociais e acompanhamento jurídico para situações de violências nos mais variados setores da sociedade. Entre as ações desenvolvidas no serviço estão as ações de empregabilidade, atividades em prevenção e promoção em saúde, entre muitas outras atividades.

Precisamos tomar a transfobia como um problema real a ser enfrentado, com urgência, tendo em vista os problemas que essa violência gera na vida das pessoas transexuais. Lembro ainda que as identidades de gênero são autodeclaratórias, e dizem de experiências subjetivas que compõem as diversas trajetórias da vida em sociedade.

Você não precisa ser uma pessoa transexual para lutar contra a transfobia.

Posteriormente a elaboração da primeira versão do caderno, fora aplicada uma capacitação com a Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE) de Salvador, como um projeto piloto para implementação deste material. Os técnicos da Proteção Básica e Proteção Especial relataram algumas experiências de atendimento que nos ajudam a entender como os equipamentos têm trabalhado na perspectiva de atendimentos humanizados com foco na interseccionalidade. Abaixo seguem algumas experiências consideradas como práticas interessantes dos equipamentos em relação às pessoas trans.

EXPERIÊNCIA 01 RELATADA PELA ASSISTENTE SOCIAL E SERVIDORA DA SEMPRE MARLUCY QUEIRÓS MATOS:

Sobre o trabalho na proteção básica com pessoas Trans na Proteção Social Básica (CRAS):

No CRAS Ilha de Maré colaboramos com o encaminhamento para a retificação de nome social de uma mulher trans e após isso recebemos em seguida outra demanda. O equipamento está caminhando para a construção de uma referência e acolhimento a pessoas trans no território, porém não sei como isso se dá em outros equipamentos.

Acredito que o acolhimento e o referenciamento desse público parta de uma sensibilidade e preparo teórico metodológico da equipe técnica. Receber uma pessoa trans no equipamento e dar a ela um tratamento humanizado, um atendimento voltado a suas necessidades específicas de garantia de direitos exige primordialmente o conhecimento de que aquela pessoa vivencia uma experiência particular e historicamente violenta com relação a sua identidade (sua experiência de existência) de gênero e ter a mão o desenho da rede socioassistencial para realizar

EXPERIÊNCIA 02 RELATADA PELA PSICÓLOGA E SERVIDORA DA SEMPRE ELIANA FERREIRA DOS SANTOS

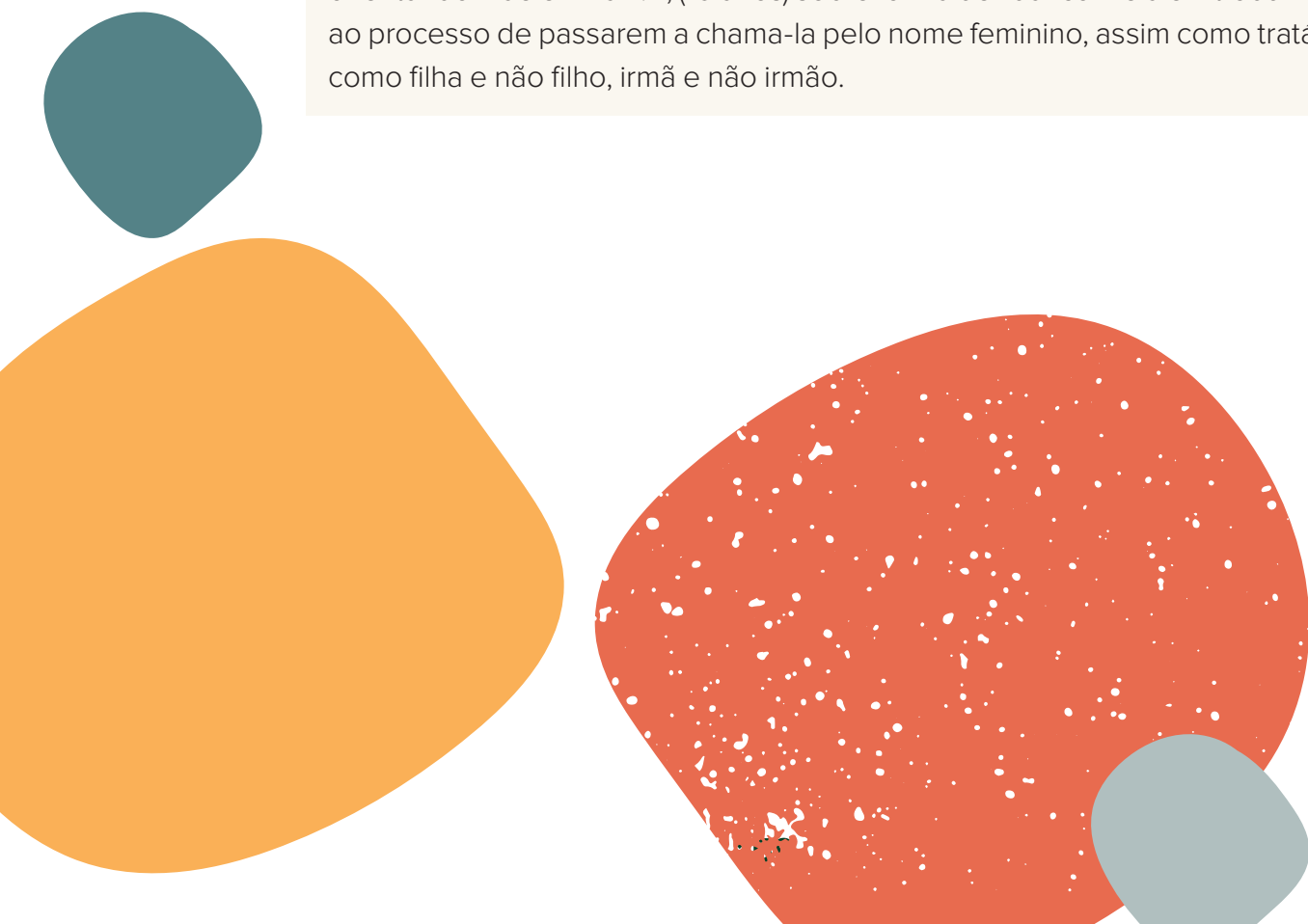
Como trabalhar a vinculação do público trans nos serviços da proteção social? Esse talvez seja um caminho a ser ainda consolidado dentro do SUAS. Diante de minha prática profissional enxergo esse desafio sendo vencido através de uma ferramenta que penso como fundamental para a aproximação, para o encontro com essas subjetividades: a valorização do nome social! Sim, já está posto nas linhas da Lei a necessidade desta ação, porém vivenciar na prática o sorrir com os olhos de pessoas trans ao se sentirem respeitados (as) em seu nome no

qual se sentem representadas, não tem preço. O chamar pelo nome, e orientar toda equipe a isso, trouxe para minha prática profissional o desvendar de um processo simples, porém de grande impacto para construir novos caminhos.

Na minha perspectiva, enquanto técnica de um CRAS em Salvador, ousei fazer um paralelo entre a definição descrita na política de Assistência social que toma o CRAS como sendo a “porta de entrada do acesso das famílias ao SUAS”, com a ferramenta técnica, e humana, do acolhimento e respeito pelo nome social que seria também a “porta de entrada” para alcançar as vivências e vulnerabilidades dentro de um corpo trans.

ANA CACHOEIRA – TÉCNICA DO CRAS – SERVIDORA DA SEMPRE

Família cadastrada na unidade CRAS desde 2016, contudo foi inserida no PAIF em 2019 a partir disso a titular- mãe solo, aderiu ao acompanhamento particularizado. Apresentando demandas de vulnerabilidade financeira e alimentar. Posteriormente o filho R. R (17 anos) vem à unidade apresentando demanda de 1º emprego ou estágio. Relata sobre sua orientação sexual e os desafios. Em março de 2020 dá início ao processo de transição do corpo masculino para feminino, e escolha de nome social. Junto a toda essa realidade a não aceitação e entraves da convivência familiar. Desde o final de março 2020 como técnica que acompanha a família tenho feito as orientações para documentação social, acompanhando o processo. Atualmente, existem diálogos da equipe com A.R (20 anos), informando sobre os riscos da prostituição; e orientando mãe e irmã L.R, (10 anos) sobre forma de lidar com ela e introduzi-las ao processo de passarem a chama-la pelo nome feminino, assim como tratá-la como filha e não filho, irmã e não irmão.



Propostas de Atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: O QUE É TRANSEXUALIDADE?

OBJETIVO: Trabalhar a diferenciação entre sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, bem como aspectos específicos da transexualidade.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Espelho pequeno, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – O que vejo no espelho (15 min)

Proponha uma atividade de relaxamento aos participantes. Peça para que se sentem de forma confortável e faça perguntas para que eles mentalizem em silêncio:

1. Quem eu sou?
2. Como eu me sinto no mundo?
3. Como é o meu corpo?
4. Quais são os meus gostos?
5. Quais são as minhas referências?
6. Como sou aceito na rua? Na escola? Na minha família?

Dê tempo entre as perguntas para que eles consigam refletir sobre cada uma destas questões. Depois peça para que eles, imbuídos de todas estas características, caminhem para um grande espelho imaginário. Ao chegar em frente a este espelho eles percebem que a imagem refletida não é a deles, é outra pessoa que está ali. Peça para que eles sintam como é estar em um corpo diferente, não se reconhecer naquela imagem.

Aos poucos, peça para que eles abram os olhos. Circule um espelho de mão em mão, pedindo para que aos poucos eles se reconectem com o seu corpo, com as suas experiências e as suas vivências. Pergunte ao final:

1. Como foi essa viagem ao seu interior?
2. Como você se sentiu se conectando consigo mesmo?
3. E como você se sentiu em frente à outra pessoa no espelho? Por que?
4. Como deve ser não se reconhecer no corpo que você ocupa? Por que?
5. Será se existem pessoas que se sentem desta forma todo o tempo? Quem?

► ETAPA 2 – “Quem sou eu?” (25 min)

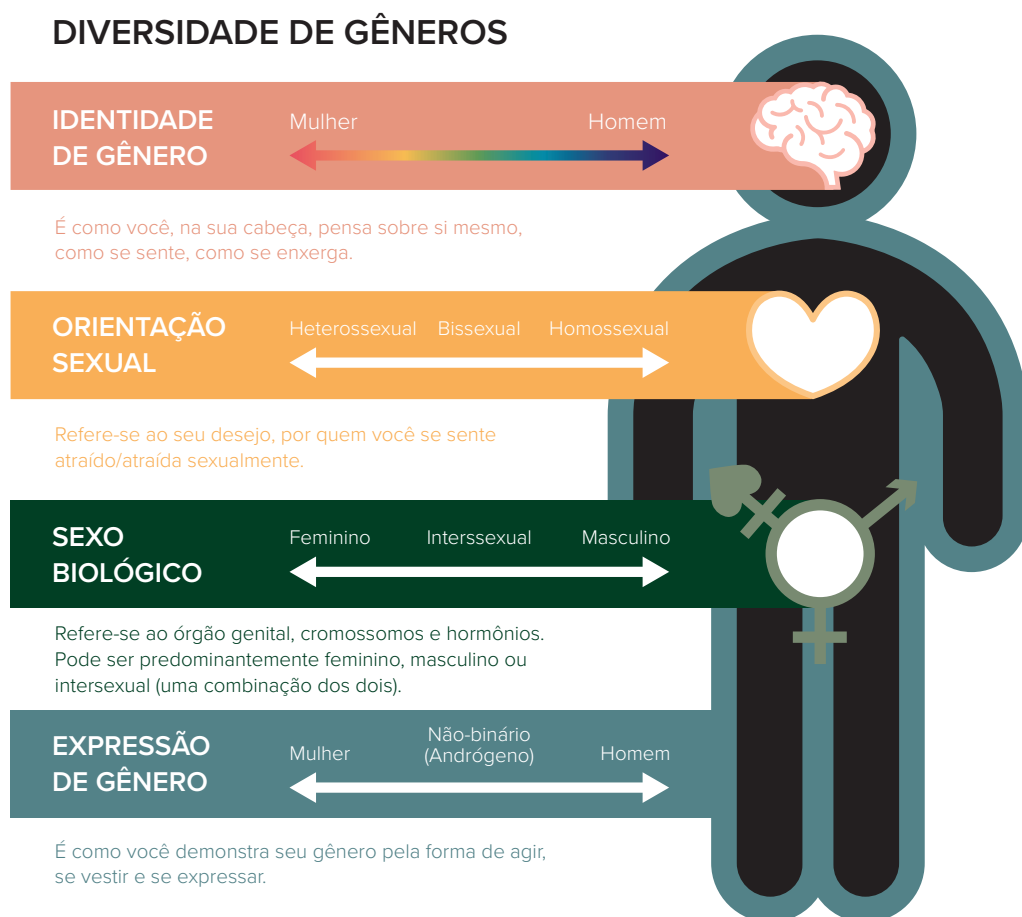
Exiba para o grupo o primeiro episódio da série “Quem sou eu?”, do Fantástico (disponível em <https://globoplay.globo.com/v/5719129/>). Após assistir com o grupo, reflita coletivamente:

1. O que é uma pessoa transexual?
2. Qual a diferença de uma pessoa transexual para uma pessoa cisgênero?
3. Como a ciência explica as pessoas transgêneros? É uma opção para a pessoa?
4. Desde que idade é possível descobrir se uma pessoa é transexual?
5. Quais os dilemas que uma pessoa transexual enfrenta dentro de si? E na sociedade?
6. Quais as questões que a família enfrenta?
7. Como foi a aceitação da Melissa na escola quando começou a sua transição de gênero? Esta é uma realidade comum para a maioria das pessoas trans? Por que?
8. Que desafios uma pessoa trans enfrenta na idade adulta? Nas relações familiares? Na vida amorosa? Na vida profissional?
9. Que tipos de violências sofrem?
10. Você já ouviu falar no termo transfobia? O que é?
11. Podemos dizer que a transfobia é uma violência baseada em gênero? Por que?
12. Como podemos contribuir para o enfrentamento da transfobia na nossa vida cotidiana? E em nosso trabalho?

► ETAPA 3 – Pra não fazer confusão... (15 min)

Explique para o grupo que a identidade de gênero (se o indivíduo se sente como um homem ou uma mulher) não tem nada a ver com a sua orientação sexual, seu sexo biológico ou mesmo a expressão de gênero.

Para ajudar a ilustrar a diferenciação entre estes conceitos você pode projetar o esquema abaixo para a turma:



Para encerrar o encontro, projete o quadro abaixo e leia as definições coletivamente para detalhar e tirar todas as dúvidas sobre diversidade sexual.

SEXO BIOLÓGICO

Feminino – pessoas com cromossomos XX e que geralmente tem órgãos sexuais e reprodutivos femininos.

Masculino – pessoa com cromossomos XY e que geralmente tem órgãos sexuais e reprodutivos masculinos.

Intersexo – pessoas que nascem com características sexuais biológicas, que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Transexuais – Pessoas que se identificam com o gênero diferente daquele atribuído no nascimento. Essas pessoas desejam ser reconhecidas pelo gênero com o qual se identificam, sendo que o que determina se a pessoa é transexual é sua identidade, e não qualquer processo cirúrgico ou hormonal. Há tanto homens trans, transmasculinos, quanto mulheres transexuais.

Travestis – Uma autodeterminação do contexto brasileiro, que pode também ser considerada como um terceiro gênero. Pessoas do gênero feminino que não foram identificadas como do gênero feminino ao nascer. Podem ou não modificar seus corpos por meio de hormonioterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém vale ressaltar que isso não é regra para todas. Atenção: o termo correto é “A” travesti.

Cisgênero – Pessoa que se identifica com o gênero atribuído no nascimento.

Não binário – Pessoa cuja identidade de gênero não se enquadra no que é estabelecido socialmente como feminino ou masculino.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Heterossexuais – Pessoas que têm sentimentos afetivos e atração sexual por outras pessoas com identidade de gênero diferente. Ou seja, alguém de identidade de gênero feminina que se relacione com outra pessoa de identidade de gênero masculina.

Bissexuais – pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos, independentemente da identidade de gênero.

Gay (homossexual) – Denominação específica para homens que, independentemente da identidade de gênero, se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens. Note que tanto faz se a pessoa é trans ou não, o que importa para esse conceito é a identidade de gênero, e não o sexo biológico. O que, obviamente, não impede que a pessoa sinta-se atraída exclusivamente por pessoas cisgêneras.

Lésbicas (homossexual) – Denominação específica para mulheres que se relacionam, independentemente da identidade de gênero, afetiva e sexualmente com outras mulheres.

Assexuais – Pessoas assexuais não se sentem atraídas romântica nem sexualmente por outras, seja qual for sua identidade de gênero.

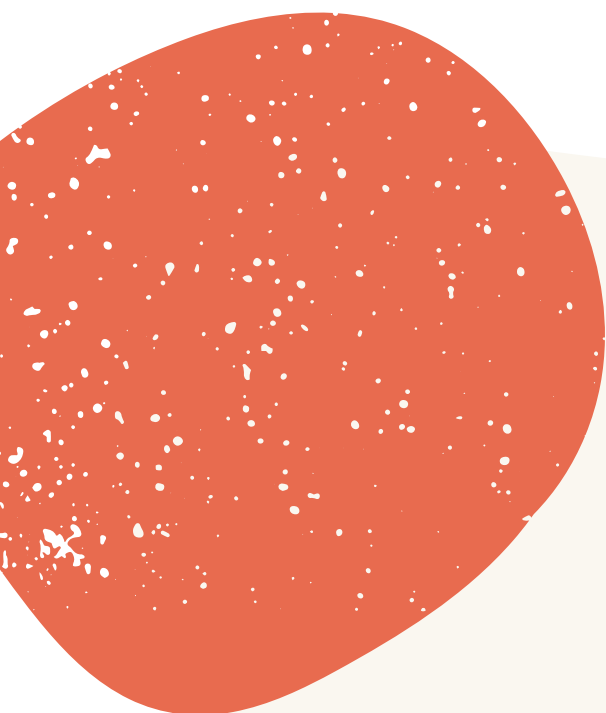
Pansexual – São pessoas que podem desenvolver atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ou sexo biológico.

Fonte: Manual orientador sobre diversidade”, de Ministério de Direitos Humanos. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1325>

Nota

Se o tempo tiver muito apertado, ao invés de detalhar todo o quadro acima com o grupo, você pode exibir o vídeo “Sexualidade e Gênero”, do Canal Rebellmotion, e promover uma reflexão rápida sobre as definições apresentadas. Ele está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=y9ldf5CnMEo>

... e se ela acontecer online: você pode fazer a atividade da etapa 1 sem o uso do espelho, apenas com a meditação.



ATIVIDADE 2: TRANSFOBIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

OBJETIVO: Refletir sobre a transfobia no Brasil e seus reflexos nas violências praticadas contra transexuais e travestis.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Onde nasce a transfobia? (15 min)

Assista com o grupo uma cena da série Sense8, da plataforma Netflix (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CIUNt3tbVc&t=2s>). Ao final, pergunte ao grupo:

1. O que aconteceu com a personagem quando pequena?
2. Por que ela sofreu este ataque? O que a motivou?
3. Qual foi a relação que o pai da personagem estabeleceu com o clube de natação? E ela? Por que essas experiências foram diferentes para os dois?
4. O que o pai queria que ela aprendesse? E o que ela aprendeu com a experiência?
5. Que marcas essa experiência deixou nela?
6. Este tipo de bullying é comum entre crianças? Por que ele acontece?
7. Como crianças aprendem o preconceito?

Refleta com o grupo que o modelo de sexualidade considerado saudável foi estabelecido na Idade Moderna com a estruturação da família nuclear burguesa. Antes disso, as religiões já padronizavam o que era considerado pecado no campo sexual. Dessa forma, todo o sexo que não visasse a procriação e formação da família heteronormativa, cisgênera e monogâmica era considerado pecado, crime e doença.

Desde essa época, as pessoas que não se adequam a tais normas de gênero são vítimas de preconceito e discriminação. Sendo assim, o termo “transfobia” foi cunhado para tratar dos casos de medo, desprezo, aversão e agressão contra essas pessoas. Este comportamento é ensinado de geração em geração e os indivíduos começam a sofrer esta hostilização desde a infância, muitas vezes, quando ainda nem tem o entendimento do que acontece com eles.

É possível que, ao longo deste debate, algumas pessoas tragam falas de preconceito contra a população LGBTQIA+. Caso aconteça, é importante estimular reflexões a respeito, em uma perspectiva empática e humanitária.

► ETAPA 2 – Consequências da transfobia (15 min)

Diga ao grupo que, ao longo da vida, pessoas trans e não binárias podem sofrer inúmeras violações de direitos, violências familiares e ataques públicos. Questione se eles têm ideia das consequências destes atos para essas pessoas ao longo da vida. Após ouvir as respostas da turma, exiba os quadros abaixo, com dados estatísticos sobre transfobia no Brasil e no mundo:

TRANSFOBIA EM NÚMEROS

A maioria das transexuais ou travestis que hoje tem entre 20 e 30 anos no Brasil, foram abandonados ou expulsos de casa por suas famílias ainda jovens.

Em função do bullying e/ou do abandono familiar, **82% da população trans sofre com a evasão escolar.**

Apenas 4% da população trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira e 6% estão em atividades informais e subempregos.

Por falta de oportunidades profissionais, **90% das pessoas trans recorrem à prostituição, em algum momento da vida, para tentar sobreviver.**

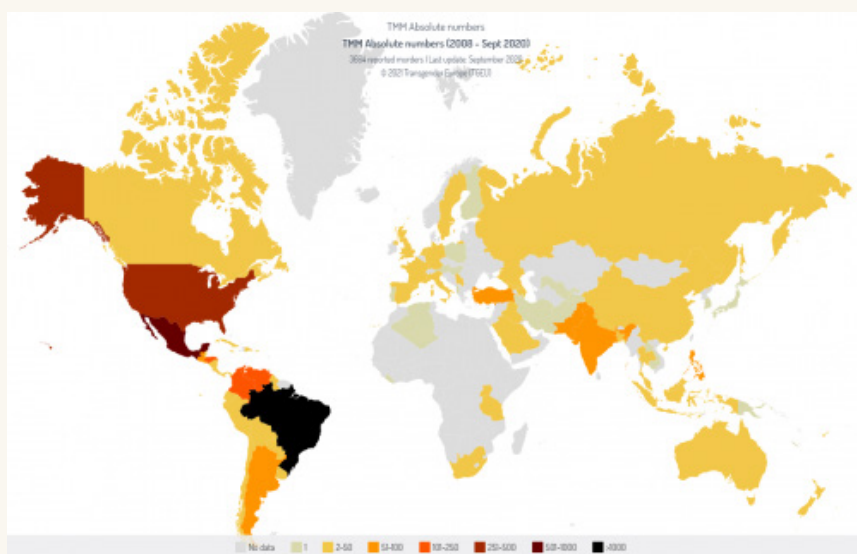
Segundo o IBGE, 74,9 anos é a expectativa de vida das pessoas cisgêneras no Brasil, enquanto que a expectativa para pessoas transexuais ou travestis é de 35 anos.

Em 2020, **72% dos assassinatos de pessoas trans ou travestis foram direcionados contra profissionais do sexo, que são as mais expostas à violência direta e vivenciam o estigma que os processos de marginalização impõem a essas profissionais.**

71% dos assassinatos a pessoas trans ou travestis aconteceram em espaços públicos, tendo sido identificado que pelo menos 8 vítimas se encontravam em situação de rua.

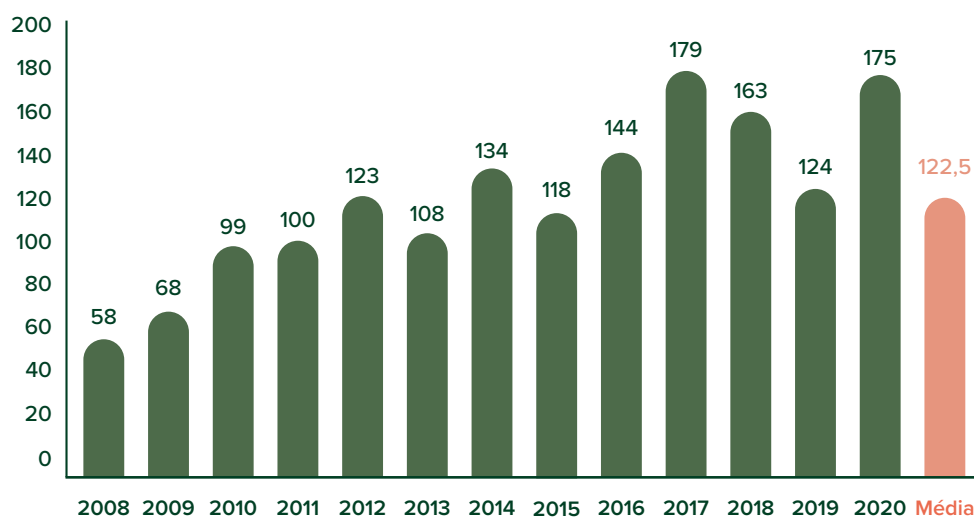
Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e IBGE.

Em 2020, o Brasil se manteve em primeiro lugar entre as nações que mais assassinam pessoas trans em todo o mundo – pelo 13º ano consecutivo.



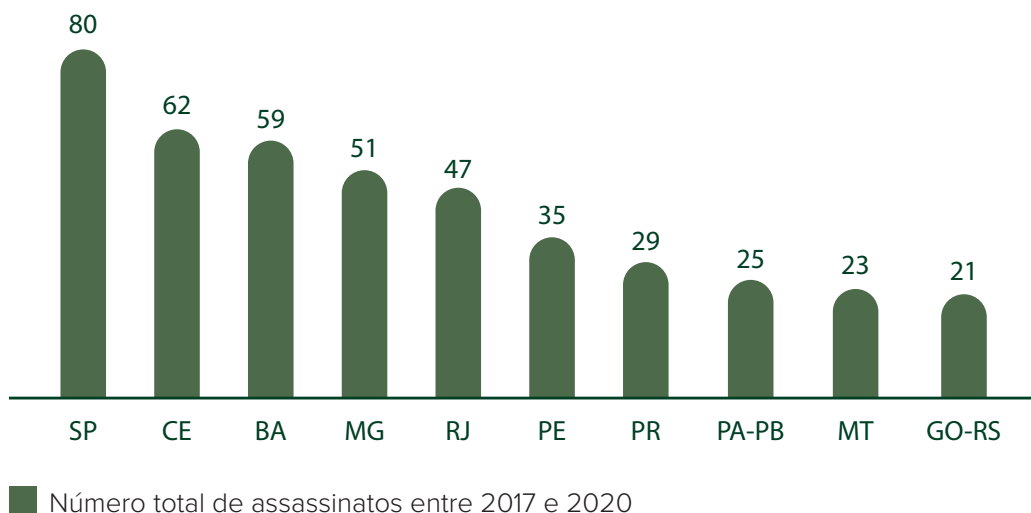
Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans no Brasil entre 2008 e 2020



Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Tabela: Ranking dos estados que mais assassinaram pessoas trans (2017-2020)



Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

Conclua com a turma que a transfobia é o combustível destes altos índices de crimes e falta de oportunidades praticados contra pessoas trans e não binárias no Brasil e no mundo. Esta realidade precisa ser enfrentada com ações educativas e informativas para crianças e famílias, convide-os a pensar sobre isso.

► ETAPA 3 – O que podemos fazer? (20 min)

Exiba o clipe da música Indestrutível de Pabllo Vittar (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O8B72HzTuww>) e divida o grupo em 4 grupos. Projete as seguintes perguntas na tela para que cada um deles reflita coletivamente:

1. Como podemos ajudar no enfrentamento desta realidade em nosso cotidiano?
2. E em nosso trabalho?
3. Que ações de enfrentamento da transfobia podem ser feitas nas instituições em que atuamos?
4. Como diferentes serviços podem se articular nesse sentido? Que parcerias podem ser feitas?

Após um tempo de debate nos grupos, peça para que cada um deles apresente suas propostas.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro, o Padlet e o Jamboard para reunir as sugestões da etapa 3 de forma interativa com os participantes.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Apostila do curso “**Direitos Humanos: diversidade sexual e gênero – Modulo I**”, do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em <https://esesp.es.gov.br/Media/esesp/Apostilas/Demandas%20Espec%C3%ADficas%20-%202020/Diversidade%20sexual%20e%20g%C3%AAnero.pdf>

Material desenvolvido para sensibilizar servidores públicos sobre os conteúdos de gênero e diversidade sexual, além de desenvolver com os servidores uma postura voltada para a qualificação dos serviços e atendimentos prestados à população LGBTQIA+.

- Artigo “**Transfobia: uma construção social e histórica**” do Portal Telavita. Disponível em <https://www.telavita.com.br/blog/transfobia/>

O artigo analisa a transfobia como algo construído socialmente e tem o propósito de atender a uma certa conveniência social.

- Caderno “**Transviad@s - gênero, sexualidade e direitos humanos**” da Universidade Federal da Bahia. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>

Coletânea de textos que aborda as questões trans pelas mais diversas angulações: as visões biomédicas e o pensamento crítico sobre transexualidade, a patologização e lógicas de abjeção, as reformas legais, as modificações corporais, os direitos de identidade social e de acesso à saúde.

- “**Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**”, da Associação Nacional de Travestis e transexuais e do Instituto Brasileiro Trans de Educação. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>

Este dossiê leva a uma reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade. Os dados apresentados, além de denunciarem a violência, explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios contra pessoas trans.

- “**Manual orientador sobre diversidade**”, de Ministério de Direitos Humanos. Disponível em <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1325>

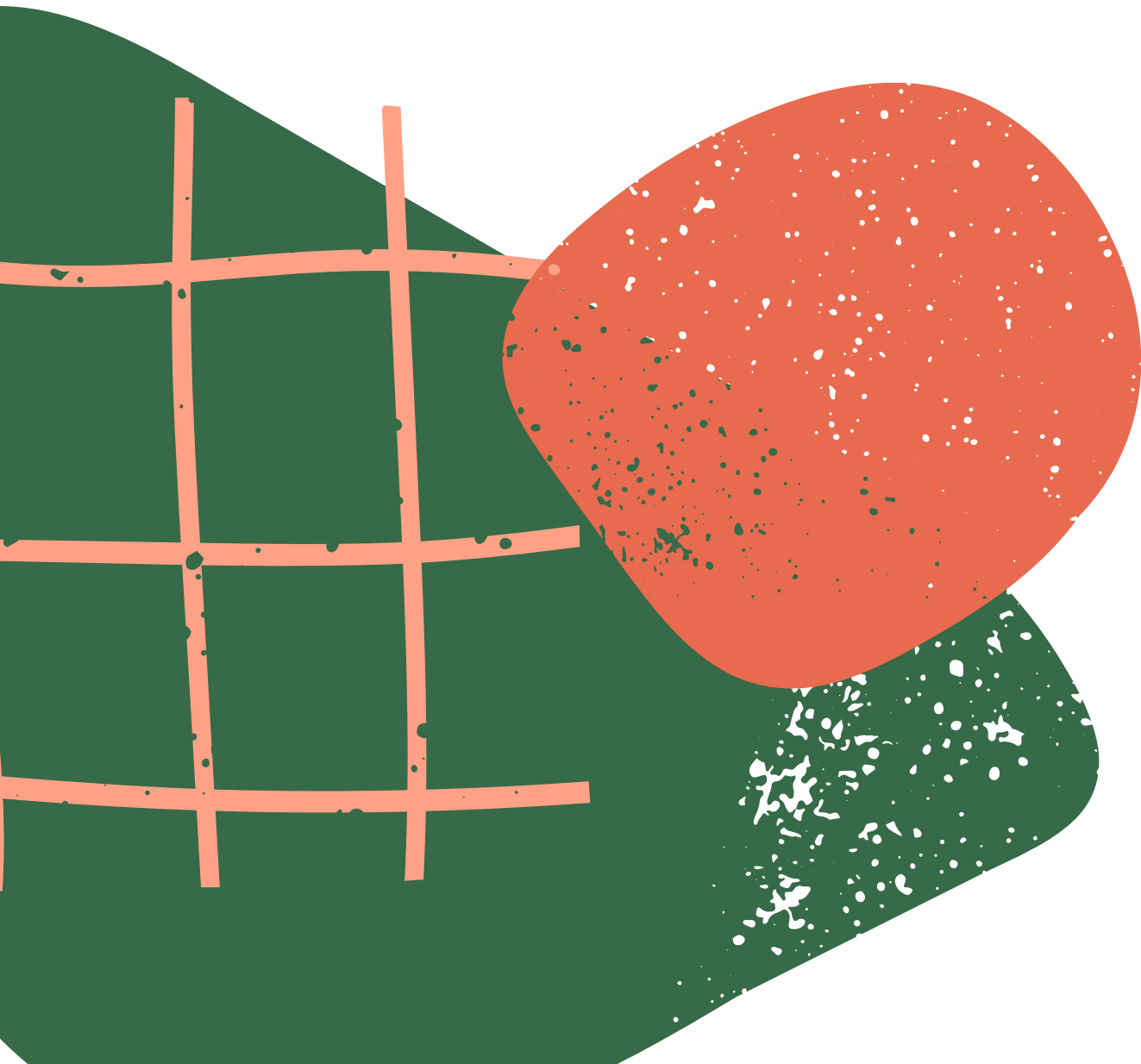
Material com informes em leituras simples e cotidianas para exemplificar os temas, principalmente no que diz respeito a conceitos básicos, questão de saúde, e uma reflexão mais aprofundada sobre como tratar pessoas LGBT no mundo do trabalho.

Nota técnica **“A violência LGBTQIA+ no Brasil”**, da Fundação Getúlio Vargas, Associação Nacional de Travestis e transexuais, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTQIA+ e Baptista Luz Advogados. Disponível em https://www.fgv.br/mailling/2020/webinar/DIREITO/Nota_Tecnica_n.pdf

A publicação reúne dados e constitui um panorama acerca da violência sofrida pela população LGBTQIA+ no Brasil, além de conscientizar a sociedade do cenário alarmante de subnotificação desses episódios de violência LGBTfóbica no país.

- Portal **“Transcendemos”**, disponível em <https://transcendemos.com.br/>

A Transcendemos é uma empresa de consultoria que tem como principal objetivo ajudar outras organizações a se tornarem mais inclusivas.





Gênero, violências e religiosidade

LUCIANO RAMOS

1. INTRODUÇÃO

Escrever sobre esse capítulo é, sem dúvida, o maior desafio desse caderno metodológico. O primeiro ponto a ser considerado aqui é a laicidade do Estado, como consta no Artigo 19 da Constituição Federal Brasileira de 1988. Neste sentido, o exercício das Políticas Públicas não será definido a partir de uma prática religiosa, mas considerando o caráter laico do Estado. Se aqui falamos em desafio da abordagem desse capítulo, também é importante falar o quanto o aspecto religioso provoca os profissionais da Assistência Social no seu cotidiano, uma vez que, uma das importantes dimensões do indivíduo é a espiritualidade, que perpassa pela religiosidade e nela não se encerra. Logo, os usuários dos serviços da Assistência Social chegam aos equipamentos com suas crenças, suas religiosidades, seus costumes e suas práticas. Acolher esse indivíduo na sua integralidade é papel do profissional, além de criar uma intervenção positiva que provoque a reflexão para o rompimento com as situações de Violências Baseadas em Gênero. Assim, dialogar com as lideranças religiosas locais, não retira a laicidade do serviço, mas contribui para abordagens holísticas e mais assertivas. Então, eu peço a você, caríssima(o) colega que chegou até aqui, que o leia tentando se distanciar da sua crença religiosa, mas percebendo através da sua prática profissional, não colocando a sua fé em um canto ou em uma caixa, pois isso será impossível, já que as nossas práticas são permeadas das nossas paixões, nossas crenças, nossos afetos e nossos preconceitos, mas o faça tomando como base a sua ética profissional. Sugiro que, essa premissa seja o seu norte aqui, nestas páginas.

Nota importante sobre as religiões:



Quando falamos em religião estamos falando da manifestação da espiritualidade se concretizando na relação com o sagrado. Ainda assim, é importante lembrar que as religiões são construções sociais. Essa afirmação não faz com que percam seus valores, mas somente marca suas organizações sociais.

2. O BRASIL E O CRISTIANISMO

O nascimento do Brasil como nós conhecemos foi através da “descoberta” por exploradores europeus, profundamente imbuídos em levar a fé e o culto católico por terras “virgens” e “incultas”. Antes da atual denominação, a colônia portuguesa fora batizada de “Terra de Vera Cruz”, revelando o expressivo caráter religioso da colonização. A frase de Tertuliano, citada acima, é pertinente para o Brasil, terra para onde os missionários e exploradores trouxeram seus elementos culturais. Novos costumes, valores, hábitos, deveres e obrigações foram se impondo e se estabelecendo na colônia luso-americana.

É interessante entender que o próprio catolicismo português já era caracterizado como sincrético. Ele possuía forte apego aos santos e a eles nomeando forças da natureza. Práticas já observadas desde o século XV com fortes ênfases nas procissões religiosas e missas. Um catolicismo mais afeito às imagens e as figuras do que ao espiritual, como elucida Laura de Mello e Souza (1986).

Em Portugal, símbolos como cruzes eram constantes em ruas, praças, igrejas, sepulturas, ao longo de caminhos, nos cordões, peitorais e escapulários. Por toda a parte, imagens de santos povoavam as vilas, cantos de ruas, altares, oratórios e capelas, interior das casas, cultos a Virgem Maria, festas, romarias e procissões nas ruas que se repetiram no Novo Mundo. Essas práticas foram classificadas como religiosidade popular, diferenciando-se do catolicismo romano, que se caracterizava pelo “tradicionalismo sóbrio”, quase silencioso. Isso cria uma tensão no interior do catolicismo.

O catolicismo chega por essas terras a partir do século XVI com a chegada dos Jesuítas da Companhia de Jesus juntos com vários outros grupos de religiosos católicos com a principal missão de evangelizar os indígenas. Como já sabemos todo esse processo de evangelização se dá por meio da violência e com o extermínio da população indígena que aqui se encontrava e da população negra que chegara a partir de 1530.

3. DADOS SOBRE RELIGIÃO NO BRASIL

Pesquisa realizada em janeiro de 2020, pelo Instituto Datafolha, com 2.948 entrevistados em 176 cidades do Brasil, aponta que 50% dos brasileiros são católicos, 31% se denominam evangélicos, 10% não têm religião, 3% são espíritas, 2% da Umbanda, Candomblé ou outras religiões afro-brasileiras, 1% ateu, 0,3% de religião judaica. Vale salientar que na divisão por gênero, no total de católicos as mulheres são maioria, com 51%, enquanto os homens ocupam 49%; e no que se refere ao grupo de evangélicos, as mulheres ocupam 58% e os homens 42%. Outro ponto que chama a atenção é o fato de que 46% dos católicos e 48% dos evangélicos ganham até 02 salários mínimos.

4. OLHANDO A HISTÓRIA RECENTE – AS RELIGIÕES E OS DIREITOS SOCIAIS

Com base nos dados acima, aqui queremos trazer um breve histórico e análise sobre o catolicismo, as religiões de matrizes afro-brasileiras, as religiões evangélicas, e suas incidências sociais no Brasil.

4.1. Catolicismo

O catolicismo chegou ao Brasil já no momento do descobrimento e inseriu-se na raiz da sociedade desde então, sendo parte ativa da colonização, por meio das ordens e congregações religiosas. Como era a religião oficial de Portugal, ao chegar no Brasil (colônia de Portugal), os habitantes daquela terra recém-descoberta tinham que, obrigatoriamente, adotar aquela religião. Os indígenas foram evangelizados por meio da catequese e os colonos nascidos no Brasil, pós-descobrimto, aceitavam o catolicismo como pressuposto de cidadania. Logo, forçadamente, a religião católica se tornou hegemônica na sociedade brasileira.

O poder hegemônico do catolicismo, ao longo dos séculos seguintes ao descobrimento, era evidente na sociedade brasileira e o Brasil era reconhecido pelo mundo como um país católico. A Igreja Católica esteve presente em áreas importantes e estruturais como a Educação, através de escolas com os costumes e morais religiosos; Saúde, através de hospitais administrados por congregações religiosas; e Assistência Social; por meio de obras de caridade.

Os séculos XX e XXI são desafiadores para a Igreja Católica no Brasil, pois a Proclamação da República em 1890, que decreta a separação de Igreja e Estado e o advento das igrejas evangélicas para o país, na segunda metade do século XIX, ameaçam a hegemonia católica citada no parágrafo anterior. Os anos 2000 mostram que a queda progressiva de adeptos do catolicismo no Brasil é uma realidade em pesquisas sobre o tema.

A partir do final do século XX, as Comunidades Eclesiais de Base, presentes em territórios periféricos buscam dialogar com as realidades locais e, por meio das pastorais sociais, buscam a implementação de direitos humanos e direitos sociais.

4.2. Religiões de matrizes afro-brasileiras

O lugar social das religiões de matrizes afro-brasileiras circula, desde as manifestações iniciais de sua existência no país, como um movimento de resistência. A tentativa frequente de apagamento da expressão da religiosidade daqueles que vieram do continente africano é um movimento constante de parte fundamentalista do cristianismo. Desde o não reconhecimento da prática religiosa, tornando-a execrável, passando pela destruição das imagens, símbolos e terreiros, até o assassinato dos que professavam a fé em tais religiões. Quinhentos anos depois do “descobrimento”, essas práticas de violência não mudaram.

As religiões de matrizes afro-brasileiras são majoritariamente matriarcais. A figura feminina ocupa um lugar de poder reconhecido nos terreiros. O feminino é sagrado. Os orixás femininos são representados com força, ternura, coragem, braveza. Os homens incorporam entidades masculinas e femininas e vice-versa. Há um rompimento com as normas rígidas de gênero. A fluência de gênero, no que se refere ao aspecto sagrado é uma prática natural. A diversidade de gênero é acolhida em cargos de sacerdócio (postos de responsabilidades dentro dos terreiros).

É necessário entender, também, que os terreiros, em muitas localidades, se tornaram casas de acolhidas às pessoas em situações de vulnerabilidades. E isso é específico das religiões de matriz afro-brasileira, pois desde o início das suas existências, elas são espaços de cuidado aos mais vulneráveis, e de luta pelo alcance de direitos sociais.

4.3. Religiões evangélicas

Diferentemente do catolicismo, as religiões evangélicas possuem diferentes denominações. O que torna muito difícil fazer uma análise específica sobre esse movimento religioso. Elas são múltiplas. Por isso, a análise se aterá ao fenômeno.

O Protestantismo chega no Brasil no século XIX, através do missionário Ashbel Green Simonton, da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos. Em 1862 ele funda a primeira Igreja Anglicana no Rio de Janeiro e em 1864 o jornal Imprensa Evangélica.

No início do século XX, mais especificamente em 1910, chega ao Brasil o pentecostalismo, por meio de denominações como Assembleia de Deus e Congregação Cristã. Já em 1950 surgiu uma nova onda do pentecostalismo. Essa onda trazia novas vertentes como a “cura divina” e “expulsão de demônios”, criando novas e múltiplas denominações. Em 1970, este movimento culmina no Neopentecostalismo, com igrejas mais secularizadas, padrões morais menos rígidos e ênfase na teologia da prosperidade.

Por ser um movimento múltiplo, como escrito acima, não é possível analisar o movimento e sua adesão aos direitos sociais na totalidade, mas algumas práticas de denominações evangélicas progressistas. Assim, as religiões evangélicas contribuem e poderão contribuir em maior escala nessa luta por direitos sociais, pois estão presentes nas diferentes classes da sociedade brasileira.

Estudos mostram que em 2032 o número de evangélicos deverá ultrapassar a quantidade de católicos no Brasil. Não olhar para as religiões evangélicas ou olhá-las por uma perspectiva preconceituosa não contribui para o movimento de conscientização, acerca das responsabilidades sociais, em relação às lideranças evangélicas, no que diz respeito aos direitos humanos.

5. OLHAR AS RELIGIÕES COMO PARTE DA SOLUÇÃO E NÃO O PROBLEMA

Ao mesmo passo que é primordial o reconhecimento da laicidade do Estado, é importante reconhecer que essas religiões supracitadas estão nos territórios e que elas influenciam (e aqui não há julgamentos de valores) as práticas cotidianas, os costumes morais, as relações e a vida social das(os) usuárias(os) dos serviços da Assistência Social, inclusive, ditando as normas sociais desses indivíduos. O insulamento e, até mesmo a hostilização, em relação às religiões nos territórios, por parte de organizações sociais e serviços, poderão contribuir para situações de desinformação acerca de direitos sociais e, em alguma instância, para a desintegração social. As instituições religiosas podem ser importantes parceiras para a disseminação de informações elaboradas pela Assistência Social naquele contexto territorial e, em alguma medida, contribuir para a coesão social.

6. A MULTIDIMENSIONALIDADE DO INDIVÍDUO

Olhar o outro que chega ao serviço é também olhar a sua multidimensionalidade. É acolhê-lo na sua integralidade. Qualquer leitura antecipada, por parte de quem realiza o atendimento, desse indivíduo que evidencia a sua religião através da sua vestimenta, marcas no seu corpo, expressões, entre outras possibilidades de manifestação da sua religiosidade, cria barreiras entre o técnico da Assistência

Social e o usuário. O acolhimento permeado de preconceito não cria relação respeitosa, impossibilitando, muitas vezes, abordagens assertivas. Aqui, quando falamos de atendimentos e abordagens, estes precisam ser feitos da forma mais imparcial possível, quando se refere às tendências ou crenças religiosas do usuário. O técnico não é convidado em momento algum a colocar a sua religião como um parâmetro para o atendimento assim como elemento de acolhimento, ainda que isso lhe soe como conforto às questões dos usuários. É necessário um acolhimento humano, escuta qualificada e empática que poderão ser feitos sem a abordagem religiosa.

A RELAÇÃO ENTRE RELIGIÃO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL...



Com a difusão da ideia cristã - ocidental de caridade, no Brasil, observamos que a assistência ao longo da história não apresentou um caráter sistemático e contínuo para melhoria das condições de vida daqueles que vivem na miséria, mas um caráter assistencialista, baseado em uma ajuda emergencial, fragmentada, autoritária e paternalista, exercida por voluntários, instituições religiosas e, em momentos de grave crise econômica ou institucional, pelo Estado, nas esferas federal, estadual e municipal, haja vista que caberia aos pobres aceitar a ajuda emergencial e procurar, por seus esforços, melhorar suas condições de vida.

A década de 90, porém, trouxe uma nova perspectiva para a assistência social, que passou a figurar como política pública, constituindo-se o Estado como o grande responsável pelo enfrentamento à pobreza, e os usuários como cidadãos de direito, não sendo mais objeto da caridade de voluntários da sociedade civil.

7. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO E VIOLÊNCIAS BASEADAS EM GÊNERO

Na maioria das religiões, a submissão feminina é posta como elemento dogmático. A interpretação fundamentalista dos textos religiosos reforça tal afirmativa. Os homens são vistos ali como seres superiores, assim como em diversas outras áreas da sociedade. Ali, no espaço religioso, isso se concentra no sagrado, o que torna o machismo mais explícito em alguma medida. E, por isso, nas relações heterossexuais, estes homens são os que possuem maior autoridade. Há tendências religiosas que questionam essas normas. Todavia, o fundamentalismo religioso, se analisamos gênero, se organiza nesses parâmetros. Nesse sentido, muitas lideranças religiosas culpabilizam (e aqui faz-se necessário apontar que estamos falando de religiosidade, e se pensarmos

na sociedade em geral, a culpabilização exacerba as lideranças religiosas, já que o machismo é uma prática social) as mulheres quando essas são vítimas de violências nas relações com seus parceiros e incentivam-nas a permanecerem e ainda colocam sobre elas o papel de ressignificar essas relações. Essa prática encontra “abrigo” em diversas religiões.

É comum a violência contra as mulheres ser tratada como experiência cármica, provação, entre outros adjetivos de cunho religioso que busque justificar tais práticas que em muitas situações contribuem para a manutenção das mulheres em situações de violência.

No que se refere às variações de gênero, oficialmente, a maioria das religiões dizem respeitar a existência, mas alegam “não ser criação divina”, além de encarar essas variações como ameaças sociais. Isso cria uma forte tensão, além de favorecer e estimular as violências baseadas em gênero, uma vez que, os adeptos fundamentalistas de algumas religiões se sentem com autoridade para agir em nome de um “Deus”. Aqui, faz-se importante entender que não há generalização, mas uma pequena análise de como o fundamentalismo religioso se aplica nas violências baseadas em gênero e informar que a intencionalidade do texto não é encontrar culpados, mas entender, parcialmente, como esse fenômeno se aplica para encontrar alternativas para a mudança social.

8. OS ESPAÇOS RELIGIOSOS COMO POTÊNCIA PARA ABORDAGEM SOBRE VBG

As igrejas, terreiros, templos, casas de oração, entre outros espaços que funcionam como lugares de manifestação religiosa, podem ser lugares importantes para trabalhar a abordagem à prevenção das violências baseadas em gênero no território. Esses espaços dentro das comunidades buscam dialogar com as realidades locais, se conectam com as vidas das pessoas que ali vivem e, por isso, são potenciais parceiros para dialogar sobre essas temáticas.

Faz-se necessário encontrar estratégias para dialogar com os líderes dessas religiões, de forma que as intervenções não firam a base dogmática da religião que este ou esta representa, mas que defenda os direitos humanos, os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. Muitas práticas mostram que isso pode ser convergente, através de lideranças religiosas que contribuem diretamente na promoção desses direitos.

Assim, ao CRAS, cabe o papel de articular com as lideranças religiosas para que estes temas ocupem um lugar importante e contínuo na vida dos participantes dessas religiões e que, em alguma medida, também são usuários das ações da Assistência Social no território.

COMO COLOCAR ISSO EM PRÁTICA?

- Realizar levantamento das manifestações religiosas presentes no território.
- Promover encontros com os líderes religiosos locais para apresentar o CRAS e suas atividades.
- Ouvir atentamente as lideranças religiosas sobre as ações promovidas naquele território.
- Abordar estrategicamente com as lideranças o tema das Violências Baseadas em Gênero.
- Apontar as lideranças como as religiões podem ser importantes na implementação dos direitos humanos, nos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, valorizando-as e mostrando “boas práticas” religiosas sobre o tema.
- Promover uma agenda propositiva sobre o tema onde as lideranças religiosas sejam parte dessa agenda: em campanhas, criação de materiais de comunicação, palestras nos espaços religiosos, entre outras atividades.

RECOMENDAÇÕES:

- É necessário entender que nos equipamentos da Assistência Social, a equipe técnica é a representação do Estado. Assim, saudações com falas religiosas em relação ao usuário ou usuária devem ser evitadas;
- A fala religiosa advinda do usuário ou usuária do serviço precisa ser acolhida. Lembre-se que o primeiro e mais importante papel é o acolhimento. Em seguida, ressignifique a fala sem desqualificar as vivências, os ensinamentos religiosos, mas contextualizando e conectando com a proteção e o cuidado;
- Conhecer, fisicamente, os templos religiosos que estão no seu território de atuação é tão importante quanto conhecer os outros serviços que ali se desenvolvem;
- A crença religiosa do usuário ou da usuária não deve definir o formato do atendimento. Inclusive, faz-se necessário entender que, mesmo que em número pequeno há ateus na sociedade brasileira e precisam ser respeitos nas suas dimensões. O atendimento deve ser igualitário.

Propostas de atividades

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: MEU CORPO, MINHAS REGRAS¹⁷

OBJETIVO: Refletir sobre a importância de garantir os direitos sexuais e reprodutivos para todos, independentemente de opiniões pessoais sobre gênero, religião, cultura, idade e classe social, entre outros fatores.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens, adultos em geral e lideranças religiosas locais.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► **ETAPA 1 – Cada um de um jeito, mas com direitos garantidos (20 min)**

Peça aos participantes para se sentarem nas cadeiras em círculo, deixando uma vazia. Informe que você lerá diferentes declarações e, quem tiver de acordo com cada uma delas deve mudar de cadeira. Conforme a dinâmica vai acontecendo e, após cada afirmação, pergunte para quem se moveu e para quem não se moveu, por que fez isso. Seguem abaixo as declarações a serem feitas ao grupo:

- Não é correto para uma mulher ter relações sexuais antes do casamento, mas para o homem tudo bem.
- As mulheres devem ser fiéis, mas a traição é uma necessidade masculina.
- Homens devem saber mais sobre sexo que as mulheres.
- Um aborto não deve nunca ser realizado, mesmo quando a mulher for estuprada ou a gravidez colocar sua vida em risco.
- Ser travesti é uma doença.

17 (*) Inspirada na atividade “Diferentes visões sobre sexualidade” da Cartilha “Mobiliza Aê! – Jovens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes”, do Instituto Promundo e Plan International Brasil. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/7948/>

- A masturbação é uma necessidade do corpo, principalmente, de adolescentes.
- Mulheres não se masturbam.
- Ciúme é prova de amor.
- Todo pai tem o direito de tirar a virgindade da filha.
- Mulheres que demonstraram interesse no sexo merecem ficar mal faladas.
- Ser gay ou lésbica é uma escolha.
- Todas as pessoas têm a mesma importância.
- Homens devem sempre ter o controle no relacionamento.

Após a realização da atividade, pergunte ao grupo:

1. Como foi se posicionar a respeito das questões relacionadas à sexualidade? Fácil ou difícil?
2. Como o grupo viu as pessoas que ficaram em minoria?
3. Por que as pessoas têm opiniões diferentes a respeito da sexualidade?
4. As opiniões podem mudar dependendo do grupo, idade ou sexo? E com o passar dos anos?
5. Pessoas da mesma idade podem ter opiniões diferentes a respeito da sexualidade? Por que isso acontece?
6. Como são formados os valores ou as opiniões a respeito da sexualidade? De onde vem essas normas de comportamento?
7. Que grupos e/ou instituições contribuem para que elas sejam mantidas em nossa sociedade?

Ressalte com o grupo que muitas das frases ditas acima e que parte do grupo discordou, são ou já foram tidas como normas sociais que vem mudando ao longo do tempo. Você pode usar o exemplo dos pais que iniciam a vida sexual de suas filhas, prática ainda comum em cidades pequenas do Brasil e naturalizada, por ser considerada cultural nestes espaços. Pergunte se eles conhecem outras práticas que hoje não são mais aceitas, mas que já foram naturalizadas em outros tempos. Aproveite para fazer um recorte de gênero, raça e etnia das vítimas deste tipo de prática.

ETAPA 2 – As coisas mudam (20 min)

Assista com a turma ao vídeo “7 realidades horríveis que a mulher já passou ao longo da História”, produzido pelo canal Fatos Desconhecidos (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HqyjwA1qxTc>).

Algumas destas práticas deixaram de ser feitas? Quais?

8. Algumas destas práticas ainda são realizadas? Quais?

9. Estas práticas variam de lugar para lugar? Por que?

10. Por que as mulheres são mais vítimas deste tipo de normas ou regras sociais do que os homens?

11. Por que o comportamento e a sexualidade das mulheres sempre foram alvo de controle ao longo dos séculos?

12. Que grupos e/ou instituições estabelecem o controle social destas normas? Para quê?

13. O que contribuiu para a mudança de comportamento e o fim de algumas destas práticas?

14. O que hoje em dia contribui para que mulheres não passem mais por esse tipo de situação?

► **ETAPA 3 - Cada um de um jeito, mas com direitos garantidos (10 min)**

Refleta com o grupo que as normas de comportamento são construções sociais criadas pelo homem e que se modificam ao longo do tempo. É um processo gradual e evolutivo.

Além de fatores ligados à cultura de cada lugar, as posições a respeito de um determinado tema podem variar, de acordo com fatores individuais como a educação familiar, história pessoal e a religião. Muitas vezes, repetimos este tipo de norma de comportamento ou tomamos decisões de maneira muito rápida, sem refletir o suficiente, o que contribui para preconceitos, estereótipos e a manutenção de ciclos de violência.

Por este motivo, leis são instrumentos importantes para a efetivação dessas mudanças, para assegurar que todos os seres humanos tenham liberdades básicas e para proteção contra práticas violentas como as apresentadas no vídeo. É importante refletirmos sobre nossas opiniões, principalmente se estamos agindo ou não com discriminação. O que é fundamental é sempre o respeito pela vida das outras pessoas e pela nossa, principalmente pelas decisões que são de foro íntimo dos indivíduos.

Encerre o encontro projetando a frase abaixo para leitura coletiva e chamando a atenção para um destes instrumentos legais de proteção à sexualidade, da mulher em especial: os Direitos Sexuais e reprodutivos. Eles que garantem que toda e qualquer pessoa pode viver sua vida sexual com prazer, livre de discriminação e igualdade.

“Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito de controle e decisão, de forma livre e responsável, sobre questões relacionadas à sexualidade, incluindo-se a saúde sexual e reprodutiva, livre de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no que diz respeito à relação sexual e reprodutiva, incluindo-se o respeito à integridade, requer respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades pelos comportamentos sexuais e suas consequências”.

Texto retirado da plataforma de ação adotada por 189 delegações participantes da IV Conferência Internacional da Mulher em 1995, entre elas o Brasil

... e se ela acontecer online: É possível realizar a atividade da etapa 1 usando a ferramenta de reações ou “levantar a mão” do programa de teleconferência que você estiver usando.

ATIVIDADE 2: DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, RELIGIOSIDADE E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

OBJETIVO: Refletir sobre a submissão da mulher dentro do casamento que preconiza a doutrina cristã.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens, adultos em geral e lideranças religiosas locais.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: flipchart, pincel atômico, computador, TV ou projetor.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – O que faz um casal ser um casal? (20 min)

Comece o encontro perguntando aos participantes:

1. O que faz um casal ser um casal?
2. Como começa o amor entre duas pessoas?
3. Por que duas pessoas resolvem estar em um relacionamento?
4. Qual deve ser o papel de uma esposa dentro de um relacionamento? E o de um marido?
5. Um casal só pode ser composto por um homem e uma mulher? Por que?
6. O que é necessário para manter um relacionamento duradouro?

Na sequência projete na tela a letra da música “Coração pede socorro”, da cantora Naiara Azevedo. Não diga ao grupo o nome e a autoria da música, por enquanto:

Um amor desse era 24 horas lado a lado
Um radar na pele
Aquele sentimento alucinado
Coração batia acelerado
Bastava um olhar pra eu entender
Que era hora de me entregar pra você
Palavras não faziam falta mais

Ah só de lembrar do seu perfume
Que arrepio
Que calafrio
Que o meu corpo sente
Nem que eu queira eu te apago da minha mente

Ah esse amor
Deixou marcas no meu corpo
Ah esse amor
Só de pensar eu grito, eu quase morro

Ah esse amor
Deixou marcas no meu corpo

Ah esse amor
Só de pensar eu grito, eu quase morro
Com você meu coração pede socorro

Após uma leitura coletiva, questionar o grupo:

1. Do que essa música fala?
2. Que sentimento une esse casal?
3. É possível identificar amor desta pessoa pelo seu parceiro ou parceira?
E desejo sexual?

► ETAPA 1 – Coração pede socorro (20 min)

Exiba o videoclipe da música (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iOAe-5kkzEg&t=173s>) e volte para refletir com a turma:

1. Após assistir ao clipe vocês continuam a ter a mesma interpretação sobre o casal da música?
2. Como é o cotidiano dessa mulher?
3. A que tipo de situações ela era vítima? Encontramos situações como estas no nosso cotidiano?
4. Precisamos nos submeter a qualquer coisa para permanecer em um relacionamento?
5. Por que muitas mulheres permanecem em relacionamentos abusivos?
6. Por que mulheres tem dificuldade em sair de um relacionamento abusivo?
7. Quais são os tipos de violência doméstica mais comuns? Quais as situações envolviam lesões físicas e quais não? Em que contextos eles acontecem?
8. Por que naturalizamos as violências domésticas contra a mulher? E contra crianças e adolescentes? Por que muitas vezes nos calam para esse tipo de situação?
9. Que grupos sociais e/ou instituições contribuem para esta naturalização? Como?

Conforme as respostas forem dadas, contextualize com o grupo que a violência doméstica é uma realidade presente em quase toda a história da humanidade, mas precisa ser enfrentada. Sabe-se que desde a antiguidade as mulheres são vítimas de maus-tratos e violência, seja ela de forma psicológica, física ou moral. Por séculos elas foram submetidas a castigos físicos severos e lhes foram negados conhecimentos, que pudessem fazê-las pensar em igualdade de direitos. As mulheres eram educadas para sentirem-se felizes como “mero objeto”, pois estas só possuíam obrigações.

Algumas religiões e a própria escritura bíblica impõe uma condição submissa à mulher, atribuída pela quebra do encanto do paraíso. E, por isso, na cabeça de muitos homens e mulheres, o gênero feminino nunca vai deixar de ser submisso ao gênero masculino, fato que gera a violência doméstica, seja em sua forma física, psicológica e/ou moral. Enfatize com a turma que esta é uma interpretação literal, mas que, teologicamente, não corresponde à verdadeira mensagem cristã de amor, respeito e fraternidade. Além disso, a Bíblia foi escrita em um momento histórico que não corresponde ao momento atual. Por isso, essa interpretação literal não pode servir como desculpa para a manutenção da submissão e, conseqüentemente, de ciclos de violência de gênero.

Vale pontuar também que relações abusivas e violentas também acontecem entre adolescentes e em relacionamento homoafetivos.

► ETAPA 4 – Refazendo laços de convivência (10 min)

Proponha ao grupo uma reflexão sobre quais são os limites para um relacionamento saudável e igualitário. Anote as considerações da turma em um flipchart e, ao final, chame a atenção do grupo para a importância da denúncia e acompanhamento de qualquer situação de violência doméstica através dos canais listados abaixo:

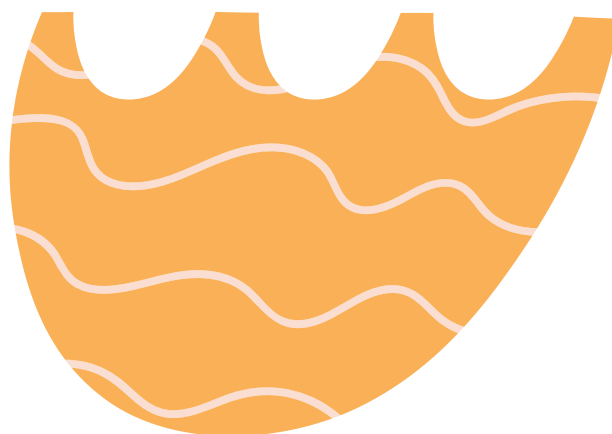
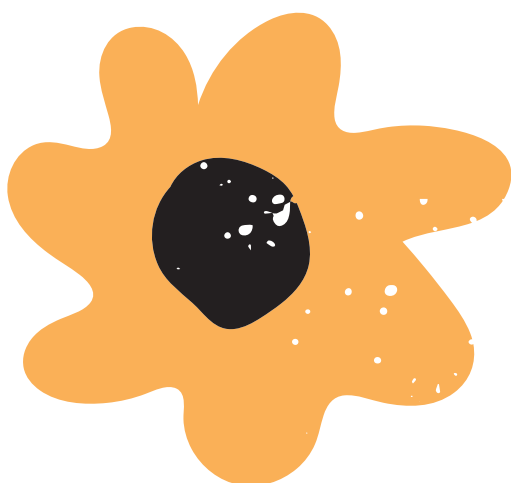
Disque 180 – Central de Atendimento à Mulher, um serviço do governo federal, que funciona 24h, todos os dias, onde são prestadas informações, orientações e feitas denúncias (que podem ser anônimas).

Disque 190 – Telefone da Polícia Militar, para situações de urgência e emergência, quando uma agressão estiver acontecendo. Todas as unidades da Polícia Militar e as Delegacias de Polícia Civil do Estado estão aptas a receber/orientar mulheres em situação de violência.

Disque 100 – o Disque Direitos Humanos é um canal de atendimento 24 horas, que recebe, analisa e encaminha denúncias de violação dos direitos humanos para os órgãos responsáveis. As ligações são gratuitas (e anônimas) e pode ser usado para fazer denúncias voltadas para diferentes públicos, entre elas, a violência sexual contra crianças e adolescentes e violências contra a população LGBTQIA+.

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – recebem denúncias de agressão e concedem, junto à justiça, medidas protetivas de urgência para os casos mais graves.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro, o Padlet e o Jamboard para reunir as sugestões da etapa 3 de forma interativa com os participantes.



PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Artigo **“Obediência, submissão e virtude: o que se espera da mulher evangélica”**, publicado na Revista Exame. Disponível em <https://exame.com/brasil/obediencia-e-submissao-o-que-se-espera-das-mulheres-evangelicas-no-brasil/>

Escrito por Andrea DiP, Julia Dolce e Alice Maciel, este artigo faz um panorama sobre os papéis esperados de mulheres evangélicas no Brasil e o uso político destas normas de gênero.

- Cartilha **“Mobiliza Aê! – Jovens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes”**, do Instituto Promundo e Plan International Brasil. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/7948/>

Este guia busca apoiar em ações de prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA), mesmo após o fim do projeto. O guia traz atividades que estão ligadas aos temas que as(os) jovens acham importante discutir para a prevenção de ESCA.

- Entrevista **“Para a educação sexual ser efetiva, é necessário a substituição da religião pela ciência”**, do Portal Radis. Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/para-a-educacao-sexual-ser-efetiva-e-necessario-a-substituicao-da-religiao-pela-ciencia>

Três perguntas sobre educação sexual na adolescência para a Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras





Casamento infantil

ALINE NALON

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre casamento infantil, não é uma tarefa simples e apesar de estar muito presente em nossa realidade, muito ainda se precisa discutir a respeito.

Neste capítulo, vamos refletir e discutir o conceito e os marcos legislativos que subsidiam a proteção de meninas e meninos em situação de casamento infantil, portanto, em união ilegal, além de compreender como o Centro de Referência (CRAS) pode ser um ator estratégico e fundamental para efetivação das legislações brasileiras e, principalmente, um dos protagonistas na efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes. O conteúdo está dividido em três sessões, iniciando aqui com os olhares sobre o conceito e causas do Casamento Infantil, na segunda parte, destacando os marcos legislativos que subsidiam o enfrentamento a essa violência e, na sessão final, apontando reflexões sobre a política de assistência social e as ações preventivas a partir da Proteção Social Básica.

2. CASAMENTO INFANTIL: IDENTIFICANDO O CONCEITO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Dois aspectos centrais podem ser considerados como pontos de atenção quando falamos em casamento infantil, o primeiro se refere à idade, pois quando falamos em casamento infantil, é comum que as pessoas associem o termo diretamente à criança, e, ainda assim, nas subjetividades de acessos (in)formativos e das vulnerabilidades sociais, grande parte das pessoas tendem a identificar as crianças no âmbito da infância, desconsiderando que as uniões com adolescentes e ou jovens menores de 18 anos, também se configuram como a união infantil.

O segundo aspecto que se evidencia como ponto de atenção, está diretamente relacionado a marcação de gênero, pois a maior parte dessas uniões afetam diretamente as meninas, que carregam consequências de estereótipos ligados ao feminino como honra, maternagem e cuidados domésticos. Faz-se necessário salientar que, para além destes, outros aspectos contribuem direta e indiretamente para essa violação de direitos às crianças e que refletem muito sobre o contexto de onde as vítimas estão inseridas. Nesse sentido, pode-se acrescentar outras marcações como raça, classe e territorialidade que contribuem para o agravamento da situação.

3. CENÁRIOS E TEMPO:

ANTES

Em 1990 entrou em vigor a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, que explicita em seu artigo 1, que todo ser humano com idade inferior a 18 anos é considerado criança, a partir deste, o termo infantil passa ser adotado em referência aos menores pelos países que ratificaram este documento, no entanto, se faz necessário registrar que cada país pode possuir especificações distintas em relação às faixas etárias e suas respectivas legislações.

No Brasil, por exemplo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são consideradas crianças as pessoas até 12 anos de idade e as que tiverem entre 12 e 18 anos de idade se enquadram como adolescentes, e ainda há um recorte, entre as pessoas de 15 a 18 anos que estão contempladas tanto no ECA, quanto no Estatuto da Juventude. Assim, o termo infantil é utilizado em consonância com as normativas internacionais e, toda união, seja formal ou informal, com menores de 18 anos é considerada casamento infantil, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

ATUALMENTE

O casamento infantil apresenta diferentes causas, a primeira pesquisa realizada no Brasil ocorreu em 2013 com a publicação “Ela Vai no meu barco” do Instituto Promundo e em 2018 a Plan International Brasil lança o documentário “Casamento Infantil” e, em seguida, o estudo “Tirando o véu”. Em todos estes documentos constata-se a interseccionalidade na raiz do problema. De um lado um país extenso e diverso como o Brasil, onde as vulnerabilidades sociais permanecem ao longo da história, e de outro, uma cultura machista e patriarcal com origens desde a colonização. Importante ressaltar que esse contexto se acentua em momentos críticos, como crises econômicas e o atual momento pós-pandemia.

É importante destacar que, de acordo com as pesquisas, enquanto em países africanos e asiáticos, o Casamento Infantil é um fenômeno fruto de questões culturais e ritualísticas, ou seja, as meninas são forçadas as uniões, no Brasil, meninas e meninos “escolhem” o casamento, que ocorre por muitas vezes de forma consensual e, majoritariamente, no contexto informal, sem cerimônia religiosa ou civil. Outro ponto relevante acerca do Brasil, é que existe uma prerrogativa na legislação local para as uniões a partir de 16 anos, que enfatizaremos na próxima sessão.

Desse modo, o casamento infantil não é visto como violência contra crianças e adolescentes, principalmente contra as meninas se travestindo em discursos que distorcem as realidades e raízes desse problema. De acordo com a pesquisa Tirando Véu (2018), o Brasil ocupava o 4º lugar no ranking internacional, referente aos países com maiores números de casamentos infantis, posição essa que é desconhecida e invisibilizada, o que escamoteia ainda mais o problema. Recentemente, um novo estudo internacional, realizado pela rede *Global Girls Not Brides*, que reúne mais de 1500 organizações comprometidas com o enfrentamento ao Casamento Infantil para que meninas possam ter o futuro que sonham, ao redor de todo mundo, aponta que o Brasil caiu uma posição deste ranking, sendo o 5º país (p.03, 2020) com maior incidência de uniões precoces.

Grande parte da população não identifica esta como sendo uma pauta prioritária, no entanto, esse é um problema que afeta mais de meio milhão de meninas pelo mundo, que se encontram em uniões configuradas como casamento infantil. De acordo com relatório produzido pelo Banco Mundial em 2013, só no Brasil mais de 65 mil meninas em situação de casamento infantil estão com idade entre 10 e 14 anos.

Faz-se necessário registrar que, há uma percepção equivocada de que o Casamento Infantil seria um problema, que ocorre apenas ou majoritariamente

nas áreas rurais ou na região norte e nordeste do país, no entanto, ao que a pesquisa Tirando o Véu (p.85) constatou foi que essa é uma prática que ocorre em diferentes contextos e em todas as regiões brasileiras. Para além, o documentário Casamento Infantil, também produzido pela Plan International Brasil, apresenta depoimentos que evidenciam o fenômeno em diversos territórios.

Para transformar essa realidade é necessário lançar luz sobre o tema, refletir acerca das causas e consequências do Casamento Infantil e, assim, reconhecer os cenários que afetam diretamente a vida dessas meninas e meninos, que se quer reconhecem que estão sendo vítimas dessas relações.

PENSANDO O AMANHÃ

Por que os casamentos infantis acontecem? Essa é uma pergunta complexa, mas que em diferentes territórios, as respostas possuem semelhanças e estão diretamente relacionadas às violências de gênero, pois ainda é escasso o debate e acesso acerca dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a não compreensão acerca do corpo e sexualidade e a falta de informações qualificadas sobre o tema, escondem cenários de assédios, violências sexuais e ocasiona um desconhecimento dos direitos além da naturalização de discursos vinculados a estereótipos de gênero, em que para manter a “honra da família”, o casamento seria a única saída ou oportunidade.

Nesse contexto, de pensar o casamento como oportunidade ou saída para a escassez econômica, por exemplo, ou da falsa sensação de proteção, esvazia-se o entendimento de um fator fundamental, a privação da liberdade das vítimas e, conseqüentemente, o direito de exercer sua sexualidade de forma segura e consciente. Tem-se também nesse contexto, a romantização da instituição “casamento” em que as mulheres, sobretudo, são ensinadas, reforçando a ideia, por exemplo, de que através dessa “união” a estabilidade será garantida. Ou ainda de que, dependendo da situação em que vive, a menina ganha um certo status social quando engravida ou se casa, passando então a ser adulta e, por isso, mais respeitada e mais “vista” socialmente.

Os efeitos mais uma vez evidenciam o peso sobre o recorte de gênero que afeta as meninas, sendo em sua maioria reflexo da ausência da garantia de outros direitos como educação, moradia, emprego e renda. A evasão escolar, gravidez precoce, falta de oportunidades no mercado de trabalho, maior vulnerabilidade a explorações, violências e abusos, e um ciclo de pobreza e exclusão permanente agravam a situação e fazem com que meninas tenham menos possibilidade de escolhas em suas vidas. Esse é um fator preponderante para a ocorrência de casamentos infantis, sobretudo, em países em que a desigualdade é estruturante.

MARCAÇÕES RACIAIS E CASAMENTO INFANTIL

As questões que marcam desigualdades e consequentemente violências permeiam as marcações sociais que se interseccionam também no fenômeno do casamento infantil. A “cor das desigualdades”, em se tratando do Brasil, evidencia o quanto o racismo estrutural está presente em todos os temas críticos de nossa sociedade. Não diferente de outras questões, a marcação racial se faz presente também nesta discussão.

Todos os entrevistados pela pesquisa Tirando o Véu declaram não desejar que seus filhos e filhas repetissem esse ciclo, o que pode nos trazer outras hipóteses, quanto o possível aumento das violências físicas e psicológicas nessas relações e a ilusão de que os casamentos romperiam com as vulnerabilidades econômicas. Cabe registrar aqui, que tanto nos estudos da Plan International Brasil, quanto nos realizados pelo Promundo em Ela Vai no Meu Barco, há o registro da ausência de pesquisas que promovam uma compreensão mais aprofundada acerca desse fenômeno no Brasil e que possam promover mudanças mais efetivas, no entanto, ambas trazem dados relevantes ao olhar do recorte de raça através do perfil dos participantes, os quais se identificam como pretos e pardos ou se consideram miscigenados, resultando em um quantitativo superior a metade de entrevistados em relação as demais definições.

O estudo americano *Girlhood Interrupted: The Erasure of black girl's childhood*, evidencia aspectos da desigualdade sobre a visão dos adultos em relação as meninas a partir do recorte de raça, onde fundamentam que meninas negras são as maiores vítimas, comparadas as meninas brancas com a mesma idade, concluindo que essa discrepância é “um potencial fator que contribui para as taxas desproporcionais de tratamento punitivo na educação e juvenil sistemas de justiça para meninas negras”, dessa forma, quando destacam que as meninas negras sabem mais sobre sexo e sobre tópicos adultos, além de outros elementos que percorrem a ausência de cuidados e proteção a estas meninas, podemos identificar elementos que enfatizam que elas também podem ser as maiores vítimas nos casamentos infantis.

Assim, mais uma vez, há de se reconhecer que meninas negras perdem mais cedo a sua infância, não apenas pelas desigualdades socioeconômicas, mas também pela própria visão dos adultos, e por relato, enquanto meninas, que fizeram parte das uniões precoces nos estudos citados.

Importante ressaltar que a própria falta de pesquisas que tratem do tema com um recorte racial mais específico é um fator que deve ser considerado e estudado com mais atenção. É preciso intensificar e direcionar esforços nesse contexto para uma atuação mais efetiva de leis e políticas públicas no tema.

4. MARCOS LEGISLATIVOS EM TORNO DO CASAMENTO INFANTIL

Para o enfrentamento a todos os tipos de violências e efetivação da garantia de direitos, diversas legislações amparam e orientam compromisso interfederativos, acerca das responsabilidades dos diferentes atores sociais, assim como a forma de acessá-los. Para o combate ao casamento infantil, temos como principal marco internacional a Convenção dos Direitos da Criança, que ocorreu durante a Assembleia Geral da ONU em 1989, com o compromisso assumido por 196 países. Naquele período, os 54 artigos estabeleceram um conjunto de prerrogativas para proteção integral da infância, assim como a garantia de direitos a todos os menores de 18 anos (UNICEF).

SITUANDO O BRASIL NOS MARCOS LEGAIS

O Brasil ratificou a convenção no ano seguinte, em 1990, mesmo período em que registrou o principal marco nacional para crianças e adolescentes, através da lei 8.069/90 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual dentre os diversos aspectos que pontuam a proteção integral e garantia de direitos deste público, efetivando as premissas da Convenção Internacional. O ECA inicia especificando a faixa etária que podemos identificá-los, apontando dois diferentes recortes, as crianças com até doze anos de idade e adolescentes entre 12 e 18 anos, e perpassa entre os 267 artigos, apresentando aspectos aos direitos, prevenção, proteção e medidas socioeducativas.

Paralelamente ao estatuto é importante destacar as resoluções 113 e 117, ambas de 2006 e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que abordam acerca da integralidade para proteção, promoção e controle dos direitos de crianças e adolescentes a partir do Sistema de Garantia Direitos (SGD).

TÁ NA LEI!

“Art. 1º O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal.” (CONANDA, 2006)

Pensando na agenda global é importante destacar que o Brasil também assumiu o compromisso da agenda 2030, como plano de ação global para mudar o mundo, adotada em 2015 pelos 193 países membros da ONU. Esta agenda possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde cada objetivo comporta outras metas a serem alcançadas pelos países signatários. Dentre estes objetivos destaca-se o ODS 5, referente à igualdade de gênero que abrange mais de 20 objetivos complementares, com intuito de combater as diferentes formas de desigualdades que afetam mulheres e meninas. Dessa forma, cabe destacar dentro do ODS 5 a meta 5.3, que visa eliminar todas as práticas nocivas, como casamentos prematuros, forçados e de crianças, assim como as mutilações genitais femininas.

É DIREITO!

Outras duas legislações brasileiras impactam diretamente nos casamentos infantis e precisam ser de amplo conhecimento social e institucional, a primeira referente ao Código Penal, que no artigo 217 considera crime, classificado como estupro de vulnerável, as relações carnais ou práticas libidinosas com menores de 14 anos; e a segunda que consta no Código Civil Brasileiro através do artigo 1.517, que permite o casamento de meninos e meninas a partir dos 16 anos, desde que autorizado pelos responsáveis.

Esta segunda é considerada uma das brechas legislativas que acabam promovendo as uniões entre menores de 18 anos no país, o que evidencia a necessidade de ampliar diálogo entre as diferentes partes, para que haja essa alteração e prevaleça as normativas quanto ao ECA e a Convenção dos Direitos das Crianças. No entanto, salienta-se que em 2019 a alteração do artigo 1.520, que em seu texto primário descrevia como excepcionalidade as uniões com menores de idade (no caso brasileiro menores de 18 anos), para “evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez”, passando a vigorar e não permitindo o casamento de quem não atingiu a idade núbil, observado o disposto no artigo 1.517, ou seja, ainda há uma lacuna.

Compreender brevemente esses marcos e a história é fundamental, porque paralelamente à conquista de cada uma dessas legislações, ocorreram movimentos que refletiam as vulnerabilidades sociais e das crianças e adolescentes. De um lado a luta pela garantia de direitos e de outro, aos poucos, a estruturação das políticas públicas e legislações que subsidiam os serviços hoje existentes.

5. ASSISTÊNCIA SOCIAL E CASAMENTO INFANTIL: O CRAS E O SERVIÇO DE PREVENÇÃO.

Antes de aprofundar nos aspectos da política de assistência social, vamos retomar de forma sucinta o que já apresentamos no início deste capítulo, o Casamento Infantil é uma forma de violência que afeta diretamente as famílias e principalmente as meninas, e este problema está diretamente relacionado às vulnerabilidades que as vítimas estão inseridas, ou seja, o contexto de cada território dialoga diretamente com as causas e consequências dessa prática. Então vamos refletir, existe relação entre o Casamento Infantil e a política de assistência social? Qual seria?

Primeiro, se este é um problema que afeta diretamente crianças e adolescentes, sobretudo as meninas, então este problema afeta também a família, independente de seus contextos e arranjos, assim como também meninas e meninos que podem estar em espaços institucionalizados. Segundo, quanto maior a ausência de políticas públicas nos territórios, maior as vulnerabilidades que a população vai encontrar para além dos aspectos econômicos, na prática reconhecemos que sem espaços de educação, lazer e saúde, a rua, muitas vezes, se torna o palco principal e sem grandes perspectivas de acesso aos direitos básicos.

Paralelo a esse contexto, a legislação brasileira proporciona como uma das principais políticas de proteção social o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual é estruturado através de serviços, benefícios, programas e projetos que garantam a proteção social através de apoio às famílias, no enfrentamento às vulnerabilidades sociais. Para efetivação destas ações, o sistema está subdividido em dois tipos de proteção, a Proteção Social Básica que visa à prevenção de riscos sociais e pessoais, a Proteção Social Especial de Média Complexidade, com atuação junto aos sujeitos em situações de violações de direitos com vínculos familiares fragilizados, e a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que busca atender famílias e indivíduos em situações de risco com seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas e com vínculos familiares rompidos.

Importante!



O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) executa um papel fundamental de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, através do atendimento direto das famílias, pois é neste espaço em que as medidas tomadas se integram com as demais políticas e o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), garantindo às vítimas a permanência em seus territórios e vínculos familiares, sempre que possível, ao mesmo tempo em que trabalham com o núcleo familiar delas. Quando se identifica situações com o risco de permanência de crianças e adolescentes nesse contexto familiar, os demais atores da Rede de Proteção são acionados, para um trabalho articulado entre Conselho Tutelar, Ministério Público e Vara da Infância, dessa forma, a família permanece sendo trabalhada pelo CREAS para que supere a situação de violação dos direitos, e posteriormente, as crianças e adolescentes possam retornar ao núcleo familiar.

PREVENÇÃO É O DEVER DE TODOS, TODAS E TODES!

Retomando nossa reflexão acerca do Casamento infantil e partindo da premissa que essas uniões não deveriam ocorrer, mas que são milhares de casos no Brasil que se efetivam diariamente, e lembrando que possuímos legislações que evidenciam a proteção integral de crianças e adolescentes, a relação entre a Política de Assistência Social e esse fenômeno existe em diferentes frentes.

A princípio, como política que atua de forma integral com as demais existentes para proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, em seguida sob os aspectos preventivos, através da proteção social básica e nos casos de violações de direitos já efetivadas, através da proteção social especial.

Neste material, estamos focando nas ações preventivas e vamos nos aprofundar nos aspectos da proteção social básica. Dessa forma, o serviço que articula os programas e projetos existentes estão diretamente vinculados ao Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), que objetiva o fortalecimento da convivência entre famílias e a comunidade, ou seja, dialoga diretamente com as realidades que envolvem cada território nas mais diversas e profundas vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais e, dessa forma, visa a articulação das políticas existentes e a rede socioassistencial.

Para que o serviço chegue ao seu objetivo é fundamental que a população entenda quais são os programas existentes e que, paralelamente, as gestões conheçam os territórios em que cada unidade está inserida, pois na prática a legislação e orientações do SUAS são as mesmas para todo território nacional. No entanto, os caminhos e articulações vão percorrer vias que podem ser

distintas a partir dos contextos inseridos, pois estes serviços são vinculados diretamente às gestões municipais ou federais, no caso do Distrito Federal – DF.

Nosso papel aqui é olhar para a política de assistência social e o diálogo com a proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes, sobretudo em uma nuance de um trabalho preventivo ao casamento infantil e formas de abordar essa temática nas práticas cotidianas.

QUADRO: SÍNTESE SERVIÇOS CRAS

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
SERVIÇOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	É o serviço para as famílias, de forma contínua, que visa fortalecer a proteção e vínculos das famílias, prevenir as rupturas desses vínculos e promover acesso aos direitos.
Benefícios	Promover acesso aos benefícios sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, BPC, provisões suplementares em função das situações de vulnerabilidades.
Acesso às Políticas Públicas locais	Articulação com as demais políticas públicas para que os usuários possam acessar os direitos à educação, saúde, moradia, entre outros.

Fonte: MDS, 2009.

Estes são os serviços obrigatórios e é preciso registrar que cada município pode desenvolver programas e projetos complementares e intersetoriais, que vão estar articulados ao Centro de Referência. Um exemplo é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que visa fortalecer o trabalho com as famílias que integram o PAIF, promovendo acesso a serviços de educação saúde, cultura, esporte, lazer, bem como oportuniza acesso a informações sobre garantia de direitos e participação cidadã. Como o foco está em prevenir a institucionalização de crianças e adolescentes garantindo a convivência familiar e comunitária, este programa especificamente, não necessariamente é desenvolvido nos espaços físicos dos CRAS, sendo desenhado a partir do plano municipal de assistência social de cada território.

Diante disso, cabe ressaltar que todos os serviços que compõem o SUAS dialogam diretamente com o Sistema de Garantia de Direitos, dessa forma, os profissionais de assistência social são atores fundamentais para o enfrentamento ao casamento Infantil. Para tanto, sugerimos neste material, alguns pontos que podem contribuir diretamente com o trabalho destes profissionais no contexto do casamento infantil:

CRAS PROTAGONISTAS NA PREVENÇÃO!

- **Na escuta qualificada de cada atendimento, independente de qual a função desempenhada na unidade é importante observar e identificar possíveis situações de casamentos infantis;**
- **Os gestores e as gestoras das unidades podem oportunizar nos momentos de formação continuada/complementar refletir sobre as pautas e buscar instituições parceiras dentro do próprio território para realização de atividades ou campanhas de enfrentamento;**
- **No espaço do CRAS e/ou serviços afins oportunizar acesso a materiais informativos, pesquisas e outras informações qualificadas sobre o tema;**
- **Garantir que crianças e adolescentes permaneçam tendo acesso à educação, cultura e lazer também é uma forma de promover indiretamente acesso a mais informação e reconhecimento de que podem estar em situações de violências.**

6. REFLEXÕES FINAIS

Os problemas sociais são desafios em todos os países, onde cada território executa estratégias e políticas que dialogam com os contextos em que estão inseridos. Paralelamente acordos e pactos internacionais corroboram para mudanças globais de impactos locais, e assim as agendas, nacional e internacional, dialogam e constroem estratégias de enfrentamento das diferentes vulnerabilidades.

O casamento infantil é um fenômeno mundial, que ocorre em todos os territórios e origens que dialogam diretamente com o contexto local. No Brasil, mesmo ocupando um dos lugares mais altos do ranking dessas uniões, ainda são escassos materiais e pesquisas que subsidiem ações mais efetivas ao enfrentamento deste fenômeno, no entanto, mesmo ainda sendo necessária algumas mudanças legislativas, essa pauta vem crescendo na agenda política da última década e o principal resultado é a alteração do artigo 1.520 do Código Civil Brasileiro em 2019, proibindo as uniões com pessoas menores a idade núbil, sendo necessário ainda revogar o artigo 1.517 para que brechas não sejam

aceitas nas uniões com menores de 18 anos de idade.

Uma das maiores causas está relacionada à vulnerabilidade econômica das famílias e este é um ponto de atenção, pois em um cenário pós pandemia COVID-19, a situação se agrava, e estudos da UNICEF já apontam que o casamento infantil pode atingir até 10 milhões de meninas em decorrência dessa crise sanitária mundial.

O trabalho da proteção social básica é fundamental para prevenção a essas uniões, tanto através de seus atendimentos diretos, quanto nas articulações com as demais políticas públicas, pois como os dois estudos realizados no país apontaram o ciclo de pobreza, o processo de violências, evasão escolar e gestações não planejadas só contribuem para o afastamento das meninas, a cessar seus direitos e a se desenvolverem plenamente com um maior leque de possibilidade de escolhas e acesso à educação de qualidade e ascensão ao mercado de trabalho.

Por fim, uma vez que o Brasil permanece pactuando as ações da agenda 2030 e, conseqüentemente, atinge os ODS, entre eles o objetivo de reduzir e exterminar o Casamento Infantil faz-se necessário continuar com o debate sobre o tema e permanecer em diálogo com agenda global, sobretudo com o compromisso com a igualdade de gênero e a proteção integral das meninas, sem perder de vista o racismo estrutural que ainda é latente no território e torna meninas negras ainda mais vulneráveis as uniões precoces.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/sobre/>

BRASIL. **Cartilha de orientações aos CRAS**. 2009 http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf

BRASIL. **Código Civil**. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Alterado pela Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202020ed.pdf>

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

BRASIL. CRAS. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-cras-centro-de-referencia-da-assistencia-social>

BRASIL. **Documentário Casamento infantil**. 2019. Plan International Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qlPAKKzNZ_w

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>

BRASIL. **Pesquisa Ela Vai no Meu Barco**. Casamento na infância e adolescência no Brasil. 2015. Promundo.

BRASIL. **Pesquisa Tirando Véu**: Estudo sobre o casamento infantil no Brasil. 2018. Plan International Brasil.

BRASIL. Resolução 117. CONANDA. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-117-_de_11_julho_de_2006_-_altera_dispositivos_da_resolucao_n-o_1132006.pdf

BRASIL. Resolução 117. CONANDA. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>

BRASIL. Sistema único de Assistência Social – SUAS. <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>

CHILDHOOD. **Convenção dos Direitos das Crianças**. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca-completa-30-anos>

GILRS NOT BRIDES. **Child, early and forced marriage and unions in Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <https://www.girlsnotbrides.es/documents/947/Child-early-and-forced-marriages-and-unions-in-LAC.pdf>

Observatório 3º Setor. Ranking Casamento Infantil. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/brasil-e-o-4-pais-no-mundo-em-casos-de-casamento-infantil/>

POLITIZE. **Casamento infantil**: quais as consequências dessa prática. 2021. <https://www.politize.com.br/casamento-infantil/>

UNICEF. Notícias. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-impressao/10-milhoes-de-meninas-a-mais-em-risco-de-casamento-infantil-devido-a-covid-19>

Propostas de atividade

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: O QUE É O CASAMENTO INFANTIL?

OBJETIVO: Refletir sobre a prática do casamento infantil no Brasil, seus marcos legais e debater formas de enfrentamento.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: flipchart, pincel atômico, computador, projetor ou TV.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Refletindo sobre os estereótipos de gênero (20 min)

Comece o encontro projetando a frase abaixo:

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.”

Simone de Beauvoir

Pergunte ao grupo o que quer dizer essa frase. Após uma rodada de resposta, exiba o vídeo “Coisas de menina e de menino” do Portal do Dr. Drauzio Varela (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DVgb481rRGg>). Ao final, reflita com o grupo:

1. As reflexões do pequeno Matteo tem a ver com a frase que acabamos de ler? Como?
2. Que brincadeiras ou personagens das histórias infantis reforçam estes estigmas?
3. Que pessoas, referências ou instituições ensinam as normas de gênero para meninos e meninas desde a primeira infância?
4. Que comportamentos normalmente são esperados de uma menina? E de um menino?

5. Qual o ideal de “final feliz” para uma mulher? E para o homem?
6. Alguém já ouviu alguma frase ou dito popular que reforce a ideia de que uma mulher bem-sucedida precisa ter um marido? Quais frases?

Encerre esta etapa chamando a atenção do grupo para como o ideal romântico do casamento e da maternidade podem ocultar diferentes ciclos de violência contra mulheres e meninas, entre eles o casamento infantil. Convide-os a pensar sobre esta dura realidade.

► ETAPA 2 – Desconstruindo o “felizes para sempre” (20 min)

Exiba para grupo alguns dados sobre o cenário do casamento infantil no Brasil, refletindo em conjunto com a turma sobre o contexto de cada um deles. Algumas sugestões:

O QUE É O CASAMENTO INFANTIL?

O casamento infantil é definido pela ONU como “uma união formal ou informal antes dos 18 anos”.

Trata-se de uma prática que aprisiona os indivíduos, sendo a maioria pessoas pobres e marginalizadas. Ainda assim, vale ressaltar que mesmo que o casamento infantil seja mais prevalente em países de rendas baixa e média, **a prática é comum em países de todo o mundo.**

Meninos e meninas podem ser vítimas de casamento infantil, contudo as meninas estão mais sujeitas à prática. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo menos, 7,5 milhões de meninas se casam todos os anos antes de atingirem os 18.



De acordo com um relatório do Fundo de População da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgado em 2020, de cada quatro mulheres brasileiras, uma se casou antes de chegar à maioridade. Neste cenário, a taxa do casamento infantil no Brasil (26%) está acima da média mundial (20%).

O Brasil ocupa o 5º lugar entre os países com a maior incidência de uniões precoces, com 36% das meninas casadas até os 18 anos e 11% até os 15 anos, de acordo com o estudo Girls not brides.

Alguns dos fatores que levam ao casamento de meninas menores de 18 anos podem envolver:

- A procura por proteção contra a violência sexual ou doméstica;
- Conflitos familiares;
- Falta de oportunidades no mercado de trabalho;
- Vulnerabilidade econômica e a busca pela provisão de estabilidade;
- Privação de exercer sua sexualidade;
- Expectativas de conservar a honra da família;
- Preocupações com a segurança e a saúde das meninas, como forma de impedir a contaminação de doenças sexualmente transmissíveis.

CONSEQUÊNCIAS DO CASAMENTO INFANTIL

O Fundo de População da ONU alerta sobre perigos do casamento infantil, já que as consequências dessa prática podem ser arrasadoras para a vida e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Alguns dos perigos são:

Gravidez precoce: segundo análises do Unicef, a maioria das meninas que se casam durante a infância também têm filhos antes dos 18 anos, sendo que mais de 80% delas dão à luz antes do aniversário de 20 anos.

Evasão escolar e renda menor: o casamento infantil responde por 30% do abandono escolar feminino, no ensino secundário a nível mundial, e faz com que esse grupo esteja sujeito a ter menor renda quando adultas.

Ciclo vicioso de pobreza e exclusão: com os casamentos precoces, a maternidade e o abandono escolar, há maiores obstáculos para encontrar um emprego remunerado, expondo as mulheres a um ciclo vicioso de pobreza e exclusão.

Maior exposição a explorações, abusos e violências: todas as consequências já apresentadas podem colaborar para situações de violência, em termos de violência doméstica, física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Além disso, devido a dependência emocional e financeira experimentada nesse tipo de prática, o estupro marital, a mortalidade materna e infantil também podem ocorrer.

MARCOS LEGAIS SOBRE CASAMENTO INFANTIL

No Brasil a idade mínima legal para casamento ou união é de 18 anos, conforme estabelece o Código Civil (Lei 10.406/2002). Entretanto, algumas brechas da lei permitiam o casamento entre 16 e 18 anos com autorização dos responsáveis e, ainda, que crianças e adolescentes grávidas ou vítimas de violência sexual poderiam se casar com seus abusadores para lhes retirar uma possível pena criminal (Art. 1517).

Em março de 2019 foi promulgada — e já está em vigor no país — a lei 13.811, que altera a redação anterior do Código Civil buscando impossibilitar, em qualquer caso, o casamento de menores de 16 anos.

Após apresentar estes cenários, proponha uma reflexão sobre como enfrentar o casamento infantil através de atividades de prevenção com crianças, adolescentes e famílias. Ressalte a importância do empoderamento de mulheres e meninas neste processo, tanto para o combate das desigualdades de gênero quanto para a ampliação de perspectivas de futuro para além do casamento. Anote as contribuições do grupo utilizando um flipchart.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro, o Padlet e o Jamboard para reunir as sugestões da etapa 2 de forma interativa com os participantes.

ATIVIDADE 2: A ODS 5 E O EMPODERAMENTO DE MENINAS

OBJETIVO: Trabalhar o empoderamento de mulheres e meninas como forma de enfrentar as desigualdades de gênero e ampliar perspectivas de futuro para além do casamento.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde, educação, jovens e adultos em geral.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: folhas de papel, lápis ou canetas, computador, projetor ou TV.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – A importância do empoderamento de meninas (15 min)

Comece o encontro convidando o grupo a conhecer a história de Ana e João. Exiba o vídeo “O Desafio da Igualdade” da Plan International (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=04uOUHEq2f4>). Ao final, reflita com o grupo:

1. Como Ana foi criada? E o João?
2. Quais as atribuições dadas a cada um deles?
3. É justa a diferença de tratamento entre eles?
4. Quais as consequências destas formas de gênero?
5. A quais violências e/ou violações de direitos a Ana pode ser exposta?
6. Qual a importância de reverter este quadro? Como isso é possível?

► ETAPA 2 – O objetivo do Desenvolvimento sustentável número 5 (15 min)

Pergunte à turma se eles já ouviram falar sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Explique que se trata de um Plano de Ação universal adotado em 2015 por 193 países membros da ONU, e que abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança.

Uma das estratégias do plano são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 17 objetivos e 169 metas de ação global. Entre estas ODSs está a ODS 5, que tem como meta alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030. Projete para todos e realize coletivamente a leitura das metas previstas na ODS5:

OBJETIVO 5. Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



METAS DO OBJETIVO 5:

- 1.** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.
- 2.** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.
- 3.** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.
- 4.** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.
- 5.** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.
- 6.** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- 7.** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.
- 8.** Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

► ETAPA 3 – Revertendo expectativas de futuro (20 min)

Voltando à história da Ana e de tantas meninas reféns de estereótipos de gênero desde pequenas no Brasil, pergunte ao grupo:

1. Como poderia ser a vida destas meninas se fossem oferecidas a elas repertórios mais amplos de futuro?
2. Como reverter as princesas em meninas empoderadas?

Exiba o vídeo “Sou princesa sou real / Você pode ser quem quiser”, da Disney (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fAOjPGwXgjE>) e divida a turma em 4 grupos. Peça a eles que pensem em ações para implementação das metas da ODS 5 dentro do seu cotidiano e em atividades dentro das instituições em que atuam.

Após a apresentação das propostas de cada grupo, você pode ainda dar algumas dicas para a realização de atividades preventivas com meninas ou mulheres como: explorar biografias de mulheres que fizeram a diferença em diferentes campos do conhecimento; organizar rodas de conversa sobre cada uma das metas; e sugerir livros e filmes que discutam o papel da mulher para diferentes idades.

... e se ela acontecer online: Você pode utilizar ferramentas online de construção de mapas mentais como o Miro, o Padlet e o Jamboard para reunir as sugestões da etapa 3 de forma interativa com os participantes.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Artigo “**8 jeitos de promover o empoderamento feminino desde a alfabetização**”, do Portal Nova Escola. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/4790/blog-de-alfabetizacao-8-jeitos-de-promover-o-empoderamento-feminino-desde-a-alfabetizacao>

A artigo dá dicas simples de ações e conteúdos a serem utilizados em ações educativas, para empoderar meninas e refletir sobre normas de gênero com crianças e adolescentes.

- Artigo “**Objetivo 5 – Igualdade de Gênero**”, da Plataforma Agenda 2030. Disponível em <http://www.agenda2030.org.br/ods/5/>

A Agenda 2030 é um plano de ação assinado por vários países através da indicação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos. O artigo apresenta o ODS5, referente ao alcance da igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas.

- Caderno **“Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero”** do Unicef Brasil, Plan International e Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/3696/file/Empoderamento_de_meninas_caderno_de_boas_praticas.pdf

Caderno de Boas Práticas que contribui para o debate sobre as condições de vida de meninas brasileiras e convoca os setores responsáveis a promover a equidade de gênero e o empoderamento de meninas, conforme compromisso assumido como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

- Cartilha **“Trabalhando com Mulheres Jovens: Empoderamento, Cidadania e Saúde”**, do Instituto Promundo, Salud e Género, ECOS, Instituto PAPAI e World Education. Disponível em <https://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>

Este manual, parte de uma iniciativa chamada Programa M (M de mulheres), foi desenvolvido para ajudar educadoras a envolverem mulheres jovens em discussões sobre como ideias rígidas a respeito do que significa ser homem e mulher, afetam as opções e escolhas de mulheres em sua vida, saúde e sexualidade.

- Cartilha **“Trilha de empoderamento de meninas”**, do Unicef Brasil e Plan International. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/10776/file/revista-trilha-de-empoderamento-de-meninas.pdf>.

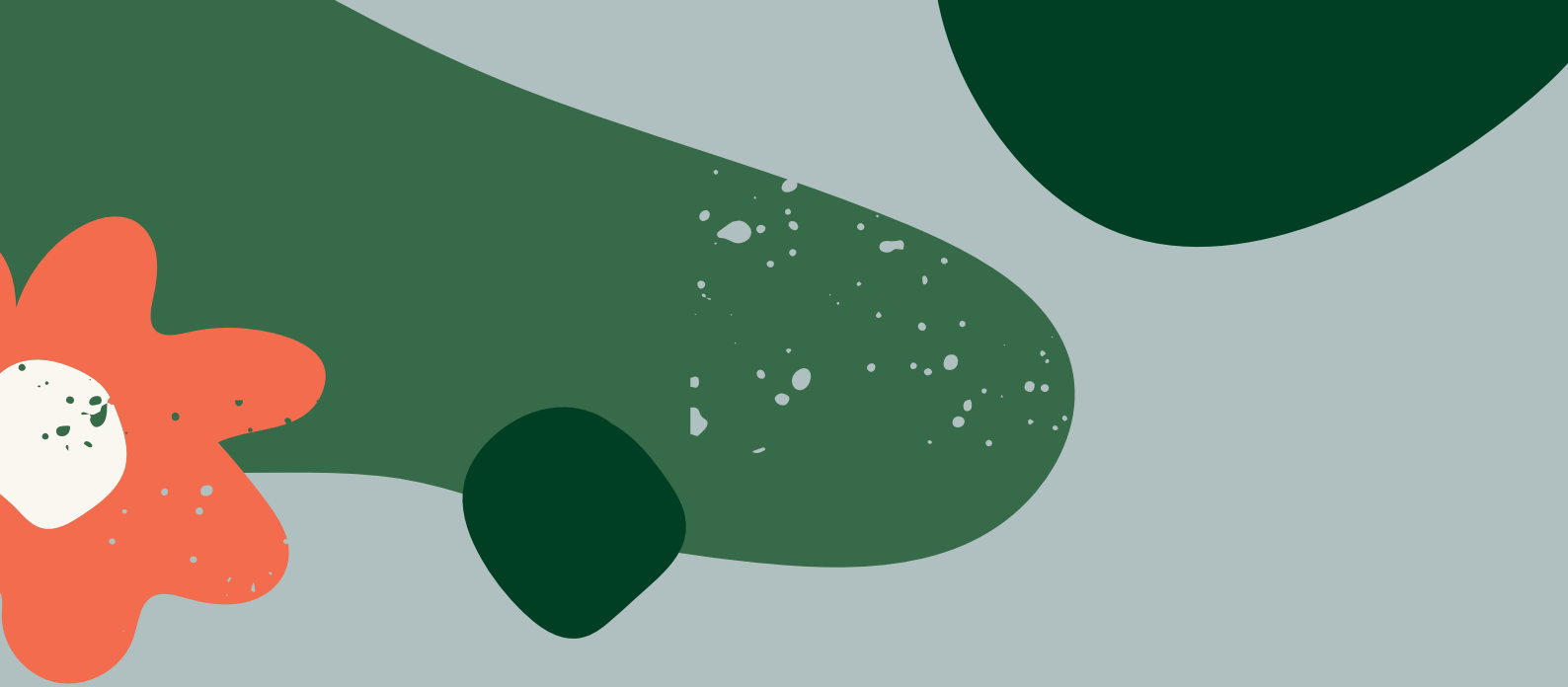
Cartilha voltada para a promoção de direitos fundamentais e formação de jovens lideranças, voltada para meninas. O documento aborda 8 passos para que meninas se sintam empoderadas e desfrutem de seus direitos.

- Documentário **“Casamento Infantil”**, da Plan International. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qIPAKKzNZ_w&t=6s

O documentário apresenta relatos reais e explora o impacto do casamento infantil no Brasil com pesquisadores, cientistas sociais e legisladores.

- Relatório **“Tirando o véu – estudo sobre casamento infantil no Brasil”** da Plan International. Disponível em <https://plan.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Tirando-o-veu-estudo-casamento-infantil-no-brasil-plan-international.pdf>

O documento mostra o cenário brasileiro sobre o casamento infantil e pesquisas evidenciam o quanto esta prática pode ser prejudicial para meninas e meninos ao obstaculizar sua trajetória de vida, sobretudo no que tange a aspectos educacionais, profissionais, físicos e subjetivos.



Integralidade política de assistência social no enfrentamento e prevenção às violências baseadas em gênero: articulando o trabalho em rede

LUCIANA ARAUJO

1. CONSTRUINDO A REDE INTERSETORIAL

Perante uma situação de violência com as suas inerentes complexidades é comum a necessidade do atendimento à família ou a um dos seus integrantes, ser realizada por mais de uma instituição. Também é comum que o profissional possa ter dúvidas quanto aos encaminhamentos a serem procedidos, principalmente se a prestação de serviços da rede de atendimento se confirma, e quais são os seus limites. Não raro o profissional acessa uma rede pessoal construída com esforços ao longo da sua experiência cotidiana, que funciona e merece o seu devido valor, mas isso aponta para uma fragilidade. Ficam claras, por exemplo, as dificuldades que podem surgir se houver uma rotatividade profissional. Evidencia também um trabalho segmentado operando na contramão da perspectiva da integralidade e intersetorialidade, que princípios organizativos do SUAS, previsto na Norma Operacional Básica (NOB- SUAS) de 2012.

INTERSETORIALIDADE E INTEGRALIDADE

Intersetorialidade refere-se a um processo que se constrói a partir da interação entre diferentes políticas públicas, envolvendo seus serviços e profissionais e tem como finalidade a **integralidade** da atenção. A sua efetivação supõe a interação e o comprometimento das diversas políticas públicas e não a responsabilização de apenas uma **delas para sua promoção**.

Objetivamos com este material contribuir especificamente nessa questão: pensar estratégias de articulação da rede socioassistencial e intersetorial na perspectiva da integralidade. O SUAS necessita de comunicação no interior de sua rede socioassistencial para abarcar o atendimento às diversas situações de risco e vulnerabilidade.

As instituições e serviços foram projetados de modo a se complementarem. Por outro lado, reconhecemos que a integralidade — tema já explorado nos capítulos

anteriores deste material — na sua efetivação encontra muitos desafios perante a tradição da política pública brasileira de atuar setorialmente na elaboração de respostas às necessidades postas pela população.

O primeiro passo para fomentar e fortalecer o trabalho em rede é se familiarizar com o território. Realizar um mapeamento, elaborar diagnóstico socioterritorial, identificar necessidades de serviços específicos para as violências baseadas em gênero (VBG). É oportunidade também para conhecer o que o território tem a oferecer nos âmbitos público, privado e não governamental. Identificar a rede socioassistencial governamental e não governamental e descrever suas características, localização, formas de acessos e ofertas de serviços. Em se tratando da temática VBG, quem são os agentes locais?

Lembrando que...



Rede socioassistencial:

definida como “o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS” (Brasil. MDS, 2012c, art. 9), a rede socioassistencial é constituída pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), unidade de referência para o acesso à Proteção Social Básica (PSB); pelos Centros de Convivência; pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (CENTROS POP); pelos Centros-Dia e pelas Unidades de Acolhimento. Vale ressaltar que a rede socioassistencial abrange as redes **governamental e não governamental**.

Pensar uma rede intersetorial envolve projetar parcerias. Além dos equipamentos socioassistenciais, busque serviços e núcleos situados nas unidades de saúde básica e saúde mental, associações populares, lideranças comunitárias, coletivos de mulheres, movimentos sociais, fóruns temáticos permanentes, organizações não governamentais que atuem com a mesma questão, unidades de ensino infantil, médio ou quem sabe alguma universidade, centros de referência da mulher, centro de referência LGBTQIA+, conselho tutelar, conselho de direitos das mulheres, alguma empresa ou associação comercial. Apesar da nossa tradição de trabalhar em territórios vulnerabilizados com forte escassez de serviços e instituições, nossa intenção é oferecer exemplos de instituições que possam ser levantadas para compor a rede.

Consideramos reforçar especialmente a importância da rede não governamental, ou em outras palavras, das associações da sociedade civil. Por que? Porque são entidades muito presentes nos territórios com as quais os CRAS podem e devem desenvolver parcerias. Elas também compõem a rede intersetorial. Não possuem fins lucrativos, atuam na esfera pública, embora não sejam estatais. Estão presentes em diferentes áreas como saúde, educação, cultura, assistência, ambiente, defesa de direitos, entre outras, realizando ações solidárias para públicos específicos. Sua capacidade de agência pode acontecer em âmbito local, nacional, internacional, global, ofertando serviços sociais com a proposta de atender ao conjunto da sociedade, ou seja, buscam gerar impacto na sociedade de forma mais ampla. Tais organizações podem ser nomeadas como OSC (Organizações da Sociedade Civil), a partir do marco regulatório das organizações da sociedade civil; OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), que são aquelas que já possuem estatuto e um reconhecimento no ordenamento jurídico. Popularmente são conhecidas como ONGs (organizações não-governamentais), porque não estão situadas entre as instituições do governo, nem pertencem às instituições do âmbito privado. Compreendem associações populares, associações civis, institutos, fundações.

Existem ainda os coletivos que são formas de se associar, que não dependem de um estatuto jurídico. Mas nem por isso deixam de alcançar um reconhecimento exitoso. Expressam a mobilização daquelas(es) que se interessam em torno de uma questão que lhes é cara. São encontros em torno de uma temática, como, por exemplo, o recorte racial, o recorte de gênero, ou ainda o entrelaçamento de diferentes recortes. Dos debates e reflexões, vários resultados podem surgir: periódicos como jornais e revistas, mobilizações que sensibilizem e proporcionam visibilidade em torno de uma questão. É um potente espaço de sociabilidade política.

Rede intersetorial: é o conjunto de parceiros com os quais os serviços da rede socioassistencial precisam interagir para atuar, ampliando a perspectiva do cuidado e da proteção social, e visando atender à complexidade das demandas de cada caso. É formada pelos serviços e ofertas ligados às diferentes políticas setoriais, tais como saúde, educação, segurança alimentar, habitação, cultura, direitos humanos, entre outros.

Seja por meio de um coletivo ou OSC, o legado constante da rede não governamental está ancorado na mobilização comunitária, como um processo que reúne os agentes da comunidade e os torna mais atentos com as preocupações e problemas comuns. Neste sentido, pode ser um instrumento de valor para formar lideranças comunitárias e pensar em vias de superação de problemas locais.

Trabalhar orientados pelo princípio da intersetorialidade requer que disparemos estímulos/impulsos em direção a uma determinada situação, objetivo, proposta, temática — neste caso as violências baseadas em gênero. Articular organicamente em torno de uma demanda é mais do que acumular instituições. É preciso envolver profissionais de diferentes formações e experiências,

porque proporciona interdisciplinaridade. Também é necessário promover a interação entre diferentes políticas públicas — segurança, saúde básica, saúde mental, educação. A rede não governamental também precisa compor esse conjunto. Identifique aquelas instituições mais engajadas na temática, ou que já desenvolvam alguma ação que possa somar esforços na articulação do território, porque elas agem na mobilização de novos agentes. A efetividade

de um trabalho intersetorial pressupõe pensar junto, desvelar demandas e possibilidades de encaminhamentos e “borrar” as fronteiras entre os saberes, superando linhas rígidas sobre a capacidade de atuação dos serviços e instituições envolvidas. Normativas e políticas setoriais são orientações importantes e agem como nortes, que serão conjugados com as especificidades encontradas no território, com base na intersetorialidade.

Mobilização comunitária inclui a participação envolvendo comunidades, grupos e indivíduos. Pode se concretizar por diferentes metodologias e instrumentos como esquetes teatrais, técnicas de participação, corais, plenárias e até plataformas online. Sua maior contribuição é a perspectiva emancipatória.

No primeiro capítulo deste caderno tratamos acerca da importância da gestão territorial como elemento a ser considerado no planejamento do trabalho em rede. Isso porque o território é mais do que o espaço geográfico que ocupa. É lugar de relações vivas e cambiantes, com formas de sociabilidades específicas, onde seus agentes disputam saberes e poderes. É espaço de trocas, conflitos, significados que precisam ser conhecidos para a intervenção das políticas públicas. As relações de vizinhança representam relações sociais. Também há relações de poder. Os aspectos periféricos se evidenciam, pois aquelas(es) que moram ali sabem das diferenças e desigualdades em relação a outras regiões da mesma cidade. Tais diferenças podem ser observadas até no próprio território com regiões centrais mais próximas ao comércio e ainda abastecidas com alguns serviços locais e outras mais distantes, sem asfalto, transporte e saneamento básico, por exemplo.

Há muito trabalho a ser realizado, mas a compreensão do funcionamento do território é a base para iniciar qualquer ação e, ainda, evitar ações verticalizadas que desconsiderem seus aspectos socio-históricos e culturais. Aliás, é importante conhecer sua história, bem como as forças sociais e suas potencialidades. A territorialização como um eixo estruturante do SUAS orienta a proximidade com o território, a fim de que sejam levantados os fatores que potencializam a condição de vulnerabilidade e/ou risco para uma família ou um dos seus integrantes. Do mesmo modo é possível identificar aspectos que merecem ser incentivados na conformação da rede.

Necessário se faz identificar fragilidades do território e fazer as seguintes indagações: como são os índices de violência? Existem dados sobre violências baseadas em gênero? Como são as notificações junto aos equipamentos da rede de proteção e enfrentamento à violência contra mulher? Existem notificações de violência contra a população LGBTQIA+? Dialogue com os profissionais da área, por exemplo, nos hospitais, nas delegacias especializadas, centros de referência da mulher, núcleos de atendimento à população LGBTQIA+, conselhos tutelares (em se tratando das meninas e adolescentes). O que essas instituições relatam sobre o seu relacionamento com as demais instituições da rede de proteção, incluindo Sistema de Justiça? Essas são indagações que podem nos auxiliar na composição do diagnóstico sobre o nosso território.

Atenção



Dentre as ações de gestão territorial da proteção social básica, destacam-se:

1. Articulação da rede socioassistencial de proteção social básica
2. referenciada ao CRAS;
3. Promoção da articulação intersetorial;
4. Busca ativa.

Uma importante estratégia para conhecimento e apreensão do território envolve a busca ativa:



A **busca ativa** refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Desloca a equipe de referência para o seu conhecimento. O objetivo é identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social. O contato com agentes locais (líderes comunitários, associações de bairro, etc.) contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele; os apoios e recursos existentes e seus vínculos sociais); obtenção de informações e dados provenientes de outros serviços socioassistenciais e setoriais.

A articulação em rede necessita ser trabalhada em duas instâncias: na própria rede socioassistencial e na rede intersetorial. Elas precisam estar em estreito diálogo. Às vezes podemos até encontrar algumas dificuldades, mas conseguimos caminhar na construção de articulações entre nossos equipamentos. E como anda a relação com a rede intersetorial? Saúde, habitação, segurança pública, trabalho e renda, sistema de justiça, educação, etc. Quais são as possibilidades de diálogo e articulação na rede socioassistencial? Existem sobreposições e lacunas? Provavelmente sim, considerando a incompletude das políticas públicas. Mas nós conseguimos identificar quais são e como elas comprometem o atendimento no território?

Articulação em rede também é para operar respondendo as questões acima. É para organizar, mobilizar e estimular a própria rede. Muitos grupos de trabalho (GTs) articulados intersetorialmente dedicam-se a sistematizar ações, encontrar lacunas e ‘gargalos’, normatizar fluxos, de modo que se organizam com a maturação do trabalho podem vir a se tornar fóruns compostos por representantes governamentais e não-governamentais.



Dica de atividade: Crie um GT sobre VBG no Território

Pensando nas questões que envolvem as VBG, acione os serviços que formam a rede e indague sobre um profissional-chave que possa compor o grupo de trabalho. Planeje uma reunião de apresentação dos profissionais e respectivos serviços. Geralmente quem costuma comparecer às reuniões são os coordenadores, mas pode ser um técnico de referência do serviço/equipamento. Fortaleça a proposta de parceria. A partir do segundo encontro sugira adentrar gradativamente na reflexão das questões acima. Planeje ações para o futuro. Importante produzir a memória das reuniões, mencionando os encaminhamentos propostos e profissionais responsáveis.

2. EFETIVANDO A PREVENÇÃO ÀS VBG NA DIMENSÃO DA REDE INTERSETORIAL

As situações de violências variam de acordo com o grau, contexto e intensidade e podem demandar atendimentos com diferentes ações, ultrapassando os limites e capacidades de um único serviço ou instituição. Mas nos limites deste material nos concentraremos no nível da prevenção como aquele que corresponde à proteção social básica, executada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na dimensão do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Na medida em que a rede intersectorial avance nas suas atividades, casos de VBG serão identificados. Considerando que famílias e indivíduos passam por diferentes níveis de vulnerabilidades e riscos sociais, a destinação aos serviços e programas precisa considerar suas realidades. Algumas famílias precisam apenas de apoio, orientações e acompanhamento, a fim de fortalecer a sua função protetiva, que mesmo fragilizada ainda existe; outras vão além dessa necessidade, porque já se encontram com seus direitos violados e em situação de risco e exclusão.

É preciso ressaltar que o enfrentamento à violência não fica a cargo somente de um nível de proteção. É neste sentido que os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) trabalharão conjuntamente no âmbito da rede socioassistencial, referenciando e contrarreferenciando os casos de atendimento/acompanhamento. Vale lembrar que a concepção do trabalho social com famílias também precisa ser considerada nesta equação, ou seja, as ações planejadas devem estar alinhadas às situações apresentadas pelas famílias e se darão no sentido de fortalecê-las para que possam cumprir o seu papel protetivo com os seus membros.

Mais do que um encaminhamento, a perspectiva da integralidade se faz presente quando esses dois níveis de proteção dialogam e planejam ações, que contemplem de modo equânime as demandas possíveis para aquela família e seus integrantes. A violência, via de regra, é um episódio que deflagra uma condição mais abrangente de outras violações de direitos, que podem ser atendidas em conjunto com outros serviços da rede intersetorial.

Condição importante para efetivar a integralidade, seja na proteção das famílias, seja na integração entre as unidades do SUAS, assim como a intersectorialidade, é a construção de um fluxo de trabalho entre as instituições responsáveis pelo atendimento às situações de violência. É recomendável o desenvolvimento de um fluxo na relação entre os CRAS e CREAS, assim como outros identificados como necessários na rede intersetorial comprometendo outras instituições.

Destacamos que um fluxo é um documento construído coletivamente e o mais adequado possível ao contexto onde as instituições, que dele fazem parte, possam lidar e trabalhar. Considerando todas as reflexões por nós apontadas, especialmente com relação à intersectorialidade e integralidade, o fluxo precisa ser um documento dialógico frente às lacunas da rede. Será flexível, será pactuado e repactuado frente às situações que forem despontando. Como você avalia o fluxo atualmente existente? Ele permite que os profissionais conheçam as competências dos serviços e o processo de interação e diálogo entre eles? Como você avalia a dimensão da intersectorialidade no fluxo atual? Lembramos que o fluxo é um instrumento que delega responsabilidades institucionais, resalta suas competências e pode ser revisitado nas reuniões de rede, visando seu constante aprimoramento.

Trabalhar na lógica da prevenção — condição da proteção básica do SUAS — significa que as equipes profissionais precisam almejar o planejamento e execução de ações que antecipem as situações de violência ou o agravamento destas. Neste ínterim reside um importante papel da articulação da rede intersetorial nos territórios, porque desenvolve um canal que permite maior proximidade com as necessidades da população e suas respectivas especificidades. Além disso, a interação entre os diferentes profissionais da rede é capaz de fomentar a interdisciplinaridade que aproxima e transforma saberes e práticas.

O CRAS pode exercer o seu papel preventivo tanto no atendimento coletivo com as famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), quanto nas ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

No que tange a prevenção às violências baseadas em gênero, uma vez mapeadas as situações de violência e risco, podem ser pensadas ações preventivas. Como forma de exemplificar, é possível levar o tema das VBG em

uma ação do Serviço de Convivência (SCVF). Possivelmente com recursos dinâmicos e audiovisuais que imprimam as reflexões, uma ambiência mais descontraída sem deixar de reforçar a sua importância.

A articulação da rede intersetorial promove o diálogo entre as diferentes políticas públicas. Em se tratando das VBG, a interface entre a Política da Assistência e a Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher, com vistas à prevenção e proteção, desdobra-se em ações como: mapeamento e divulgação da rede especializada; desenvolvimento de fluxo referência e contrarreferência com os CREAS e centros de referência da mulher; e participação em redes locais estimulando iniciativas intersetoriais de enfrentamento às VBG.



Dica de atividade

Muitas vezes ficamos dedicados com a organização das reuniões quanto à mobilização da rede. No entanto, a pauta, mesmo que planejada previamente, pode necessitar de um estímulo para “aquecer” as reflexões. Sugerimos que a temática VBG sempre possa ser explorada a partir de situações reais. Proponha que cada ator da rede traga exemplo(s) de VBG vivenciada(s) no seu equipamento e exercitem abstrair, teoricamente, a questão apresentada incluindo um olhar intersetorial, ou seja, considerando especificidades, descobrindo juntos as fragilidades na oferta dos serviços, bem como encaminhamentos e acompanhamentos possíveis para os casos narrados. Lembre-se de escrever a memória da reunião e socializá-la com o grupo.

Encerraremos este capítulo na expectativa de que as(os) leitoras(es) estejam mobilizadas(os) para articular no território, a rede socioassistencial e intersetorial a qual seu equipamento pertence. Que as perspectivas de gestão do território, trabalho social com famílias e mobilização comunitárias estejam em seu horizonte. Converse sobre essas categorias com a sua equipe e como elas podem ser conjugadas com as violências baseadas em gênero.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G.; FONSECA, T. M. A.; FERRO, V. S. (orgs). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos:** fortalecimento da rede socioassistencial. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

MDS. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-08/dossie-mulher-maior-parte-da-violencia-contramulher-ocorre-dentro-de-casa>

<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

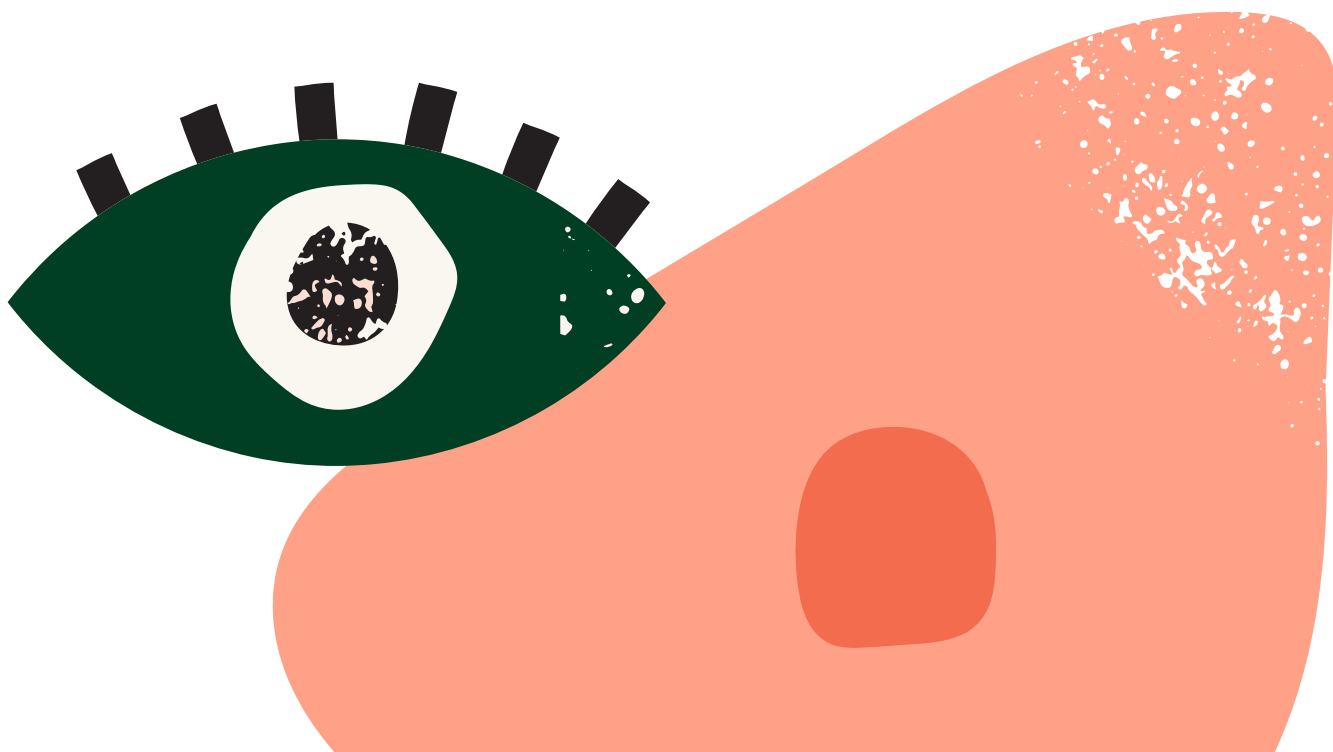
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf

http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Contribuicao%20para%20o%20Aprimoramento%20do%20PAIF%20final.pdf

https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico>

<https://www.politize.com.br/organizacoes-da-sociedade-civil/>



Proposta de atividade

PRISCILA PEREIRA

ATIVIDADE 1: FORTALECENDO A REDE DE PROTEÇÃO

OBJETIVO: Trabalhar a importância de estabelecer parcerias locais e da atuação intersetorial na rede de proteção à mulher.

PÚBLICO: Profissionais da assistência social, saúde e educação.

DURAÇÃO MÍNIMA: 50 minutos.

MATERIAIS NECESSÁRIOS: Bola, flipchart, pincel atômico, cronômetro, canetas e folhas impressas para plano de ação.

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:

► ETAPA 1 – Refletindo sobre a cooperação no atendimento (15 min)

Em círculo, entregue a bola para um participante e peça a todos que guardem quem é o primeiro guardião da bola. Diga que eles vão passar a bola de mão em mão até chegar neste mesmo participante e que você irá cronometrar o tempo deste percurso. A bola não pode cair no chão e tem que passar pela mão de todos do grupo. Caso caia ela deve voltar para o primeiro participante e começar o percurso novamente.

Após a realização desta atividade informe o tempo que eles fizeram e que terão que fazer a mesma coisa, mas com tempo menor. Deixe que eles planejem uma estratégia para diminuir o tempo. Repita o processo por duas vezes, sempre objetivando que eles reduzam ainda mais o tempo de percurso. Ao final, reflita com o grupo:

- 1.** O que aprendemos com essa atividade?
- 2.** Podemos fazer melhor quando planejam as nossas ações?
- 3.** Fez diferença no resultado final, o que o grupo planejou?
- 4.** Ouvir as ideias do outro foi importante?
- 5.** Contar com a ajuda do outro foi importante?
- 6.** O que podemos levar desta atividade para o nosso cotidiano de atendimento?

7. Teríamos melhores resultados na proteção básica e especial, se a comunicação entre serviços acontecesse de forma mais efetiva?
8. Como podemos nos organizar para tornar essa comunicação mais efetiva?

Encerre esta etapa enfatizando a importância da articulação intersetorial para potencializar a rede de proteção social, viabilizando o acesso efetivo da população aos equipamentos e serviços da assistência social, além de contribuir para execução de programas.

► ETAPA 2 - Identificando possíveis parceiros nos territórios (15 min)

Chame a atenção do grupo no sentido que, para uma maior efetividade nas ações de prevenção e atendimento às violências baseadas em gênero, é preciso conhecer bem a rede local e identificar possíveis parceiros, tanto nos âmbitos público, quanto no privado e no não governamental. Com ajuda do flipchart proponha ao grupo que diga, em relação a esta agenda e considerando a região de atuação do serviço, quem são os grupos e/ou serviços estratégicos. Liste no flipchart, conforme os nomes forem surgindo, questionando sempre o grupo por que estes grupos seriam estratégicos.

Sugira ao grupo que, após este encontro, transforme este levantamento em um diagnóstico socioterritorial, descrevendo as características de cada instituição, localização, formas de acessos e ofertas de serviços. A utilização de ferramentas gratuitas como o Google My Maps, por exemplo, permite a realização de cartografias interativas e que podem ser compartilhadas, entre estes diferentes serviços.



► ETAPA 3 – Propondo ações em rede (20 min)

Divida a turma em 4 grupos. Considerando a rede listada na etapa anterior e utilizando a ferramenta de planejamento abaixo, peça a cada grupo que pense algumas propostas de ações integradas com estas instituições e/ou serviços:

O QUE POSSO DESENVOLVER?	COM QUEM?	PARA QUÊ?	QUE MATERIAIS PRECISO OU POSSO UTILIZAR?	ONDE?	QUANDO?

Peça para que um representante de cada grupo socialize as propostas e, depois, promova uma reflexão sobre o compromisso de dividir e reunir estas ideias em um plano de ação estruturado.

... e se ela acontecer online: Nas etapas 2 e 3, ferramentas de construção de mapas mentais online como o Padlet, Miro e Jamboard podem substituir o flipchart e a tabela de plano de ação.

PARA SE PREPARAR MELHOR:

- Cartilha “Protocolo da Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo para casos de atendimento Violência de Gênero contra mulheres”, da Universidade São Paulo. Disponível em https://sites.usp.br/sas/wp-content/uploads/sites/265/2021/01/violencia_genero2.pdf

O objetivo desta cartilha é estabelecer um protocolo unificado de acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de mulheres em situação de violência de gênero no âmbito da Superintendência de Assistência Social da USP, que detalhe os princípios das ações e dos fluxos a serem percorridos.

- Relatório “**Mapeamento de fluxos de atendimento para mulheres – estratégias e ações contra a violência institucional no Rio de Janeiro**”, da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Disponível em <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/03/relatorio-atendimento-versao-digital-revisado.pdf>

O material contextualiza as inúmeras perdas de direitos das mulheres nos últimos anos, apresentando um panorama do funcionamento dos serviços públicos, apontando para caminhos e ações no campo das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais, e no diálogo com profissionais executores ou gestores de instituições públicas, no intuito de contribuir para a criação de fluxos de atuação e garantia dos direitos das mulheres e para o combate das mais variadas formas de violência institucional.



Assistência Social e violências baseadas em gênero: metodologias de abordagem

TÁBATA PEDROSA

1. ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS DIREITOS DE MENINAS, MULHERES E POPULAÇÃO LGBTQIA+

As violências baseadas em gênero (VBG) marcam as experiências e histórias de vida de meninas e mulheres. Trata-se de um fenômeno complexo, multifacetado e democrático, o que significa que atravessa diferentes contextos e atinge diferentes grupos sociais. Embora isso aconteça, existem segmentos que são mais fortemente acometidos do que outros, sendo este o caso de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social.

2. OLHANDO OS DADOS PARA PENSAR A INTERVENÇÃO

Em relação aos marcadores de gênero e raça, o “Atlas da Violência” sinaliza que no ano de 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas. Embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução, o cenário da última década aponta que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial (IPEA, 2020).

A mesma pesquisa chama a atenção para a escassez de indicadores de violência contra a população LGBTQIA+ e sinaliza também a dificuldade de mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento. Mas apresenta que, em consonância com os resultados do Atlas da Violência 2019, as vítimas são majoritariamente negras (exceto as vítimas bissexuais, no ano de 2017), habitantes de zonas urbanas e solteiras. Mulheres permanecem, significativamente, mais vulneráveis que homens. Convergem com os dados do ano anterior também os relativos ao sexo do autor, indicando que as agressões foram realizadas em sua maioria por homens (IPEA, 2020).

Os dados revelam que as VBG acontecem associadas a outras dimensões, o que nos mostra que meninas e mulheres não brancas e pobres estão submetidas, em maior medida, às situações de violação de direitos, sendo essas, também, em sua maioria, as que acessam a política de Assistência Social.

3. A VIOLÊNCIA CONTRA MENINAS E MULHERES, ENQUANTO VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Neste material concordamos com a abordagem que defende que as mulheres não compõem um grupo homogêneo e devem ser compreendidas em suas especificidades e pertencimentos sociais, sendo suas realidades distintas e desiguais: lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LBT), indígenas, ribeirinhas e quilombolas, negras, adolescentes, jovens e idosas, com deficiência, em situação de rua, migrantes, dentre outras identidades.

A violência contra a mulher também é reconhecida como uma violação dos direitos humanos das mulheres e questão de saúde pública. Por vezes, está tão arraigada que as mulheres não conseguem ter compreensão ou mesmo reconhecer que estão em situação de violência. Aqui cabe situar que as violências dessa ordem estão fundamentadas em relações desiguais de poder, construídas historicamente, a partir do que aprendemos sobre ser homem e ser mulher.

No caso das meninas, crianças e adolescentes, as violências costumam ocorrer na própria residência, sendo o autor da violência conhecido, o que significa dizer que comumente são praticadas por pessoas próximas, que pertencem à própria família ou fazem parte da dinâmica e convívio familiar, ou seja, tem acesso direto à menina. Esse tipo de violação desconsidera a condição de sujeitos de direitos de crianças e adolescentes e envolve questões predominantemente de gênero, como a objetificação dos corpos femininos, naturalização do uso do corpo das meninas, podendo provocar gravidez na adolescência e casamento infantil.

As violências sofridas por meninas, sobretudo a violência sexual, podem envolver uma espécie de “segredo”, caracterizado pelo silêncio da vítima e de sua família por medo de ameaças, exposição, julgamentos e preconceito. Esse silêncio visa, ainda, evitar ter que lidar com discursos machistas de que a menina “provocou ou procurou”, ou seja, estigmatização e culpabilização da pessoa em situação de violência. Pode estar ligado também à insegurança de realizar e prosseguir com denúncia formal por falta de credibilidade em relação ao Conselho Tutelar, Justiça e outros serviços de atendimento. Por todos os fatores citados, ainda há a subnotificação dos casos de violência sexual.

No segmento de mulheres (adultas) as violências também se manifestam de muitas maneiras: violência política de gênero; desigualdades no campo do trabalho produtivo, marcado por diferenças salariais entre homens e mulheres e também no que se refere à raça; violências contra mulheres LBT, associadas a discriminações por orientação sexual ou identidade de gênero; violência doméstica e familiar; tráfico; feminicídio, entre outras.

Comparecem nesse debate, as demandas das VBG no cenário da pandemia por Covid-19. Embora a pandemia pelo novo coronavírus não tenha inaugurado a violência contra meninas e mulheres, fatores como períodos extensos de convivência com seus agressores, dificuldades para acionar a rede de apoio, em função da quarentena e dependência financeira são alguns dos elementos que podem agudizar suas expressões.

4. COMO FAZER? METODOLOGIAS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

Ilustrando metodologias de trabalho no contexto da prevenção, podemos acionar estratégias que possibilitem a construção do vínculo com as(os) usuárias(os) dos CRAS, SCFV e também em relação às atividades comunitárias e campanhas socioeducativas. Vale lembrar que o CRAS tem caráter preventivo e objetiva a antecipação de situações de risco, por isso pode desempenhar papel decisivo na prevenção das VBG.

Para os momentos em grupos, é preciso organizar atividades contextualizadas que possam acionar o que as pessoas conhecem e que para elas faz sentido, valorizando suas experiências, histórias de vida e também a identidade local. É fundamental que as metodologias privilegiem atividades dinâmicas e de compreensão acessível na realização de discussões consistentes voltadas ao empoderamento feminino e masculinidades.

Nesse contexto, podem ser facilitadas oficinas e encontros temáticos, tanto com grupos presentes no território, como no âmbito do SCFV sobre as lutas das mulheres, a partir de uma abordagem interseccional, apresentando as diferentes possibilidades e experiências de ser mulher, apresentando exemplos e construindo junto com o público um levantamento das mulheres inspiradoras daquela localidade.

Pode ser feita uma atividade de pesquisa para levantamento inicial de quem são essas mulheres e a partir das repetições, define-se algumas para realização de entrevistas e apresentação dessas informações. Isso cria pertencimento, fortalece as referências e melhora as percepções que as mulheres e a comunidade têm sobre si mesmas.

A interpretação e análises conjuntas de letras de músicas, a utilização de imagens como recursos que podem gerar reflexões, inquietações e leitura crítica da realidade, a apresentação de vídeos curtos, poesias e a proposição de atividades de elaboração coletivas como pintar um cartaz sobre o tema em pauta naquela oficina, criar versos, jogos ou cenas que serão dramatizadas, são ferramentas que facilitam a sensibilização, possibilitando adesão às atividades em grupo, que é um processo de aprendizagem social.

Outro recurso fundamental que pode ser acionado pelo CRAS é realizar o mapeamento das associações e organizações comunitárias locais, como: clubes de mães, coletivos de jovens, grupos de futebol e de cultura popular, núcleos recreativos de esporte e lazer, movimentos culturais. A ideia é que sejam fomentadas atividades do CRAS junto a esses grupos.

Por exemplo, em um grupo de futebol, poderia ser desenhada uma atividade de jogo entre pais e filhos, com algum momento anterior ao jogo “preparatório” para o planejamento da ação e que, ao mesmo tempo, contemple rodas de diálogo sistemáticas sobre as temáticas que se pretende refletir (masculinidades, paternidades, estímulo ao cuidado e afeto), o que reúne potencial para a construção de um espaço de socialização, reflexão e estímulo ao cuidado.

Dessa experiência pode emergir uma espécie de campanha onde homens que foram sensibilizados sobre o enfrentamento às VBG conversam com outros homens sobre essa temática, pensam e planejam algum material informativo ou cartazes para serem divulgados no momento da culminância, ou seja, no dia do jogo.

Nesse sentido, as ações realizadas nos CRAS, SCFV e em articulação com outros atores no território proporcionam o fortalecimento comunitário, a partir da compreensão de que o cuidado com crianças e adolescentes, bem como a desconstrução da violência contra meninas e mulheres é responsabilidade de todos, não apenas da família e, isso inclui o Estado e a comunidade.

Comumente somos socializadas(os) e crescemos numa cultura que reforça padrões machistas e o entendimento de que essas práticas machucam, violam direitos e podem até matar, em razão do gênero, colabora para o enfrentamento das violências. Por esses motivos é tão importante investirmos no âmbito da prevenção!

Outra reflexão que merece destaque é incorporar o olhar da prevenção à reincidência, visto que, quando profissionais dão conta de acionar e valorizam essas metodologias participativas e as técnicas exitosas, no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, é possível contribuir para diminuir e/ou evitar a reincidência. Isto se dá pela compreensão por parte dos envolvidos no processo, inclusive homens, autores de violência, de que as VBG são uma expressão da masculinidade hegemônica e que os papéis de gênero podem ser problematizados.

Já o CREAS, deverá atuar quando a situação de violência já ocorreu, visto que oportuniza a superação de padrões violadores de relacionamentos. No âmbito do trabalho social essencial, temos a acolhida, que em sua metodologia pressupõe a escuta qualificada, atenta, respeitosa e um atendimento livre de julgamentos e juízos de valores. No sentido de que os relatos de violência não devem ser colocados em dúvida, primando pelo respeito à autonomia, validação das experiências e percursos de vida de meninas e mulheres. Trata-se de um mecanismo importante para identificar o contexto social, potencialidades e dificuldades das famílias, e a rede de apoio familiar e comunitária disponível para apoiar a menina ou mulher em situação de violência.

Na abordagem individual, é fundamental fortalecer o vínculo e estreitar laços de confiança. Também será necessário realizar encaminhamentos para os serviços de referência, atentando sempre para a importância de realizar a contrarreferência, que se baseia nas articulações com o serviço para qual a menina ou mulher foi encaminhada, buscando maiores informações, visando um acompanhamento mais assertivo dos serviços que atuam na rede e em relação ao atendimento, no contexto do atendimento à demanda, proteção da pessoa em situação de violência e quebra do ciclo.

5. REDE DE ATENDIMENTO COMO ESPAÇO COMPARTILHADO DE CUIDADO

As unidades da Assistência Social, sozinhas, não são capazes de responder às demandas das VBG. Assim, o movimento de realizar articulações da rede, visando seu funcionamento democrático, confere maior segurança às equipes na realização de suas intervenções, proporcionando oferta de informações de qualidade, encaminhamentos mais assertivos, transversalização das políticas e atendimentos intersetoriais.

Nesse sentido, as estratégias para o fortalecimento da rede pressupõem o diálogo e a cooperação, favorecendo o conhecimento acerca dos serviços disponíveis no território, suas atribuições e o que compete a cada um dentro do sistema. Dentre as estratégias importantes para articulação da rede evidenciam-se as seguintes:

- Fomentar encontros para capacitações, debates, acompanhamento de equipes, formulação de procedimentos e discussão de casos;
- Definição dos fluxos de atendimento considerando as territorialidades, a cultura local e os saberes populares;
- Elaboração de um plano de intervenção intersetorial onde serão pactuadas as estratégias de atuação da rede com definição dos objetivos e intervenção de cada serviço, visando um trabalho de forma articulada;
- Sensibilização, visando o fortalecimento dos serviços de base (escolas, unidades de saúde, grupos comunitários), para fazerem o enfrentamento acionando o fluxo estabelecido.

O reconhecimento da necessidade da política de Assistência Social articular uma resposta integral para as questões referentes às VBG, permite que os serviços que compõem a rede consigam mapear, analisar e definir as ações prioritárias, a partir da colaboração estratégica entre os atores sociais e as políticas públicas, realizar atendimentos com qualidade e encaminhamentos adequados, visando o rompimento do ciclo da violência e a ampliação de oportunidades de proteção e inclusão de meninas e mulheres. Quando o trabalho em rede acontece, a tendência é que ela se transforme em espaço compartilhado de cuidado e proteção, fortalecendo as dimensões da cidadania, defesa e garantia dos direitos.



Os profissionais que compõem a rede de atendimento podem se organizar para um encontro mensal, com o objetivo de realizar um planejamento com cronograma, onde a cada reunião um serviço se responsabiliza por apresentar os seus principais objetivos, público-alvo, metodologias, dificuldades e experiências exitosas. Também podem ser abordados teoricamente e do ponto de vista da política pública, os temas que são o carro-chefe de cada serviço. Outra alternativa é reservar momentos para a realização de estudos de casos. Essa ação, que pode ser nomeada como “Reunião de Rede”, irá colaborar para que as(os) profissionais se conheçam, construam vínculo, compreendam melhor os equipamentos presentes no território e tenham mais assertividade no que diz respeito à referência e contrarreferência, fortalecendo suas práticas.

Cumprida esta primeira etapa, sugere-se a construção coletiva de um mapa local, onde as(os) profissionais sejam capazes de identificar onde estão situadas(os) geograficamente e também se estão perto ou longe do ponto de vista das articulações entre si. A construção do mapa contribui para melhor visualização das lacunas e potencialidades da comunidade e dos serviços presentes nesta região.

6. ILUSTRANDO POSSIBILIDADES: UM RECORTE SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA “MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA”

O programa “Maria da Penha vai à Escola” é uma parceria entre as Secretarias de Educação e da Mulher que tem o objetivo de educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher, visando à atuação em conjunto na divulgação, promoção e formação acerca da lei Maria da Penha e das mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

As atividades são voltadas para a comunidade escolar, incluindo gestores, coordenação, professores e alunos. Contudo, na experiência aqui descrita, realizada na região nordeste do Brasil, o público prioritário para as ações desenvolvidas foram estudantes do Ensino Fundamental, de escolas da Rede Municipal.

Os encontros foram estruturados para acontecer de maneira sistemática, sendo três oficinas por turma, a fim de contemplar diferentes discussões sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo conteúdos como gênero, diversidade (sexual e de gênero), educação não sexista, violência, políticas públicas para as mulheres, feminismos, além de realizar a divulgação do Centro de Referência da Mulher, dentre outras ações da Secretaria, relacionadas ao fortalecimento da cidadania das mulheres.

Para esses momentos formativos foi priorizada uma linguagem acessível, fundamentada numa metodologia participativa com uso de recursos didáticos como dinâmicas; apresentação de slides e vídeos curtos; reflexões a partir de letras de músicas, leituras coletivas de textos e imagens, debates, produções textuais e pinturas em grupos sobre o tema.

Nas oficinas foi possível identificar que as VBG são comuns no universo dessas(es) estudantes, de modo que as violências figuram como algo “natural” no âmbito das relações sociais, corroborando com a lógica da reprodução de valores presentes no senso comum. Nesse sentido, chama a atenção o fato da masculinidade hegemônica, aquela que está associada à noção de superioridade sobre as mulheres e ao controle sobre os corpos femininos nem sempre ser problematizada.

Foram recorrentes os relatos das adolescentes e jovens que constataram contextos vivenciados por elas mesmas, suas mães ou outras mulheres de sua convivência no âmbito das relações afetivas e intrafamiliares que se caracterizam como situações de violência. Referências aos celulares monitorados e/ou quebrados, sexo sem consentimento ou desprotegido (sem uso de preservativo), na perspectiva de “fazer para não desagradar o parceiro”, e ciúmes relacionados à vestimenta, eram exemplos recorrentes apresentados em turmas e escolas diferentes, sobretudo após a compreensão de conceitos chave e marcos históricos e legislativos.

A experiência do programa “Maria da Penha vai à Escola” pode proporcionar importantes contribuições à vida de adolescentes, por possibilitar reflexões sobre gênero, violência, relações de poder, masculinidades, movimentos feministas, políticas públicas, estimulando o pensamento crítico e o questionamento de padrões socialmente construídos, como o debate sobre masculinidades que não sejam fundadas na violência.

Esses encontros temáticos se apresentam como ferramenta importante tanto para a prevenção das VBG, como para seu enfrentamento, já que colabora com a realização de encaminhamentos para rede especializada, considerando demandas trazidas pelas(os) próprias(os) adolescentes, que foram orientadas(os) a partir de uma leitura crítica da realidade e na perspectiva do suporte profissional.

Ressaltamos que além de ser um direito preconizado na Lei Maria da Penha, através de seu artigo 8º (dimensão educativa, através da promoção e realização de campanhas educativas e de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, e difusão da lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres), essa iniciativa também protege, a partir da identificação por parte das(os) próprias(os) jovens de situações de violência e violações de

direitos das mulheres em diferentes contextos, permitindo o entendimento de como realizar uma denúncia e onde esse apoio psicossocial e jurídico pode ser acessado de maneira segura e gratuita no município.

Para a equipe técnica responsável, essas ações educativas promovem o fortalecimento de seus conhecimentos teóricos, haja vista a necessidade do estudo e atualização sobre a temática para facilitar as oficinas nas escolas. Permite o diálogo com gestoras(es), professoras(es) e outras(os) profissionais da Educação, sensibilizando-as(os) sobre o fato de que o espaço educacional também é estratégico na rede, já que as escolas são serviços de base e, mesmo diante de suas fragilidades, precisam estar preparadas para realizar o enfrentamento.

Há também a possibilidade de serem levantadas informações sobre comunidades vulneráveis às VBG, identificando as principais dificuldades encontradas nos territórios e, a partir disso, traçar estratégias em conjunto para melhor atendê-las.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário das VBG é uma realidade ainda passível de transformações, uma vez que estamos inseridos em uma cultura permeada pelo machismo, com práticas de opressões que ainda não dão a visibilidade necessária à multiplicidade das mulheres, portanto, masculinidades hegemônicas em processo de desconstrução. Para além de pensar o enfrentamento das VBG a partir da responsabilização de autores da violência, é fundamental investir em intervenções pautadas na perspectiva do cuidado e da garantia dos direitos, visando o enfrentamento do ciclo das violências em busca de melhores oportunidades para meninas e mulheres na reconstrução de suas trajetórias, autonomia e equidade.

Desenvolver metodologias para uma melhor abordagem não precisa demandar um processo complexo. É preciso estar atento ao fato de que os serviços, como descritos nas políticas, já têm desenhado processos metodológicos bem definidos. Como dito popularmente “não é necessário inventar a roda”. Conhecimentos de práticas que estejam funcionando bem e possam ser adaptadas aos territórios, diálogos constantes com organizações, outros serviços e grupos que estão no território desenvolvendo metodologias inovadoras, sensibilidade para ouvir os(as) usuários(as) e abertura para construir os processos em conjunto.

REFERÊNCIAS

MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social** – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda., 2011.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>

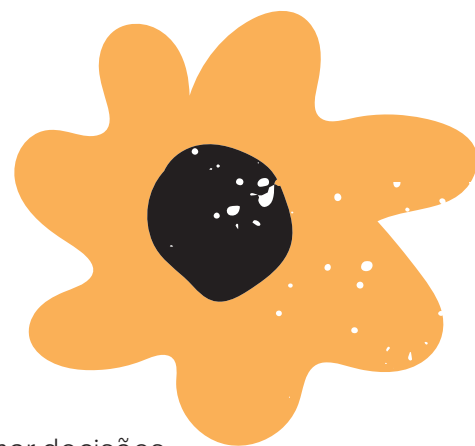
LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SCOTT, Jean. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 1995.

SILVA, D. P. M. **O direito à assistência social, o viés de gênero e o papel das instituições não governamentais**. Revista Gênero, v.13, n. 1, p. 15-40, 2012.



Glossário



Autonomia das mulheres

A noção de autonomia se refere à capacidade das pessoas em tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de maneira que possam ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico e cultural em que vivem.

Bullying

Ato agressivo sistemático, envolvendo ameaça, intimidação ou coesão, praticado contra alguém, por um indivíduo ou um grupo de pessoas. Ocorre geralmente em escolas, porém pode ser praticado em qualquer outro local. Trata-se de ação verbal que pode, em situações extremas, evoluir para agressão física. Fonte: <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=bullying>

Cidadania

Expressa a igualdade de todas as pessoas perante a lei, o pertencimento a uma sociedade organizada. Qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticos, socioeconômicos do seu país, estando sujeitas a deveres que lhe são impostos. Cidadania pode ser entendida, ainda, como a participação consciente e responsável da cidadã e do cidadão na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.

Cidadão

Pessoa que pertence a uma sociedade organizada, sendo titular de direitos e obrigações; quem participa da vida social e política através do voto e de outras formas; cidadã ou cidadão do mundo: pessoa que exerce sua participação social e política independentemente de fronteiras.

Constituição

É a lei maior do país, a lei fundamental, e nela estão definidas as formas de organização do poder e os direitos individuais, sociais e coletivos, bem como estão indicados os meios para a garantia desses direitos. Todas as demais normas jurídicas do país devem estar de acordo com a Constituição Federal.

Controle Social

Conjunto de meios utilizados numa sociedade — positiva ou negativamente — para obter dos indivíduos o cumprimento das normas sociais, morais, religiosas e jurídicas vigentes. Os controles podem ser internos e externos, diretos e indiretos.

Corresponsabilidade

Responsabilidade compartilhada; pessoas que compartilham uma obrigação ou compromisso

Cuidado

Dedicar-se a uma pessoa, proteger, cuidar de sua saúde e/ou bem-estar.

Cultura

Desde a primeira definição de cultura, de Edward Tylor, em 1871, os antropólogos tentam chegar a um consenso para o conceito. De acordo com Roger Keesing, a cultura pode apresentar três diferentes abordagens: (1) como um sistema cognitivo, com uma análise dos modelos construídos pelos membros de um grupo para compreender o próprio universo. Sendo assim, a cultura é um sistema de conhecimentos e crenças que os indivíduos devem dominar para participar dentro da sociedade em questão; (2) como sistemas estruturais, uma criação acumulativa, produto da mente humana, que estabelece um sistema simbólico. O conceito de cultura também pode ser definido como sistemas simbólicos, um conjunto de mecanismos de controle, como valores, crenças, mitos, relações que governam o comportamento humano. Clifford Geertz faz a analogia entre um programa de computador e cultura. Para ele, todo homem e mulher nascem geneticamente aptos a receber qualquer “programa”, isto é, toda criança está preparada para ser socializada em qualquer cultura. Será o contexto cultural que limitará essa miríade de possibilidades humanas. Nesse contexto, a cultura funciona como lentes através das quais enxergamos o mundo (Benedict, 1972). Portanto, culturas diferentes fornecem diferentes visões de mundo.

Desigualdade

Falta de equilíbrio entre duas ou mais partes. Normalmente o termo está relacionado com questões sociais e de acesso a direitos, ao mesmo estilo de vida, a serviços e a oportunidades. Fenômeno que tem a ver com o estabelecimento de hierarquias sociais, diferenças e distinções entre homens e mulheres, classes ou outros grupos sociais.

Desigualdade racial

Toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

Diferenças e desigualdades

Diferenças são modalidades do ser — como gênero, etnia, idade —, inerentes à diversidade humana e que não podem ser evitadas pela ação do homem. Ao contrário, as desigualdades — sociais, econômicas, políticas — não são modalidades do ser. Caracterizam-se como produtos históricos e sociais, ou seja, situações passíveis de serem revertidas.

Direitos Humanos

Direitos e liberdades básicas a que todas as pessoas têm direito. Os direitos humanos não são privilégios, mas sim o que define a humanidade, independentemente de onde as pessoas moram, suas crenças, suas raças ou cultura. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas” codifica direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais universais.

Discriminação

Ação cujo objetivo é separar, apartar, discriminar, dificultando ou impedindo o acesso e a permanência de pessoas e/ou grupos; a discriminação é a dimensão visível do preconceito, seja ele étnico-racial, de gênero, sexualidade, idade, classe social, religiosidade.

Discriminação racial

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

Empoderamento

Aumento da capacidade de organização do grupo, que possibilita ganhos políticos e alteração das relações econômicas e sociais de hierarquia em que se encontram os indivíduos. Processo de tomada de consciência crítica, conquista e superação por parte de grupos ou pessoas que viviam situações de opressão. Neste sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.

Empoderamento das Mulheres e Meninas

O empoderamento das mulheres e das meninas é superação dos obstáculos da desigualdade estrutural que as colocam em uma posição de desvantagem. O empoderamento social, jurídico e econômico das mulheres e meninas é tanto uma meta quanto um processo. Os meninos e homens, em todos os níveis, podem apoiar ativamente o empoderamento das mulheres e das meninas.

Equidade

Reconhecimento e garantia à igualdade de direito e de oportunidades de cada indivíduo ou grupo na sociedade, que independe da lei propriamente dita, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções.

Equidade de gênero

Igualdade entre homens e mulheres, meninos e meninas, através de medidas que compensem as desvantagens sociais e históricas, e considerem as diferentes necessidades, para que tenham acesso aos mesmos direitos.

Estereótipo

Pensamento ou representação de indivíduos e/ou grupos, produto de ideias preconcebidas, inadequadas e generalizantes, nutridas pela falta de conhecimento real sobre o grupo em questão.

Estigma

De origem grega, o termo significa marca, sinal, mancha. Erving Goffman conceitua estigma como atributos reconhecidos como negativos e utilizados para classificar e desqualificar indivíduos ou grupos. Sexo, sexualidade, cor da pele, deficiência física, religiosidade que diferem daquilo que determinadas sociedades classificam de “normal”, são estigmas sociais.

Estupro

Qualquer contato físico ou ato libidinoso contra a vontade da vítima, diante de força ou ameaça, é estupro. Isso vale para sexo vaginal, anal ou oral. E inclui também beijos forçados ou passadas de mão no transporte público, por exemplo. Todos esses casos podem ser punidos por lei com até 10 anos de prisão. Se a vítima for menor de 14 anos, a pena pode ir para 15 anos.

Ética

Diz respeito às relações sociais e morais de determinado grupo social, em determinado espaço físico e temporal. Conjunto de prescrições admitidas numa época e numa sociedade determinadas.

Etnia

No sentido contemporâneo, etnia se refere a um grupo ou nação, possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, cujos componentes têm consciência de uma origem e de interesses comuns. Etnia não se refere, meramente, a um agregado de pessoas ou a um segmento da população, mas a um coletivo autoconsciente, cujos indivíduos são aproximados por experiências compartilhadas.

Étnico-racial

Conceito que associa aspectos da etnicidade com a ressignificação do termo raça. Etnicidade refere-se, nos dias atuais, à consciência de grupo gerada por uma experiência comum de adversidade econômica, política, cultural; raça enfatiza a necessidade de ressignificar um termo utilizado para hierarquizar grupos fenotipicamente diferentes.

Feminismo

Pode ser compreendido como um movimento social e político, que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres, ou seja sem hierarquias de gênero.

Feminismo negro

É compreendido aqui como um movimento social, político intelectual-teórico de mulheres negras empenhado com a mudança social, sobretudo no que se refere à luta antirracismo contra o machismo, sexismo e outras formas de discriminação em um campo ideológico, no qual estão inseridas essas sujeitas.

Gênero

Refere-se à forma como somos educadas(os), ou seja, como nossas atitudes, comportamentos e jeitos acabam sendo determinados pelas expectativas que a sociedade tem sobre o que é ser mulher ou homem.

Homofobia

Discriminação contra gays em razão de sua identidade afetivo-sexual diversa do esperado pela sociedade, isto é, por sentirem atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

Identidade

Refere-se ao pertencimento do indivíduo com relação a um determinado grupo social, a partir de afinidades culturais, históricas, linguísticas. Stuart Hall conceitua identidade como uma categoria discursiva que abarca formas de falar, práticas sociais, características físicas, etc., e como tal, é fortemente marcada

por disputas de poder. Deve ser compreendida como um processo contínuo e dialético entre o indivíduo e a sociedade, quando o primeiro projeta-se em identidades culturais disponíveis, permitindo fortalecer, manter, modificar ou remodelar a própria identidade. Um indivíduo não apresenta uma única identidade, mas várias, por vezes até contraditórias ou mal definidas. As identidades não são essenciais, unificadas ou permanentes. São construídas por processos histórico-culturais, portanto, dinâmicas.

Identidades afetivo-sexuais

Diz respeito à atração/desejo que se sente por outras pessoas, sendo elas: Heterossexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas do sexo biológico oposto); Homossexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas do mesmo sexo biológico) — a homossexualidade se subdivide em duas identidades: lésbicas (mulheres que se relacionam afetivo/sexualmente com outras mulheres) e gays (homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens); Bissexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas de ambos os sexos biológicos); Assexual (quem não tem interesse pela atividade sexual. Assexuados e assexuadas podem ter interesse na formação de laços amorosos, mas não sexuais).

Identidades de gênero

É a forma da pessoa se perceber em relação ao gênero que possui. Divide-se em três categorias, sendo: cisgênero, quando a pessoa se identifica, em todos os aspectos, com a identidade de gênero atribuída, socialmente, ao sexo biológico de nascimento; transgênero, quando a pessoa possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico de nascimento — homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de submeterem-se as cirurgias para realizarem as adequações que julgam necessárias; e não binária, quando a pessoa não se identifica com nenhum gênero. Não se define nem como homem, nem como mulher.

Ideologia

Um sistema de crenças e valores, que explica a sociedade, prescreve o papel do governo e guia indivíduos, movimentos sociais, instituições, classes ou grupos. Conjunto de ideias dominantes na sociedade.

Igualdade

É um valor que se estabelece mediante a comparação entre situações e/ou pessoas, é, portanto, uma relação entre dois termos, entre duas ou mais ordens de grandeza. Igualdade está ligada à afirmação do princípio de não discriminação, reconhecendo que todos são iguais perante a lei. Não podendo,

portanto, haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do exercício de determinado direito por suas escolhas culturais, sexuais ou religiosas, ou por possuírem características intrínsecas como as de gênero e raça/etnia. Por isso se diz: direito à diferença na igualdade de direitos.

Igualdade de gênero

A igualdade de gênero é um direito humano reconhecido, e reflete a ideia de que todos os seres humanos são livres para desenvolver suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem limitações impostas por estereótipos, papéis de gênero ou preconceitos. Igualdade de gênero quer dizer que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de todas as pessoas sejam igualmente considerados, valorizados e promovidos. Também significa a não existência de discriminação, por motivo de gênero, na alocação de recursos ou benefícios, ou no acesso a serviços. A igualdade de gênero pode ser mensurada em termos da existência de igualdade, de oportunidades ou de igualdade de resultados.

Interculturalidade

Pressupõe que duas ou mais culturas interajam entre si e se tornem híbridas. Diferencia-se da multiculturalidade, uma vez que, a primeira destaca a interação e modificação das manifestações culturais, enquanto a segunda guarda uma concepção de coexistência, muitas vezes hierarquizadas.

Interseccionalidade

Perspectiva de análise que leva em consideração vários planos ou eixos de vulnerabilidade — violência, desigualdade, discriminação —, como gênero, raça, idade, sexualidade, classe, em que indivíduos e grupos se enquadram de forma simultânea. Corresponde, portanto, aos pontos de cruzamento desses planos, as intersecções desses diferentes fatores, que ao se sobreporem intensificam as desvantagens sociais. A interseccionalidade permite verificar a complexidade das situações vivenciadas por indivíduos e grupos, estabelecendo melhores possibilidades de reversão do quadro.

Intolerância Religiosa

Toda a distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na religião ou nas convicções religiosas.

Invisibilização

Processo de exclusão social que sofre determinados grupos, especialmente os negros. Muniz Sodré afirma que a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade da sua cor. O racismo na mídia seria mantido pela negação, pelo recalcamento, pela estigmatização e pela indiferença profissional, cristalizando preconceitos e estereótipos.

Juventude

Pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Representa o período da vida que se dá entre a adolescência e a vida adulta.

Leis

São feitas e aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas (ou seja, aprovadas) pelo Poder Executivo, podem ser federais, estaduais e municipais. Para que elas tenham coerência entre si, é preciso uma lei maior, que defina os princípios da nossa organização social, política e econômica. Essa lei maior, no Brasil, é a Constituição Federal de 1998, também conhecida como “Constituição Cidadã”. É na Constituição que estão garantidos os direitos humanos universais. Todos os nossos direitos começam na Constituição.

Lesbofobia

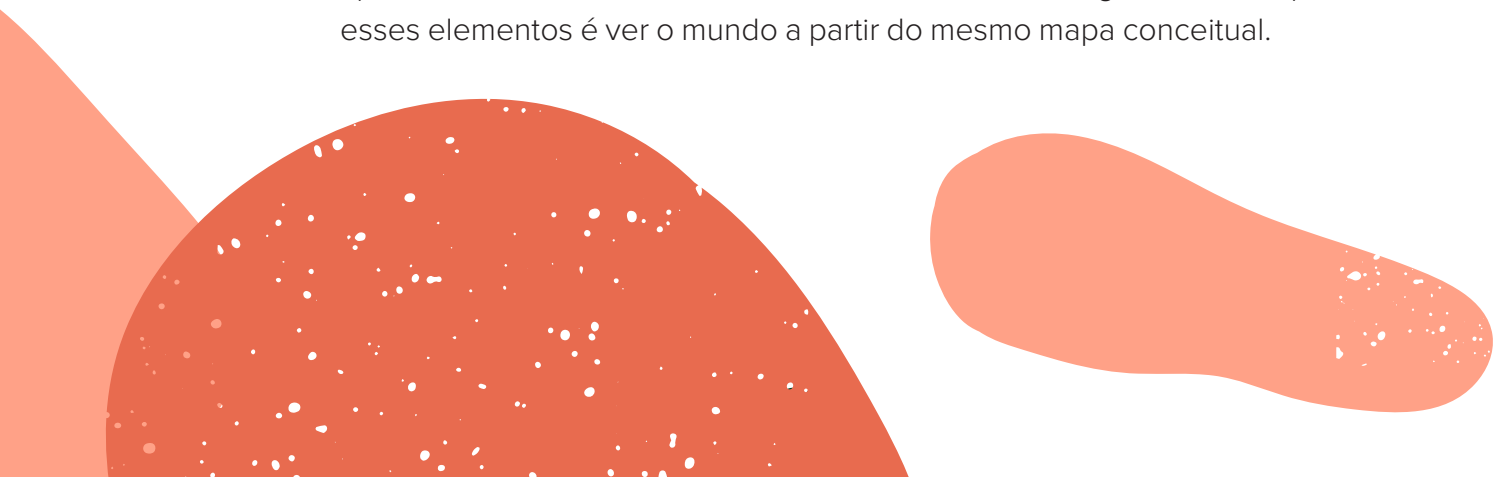
Discriminação contra lésbicas, em razão de sua identidade afetivo-sexual diversa do esperado pela sociedade e por sentirem atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

Linguagem

A análise de discursos entende a linguagem como instância mediadora entre o homem e sua realidade social e natural. A linguagem é uma forma de expressão que inclui a língua, música, dança, etc.

Mapa conceitual

Conjunto de conceitos formados mentalmente e que funcionam como um sistema de representação mental, que classifica e organiza o mundo em categoria. Para compreender e pertencer a um sistema cultural é preciso compartilhar, aproximadamente, os mesmos universos conceituais e linguísticos. Compartilhar esses elementos é ver o mundo a partir do mesmo mapa conceitual.



Masculinidades

Diz respeito aos significados relacionados ao que se entende como masculino. Estão relacionadas à configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero e que são construídas a partir de uma estrutura que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino.

Masculinidade negra

Movimento de reflexão política e social sobre ser homem negro, a partir da convocação dos movimentos de mulheres negras. Fonte: Guia Negro Entrevista

Negritude

Segundo Nei Lopes negritude é a circunstância de se pertencer à grande coletividade dos africanos e afrodescendentes; o conjunto de valores civilizatórios africanos no continente de origem e na Diáspora.

Negro

Denominação genérica do indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado e, em especial, dos habitantes da África profunda e seus descendentes; descendente de africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada pela aparência ou assumida pelo próprio indivíduo.

Opressão

Situações de subalternidade e subjugação vivenciadas por pessoas ou grupos sociais.

Paternidades

Estado ou qualidade do homem pelo fato de ser pai, biológico ou não.

Poder

Pode ser entendido como resultado de um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Poder deve ser legitimado, consentido, negociado, não sendo resultado de uma simples submissão.

Poder Simbólico

O Poder Simbólico, segundo Pierre Bourdieu, surge como todo o poder que consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos afirmam-se como os instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

Política

Toda ação humana que busca influir na constituição e no exercício do poder. Forma de organizar, dirigir ou administrar a Nação e o Estado. Arte de governar, aplicando essa arte nos negócios internos e externos da nação.

Políticas Públicas

Ações do Estado voltadas para o atendimento de interesses, necessidades e aspirações da cidadã e do cidadão e da coletividade. Referem-se à saúde, à educação, à segurança, ao emprego, à renda, à assistência social, etc. As políticas públicas devem ser formuladas e executadas de acordo com as necessidades e aspirações da população, admitindo-se que a sociedade organizada deva participar de sua formulação e execução.

Preconceito

Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas. O preconceito racial é uma das molas propulsoras do racismo. Fonte: LOPES, Nei. Dicionário escolar afro-brasileiro (posição 4366-4367). Selo Negro Edições. Edição do Kindle.

Preconceito Racial

Significa antecipação, adiantamento, pensamento, ideia, julgamento. No contexto das relações étnico-raciais, o preconceito, produto de informações inadequadas ou incompletas, (re)produz uma visão hostil e generalizante de outros grupos.

Raça

Grupo ou categoria ligada a uma origem comum. Inicialmente, o conceito serviu para separar e hierarquizar indivíduos e grupos da espécie *Homo sapiens*, com base em diferenças biológicas. Atualmente, o conceito de raça é uma construção social. As regras sociais que estabelecem quem é negro ou branco diferem de sociedade para sociedade. Portanto, a raça é histórica e socialmente construída. Em 1935, Huxley e Hadon propuseram que o termo “raça” fosse banido do vocabulário acadêmico, sendo substituído pela expressão grupos étnicos. No entanto, ao empregar, politicamente, “raça”, em vez de etnicidade, recorre-se a força do termo, a fim de denunciar a discriminação racial vigente.

Racismo

Conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças e/ou etnias. O termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias oriundas dessa pretensa superioridade.

